

**Roque Ademir Favarin**

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES  
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO  
BRASIL**

Florianópolis  
2018



**Roque Ademir Favarin**

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: AVANÇOS E LIMITES  
PARA A CONSTRUÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Linha de Investigação: Estado, mercado, empresariado e sistema financeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Favarin, Roque Ademir  
Fundos rotativos solidários : avanços e limites  
para a construção de finanças solidárias no Brasil /  
Roque Ademir Favarin ; orientador, Prof. Dr. Ary  
Cesar Minella, 2018.  
413 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,  
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Fundos Rotativos  
Solidários. 3. Finanças Solidárias. Microcrédito. 4.  
Microfinanças. Economia Solidária. 5. Movimentos  
sociais. I. Minella, Prof. Dr. Ary Cesar . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



### **Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476

Cep: 88040-900 - Florianópolis - SE - Brasil

E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

## **"Fundos Rotativos Solidários: avanços e limites para a construção de Finanças Solidárias no Brasil."**

### **Roque Ademir Favarin**

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores/

11U

Presidente Orientador

Prof. Dr. Fábio Luiz Bürgo  
(DZ/DR/CC/UFSC)

7, --- / L L L L ' !

Prof. Dr. Marcia da Silva Mazon  
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Valmor Schiochet  
(PPGDR/FURB)

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.









## 4. A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL

Os FRS situam-se entre as iniciativas de grupos sociais que se originaram no processo de construção da Economia Solidária no Brasil. Este capítulo demonstra como se deu este processo, além de apresentar uma visão mais ampla sobre os FRS fundamentando as análises dos próximos capítulos. Primeiramente, apontam-se algumas experiências mais significativas que servem de inspiração para compreender as razões para a construção de alternativas populares de finanças. A segunda parte elenca alguns fatos considerados marcantes, a adoção de técnicas sugerida pela cooperação internacional, a influência dos movimentos sociais e da teologia da libertação, entre outros aspectos que acabam constituindo a atual configuração dos FRS no Brasil.

### 4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

As origens históricas dos FRS baseiam-se numa diversidade ampla de estratégias que, por meio do crédito ou de finanças, buscam superar momentos críticos vividos por determinados grupos sociais, por exemplo, em situação de fome, calamidades, desemprego massivo, situações em que o apelo por solidariedade se torna maior. Essas práticas financeiras, de caráter social, surgem sob o capitalismo na Europa, na fase comercial e se estende para a posterior, fase industrial.

É praticamente unânime entre os teóricos que experiências de cooperação são a base do desenvolvimento da humanidade e continuam presentes mesmo nas sociedades dominadas pelo mercado capitalista. A exemplo das primeiras comunidades cristãs, das práticas dos produtores de arroz de Calcutá, dos quilombos onde há repúblicas cooperativas, das reduções jesuíticas e suas organizações coletivistas. Mais próxima e recente contribui a experiência dos caboclos em Santa Catarina no início da Guerra do Contestado, que foram impulsionados pelo sonho de uma “irmandade”, praticada na “partilha de tudo o que possuíam” nos “redutos” ou “cidades santas” (BÚRIGO; 2010; SINGER, 2002; BARBOSA, 2012; FAVARIN, 2009, entre outros).

Na maioria dos países essas experiências são também conhecidas com outros nomes. Um rol dessas iniciativas é elencado por Coelho (2003, p.157-161), demonstrando que elas estão presentes nos cinco continentes e em maior número nas últimas três décadas. Outro trabalho é o de Rutherford (2002, p.53-85) que discute sobre outras experiências na

África, Ásia e América Latina como as Associações de Poupança e Crédito Rotativas (ROSCAS) ou Acumulativas (AAC)<sup>93</sup>.

As práticas de crédito mútuo ou solidário regidas pela cooperação são muito anteriores ao desenvolvimento do capitalismo<sup>94</sup>. “As primeiras experiências datam do século XVIII como as *Lending Charity* como concessão de empréstimos de caridade para empreendedores, em Londres” (COELHO, 2003, p.155). Porém, descobriram-se casos anteriores, como o das *Tontines* africanas, associações não reguladas pelos poderes públicos. São uma espécie de coleta de dinheiro em que mulheres (principalmente) participam e usam-no para empréstimos, celebrações, consumo, gastos funerários e trabalhos domésticos. O nome faz referência ao seu criador, Lorenzo Tonti, banqueiro italiano de Nápoles no início do século XVII (SABOURIN, 2009, p. 263).

Do século XIX pode-se mencionar como referência fundamental o Fundo de Crédito Irlandês (*Irish Loan Funds*), ocorridos após 1836. O mentor foi o professor e escritor Jonathan Swift que, ao perceber a dificuldade dos pequenos produtores empobrecidos para obterem crédito, cria de seu próprio bolso um fundo rotativo de 500 libras e solicitava que os tomadores interessados apresentassem uma garantia de dois vizinhos.

Em seguida, foi criada a *Central Board*, em Dublin, para a regulamentação dos fundos independentes de concessão de créditos. Em 1843, havia 300 Fundos em operação na Irlanda, que registravam montante de 500 mil libras emprestadas para trabalhadores a cada ano. O valor médio do empréstimo era de 10 libras, com prazo de 20 semanas para pagamento. A experiência durou até 1950. (COELHO, 2003, p.155)<sup>95</sup>

Outra experiência paradigmática é a da Associação do Pão, criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no Sul da Alemanha, em 1846: Após um rigoroso inverno, muitos agricultores ficaram endividados, criando uma dependência de empréstimos de agiotas. Foi então que Raiffeisen proveu os agricultores de farinha de trigo para fabricação de pão, mediante fundos solidários. Essa associação depois transformou-se na primeira

---

<sup>93</sup> Roscas: Associações de poupança e crédito rotativas e AAC: “*Acumulative Savings and Credit Associations*”. Outras experiências foram abordadas nas Seções 3.1 e 3.4.

<sup>94</sup> Relações sociais de cooperação: no modo de produção primitivo (em Marx), na reciprocidade (Polanyi; Sabourin e outros), na Dádiva (Mauss) na confiança (Abramovay) ou a solidariedade mecânica (Durkheim). Temas abordados no segundo capítulo.

<sup>95</sup> Esta experiência irlandesa é descrita por diversos autores como Fontes (2003), Muñoz (2007), Coelho (2003), Búrigo (2010) entre outros,

cooperativa de crédito de que se tem registro na história (SANTIAGO, [s.d.] p. 08; COELHO, 2003, p.155). Outra iniciativa considerada pioneira é a de Herman Schulze, em 1850, uma cooperativa de crédito na cidade Delitzsch no meio urbano (SINGER, 2002. P. 60-64; VERBEKE, 2007, p.28-30). Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a formação do primeiro banco cooperativo na Itália (em Milão, ano 1865). As cooperativas do “tipo Luzzatti”, tornaram-se populares no Brasil nas décadas de 1940 a 1960 (SINGER,2002. P. 65; PINHO, 2004, p.17-18).

Em 1900, o jornalista Alphonse Desjardins, em Quebec (Canadá), reuniu um capital de 26 dólares canadenses para emprestar a pessoas pobres, criando as Caixas Populares (*Caisse Populaires*). Outra referência histórica é de uma metalúrgica em dificuldades financeiras de Chicago (1953) que optou pela criação de “fundos de ajuda”. Cada operário depositava mensalmente US\$ 1,00 destinado aos associados necessitados. O executivo da empresa, Walter Krump, foi o principal fomentador da ideia. A evolução dessa prática culminou com a Liga de Crédito, disseminada nos Estados Unidos e em outros países sob a forma de federação. (SANTIAGO, s.d., p. 9; BURIGO, 2010, p.37-49; SINGER, 2002, p.59-69). Ademais, os “Banquitos populares” e “Programa Buena Fe” na Argentina; o Fundo Mutuelle, no Haiti, e Banca Etica, na Itália são outros exemplos dessas iniciativas.

As experiências mobilizadas têm em comum que, em situações de pobreza ou outras crises, elas se desenvolvem como solução possível. A próxima seção, apresenta uma perspectiva histórica, destacando fatos importantes e elementos conceituais que compuseram o processo de construção da atual configuração e organização dos FRS.

#### 4.2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS FRS NO BRASIL

Os FRS são uma construção social historicamente vinculada aos movimentos populares e às lutas por emancipação das últimas três décadas. Além de fatos significativos que serão lembrados, outros fatores contribuíram para a consolidação das atuais experiências dos FRS. Uma síntese é apresentada no Quadro 8.

No Brasil as experiências de organizações coletivas ou populares com base em finanças são praticamente inexistentes até século XIX ou pouco conhecidas. Por outro lado, é sabido que muitas aldeias indígenas e posteriormente, os Quilombos são organizações coletivas baseadas em partilhas de bens e na convivência comunitária nas quais não havia a necessidade do dinheiro. Podem ser citadas, nesse sentido, mesmo as

reduções jesuíticas, os Muckers, ou os movimentos de Canudos e Contestado, entre outras interpeladas por Pinho (2004, p. 15-16).

Quadro 8 – Síntese da Trajetória história dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil

<b>Data</b>	<b>Sede do evento ou organização</b>	<b>Descrição</b>
1902	Nova Petrópolis (RS)	1ª Cooperativa de crédito no Brasil, influência de Theodor Amstad
1956	Serra Negra (SP)	Fundação da Cáritas Brasileira na 3ª Assembleia da CNBB (D. Helder Câmara 1º presidente)
1959-1963	Rio de Janeiro (RJ)	Período de funcionamento do “Banco Providência”
1965-1985	Olinda e Recife (PE)	Período de funcionamento “Operação Esperança”
1977	Santa Maria (RS)	Início do Banco Esperança
1981	Fortaleza (CE)	Seminário “Homem e a Seca no Nordeste” (CNBB) considerado o início dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs)
1983	Santa Maria e Novo Hamburgo (RS)	Primeiros projetos alternativos comunitários no Sul
1989	Florianópolis (SC)	Início do Programa Mini-projetos Alternativos (MPAS) da CNBB Regional Sul 4, convênio com Misereor Alemanha
1992	Porto Alegre (RS)	Fundo de Mini-projetos/Sul de várias entidades atuando nos estados do PR, RS e SC
1993	Soledade (PB)	Criação do 1º Fundo Rotativo Solidário (na comunidade de Caiçara)
1993	Santa Maria (RS)	1ª Feira Estadual do Cooperativismo
1994	Florianópolis (SC)	Fundo Rotativo Solidário/MPAs da CNBB Regional Sul 4
1998	Itaici (SP)	Assembleia geral da CNBB institui os Fundo Nacional de Solidariedade e incentivo aos Diocesanos (FDS).
2000	Belém (PA)	Seminário de integração Fundos de PACs e EPS
2001	Porto Alegre (RS)	I Fórum Social Mundial e Constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro)

2002	Santa Maria (RS)	1ª Feira Nacional de Economia Popular e Solidária
09-10/12/2002	São Paulo (SP)	I Plenária Nacional de Economia Solidária e criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
2003	Brasília (DF)	Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)
2005	Florianópolis (SC)	Cáritas Brasileira Regional SC assume o FRS dos Miniprojetos Alternativos (MPAS)
Abril de 2005	Brasília (DF)	Edital do 1º programa política pública de FRS (PAPPS)
2006	Brasília (DF)	I Conferência Nacional de Economia Solidária CONAES
06-08/02/2007	Brasília (DF)	I Seminário Nacional dos Fundos Solidários
11-13/06/2007	Lagoa Seca (PB)	Seminário sobre Fundos Solidários no Semiárido
2010	Fortaleza (CE)	Conferência Temática Finanças Solidárias
Junho 2010	Brasília (DF)	II CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
2011-2013	Brasil	Período de realização do Mapeamento dos Fundos Solidários
05 a 07 Junho de 2013	Brasília (DF)	II Seminário Nacional de Fundos Solidários (socialização dos resultados Mapeamento)
Abril de 2014	São Paulo (SP)	Conferência Temática Economia e Democracia
Dezembro 2014	Brasília (DF)	III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)
10-13/07/2015	Santa Maria (RS)	Seminário Nacional de Finanças Solidárias – dia D
26/09/2016	Brasília	III Seminário Nacional de Fundos Solidários

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já no século XX há registros de experiências mais remotas com Fundos Solidários em comunidades quilombolas, no município de Levantado (GO) desde 1924<sup>96</sup>. Posteriormente outros casos foram incentivados pelas Ligas Camponesas no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960. Como exemplo deles, há registro de um “fundo rotativo das ligas é

---

<sup>96</sup> No próximo capítulo trata-se deste FRS.

no Sítio Gameleira, na Zona da Mata de Pernambuco, para possibilitar que os sitiantes pudessem ter funeral digno, que foi confundido pelos usineiros como movimento comunista” (SANTOS FILHO, 2010, p.5).

No Nordeste destaca-se a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) a partir de 1973: “uma iniciativa assistida tecnicamente pela ONG *Action Internacional* e com a participação de entidades privadas e bancos locais” e cujo foco “eram as populações que não podiam oferecer garantias e que não tinham acesso ao crédito bancário. O valor máximo emprestado naquela época era de US\$ 3.000.” (VALENTIN; SERRA, 2012, p.11)<sup>97</sup>

Além de tais experiências ao longo do século XX, os FRS surgem a partir da década de 1980 sob influência da Teologia da Libertação, das transformações do movimento sindical e da ascensão das organizações populares.

Em certos setores religiosos, principalmente católicos e luteranos, surge uma nova compreensão de caridade. O princípio moral de “usar dinheiro para ajudar os pobres” na Igreja Católica tem uma longa história<sup>98</sup>, contudo, a sua forma de compreendê-lo foi mudando, passando das práticas assistencialista (dar esmola) para práticas “libertadoras” (LOWI, 2000, p.19). Nesse sentido, uma estratégia possível é “emprestar” aos pobres, o que os educaria ao “bom uso do dinheiro” com o compromisso de devolução e gestão.

A transformação na concepção da “caridade” à medida que se muda o entendimento sobre as causas da pobreza, como indica Sprandel (2004, p. 14), nos seguintes termos:

As pessoas que eram ou se tornavam pobres acreditavam que isto se dera em função das diversidades da vida, como a guerra, o envelhecimento, deformidades físicas, doenças ou debilidade econômica ou, simplesmente, **pela vontade de Deus**. Quanto aos mais abastados, tinham a obrigação moral e cristã de ajudar os que viviam em privação. Neste sistema de hierarquias e reciprocidades, **o pobre não era tratado como**

<sup>97</sup> ACCION é abordada como tecnologia microfinanceiras por Muñoz (2007, p. 291). Cf. Seção 3.5.

<sup>98</sup> Segundo Souza (2013, p. 63) “a caridade sempre foi inerente à prática católica. Desde a Idade Média a ajuda aos pobres era remetida a trabalhos assistencialistas. Instituições e congregações religiosas inauguraram hospitais, creches, escolas, orfanatos, obras de caridade, etc., com o intuito da promoção humana das camadas populares”.

**uma questão social** ou como um **problema político**. [...] Após a reforma protestante, a sociedade redefiniria sua concepção de pobreza, associando o pobre ao desemprego, vagabundagem, preguiça e ao crime. Transformado em problema social, o pobre só poderia ser recuperado através da disciplina. No rastro do puritanismo, os ricos foram santificados e os pobres punidos. A moralidade relacional da Idade Média foi desta forma substituída por uma moralidade distributiva, na qual o Estado (e não mais o rico) torna-se responsável pela sobrevivência e controle das populações pobres (grifos nossos)

Tal mudança de concepção, entre os católicos, torna-se mais profunda a partir das encíclicas sociais e das mudanças do Concílio Vaticano II (1962-1966), até desembocar nas experiências hoje conhecidas com Economia Social ou Solidária (SOUZA, 2013, p. 139-168). O “Ensino Social da Igreja” contribuiu para a criação de movimentos ou organizações como a Cáritas, a Misereor, Ação Católica, os projetos de “desenvolvimento e paz” entre outros. No Brasil, a Cáritas foi criada naquele período, em 1956, por Dom Helder Câmara, então presidente da CNBB. No Rio de Janeiro, esse mesmo bispo incentivou “uma carteira de empréstimos que mais tarde viria a se tornar o embrião do Banco Providência (1950), para auxiliar no combate à miséria da população e, segundo Valentin e Serra (2012, p.11) esse “banco surgiu como uma alternativa para os excluídos ou não elegíveis pelo sistema financeiro tradicional”.

A noção de Libertação como processo social e religioso dos cristãos voltado aos mais pobres foi desenvolvida pela Teologia da Libertação, inspirados nos documentos da Igreja católica latino-americana, principalmente depois das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979) orientando para uma opção preferencial da Igreja, no continente, pelos pobres. (Cf. LOWI, 2000, p.56-67). Nesse sentido, de certa maneira o termo libertação tem um viés similar do que se entende como emancipação social, política e humana do povo.

A origem dos Fundos Rotativos Solidários no Brasil pode ser atribuída em grande parte a essa influência do catolicismo de libertação que se torna mais sensível às questões sociais. O marco histórico é o Seminário “o Homem e a Seca” (promovido pela CNBB, em 1981), que tratou de buscar alternativas para a situação dos camponeses pobres mediante o drama da seca.

O seminário “O homem e a seca” realizado pelos regionais da CNBB, no Ceará no início dos anos oitenta, com o objetivo de enfrentar o sofrimento provocado pela longa estiagem, encarregou a Cáritas de coordenar a implantação de pequenos projetos produtivos nas comunidades carentes da região [...] Surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram fruto de estruturas econômicas e políticas. E sua superação exigia transformações estruturais. Essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos (CNBB, 2006, p. 51)

Desse encontro são criados os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) como uma forma de desenvolver iniciativas para evitar o êxodo rural e o empobrecimento dos camponeses nordestinos. Os Fundos de Apoio aos PACs consistiam em empréstimos de pequenos valores para agricultores adquirirem algumas máquinas, equipamentos, sementes, insumos ou animais para o processo produtivo ou para a criação<sup>99</sup>. Essa prática foi cada vez mais incentivada e sua gestão confiada às Cáritas Diocesanas. Boa parte dos recursos financeiros para esses Fundos foram provenientes de convênios com as ONGs da Europa, geralmente ligadas às Igrejas, destacando-se a Misereor da Alemanha<sup>100</sup>. O principal objetivo era desenvolver iniciativas de “combate à seca” diferenciando das grandes obras dos governos militares na região financiadas pelo Banco do Nordeste, nas quais ocorria muitas vezes desvios das verbas públicas.

Os PACs cresceram e espalharam-se em praticamente todo o Nordeste, sendo uma alternativa viável, embora com muitas dificuldades. Basicamente de 1980 a 1999 foram quatro os tipos de finalidades: os PACs produtivos, os de infraestrutura, os formativos (educativos) e os sócio-comunitários. Todos esses projetos aconteceram em muitas regiões do país (CARITAS BRASILEIRA, 2006, p. 8). No estado do Rio Grande do Sul, “os primeiros projetos alternativos animados pela Caritas surgiram

---

<sup>99</sup> Para os camponeses os animais representam uma espécie de Poupança futura e podem ser acessadas em ocasiões de suas maiores necessidades a partir da venda dos animais. (ABRAMOVAY, 2004, p.44)

<sup>100</sup> Cáritas é uma organização não-governamental da Igreja Católica, atualmente possui uma atuação em 170 países. No Brasil existem 164 Cáritas Diocesanas associadas à Cáritas Brasileira, presente em quase todo o território nacional em menor número nas Dioceses do Centro-Oeste. Maiores informações sobre Misereor (não filiada a Cáritas Internacional) e outras entidades nos Quadros 35 e 36 Anexo.



em 1983, em Santa Maria e, depois, em Novo Hamburgo.” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.33).

Em Santa Catarina, os PACs também existiram, sob a denominação de Miniprojetos Alternativos (MPAs). Foram coordenados pela CNBB-Regional Sul 4 entre 1989 e 2005 quando passaram para a Cáritas Regional (SC). Heerdt (2008) apresenta a caracterização, a história dos MPAs e a sua relação com os processos de organização da Economia Solidária em SC. Além disso, aborda os “resultados” do apoio do Fundo Rotativo aos MPAs, relacionando “subjatividade e gestão”. A importância desse trabalho está em discutir elementos ou indicadores para uma análise de empreendimentos financiados, isto é, para o que se atribui como o “acompanhamento”. Outro trabalho sobre os MPAs, é realizado por Dacoregio (2010) baseando-se nas relações materiais e simbólicas da Igreja Católica relacionadas com os Miniprojetos Alternativos, principalmente na região de Chapecó (SC). Para a autora, há uma relação direta e uma contribuição histórica dos MPAs para a construção do movimento de Economia Solidária em Santa Catarina.

Devido ao crescimento dos PACs no país, a Cáritas e algumas entidades internacionais periodicamente promoveram pesquisas para avaliar os impactos, os potenciais e as dificuldades. Nesse sentido, o primeiro levantamento de informações dos PACs foi sobre o período de 1989 a 1992. O segundo, foi chamado de Avaliação Qualitativa, sobre o período de outubro 1992 a outubro de 1994, por meio de uma “Pesquisa” em parceria com a Universidade de Brasília. Foram 34 pesquisadores envolvidos no processo avaliativo, em 66 PACs (de um universo 252 PACs). Constatou-se que havia a seguinte tipificação dos PACs: i) Projetos produtivos e de Prestação de Serviços; ii) Projetos de Apoio aos Movimentos Populares (geral ou específico); e iii) Projetos de Apoio à Ação Sindical (rural e urbana). Os resultados foram publicados na obra “Sobrevivência e Cidadania” (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995, p. 13). A divisão por tipo de PACs influenciou a criação de “critérios para os empréstimos” e os “tipos de projetos” que se destinam os recursos da maioria dos atuais Fundos Solidários.

Esta “Pesquisa” revelou que a maioria dos PACs: concentrava-se no Nordeste; em áreas rurais (62%); em municípios de pequeno porte (64%); em apoios financeiros que não ultrapassavam US\$ 2.000 (82,5%). O apoio financeiro era dirigido especificamente para: infraestrutura, equipamentos e insumos (47,8%) e atividades de formação (47%) (BERTUCCI, 1996, p. 65). A “Pesquisa” também apresentou uma forma metodológica de avaliar os PACs a partir de três dimensões: econômica,

político-organizativa e pastoral-cultural (BERTUCCI, 1996, p 69-70; CARITAS BRASILEIRA 1995, BERTUCCI; SILVA, 2003).

Em 2003 a Cáritas publica um livro sobre os PACs intitulado “Vinte Anos de Economia Popular e Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS” (BERTUCCI; SILVA 2003). Nele se descreve a história do surgimento e a trajetória dos PACs até se chegar à Economia Popular Solidária, relatando-se principalmente as mudanças que ocorreram na década de 1990, situadas no contexto social e político da realidade brasileira e das crescentes experiências de microcrédito no Brasil<sup>101</sup>.

Por outro lado, as entidades sociais de cooperação internacional (ONGs) que apoiavam tais iniciativas no Brasil propunham mudanças nos critérios de devolução. “A partir de 1996 os projetos apoiados por Misereor passaram a adotar critérios mais rígidos para a devolução dos fundos de crédito” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.22-23).

Bertucci e Silva (2003) demonstram que isso, por um lado, contribuiu para explicitar aos participantes os critérios de Devolução dos Fundos de Apoio aos PACs e nos oito “regionais”<sup>102</sup> da Cáritas; mas, por outro lado, acabaram se tornando mais rígidos, fruto também das exigências de Misereor (da Alemanha), que condicionava à existência de tais critérios a assinatura dos Convênios para apoiar financeiramente os PACS. A publicação de Bertucci e Silva (2003) é resultado de uma “Sistematização dos Regionais e Nacional”, do período 1995 a 2000 e aponta para a organização da Economia Popular e Solidária. Nessa sistematização foram identificados 1004 projetos denominados PACs financiados no Brasil, envolvendo quase 57 mil pessoas em atividades produtivas e de formação e, ainda, aponta-se que 252 projetos foram do Fundo Nacional de Solidariedade, entre 1999 e 2000 (BERTUCCI; SILVA p. 34) sendo de quatro tipos básicos: projetos produtivos, de infraestrutura comunitária, formativos educativos e sócio comunitários (sendo que a maioria dos regionais tem apoiado 80% a 100% dos projetos produtivos).

Ao longo da década de 1990 ampliou-se o número de entidades que começaram a trabalhar com fundos a projetos produtivos nesses moldes: “a pastoral da Criança em 1989, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), em 1995, Obra Kolping, Centro de Assessoria Multiprofissional

---

<sup>101</sup> Contribui também nessa direção o estudo que Souza (2013) apresenta para compreender as raízes históricas da Economia Solidária no Brasil.

<sup>102</sup> São filiais da Cáritas Brasileira cuja abrangência geográfica de atuação segue os limites de um estado do Brasil (ou mais de um dependendo do Regional).

(CAMP) com o Fundo Sul de Mini-projetos abrangendo os três estados, a Fundação Luterana de Diaconia, a CESE e a FASE.<sup>103</sup> (FUNDOS SOLIDÁRIOS 1, p. 16; SOUZA, 2013, p.122-124).

Esse processo de organização e encontros de avaliação dos PACs contribuiu, de outra parte, para incentivar o “cooperativismo alternativo”<sup>104</sup> e, inclusive a Economia Solidária. Em 1998 foi realizada a Feira do Cooperativismo Alternativo de Santa Maria (RS) que, ao longo dos últimos anos, tornou-se o evento mundial da Economia Solidária de maior relevância. No Pará o “cooperativismo alternativo” foi inspirado no movimento sindical no meio rural. Essas formas de cooperativas apresentam-se como alternativas ao “modelo de desenvolvimento” econômico que influenciou as políticas econômicas do Estado brasileiro nas décadas anteriores. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.42; BURIGO, 2010, p. 57-63). Com os PACs, “durante a década de 1990, tem crescido a importância das redes e articulações”, como forma de ir fortalecendo o movimento social inicialmente chamado de “Economia Popular e Solidária”. Chegando-se ao Seminário Nacional dos PACs, em Belém, em 2000, que unificou as concepções a respeito de fundos rotativos solidários e projetos comunitários, em torno da ação da economia popular solidária (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.93).

Nesse sentido, o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado na cidade de Porto Alegre em janeiro de 2001, é considerado o marco fundante da Economia Solidária no Brasil. Dentre as diversas oficinas do I Fórum, verifica-se a primeira atividade cujo tema Economia Popular Solidária e Autogestão reuniu aproximadamente 1.500 pessoas e apontou a necessidade de organizar essas iniciativas no Brasil, interligando-as com experiências internacionais. Outra consequência do I FSM é a criação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária culminando com a da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) na I Plenária Brasileira de Economia Solidária (dezembro 2002) em São Paulo (SP) que reuniu aproximadamente 200 participantes. O FBES tem o papel de promover o encontro de diferentes organizações e empreendimentos e pode-se afirmar que constituiu o ator principal do movimento brasileiro da economia solidária para elaboração de diretrizes e propostas, isto é, uma plataforma de princípios e de ação.

---

<sup>103</sup> Essas entidades aparecem no Mapeamento e será trabalhado na seção 5.2 sobre o histórico dos FRS.

<sup>104</sup> Em certa medida, significava alternativa ao modelo de cooperativismo implantado pela OCB, e pela Lei 5764/1971 (Cf. discussão da seção 3.1)

A experiência dos PACs influenciou também o surgimento, do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e iniciar com os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) em 1999. A constituição dos Fundos de Solidariedade tem origem nas Campanhas da Fraternidade, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada desde 1964, e que convida os católicos para refletir e agir na ajuda aos mais pobres com temas sociais diversos. O FNS e os FDS são formados com recursos financeiros da Coleta Nacional da Solidariedade, gesto concreto da Campanha da Fraternidade promovido pela CNBB. Foram 43 Fundos Diocesanos<sup>105</sup> mapeados em que a devolução voluntária se torna dispensável ou acontece de outras maneiras.

Além dessas experiências de entidades sociais e religiosas com abrangência geográfica maior, encontra-se trabalhos acadêmicos que refletiram sobre essas iniciativas em nível comunitário ou em determinados grupos sociais. Sabourin (2009, p.87) cita o exemplo de uma tradição antiga chamada “sistema da medalha” que consiste em garantir a existência de uma caixinha de solidariedade social para enfrentar as despesas excepcionais: pagar um enterro, compra de medicamentos, ajuda a algum doente, etc. “Não há nenhum registro de mobilização dos fundos de medalha para fins de investimentos produtivos. Produz valores éticos, embora no plano simbólico, ficam reféns do poder da religião e de seus representantes” (SABOURIN, 2009, p.87).

Assim, talvez seja possível associar a implantação de iniciativa de crédito mútuo aos fins produtivos baseados no princípio do respeito ao compromisso, a palavra dada e ao reembolso da dívida, embora se trate de estruturas em planos distintos. Em contrapartida para funcionar as estruturas de microcrédito dependem mesmo de uma parcela da dádiva (a benevolência de amadores e administradores) e de valores éticos de confiança, responsabilidade e equidade entre os membros (SABOURIN, 2009, p.88)

---

<sup>105</sup> Os Fundos Diocesanos são geridos pelas dioceses da Igreja católica no Brasil. Cada diocese tem uma personalidade jurídica própria e autônoma na legislação brasileira, por exemplo, cada diocese possui um CNPJ próprio. Também no Código de Direito Canônico, que rege internamente a Igreja Católica a diocese tem uma autonomia relativa, sob o comando de um bispo com outras instancias específicas de decisão de menor poder.

Azevedo (1982 apud SABOURIN, 2009, p.88) relata que a principal liga camponesa de Pernambuco, a de Galileia, iniciou suas atividades a partir de um fundo de solidariedade destinada a serviços funerários.

Uma experiência singular que contribui nesse sentido foi a criação do “Fundo de greve” pelos metalúrgicos da região do ABC de São Paulo. A criação do Fundo de Greve surgiu durante as discussões do 2º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978. Segundo o próprio texto das resoluções daquele congresso: “contribuir com todos aqueles que querem decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino [...] A organização da classe deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado”<sup>106</sup>.

No bojo dessa diversidade de práticas simples e até dispersas, surgiu o primeiro FRS comunitário gerido pela Articulação do Semiárido (ASA).

é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro: AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG.<sup>107</sup>

As origens dos FRS comunitários (ou de base) encontra-se no município de Soledade (PB) em 1993. “A prática de FRS se espalhou por muitas comunidades do sertão da Paraíba, chegando a 1824 Fundos, em 140 municípios, propiciando em 2005, benefícios a 18.000 famílias” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p.17), o que corrobora com a pesquisa coordenada por Gonçalves (2010) que,

na Paraíba os Fundos Solidários são praticados há mais de 30 anos. Desde então, pequenos agricultores organizados em Comunidades Eclesiais de Base se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando atender as necessidades imediatas da comunidade que ressarciam tais recursos trocando produtos entre si

---

<sup>106</sup> Disponível em: <[http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=221](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=221)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

<sup>107</sup> Disponível em: <[http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=97](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

(como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva. [...] No caso dos FRS na Paraíba, a mobilização iniciou-se em 1993 na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, em torno da construção de cisternas de placa, para enfrentar a intensa seca. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia (apud SANTOS FILHO, 2010, p. 5)

E mais, como revela Oliveira (2011, p. 142)

até o início dos anos 2000 as ações e mobilizações feitas pelas entidades e organizações da ASA-Paraíba eram quase que em sua totalidade fomentadas pelo Sistema de Fundo Rotativo Solidário. A mobilização social permitia a efetivação da mediação. Ela alcançava a base e transformava a ação dos agentes mediadores e dos camponeses em ação coletiva

Na perspectiva de construção de articulações em “redes”, destaca-se a Rede Bodega<sup>108</sup> no Ceará, iniciada em 2004 com a participação de 13 grupos e atualmente composta por 50 grupos associados em 13 municípios em quatro modalidades de FRS (cf. Quadro 9). Em 2008, a rede acessou o crédito público do PAPPS. A Rede Bodega foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 119.829,00 para cumprir o objetivo de fomentar os FRS, entre agosto de 2008 e julho de 2010. Para o acesso aos recursos foram formados os seguintes fundos conforme o quadro a seguir.

---

<sup>108</sup> A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda. (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada (GUSSI et al., 2012, p. 80)

Quadro 9 - Fundos Rotativos formados com recursos devolvidos do Projeto da Rede Bodega (CE) do PAPPS.

Fundo rotativo solidário de produção	aplicado nas compras de insumos, equipamentos e matéria-prima, sendo 100% retornável
Fundo fixo de apoio à produção	aplicado para aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística
Fundo rotativo solidário de apoio à comercialização	recursos destinados à comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos associados que depositam a produção, variando entre 30% e 50% do valor das mercadorias, sendo 100% retornáveis
Fundo fixo de apoio à comercialização	destinado à aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização.

Fonte: Gussi et al.(2012 p. 81).

A novidade desse programa consiste em ser uma primeira tentativa de política pública para o fomento de FRS:

como uma política pública de corte social é datada de 2005, com a criação e articulação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS). No campo governamental uma série de articulações ocorreram entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi quando elaboraram e implementaram o PAPPS, com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB. (FULGÊNCIO, 2014, p.12)

Após esse programa, a SENAES estimulou outros relacionados a Finanças Solidárias (Cf. seção 3.1). Mas o movimento foi tomando maior clareza após o Mapeamento, com a realização de mais dois Seminários nacionais. O 2º ocorreu para a divulgação dos Resultados em Brasília (05 e 07 de junho 2013)<sup>109</sup>. Outro evento nacional foi o Seminário de Finanças Solidárias (Santa Maria, RS, dias 12 a 13 julho de 2015), no qual se

<sup>109</sup> Disponível em: <<http://fundossolidarios.redelivre.org.br/2013/06/09/ii-seminario-nacional-de-fundos-solidarios/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

reafirmou a necessidade de políticas de finanças solidárias. Tal processo atinge um momento histórico no 3º Seminário Nacional de Fundos Solidários, que aconteceu em Brasília 26 a 28 de setembro de 2016 com mais de 200 participantes, no qual deliberou-se pela criação de rede nacional e de um comitê gestor de Fundos Solidários.<sup>110</sup>

Na Bahia, após o Seminário, de Fundos Solidários em Ponto Novo (BA) em 2009, cria-se o um Comitê Estadual Gestor de Fundos Rotativos, composto por representações da sociedade civil organizada e Estado (Articulação do Semiárido Bahia, Comitê Nacional de FRS, Cáritas Regional NE3, Fórum Baiano de Economia Solidária, Grupo Regional de Economia Popular e Solidária, Superintendência de Economia Solidária e Secretaria Estadual do Trabalho e Renda (SETRE). Nesse espaço de interação, uma das conquistas é a construção de um edital de apoio direto aos empreendimentos econômicos solidários que atuavam com a metodologia de FRS. (Cf. BARRETO, 2017, pp.32-34)

Desse processo histórico dos PACs destacam-se alguns pontos que servem de base para o atual funcionamento dos FRS. Os “projetos” dos grupos sociais solicitando recursos dos Fundos eram avaliados quanto ao que contribuíam para a transformação social e econômica do grupo e da comunidade. Por exemplo, se o produto era ecológico ou se havia recuperação de atividades econômicas tradicionais e que poderiam tornar-se rentáveis ou, ainda, a existência de algum diferencial para melhorar os meios de vida e sociabilidade do grupo solicitante. Enfim, a preocupação era não reproduzir práticas convencionais que reforçassem, mesmo que em escalas pequenas, o sistema capitalista.

Bertucci (1996) descreve o que significa o **caráter alternativo** (dos PACs) e sua vinculação inicial com Fundos Rotativos Solidários, incluindo a devolução:

O termo alternativo tem se prestado a diferentes apropriações [...] hoje eles são considerados alternativos na medida em que são diferentes nos seus objetivos e na forma como são executados. Essa diferença diz respeito não apenas à busca de soluções inovadoras, mas a práticas de formas solidárias, que favoreçam a sua organização. [...] Nos PACs produtivos, alimentam-se ações

---

<sup>110</sup> Maiores informações notícias divulgadas. Disponível: em <<http://camp.org.br/2016/09/26/3o-seminario-nacional-dos-fundos-solidarios/>>. Também em: <<http://caritas.org.br/seminario-de-fundos-solidarios-debate-organizacao-e-direitos/35022>>. Acesso em: 24 ago. 2017



inovadoras no campo das tecnologias alternativas, seja de equipamentos, seja no tratamento natural, seja na adoção de metodologias alternativas e ao gerenciamento coletivo dos empreendimentos, seja no reforço ao surgimento de novos atores sociais, seja ainda na utilização do **fundo devolutivo** enquanto uma nova forma de solidariedade (BERTUCCI, 1996 p. 71, grifos nossos)

Outro aspecto que se apresentava nas avaliações dos PACs era a necessidade “do acompanhamento e da assessoria” após a liberação dos recursos.

o acompanhamento compreende dois níveis: um de natureza pedagógica, e outro de caráter técnico: assessoria específica ou especializada. [...] A ausência de acompanhamento em que a comunidade enfrenta conflitos internos ou externos, ocasiões potencialmente ricas para deslanchar o processo de identidade do grupo, compromete sua evolução. A **presença do agente no cotidiano da comunidade** revela sua identidade com o grupo favorece a percepção do processo, desde que não crie dependências. As divergências entre instituições que se propõe ao acompanhamento do mesmo grupo refletem negativamente no interior do próprio grupo. Assessoria técnica governamental, se mostra precária, dependendo do interesse individual do técnico e não da instituição. (BERTUCCI, 1996, p.73-74, grifos nossos)

Por fim, convém destacar para a compreensão dos Fundos Rotativos Solidários, também chamado aqui denominados “devolutivos”, que

Os **projetos de fundo devolutivo** inauguram, definitivamente o rompimento com práticas assistencialistas, ainda que, sob situações de emergências, os grupos devam ser apoiados incondicionalmente por outra linha de ajuda. Projetos cuja elaboração tenha levado em conta o planejamento de custos, a curva de maturação do empreendimento, diversas fontes de recursos, permitirão maior capacidade de êxito, e em

consequência **de retorno ao fundo**. (BERTUCCI, 1996, p. 80, grifos nossos)

Essas práticas adotadas nos PACs contribuíram para a compreensão inicial do papel dos fundos rotativos para o desenvolvimento comunitário, apontando que trazem em seu bojo uma concepção nova: a de “emancipação” das comunidades, baseada na autogestão dos grupos sociais excluídos do sistema bancário e de crédito, bem como outras experiências de Microfinanças,

Atenção especial deve ser dada à **prática de fundos rotativos** onde a própria comunidade **decide onde aplicar os recursos retornados**, e à emergência cada vez maior de financiamentos governamentais. Estes são vistos como direitos dos excluídos, cuja pressão para seu acesso é considerada ação política. O apoio dos PACs quanto ao financiamento público, garante a linha de autonomia econômica e política dos grupos (BERTUCCI, 1996, p.80, grifos nossos)

Quanto à contribuição poderia avançar na dimensão política, organizativa e cidadania emancipada nos PACs:

o desenvolvimento da consciência e da prática política de um grupo pode ser compreendido como exercício da cidadania. Um grupo se torna sujeito político quando se percebe diferenciado de outros grupos, com interesses próprios, capaz de alterar situações adversas, transformando-as a seu favor, sem recriar dependências. Esse é a perspectiva **da cidadania emancipada** perseguida pelos PACs (BERTUCCI, 1996, p.77, grifos nossos)

Em síntese, essas experiências contribuíram para o surgimento e a diversidade de FRS a partir de atores como movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, entidades religiosas, favorecidos, de certo modo, após governos ditatoriais, pelo processo redemocratização da sociedade brasileira, com todos os seus limites e percalços.

No período posterior, no final da década de 1990 e durante a de 2000, há avanços maiores, fruto de articulações e redes dos movimentos sociais que fortalecem e incrementam os Fundos Solidários e a própria Economia Solidária. Nesde sentido houve um aumento significativo do número de FRS de 2005 em diante, provavelmente consequência dos avanços e conquistas do próprio movimento de Economia Solidária e dos

programas governamentais, a exemplo do PAPPS, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (GUSSEI et al., 2012), incluindo a tecnologia de cisternas e a criação de FRS “Estratégias de Convivência com o Semiárido”, promovido por uma rede de entidades e movimentos sociais chamada de Articulação do Semiárido (ASA) (OLIVEIRA, 2011, p. 168).

Esse processo contribui de certa maneira para o crescimento do número de FRS no Nordeste brasileiro. Além desses números, o mais importante foi que o Mapeamento revelou um conjunto de relações sociais e políticas constituída a partir de articulações organizativas em redes de movimentos sociais, nas quais os FRS estão inseridos e que nem sempre são fáceis de captar e sistematizar. No próximo capítulo apresentamos mais detalhes do que consiste tal conjunto de relações, apontando-o partir dos diversos grupos sociais envolvidos.



## 1. AS BASES SOCIAIS: RAZÃO FUNDAMENTAL DOS FRS

Um aspecto fundamental para a compreensão do desenvolvimento dos FRS situa-se em suas bases sociais e interações com dinâmicas territoriais, além dos elementos históricos vistos anteriormente. Trata-se dos diversos grupos sociais que, articulados por uma gama diversificada de entidades da sociedade civil, inspiradas pela Economia Solidária e outros movimentos e experiências organizam-se em Fundos Rotativos. Neste capítulo procurou-se captar os significados e a possível relevância dos Fundos para esses grupos. Em outras palavras, aponta-se elementos de como estes grupos “excluídos” socialmente se organizaram e mobilizaram recursos para viabilizar suas diversas demandas, a partir deste “instrumento de finanças”: os FRS.

Para atender às finalidades desta pesquisa, serviram de base as respostas dos gestores dos Fundos, registrada nas entrevistas do Mapeamento de 270 FRS monetários selecionados, de um universo de 539 Fundos Solidários (conforme apontado na Introdução). Neste capítulo são apresentados em dois grandes grupos: os FRS “de base” (ou comunitários) caracterizados conforme os grupos sociais (da área rural e, depois, urbana); e os “de fomento”.

A fonte principal para a discussão deste capítulo baseia-se nas respostas da questão “explique como surgiu o Fundo Solidário?”, que serão referenciadas e identificadas conforme a codificação e numeração originais no mapeamento<sup>111</sup>. Há que se fazer uma ressalva, pois o que foi registrado nessas entrevistas são “um ponto de vista” específico, o dos gestores. Também foram selecionados membros de alguns empreendimentos solidários beneficiados pelos Fundos, mas não constituem a “base de dados” do mapeamento consultada e nem o foco deste trabalho. Evidente foi necessária uma leitura completa do conjunto de respostas de cada questionário, além da busca de informações complementares através de contato direto com representantes dos FRS ou de outros meios disponíveis.

---

<sup>111</sup> Por exemplo, PB033 refere-se a um FRS da Paraíba sob o número 33. Quando for citação literal estará em evidência no texto, mantendo-se o quanto seja possível a forma original dos registros. Haverá casos em que é apontada uma síntese elaborada pelo autor e, nesses casos mantêm-se a citação do respectivo código e respeita sua ideia principal.

## 5.1 AS INFLUÊNCIAS E DEMANDAS ORIGINÁRIAS DOS FRS

As motivações principais para o surgimento de FRS deve-se a uma multiplicidade de fatores, que foram agrupados em diversos tópicos, a partir daquelas que mais tiveram repetições ou incidência (Cf. Tabela 5). A classificação priorizou o fator inicial, isto é, a primeira necessidade que a comunidade procurou resolver. Apontaram-se outras razões, pois à medida que se desenvolve as ações, surgem outras necessidades e dinâmicas que os influenciam. Conforme muitos dos relatos, os FRS acabaram mudando seu foco inicial para atender outras demandas dos grupos ou comunidades.

Tabela 5 - Motivações principais para a criação dos FRS no Brasil

<b>Motivação para criar o FRS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
Necessidade de água/ para construção de Cisternas	51	18,89
Produção (atividades econômicas)	38	14,07
Aquisição de animais/ aves	22	8,15
Para constituição/viabilidade de EES	22	8,15
Hortas, telas, quintais.	18	6,67
Alimentos, remédios, necessidades emergenciais.	17	6,30
Sementes	13	4,81
Comercialização	13	4,81
Necessidade de crédito	13	4,81
Iniciativa de um líder	11	4,07
Artesanato	9	3,33
Agroecologia	6	2,22
Melhorias construções ou moradia	5	1,85
Reconstrução após desastres naturais (enchentes)	5	1,85
Apicultura	4	1,48
Energia elétrica	3	1,11
Compra de ferramentas	2	0,74
Incentivo de agente bancário	2	0,74
Inclusão racial	2	0,74
Pesca artesanal	2	0,74
Geração de renda	3	1,11
Assistência técnica	1	0,37
Não identificado	8	2,96
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Mapeamento 2011-2013.

A motivação mais significativa para criação dos FRS (18,89%) foi a estratégia de construção de cisternas para atender o problema histórico dos longos períodos de estiagem, próprias do semiárido nordestino,

atingindo os camponeses diretamente<sup>112</sup>. A segunda, foi para atender às necessidades de produção ou atividade econômica (14,07%). Pode-se adicionar à última outras motivações similares, como a criação de pequenos animais (8,15%), a horticultura (6,67%), o artesanato (3,33%), a agroecologia (2,22%), a apicultura (1,48%) e a pesca (0,74%).

Outro bloco de fatores consiste na busca de recursos para comprar os meios de produção da atividade econômica, como instalar energia elétrica (1,07%), comprar ferramentas, pequenas máquinas (0,71%), assistência técnica (0,36%), entre outras. Depois de terem iniciado com a construção das cisternas, muitos continuaram com a mesma metodologia para aquisição de equipamentos, telas de arame, animais, sementes.

Um terceiro ponto relacionado aos motivos destaca que 22 FRS (8,15%) tiveram como objetivo inicial a viabilidade de empreendimentos da Economia Solidária. Assim, o dado indica que os Fundos podem ser uma iniciativa interessante para fomentar pequenos empreendimentos, principalmente os de Economia Solidária. São oito Fundos com essa característica (Cf. Tabela 08) que se apresentam com participação direta dos EES.

Como quarto ponto, tem-se que os FRS surgem para suprir as necessidades mais elementares e básicas, como comprar alimentos, remédios, outras emergências quotidianas (representam 16,43%). Aí aponta-se uma vantagem diferenciada dos Fundos, vista a facilidade de conseguir recursos financeiros sem as formalidades burocráticas normalmente exigidas pelo sistema convencional, mesmo facilitadas pelos atuais programas de microcrédito. Também por envolver poucos recursos, facilitando a devolução. Uma razão para isso é que tais recursos são considerados “propriedade” dos participantes, que são pessoas conhecidas, e também os mesmos recursos servirão para outros que necessitarem. Caso não devolvam, faltará a outros, com o risco de deterioração dos princípios, a base de sustentabilidade e credibilidade.

Um quinto conjunto, constituído por 11 FRS, aponta que o início dependeu do incentivo direto de uma “liderança”: sindicalista, agente de Cáritas ou de pastoral, líder comunitário, agente bancário (citado agente do BNB). Nesse ponto aparece o papel importante de algumas lideranças em motivar e divulgar os bons resultados conquistados.

A partir desse conjunto de fatores, argumenta-se que os FRS são um tipo de iniciativa para suprir as necessidades de crédito para atividades

---

<sup>112</sup> As cisternas são uma tecnologia inovadora como estratégia de convivência com o semiárido. Para maiores aprofundamentos ver Sabourin (2009) e Oliveira(2011)

econômicas informais e populares, cujas atividades não são de interesse do crédito convencional, isto é, os grupos sociais mais vulneráveis. Infere-se que, na concepção dos entrevistados (gestores principalmente), os FRS são estratégias para atender também outras demandas da comunidade e do grupo social que não somente a atividade econômica. Isto demonstra ser um dos pontos, que manifestam sua maior criatividade e originalidade em relação às demais iniciativas de Finanças Solidárias, e, via de regra, estarão, com isso, mais propensos a maiores fragilidades e riscos para a sua viabilidade se relacionados a outras iniciativas como as cooperativas de crédito.

Além das motivações acima expostas, os FRS surgem, de modo geral, pela iniciativa de uma entidade social que, neste caso, não é denominada entidade gestora, mas fomentadora. Nas respostas dos entrevistados esse apoio se caracteriza de diversas maneiras: por exemplo, uma ação planejada da entidade para a constituição de um FRS; uma ação de divulgação dos Fundos; ou algum aporte financeiro para a constituição, como pode se observar pela maior participação das ONGs (28,33%) e das entidades religiosas (25,26%) (Cf. Tabela 6 e (Gráfico 3).

Tabela 6 - Tipo de entidades fomentaram a criação dos FRS no Brasil

Entidades	FRS	%
ONGs	83	28,33
Entidades religiosas	74	25,26
Cáritas Diocesanas	37	12,63
Caritas Brasileira - Regionais	14	4,78
Pastoral Criança	16	5,46
Outras entidades	7	2,39
Iniciativa própria	42	14,33
Sindicatos trabalhadores	24	8,19
Entidades Cooperação Internacional	19	6,48
Bancos Públicos	15	5,12
Entidades Governamentais	17	5,80
Federais	3	1,02
Estaduais	9	3,07
Municipais	5	1,71
Cooperativa	1	0,34
Não Informado	18	6,14
<b>TOTAL</b>	<b>293*</b>	<b>100,00</b>

\*Número total de citações de apoio e não de FRS.

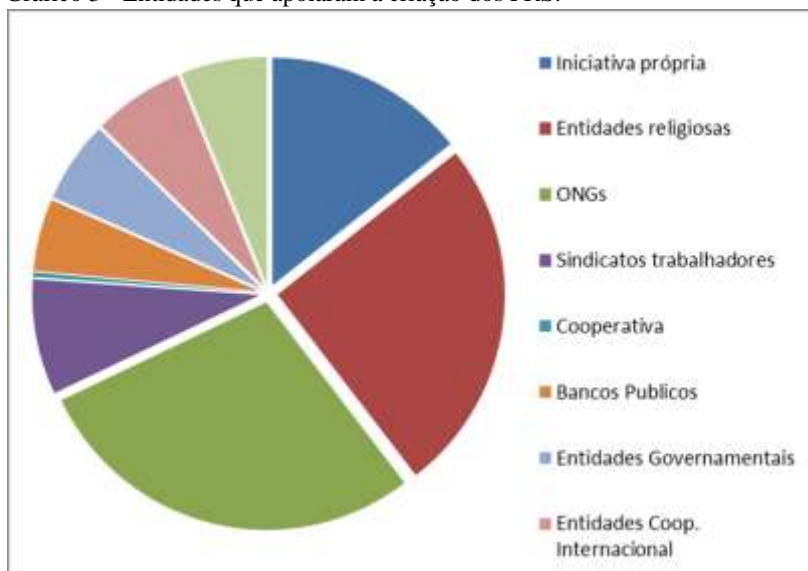
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Houve a participação de Bancos públicos, principalmente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (5,12%) e de entidades governamentais



(5,80%) para iniciar atividades com FRS. Em um nível intermediário encontra-se os Sindicatos de Trabalhadores, principalmente dos trabalhadores rurais (8,19%). No grupo de ONGs, há incentivos não financeiros de entidades religiosas e de sindicatos, entre outros (Cf Quadro 33 Apêndice). Alguns não apontaram essa informação, tratando-se, provavelmente, de “iniciativas próprias” das comunidades e dos grupos sociais específicos. Maiores detalhes desses dados serão desenvolvidos adiante, à medida que são analisados os grupos sociais.

Gráfico 3 - Entidades que apoiaram a criação dos FRS.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esta seção demonstrou que os FRS são fruto de um processo social dinâmico interligando múltiplos fatores em que se utilizam de métodos simplificados ou populares de crédito. É uma breve síntese para se ter uma noção aproximada, mediante todos os elementos que contribuíram para seu surgimento. Nas próximas seções busca-se demonstrar outras questões de maneira a entender melhor estes processos sociais.

## 5.2 OS FRS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os FRS, enquanto iniciativas preponderantemente da sociedade civil, constituem-se numa trama de organizações, como as principais fomentadoras desse tipo de finanças alternativas, denominada Solidárias,

como demonstrou de diversas formas o mapeamento conceitualmente discutido anteriormente (seção 3.2). Dito de outro modo, são inicitivas que se localizam mais na sociedade civil em sua maioria e menos no poder público ou empresas privadas ou mesmo instituições financeiras, em que pese o aporte financeiro de todos esses segmentos.

Embora seu crescimento seja recente, os FRS, por um lado, recuperam práticas tradicionais de finanças de que “dependem os indivíduos e as famílias, como comprar fiado, vender ‘na palha’, tomar um dinheiro emprestado, vender um animal, guardar um produto para vender a um preço melhor, caixa entre amigos, seguro funeral, etc.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 21). Por outro, são influenciados pela racionalidade moderna, na medida em que se utilizam critérios, exigências de crédito e práticas como planejamento, controles técnicos e contábeis, monitoramento, acompanhamento da viabilidade econômica, etc.

Para conhecer as organizações sociais, um primeiro critério utilizado neste trabalho foi a busca pelos aspectos formais e jurídicos das entidades gestoras, que apareceram no mapeamento, como demonstra-se na Tabela 7 (Cf. maiores detalhes no Quadro 33 Apêndice)

**Tabela 7 - Número de entidades gestoras de FRS (Brasil, 2011-2013)**

Entidade gestora	Urbana		Rural		Mista*		TOTAL	
	N	%	N.	%	N	%	N	%
Associação comunitária	11	4,07	105	38,88	5	1,85	121	44,81
Outra associação	12	4,44	40	14,81	2	0,74	54	20,00
Grupo informal	12	4,44	39	14,44	2	0,74	53	19,62
Sindicato	2	0,74	3	1,11			5	1,85
Cooperativa	1	0,37	10	3,70			11	4,07
Pastoral/entidade religiosa	5	1,85	15	5,55	6	2,22	26	9,62
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>15,92</b>	<b>212</b>	<b>78,51</b>	<b>15</b>	<b>5,55</b>	<b>270</b>	<b>100,00</b>

\*Abrangência rural e urbana.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Percebe-se a predominância das “associações comunitárias” com 121 participações, representando 44,81% dos casos. E “outra associação”, em segundo lugar, são entidades com abrangência mais ampla que o nível comunitário, representando mais de 20%. As cooperativas e sindicatos possuem uma baixa participação enquanto gestoras, representando 4,07% e 1,85%, respectivamente. As entidades religiosas participam praticamente com 10%. Os grupos informais representam 19,62%. Acrescenta-se que, no geral, há um grau de formalidade ou institucionalidade dos FRS elevado, chegando a 80,38% (à exceção dos “grupos informais”).

A forma jurídica “Associação” é a mais adotada no meio rural por suas vantagens institucionais, sociais e políticas, e pela facilidade e simplicidade em agrupar membros de uma comunidade em torno de objetivos, interesses ou reivindicações próprias. Segundo Sabourin (2009, p.89) “a facilidade de registro, adaptabilidade do modo de funcionamento e a ausência de controle fiscal ou de sanção, fazem com que a associação seja o modelo de organização profissional preferido pelos agricultores e políticos.”

Em geral, uma **associação** se constitui a forma mais simples, do ponto de vista formal e legal (diferentemente da cooperativa), para executar um projeto de tipo produtivo ou econômico. São associações de direito civil sem fins lucrativos, cuja obrigação consiste em redigir e registrar seus estatutos, eleger e renovar uma direção e um conselho de vigilância.

Nantes e Scarpelli (2011, p.692) apontam o “associativismo” para os empreendimentos rurais de pequeno porte, como a ação coletiva mais vantajosa para a viabilidade econômica, e

uma estratégia fundamental para a permanência destes agricultores na atividade. Estas organizações buscam superar as dificuldades e gerar benefícios comuns. Ganhos de escala podem ser obtidos pela comercialização conjunta da produção, redução do preço dos insumos, utilização de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, etc. [...] Nas associações a incidência de tributos é menor reduzindo os custos de manutenção administrativa.

Prova disto é a “associação de produtores” cujo modelo de organização local que mais se desenvolveu nos últimos trinta anos no meio rural. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a necessidade das comunidades de exercer o poder formalmente através de representações jurídicas; a atuação de atores externos como igrejas, ONGs, serviços de extensão rural e projetos públicos; e a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos). “Distinguem-se associações comunitárias, que agrupam os agricultores de uma mesma comunidade ou de um assentamento de reforma agrária, das associações de desenvolvimento, organizadas em geral na escala municipal e que federam várias comunidades” (SABOURIN, 2009, p.88). Essas últimas, no mapeamento, são denominadas como “outra associação” (“entidades de assessoria”, Cf. item 5.5.2)

Outro ponto que contribui para a compreensão dos FRS gira em torno de conceito polissêmico, o de **comunidade**, qualificando essas experiências e organizações. “O conceito de comunidade tem origem nas influências recentes, de resto ainda são usados os termos ‘fazenda’ ou ‘sítio’. O termo nasceu por influência da ação pastoral da Igreja católica baseadas nas CEBs, marcados pela teologia da libertação” (SABOURIN, 2009, p. 48).

As comunidades rurais nordestinas podem, segundo Sabourin (2009, p.51), ser caracterizadas sob três aspectos:

i) o parentesco: em geral os membros das comunidades são descendentes de um ancestral comum, fundador ou primeiro proprietário da ex-fazenda. ii) a localidade: a maioria das comunidades no Nordeste se origina do desmembramento ou da divisão de grandes fazendas, herdadas por sua vez das sesmarias. [...] estas grandes fazendas tinham escravos negros mesmo no interior do nordeste. Alguns preferiram, fugir para os quilombos isolados. iii) a reciprocidade: entendemos a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social, identificado por Mauss (1924).

Em suma, a comunidade existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, de valores que a constituem. (SABOURIN, 2009, p.51)

A preferência por “Associações comunitárias” como entidades gestoras de fundos leva em consideração a vantagem da inserção dos participantes em todas as etapas da gestão e facilita a criação dos Fundos Rotativos comunitários. Um passo para a articulação em rede destas associações, juntando-se com entidades sociais de fomento, deu-se no 3º Seminário Nacional de Fundo Solidários em setembro de 2016, em Brasília.

As diferenças fundamentais situam-se entre as variações de associação com estrutura hierárquica e com estrutura “horizontal”, na perspectiva de organizações em rede (SHERER-WARREN, 2008).

Os FRS são uma ação de entidades sociais brasileiras articuladas com algumas ONGs estrangeiras (Cf. Quadro 33 e Quadro 34 Apêndice). Tal articulação com a cooperação internacional se dá como apoios financeiros, que financiaram grande parte das ações de ONGs brasileiras, aqui apontados como Fonte de recursos (Cf. seção 6 e Ilustração 3).

A questão da pobreza e da fome no Brasil adquire credibilidade e agenda política em meados de 1990 com a “campanha do Betinho”<sup>113</sup> influenciando posteriormente a criação do programa Comunidade Solidária, no governo Fernando Henrique. Depois de 2003 esse programa é reorganizado no “Fome Zero” e, posteriormente, muda para o Programa Bolsa-Família. Além desses programas, tangenciam e complementam tais políticas sociais outros programas, como a ampliação do PRONAF, a criação do PAA e do PNAE, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sobre esta questão da pobreza no pensamento social e do surgimento de políticas de superação da fome no Brasil encontra-se estudos importantes principalmente em Sprandel (2004, p.11-20); Rego e Pinzani (2013); e Yasbek (2012).

Além desses programas governamentais como fonte de recursos e apoio à criação dos FRS, em 2010, o envolvimento do Banco do Nordeste e da SENAES (Governo federal) situam-se as principais fontes de recursos encontradas pelas entidades fomentadoras de Fundos no Nordeste e, em alguns casos, encontra-se recursos pontualmente advindos de algumas empresas (fundações) privadas (Figura 3).

Porém a análise dos FRS pode ser realizada de outra forma, a partir da categoria “grupos sociais”, entendidos a partir da formação de uma identidade sócio-cultural-territorial que provém das articulações em rede de movimentos sociais. Por outro ângulo teórico, Oliveira, (2011, p.187), relaciona a prática de FRS com conceito de “ação coletiva”: Exemplifica que

um tipo de **ação coletiva** desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações, através da luta e da resistência contra as estruturas políticas de dominação que impedem os processos democráticos e a conquista da autonomia camponesa. Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a

---

<sup>113</sup> Em 1993-1994 foi realizada uma mobilização social, em nível nacional, com repercussão na mídia denominada Ação da Cidadania, pelo sociólogo Herbért de Souza (Betinho) com diversas iniciativas como campanha da doação de alimentos, restaurantes populares e projetos econômicos de geração de renda e trabalho.

cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar.  
(grifos nossos)

Tabela 8 - Número e percentagem de FRS por Grupos Sociais (Brasil, 2011-2013)

<b>FRS de Base/ comunitários</b>	<b>N. FRS</b>	<b>%/total</b>
<b>FRS no meio Rural (Agricultura Familiar)</b>		
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59
1.2 Assentados/as	13	4,81
1.3 Agricultores agroecológicos	4	1,48
1.4 Apicultores	7	2,59
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74
1.7 Quilombolas	5	1,85
1.8 Hortifruticultores	4	1,48
1.9 Indígenas	3	1,11
1.10 Extrativista	3	1,11
1.11 Pescadores	2	0,74
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>71,48</b>
<b>FRS de base no meio urbano</b>		
2.1 Artesãos	15	5,56
2.2. Costureiras	6	2,22
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48
2.5 Catadores	2	0,74
2.6 Afrodescendentes	1	0,37
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>12,22</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>83,70</b>
<b>FRS de Fomento</b>		
3.1 Economia Solidária	8	2,96
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59
3.3 Cáritas	17	6,30
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33
3.5 FRS (Diaconia)	2	0,74
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>16,30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	
<b>%/Total</b>		<b>100,00</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Embora a classificação adotada no Mapeamento apresente uma diferenciação fundamental e interessante (Tabela 7), do ponto de vista de uma abordagem sociológica é insuficiente para perceber a contribuição dos FRS para a construção sociopolítica das finanças solidárias. Em outras palavras, revela-se apenas superficialmente o “caráter social” ou as

relações recíprocas e/ou dádivas que lhes dão sustentação. Por causa disso, a classificação por “grupos sociais” envolvidos e suas articulações com as entidades jurídicas parece ser mais adequada para a sua compreensão sociológica.

A partir dos dados coletados, realizamos uma categorização diferente, ou seja, por “grupos sociais”, seguindo como critérios da mesma forma que se apresentaram ou que no estudo dos dados possuem um grau de identidade social, econômica, política e cultural no Brasil a fim de entender a contribuição e as transformações sociais dos FRS neles inseridos (Cf. Tabela 8)

A partir dos elementos acima expostos, pode-se melhor compreender algumas razões dessas iniciativas estarem mais presentes em determinadas regiões do que em outras, por exemplo, mais no meio rural que urbano e no Nordeste que no Sul do Brasil. As seções seguintes apresentam as características e bases sociais dos FRS subdividindo-os em dois grandes grupos: os de base (comunitários) e os de fomento. Nos de base, subdividem em grupos sociais no meio rural e no mundo urbano.

### 5.3 A CONTRIBUIÇÃO DOS FRS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para melhor caracterização, optou-se pelo conceito de agricultura familiar, conforme apresentado nos dados e relatos do Mapeamento, ou seja, grande parte dos participantes dos FRS se identificaram desta forma. Certamente esta identidade foi influenciada pela forma que o Estado brasileiro trata os diversos modos de vida no meio rural e as atividades agrícolas de pequeno porte. Por exemplo, esta diversidade foi agrupada em torno do conceito de “agricultura familiar” pela Lei que estabelece a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”<sup>114</sup>. Essa Lei inclui nestes termos todas as formas organizativas, atividades agrícolas e grupos como apicultores, criadores de animais, agroecológicos, indígenas, pescadores, quilombolas, etc. Para organizar nossa classificação, tendo isto em mente, adota-se como critério de seleção em primeiro lugar o próprio nome que consta no título do FRS e da própria associação (entidade gestora). Depois busca-se outras informações, nos dados do Mapeamento ou fora dele, que confirmem tal identificação. Assim chegou-se aos 193 Fundos de Base no meio rural: 142 especificados como agricultores familiares e 51 de outros grupos que, mesmo integrando o conjunto da agricultura familiar apresentam outras

---

<sup>114</sup> Conforme Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.

características sociais, econômicas e culturais ou perspectivas de organização política que mereceram destaque e reforçam os objetivos deste trabalho

Dentro desta discussão convém lembrar o debate que realiza-se nas ciências sociais, entre a noção de campesinato (mais antigo, desde Marx<sup>115</sup>) e a relação com agricultura familiar (atual), e de ambas com a agricultura capitalista.<sup>116</sup> O campesinato se caracteriza diferentemente da concepção de “agricultura familiar”, de modo geral. “As teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura camponesa com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, sobretudo nas obras de Kautsky [1986] e Lênin [1985]” (PLEIN; FILIPPI, 2011, p.99) Mas durante o século XX e o atual estas teses foram sendo revistas devido a persistência da agricultura familiar mesmo numa economia preponderante e crescentemente capitalista. Plein e Filippi (2011, p.152) realizam uma síntese das causas desta “convivência” e sobrevivência da agricultura familiar, embora sofrendo influências e modificações ao inserir-se nos grandes mercados capitalistas:

o campesinato representa um modo de vida, e, quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua crescente interação com a sociedade capitalista, vai levar ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada”

E, Sabourin (2009, p.39-40) corrobora neste ponto e salienta que o caráter camponês destas comunidades é apenas parcial e sujeito a evoluções com isso considera a permanência de práticas e regras que remetem à reciprocidade nas áreas rurais, e o termo campesinato abarca

---

<sup>115</sup> Em relação a questão agrícola a tradição marxista traz contribuições universais e conjunturais; entretanto, sobre o mundo rural é limitada e parcial, uma vez que Marx não se interessou diretamente pelo mundo rural, que era considerado “o passado”. Sobretudo o assunto é tratado em O Capital (MARX, 1985), sobretudo o Livro I (acumulação de capital) e Livro III (renda da terra), o que representa uma interpretação econômica e tecnológica e em O 18 de Brumário (In: MARX, 2008) que corresponde a uma interpretação política e conjuntural. (Cf PLEIN; FILIPPI, 2011, p. 99 e ABRAMOVAY, 1992, p.31-36 entre outros)

<sup>116</sup> Para maior aprofundamento da questão agricultura familiar e camponesa no debate atual, além dos que virão adiante no texto, pode-se consultar por exemplo MENDRAS, 1978; VEIGA, 1991, ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; JEAN, 1994; PLEIN, 2003; WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 1999; WILKINSON. 2008



todas as formas de sociabilidade no mundo rural, com exceção das grandes empresas que atuam no modelo capitalista ou simplesmente denominado agronegócio.

A maioria dos FRS de base pertencem ao grupo denominado “agricultura familiar”, termo mais utilizado no Brasil para agricultura de pequeno porte, depois de 1995, com a criação de políticas agrícolas próprias, a exemplo do PRONAF e depois a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Para compreender sinteticamente as relações entre a produção familiar e empresarial (atualmente o agronegócio) contribui a análise de Germer (1996, p. 335):

Até o início da década de 70 foi bastante influente, no pensamento crítico brasileiro, o enfoque teórico marxista na análise da questão agrária, sendo depois substituído crescentemente por teorias calcadas na hipótese da predominância da chamada produção “familiar”. [...] Em primeiro lugar, uma linha de interpretação na tradição de Chayanov, que tendia a encarar a agricultura como espaço de uma produção “familiar” entendida como um tipo de organização produtiva dotada de uma lógica própria e, por isto, capaz de resistir à transformação capitalista. [...] O protótipo do produtor familiar chayanoviano é o camponês semi-independente na transição entre o feudalismo e o capitalismo, situação característica da agricultura russa no fim do século XIX. A segunda linha baseia-se em uma tradição originada nos Estados Unidos, em que o produtor “familiar” era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista arrojado, em ascensão após a independência deste país. O culto da produção “familiar” é, na realidade, um culto ao pequeno capitalista da fase heroica do capitalismo e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês que está presente desde o início da colonização norte-americana.

Desde 1995, a agricultura veio conquistando espaço nas políticas públicas, em que o PRONAF se torna o exemplo mais importante, culminando na Lei (de 2006). Esta delimita como “agricultura familiar” os empreendimentos que possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra predominantemente familiar, renda gerada na sua maior parte pelas atividades agropecuárias e gerenciamento do estabelecimento

efetuado pela própria família. Também são considerados como sendo agricultores familiares, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores artesanais, os indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (Cf. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 2º).

Em síntese, a agricultura brasileira se distingue teoricamente por dois modelos convivendo dialeticamente: a) produção agrícola de natureza familiar, frequentemente associada ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terra, água, pastos) ou a redistribuição dos fatores de produção (sementes, trabalho, saber fazer) mediante diferentes formas de ajuda mútua, de regras de acesso ou de compartilhamento destes recursos; e b) agricultura empresarial, que monopolizou as terras mais férteis e de maiores condições para mecanização (SABOURIN, 2009, p.23). Os FRS situam mais no primeiro modelo como uma forma de resistência da agricultura familiar (e relaciona-se a noção chayanoviana), evitando que seja destruída pela produção empresarial (capitalista), mesmo a de pequeno porte.

A discussão teórica acima objetiva situar as causas socioculturais do surgimento e concentração maior de FRS na área rural, autodenominados como “agricultores familiares”<sup>117</sup> e como forma de resistência e manutenção desta em relação as interferências e tentativas da agricultura capitalista de grande porte. Por que os FRS se desenvolveram mais entre camponeses nordestinos, haja visto que, em outras regiões do Brasil, as Cooperativas de Crédito Solidário, principalmente no Sul, são a alternativa de finanças desenvolvida pelo sindicalismo e movimentos sociais relacionados à agricultura familiar? (Cf. Seção 3.2). Quiçá os elementos explícitos pelas teorias de dádiva e reciprocidade, conforme sugere Sabourin, ajudem a compreender essas diferenças. Outro ponto é que, a partir de Germer (1996), a resposta seria de que no, Sul, o agricultor familiar se identifica mais o modelo “americanizado” (sendo incentivado e financiado)<sup>118</sup> mais que o “chayanoviano”. Indica-se que a resposta

---

<sup>117</sup> Identificou-se 43 FRS que se denominam “pequenos produtores rurais”, porém as características apresentadas são praticamente as mesmas dos que se denominam de agricultura familiar. Conceito foi mais utilizado pelas políticas de agricultura na época dos governos militares.

<sup>118</sup> Nas décadas de 1960 a 1970, principalmente nas políticas agrícolas, predomina a visão de que, para desenvolver a agricultura brasileira, era necessário modernizá-la com inovações tecnológicas, crédito rural e assistência técnica, “ensinando” o agricultor técnicas de gestão, no sentido de transformá-lo num “pequeno empresário” (Cf. DELGADO, 2005, p.56-61)

mais adequada, sem criar rótulos inadequados, é que os FRS são iniciativas que se relacionam mais ao último modelo.

### 5.3.1 Os FRS: uma perspectiva para viabilidade da agricultura familiar

Neste grupo, encontra-se a maioria dos FRS de base onde se desenvolvem os aspectos relacionados aos processos de construção social e histórica para continuidade e viabilidade deste modelo agrícola, com todos os contratempos relacionados a sua inserção no mercado capitalista, como visto acima. Essa construção adquire relevância na medida em que iniciativas como a dos Fundos inserem-se em dinâmicas territoriais específicas, a partir de suas identidades sociais, políticas e culturais. Neste item apresenta-se brevemente alguns exemplos dos 142 FRS (52,59% do total da pesquisa) constituídos por agricultores familiares (Cf. Tabela 9). Um primeiro ponto é que são geridos por 92 associações comunitárias representando 64,78% (dos 142), predominando a abrangência comunitária em 78 (54,93%) e indicando algum nível de “formalidade” e organização racional e técnica necessárias contrastando, de certa maneira, que poderiam ser entendidas como “finanças informais” (são 26 geridos pelos grupos informais ou 18,31%).

Tabela 9 - Agricultores familiares e Número de FRS por Tipos de gestores e abrangência territorial

<b>Gestores/ Abrangência</b>	<b>Comunitária</b>	<b>Municipal</b>	<b>Territorial</b>	<b>TOTAL</b>
Associação Comunitária	78	13	1	92
Grupo informal	18	6	2	26
Outra Associação	6	9	7	22
Cooperativa			2	2
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>28</b>	<b>12</b>	<b>142</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A respeito desses 142, não é possível detalhar exaustivamente neste trabalho toda a riqueza de dados do Mapeamento. Então selecionou-se 15 FRS, (Quadro 10) localizados em 12 cidades principalmente situados no Nordeste brasileiro, como espécie uma Amostra (dos 142), selecionando uma média de 10% do número de Fundos por: estado, ano de fundação, entidade gestora e abrangência geográfica (Cf. Tabela 29 Apêndice),

Em Alagoas são dez Fundos que identificamos como agricultores familiares situados em basicamente quatro cidades<sup>119</sup>. As entidades que

<sup>119</sup> Cacimbinhas, Coité do Noia, Igaci e Maravilha

contribuíram com o processo de constituição desses Fundos são a Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA) e também os Grupos de Oportunidades Locais de Desenvolvimento (Gold). “O processo consiste na reunião semanal de grupos de 10 a 20 pessoas da mesma rua ou do mesmo bairro, que discutem os problemas e dificuldades locais para levantar soluções por meio da solidariedade” (AL005). Menciona-se ainda a criação de banco de sementes junto às comunidades e famílias articuladas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) (Quadro 33Apêndice)<sup>120</sup>.

Destaca-se o FRS de Igaci (AL) gerido pela Associação (comunitária) dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa Grande dos Basílios (cf. Quadro 10), fundada em 8 de novembro de 1988, com 43 participantes, para reivindicar o acesso à energia elétrica. Porém,

a prática de fundo solidário iniciou no ano de 1992, quando foi constituído um Banco de Sementes a partir do incentivo do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável de Alagoas (Emater/AL). Posteriormente no ano de 1998, a AAGRA, repassou animais na perspectiva de contribuir para segurança alimentar das famílias e contribuir para o incremento de renda. Entre os anos 1998 a 2004, participaram 52 famílias, cada família que recebia uma cabra, realizava a devolução de outro animal (fêmea) quando esta procriava. 81,3% das famílias realizaram a devolução voluntária. No ano de 2004, foi iniciada na comunidade o FAC é um fundo de empréstimos fomentado pela AAGRA juntos as comunidades, abrange atividades de agricultura; infraestrutura; empréstimos pessoais e pequenos comércios (AL013)

---

<sup>120</sup> No Apêndice encontra-se no Quadro 33 e o Quadro 34 uma síntese de cada entidade que apoiou FRS, as que atuam no Brasil e as internacionais, respectivamente.

Quadro 10 – Brasil: Exemplos de FRS de agricultores familiares

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade /Estado</b>	<b>Ano*</b>
AL005	Fundo Rotativo Solidário / Poupança do Grupo...	Grupo Nova Esperança Unidos para Vencer	Igaci/AL	2011
AL013	Fundo Alternativo Comunitário (FAC)	Assoc. dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa Grande dos Basílios	Igaci/AL	1992
BA031	FRS de Jaboticaba	Assoc. dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ)	Quixabeira/BA	2001
CE009	FR Comunitário de Urubu	Assoc. Comunitária dos Moradores de Urubu	Trairi/CE	2009
GO021	FS de viveiros de mudas nativas do cerrado para reflorestamento do PA Itaúnas	Grupo Jovem Filhos e Filhas da Terra	Planaltina/GO	2003
MA020	FR do Grupo de Investimento Coletivo	Grupo de Investimento Coletivo de Santo Antônio dos Maranhenses	Coroatá/MA	2008
MG013	Fundo de Crédito Solidário	Assoc. Regional dos Agricultores e agricultoras da Zona da Mata	Divino/MG	2000
PB018	FRS de Lagoa do Campo	Assoc. Comunitária de Lagoa do Campo	Cacimbas/PB	2007
PB021	FR dos Sítios Nicolândia e Aningas	Assoc. Comunitária dos Produtores Rurais dos Sítios Nicolândia e Aningas	Massaranduba/PB	2003
PB086	FRS da Comunidade de Caiana	Assoc. Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (ACODECA)	Remígio/ PB	1999
PB097	FRS de Lajedo de Timbaúba	Assoc. de Desenvolvimento Comunitário de Lajedo de Timbaúba	Soledade/PB	2004
PB099	Fundo Rotativo Regional	Coletivo...	Soledade/PB	2008
PE009	Fundo Comunitário do Sítio Riacho do Meio	Assoc. Comunitária dos Pequenos Produtores do Riacho do Meio	Jatuba/PB	2005

PE021	FRS da Associação dos ...	Associação dos Produtores de Farinha de Serra da Cruz	Pesqueira/PE	1991
PI009	Fundo da Assoc. dos Pequenos...	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Bom Sucesso	Florianópolis/PE	2008

(\*) Ano de início do Fundo Solidário; FRS=Fundo Rotativo Solidário; FS= Fundo Solidário.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Entre os nove FRS baianos, destacamos o de Quixabeira (BA) da Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ)

Em 1983 um grupo de famílias se reuniu para melhorar a qualidade de vida da região. Começaram discutindo quais ações educativas poderiam implementar: roça comunitária, creche entre outras. Nascendo assim, o espírito de trabalhocomunitário. Após esse momento houve a oficialização da Associação em 1987 e junto, emergiu a Escola Família Agrícola de Jaboticaba no intuito de aprimorar os conhecimentos de agricultura e fornecer uma oportunidade aos filhos da região do semiárido. Por volta de 1989, criam o projeto nomeado de “Cabra de Corda” onde algumas famílias receberam os animais (cabras) e repassavam a criação para outras famílias, constituindo assim, um FRS de animais. No ano 2000 constituem um FRS. O recurso inicial foi proveniente do exterior. O valor recebido foi R\$ 140.000,00 reais do Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (Disop Brasil) (BA031, Cf. Quadro 34)

São citadas entidades como a APAEB de Valente, além da contribuição do projeto da Secretaria estadual de Economia Solidária.

No Ceará, os sete Fundos são construídos com apoio de Cáritas e as três cooperativas da “Rede bodegas” (CE009, CE0017 e CE046). Destaca-se dentre eles o de Trairi (CE):

O fundo surgiu a partir da necessidade d’água para beber e 18 pessoas da comunidade resolveram se organizar para construir as cisternas, pois, avaliaram se fosse feito em mutirão com recursos das próprias famílias seria mais fácil. Em agosto de 2009 a comunidade recebeu uma doação de R\$ 2.500,00 da Diocese de Toledo (PR), juntaram com os recursos dos depósitos dos sócios e conseguiram fazer as quatro primeiras cisternas. [...] Quando aos recursos são solicitados para questões emergenciais os sócios, sócias não pagam juros e quando é para financiar projetos de produção (ex: artesanato, confecção, produção de alimentos) pagam uma taxa de 5% em cima do montante, às pessoas também contribuem com produtos para vendas numa

barraca das feiras e assim conseguir captar recursos para fortalecer a experiência. (CE009)

OS 15 FRS maranhenses encontram incentivo de diversas entidades para seu início, dentre elas a rede Cáritas. O exemplo é o apoio do Movimento das Comunidades Populares (MCP) de Coroatá (MA).

A ideia para a criação do fundo surgiu no ano de 2008, alguns membros da comunidade participaram de encontros do Movimento das Comunidades Populares e se inspiraram para criar uma espécie de poupança comunitária no povoado. A metodologia inicial foi a de convidar pessoas da comunidade para as reuniões onde explicavam a importância da cooperação, acertaram entre si que todos os que frequentassem as reuniões deveriam levar pelo menos um real a cada mês, mas as doações variavam até cinco reais. (MA020)

Esse FRS contempla outras ações para viabilizar as fontes de recursos, além dos participantes diretos, e é registrado que há participantes externos: os “clientes simpatizantes e os apoiadores, investidores que repassam quantias maiores para o grupo administrar e recebem com um pequeno acréscimo” Conseguiram arrecadar 29.500 reais, são 345 projetos financiados para empreendimentos coletivos em 2010 no valor de R\$ 61.679,00. Foram devolvidos 160 mil reais desde 2008. (MA020).

Na Paraíba encontra-se o maior número de Fundos inseridos nesse grupo social. As necessidades que deram origem aos 55 Fundos paraibanos são diversas, mas principalmente para atender à necessidade de água através da construção de cisternas. Nisso também há uma forte influência o papel das entidades sindicais através do Polo Sindical da Borborema, do PATAC, do “Coletivo” e da Rede ASA/PB (Cf. Quadro 33). Citamos algumas experiências desse processo:

O FRS de Lagoa do Campo surgiu no ano de 2007 a partir da construção de sete cisternas de placas apoiadas por parceiros como Cáritas, Centro de Educação e Formação Social (CEPFS), Ação Social Diocesana de Patos. Iniciou o fundo com apenas sete participantes hoje há uma média de vinte pessoas que participam do FRS da comunidade [*dia da entrevista: 11/05/2012*]. As prestações de conta do FRS são feitas mensalmente e também anualmente dando assim mais transparência aos participantes sobre as aplicações dos seus recursos.



As principais ações desenvolvidas/apoiadas com recursos do FRS são: construção de cisternas, compra de máquinas e arame para confecção de tela, visitas de intercâmbios, empréstimo para famílias tirarem documentos e outros fins. (PB018)

Outra experiência encontra-se em Massaranduba (PB), localizada nas comunidades de Nicolândia e Aningas, no Território da Borborema. Após várias dificuldades e tentativas frustradas do trabalho da organização do Fundo desde 2003 para a construção das cisternas, é retomada posteriormente para atender outras necessidades.

Em 2010 começou o fundo rotativo de animais para a criação de caprinos e ovinos somente porque já existia uma tradição na comunidade de se trabalhar com esses animais. Para se iniciar esta atividade tiveram apoio do Polo da Borborema e este identificou que realmente este era o potencial de produção da comunidade. Começaram com 13 animais (1 para cada família) e atualmente a atividade consegue abranger 30 famílias, melhorando a renda de todos os envolvidos. (PB021)

Além desse incentivo à criação de animais, há incentivo à compra de telas para cercar os terrenos e sítios e para aquisição nas casas do Fogão ecológico”.<sup>121</sup>

Outro destaque é que a comunidade de Caiana é uma das primeiras de Remígio (PB) a utilizar a metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, iniciando com o “Fundo de cisterna”, por meio do recurso de fomento internacional vindo da AS-PTA, em 1999 com três cisternas. Os participantes após receberem o benefício foram dando suas contribuições. Em 2011, existiam 16 cisternas construídas com o recurso gerados do FRS. Mas o gestor entrevistado apresentou a seguinte avaliação:

No entanto esta metodologia de construir cisternas através de fundos rotativos foi desmobilizada na comunidade depois que algumas pessoas foram beneficiadas com cisternas do Programa UmMilhão de Cisternas (P1MC), no qual foram construídas seis cisternas. Estas não poderiam ser

---

<sup>121</sup> A tecnologia de Fogão ecológico é explicada em reportagem da TV Paraíba Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/v/conheca-o-fogao-ecologico-usado-na-paraiba/2801690/>>. Acesso em: 6 ago. 2016

transformadas em FRS, e desarticulou um pouco a atividade com esta atividade porque as pessoas não entendiam a diferença da cisterna “do governo” e da cisterna do fundo. (PB086)

Além dessas atividades, são apoiadas pelo Fundo a produção e venda de telas de arame, que visa atender uma “necessidade de criarem galinhas presas, uma vez que estas danificavam os plantios feitos perto das casas” (PB086).

O Fundo Rotativo Regional, sediado em Soledade (PB), é uma ação que envolve Fundos Rotativos de dez municípios e apoia atividades como o beneficiamento de frutas nativas e a conservação e estocagem de sementes crioulas. Atualmente o FRR apoia ações como: beneficiamento de frutas, sementes crioulas, fogões ecológicos, biodigestores e máquinas coletivas. Este Fundo tem como principal objetivo apoiar novas famílias e novos grupos com atividades que fortaleçam a agricultura familiar com base agroecológica na região

A experiência iniciou com a parceria do Coletivo e com o PATAC, a entidade fomentadora. A partir dessa parceria, grupos de beneficiamento de frutas e famílias envolvidas nos bancos de sementes receberam o apoio de equipamentos e sementes. Depois de apoio e de terem obtidos resultados, iniciaram o repasse (empréstimos) dos mesmos, dando, assim, origem ao Fundo Rotativo Regional (PB099).

O FRR é mantido com a contribuição e devolução dos participantes e, durante o período de 2008 a 2011, financiou 63 projetos, totalizando R\$ 9.599,25 para atividades de apoio à comercialização, beneficiamento de frutas e manutenção das máquinas coletivas. As definições das regras do Fundo foram decididas em reuniões com a participação dos sócios e da direção do Coletivo. A análise dos projetos é realizada pelos sócios e o acompanhamento dos projetos é feito por uma comissão comunitária.

A articulação do Coletivo e do PATAC influenciou outros FRS comunitários, como o de Lajedo Timbaúba no mesmo município de Soledade (PB). As origens desse Fundo são atribuídas aos laços de parentesco e a experiência em trabalhos coletivos anteriores, conforme relato de entrevistado:

a experiência de mutirões solidários teve início ainda com o seu avô. Com o falecimento do patriarca (em 1979), as famílias da comunidade resolveram se organizar mais ainda para que o trabalho e dedicação repassados pelo seu antepassado tivesse continuidade [...] Era comum ele reunir os filhos, os netos, os vizinhos para fazer

reparos nos barreiros, nas estradas e assim por diante. [...] Na busca de envolver toda a família na agricultura e evitar que os filhos fossem embora para outros centros as famílias se organizaram e fundaram a associação que durante um período se manteve na informalidade. Em 1983 ela se legaliza e começa a existir de fato e de direito. Depois de um tempo, ainda em 1999 o PATAC passou a acompanhar a comunidade e iniciaram o trabalho com as barragens subterrâneas. [...] A partir daí, vieram as outras experiências, o trabalho do banco de Sementes, o trabalho com a criação animal, as cisternas, os tanques de pedras e muitas outras coisas que aprenderam a fazer. (PB097.)

O Fundo recebeu apoio do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)<sup>122</sup> no valor de 26 mil reais. Ao todo, foi emprestado para 45 projetos o valor total de 20.509,00, principalmente para a criação de animais. A análise dos projetos é realizada em reuniões da associação comunitária e o acompanhamento é efetuado a cada seis meses pelo Conselho do FRS

Enfim, as experiências de Fundos Rotativos comunitários influenciaram o surgimento de outras como analisa Oliveira (2011, p. 172) descrevendo-os como fruto de um trabalho articulado por várias as entidades.

O trabalho com as inovações tecnológicas, através do Sistema Fundo Rotativo Solidário, chegou à Mandacaru no ano de 1997 mediado pelo STR [*Sindicato dos Trabalhadores Rurais*] e PATAC [*Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades*]. Além da deficiência hídrica, a Comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “comunidade organizada”, por possuir uma Associação ativa com alto índice de participação efetiva dos moradores da Comunidade. Logo, Mandacaru se destacou das demais comunidades de Soledade por apresentar um alto nível de coesão social e um interesse relativamente grande em formar e gerir grupos de FRS

Importante constar que, em Pernambuco, dentre os 29 Fundos, o Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor de Pesca

---

<sup>122</sup> Cf. Quadro 33. Apêndice

(CEDAPP) exerce um papel importante como articulador e fomentador, na criação de 17 FRS em 13 municípios na região do Agreste pernambucano<sup>123</sup>. A entidade fomentou FRS como metodologia para desenvolver atividades agrícolas, contribuiu no apoio à construção de cisternas e também de condições mais adequadas para a moradia no campo, a exemplo dos “banheiros secos”, conforme o relato do Fundo Comunitário do Sítio Riacho do Meio, de Jataúba (PE)

O fundo surgiu a partir do incentivo do CEDAPP, como forma de possibilitar a comunidade local maior autonomia quanto ao uso dos recursos do Fundo Solidário e contribuir no processo de organização social das comunidades quanto ao gerenciamento e mobilização comunitária. Destaca-se algumas ações desenvolvidas junto a comunidade, melhoria de infraestrutura (construção da sede comunitária; construção de cisternas; repasses de cabras; criação de galinhas caipiras; construção de banheiros convencionais; e assessoria técnica rural). (PE009)

Outro caso é o FRS da Associação dos Produtores de Farinha de Serra da Cruz (de 1987 em Pesqueira, PE –Quadro 10, PE021) com os agricultores que plantavam coletivamente e constituíram um banco de sementes de milho e feijão, na perspectiva de preservar as sementes produzidas na comunidade.

No ano de 1991, em parceria e incentivo do CEDAPP foi viabilizada ações de geração de renda (criação de galinhas caipiras). Posteriormente, no período de 1994- 2007 foram desenvolvidos projetos de segurança alimentar e nutricional e geração de renda (repasso de cabras leiteiras) e ações infraestrutura (construção de cisternas de placas, reformas domiciliares e banheiros secos). (PE021, Quadro 11)

No Piauí há oito FRS de agricultores, concentrando a maior parte no fomento a hortas comunitárias, equipamentos ou reformas para as “Casas de Farinha” e o beneficiamento de arroz. Por exemplo, em Floriano (PI), a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da comunidade Bom Sucesso, criada em 1999 por incentivo da Cáritas Diocesana de Floriano, sendo uma das necessidades do grupo uma

---

<sup>123</sup> Maiores detalhes da criação do CEDAPP (Cf. Quadro 33. Apêndice)

máquina para beneficiamento de arroz, o produto mais forte da comunidade. Os passos de sua constituição são descritos da seguinte maneira:

O agente da Cáritas Diocesana que acompanhava o grupo na época apresentou a necessidade da Associação para a equipe da Diocese que conseguiu recurso por meio do Projeto Alternativo Comunitário (PAC) com recursos de entidades da Suíça para a compra de uma máquina forrageira de grãos no valor de R\$ 8.000,00 que deveria ser devolvido 50% desse recurso em dois anos. A máquina funciona todos os dias e dois sócios são responsáveis pelo acompanhamento da mesma. A Associação conta com 60 sócios e o FRS foi formado para contribuir com a atividade de pilagem de arroz<sup>124</sup> e as necessidades do grupo. (PI009)

Os FRS de agricultores familiares estão presentes em outros estados e regiões brasileiras, como em Divino na zona da mata mineira<sup>125</sup> (Quadro 10, MG013), o Fundo de Crédito Solidário que abrange 17 municípios da região, desde 2000. O processo de constituição desse Fundo é relatado do seguinte modo:

A partir da reivindicação de alternativas de acesso ao crédito frente à dinâmica de dependência nos mercados de microfinanças rurais, é importante destacar a atuação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) em parceria com alguns Sindicatos na constituição de Fundos de Crédito Rotativo (FCRs), já na década de 1990. Estes fundos surgiram com recursos de uma financiadora internacional e eram gerenciados principalmente pelo CTA e pela Cáritas. [...] Os FCRs podem ser analisados como um mecanismo de fornecimento de modalidades de microcrédito para agricultores familiares. (MG013, Quadro 10)

A movimentação financeira desse FRS tem um volume maior, por exemplo, em 2010 foram financiados 63 projetos no valor de R\$ 63.000,00, para agroindústria familiar, sementes, infraestrutura, aquisição de animais, equipamentos etc.

---

<sup>124</sup> Técnica para descascar o arroz.

<sup>125</sup> Em Minas Gerais aponta-se três Fundos de agricultores familiares, os outros dois localizam-se nos municípios de Jequitinhonha e Porteirinha.

No Centro-Oeste, encontramos um na cidade de Tangará da Serra (MT) e três FRS em Goiás, nos municípios de Campinorte, Nazário e o terceiro no município de Planaltina em uma fazenda de 4030 hectares, totalmente desmatada que foi destinada à reforma agrária onde foram assentadas 100 famílias. O processo de constituição é registrado a seguir:

Com a criação de grupo jovens em 2003, [*dentre eles*] alguns fazendo curso técnico em agricultura sustentável e meio ambiente em Unai (MG), sentiram a necessidade de contribuir para diminuição do impacto [*ambiental*] causado pelo desmatamento no assentamento, fizeram uma coleta de dinheiro para comprar os primeiros saquinhos e a tela sombrite para um viveiro, e as sementes eram de fruteiras e nativas coletadas por eles nas redondezas. (GO021)

Na Região Sul, entre os agricultores familiares, identificou-se dois: a “Casa de sementes crioulas Mãe Terra”, em Hulha Negra (RS) gerenciada pelo Instituto Padre Josimo; e o “Banco de Sementes Crioulas”, em Três Arroios (RS), pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), ambos são Fundos de Fomento e não-monetários.

Por fim, sobre os FRS nesse grupo de agricultores familiares, pontua-se alguns elementos comuns da importância dos FRS que não se esgotam nesses exemplos apenas. Primeiro apresentam a possibilidade de viabilizar atividades econômicas de pequeno porte, mas que são estratégicas para a atividade agrícola não capitalista. Outra, pelos FRS é possível atender demandas simples e baratas para a sobrevivência e sociabilidade necessárias à vida no ambiente rural. Atividades que mesmo o PRONAF não consegue atingir pela formalidade exigida, em que pese a importância deste programa e suas conquistas (Cf. CAZELLA et al., 2016, p.49-79)

A possibilidade de fomentar projetos elaborados pelos próprios agricultores, considerando-se suas experiências e sua sabedoria vivencial, favorece condições melhores de vida nesses territórios pois, mesmo com as mudanças provocadas pelo modelo de uma agricultura capitalista (com seu pacote tecnológico, incentivo a *commodities*), os FRS nesse grupo representam a resistência de uma agricultura camponesa, milenar e tradicional e procuram resgatar tais práticas, como as sementes crioulas em territórios e comunidades marcadas por muitas adversidades, como a má distribuição das chuvas, além de superar relações sociais de dominação como o coronelismo, apadrinhamento político, a ausência de

políticas públicas de desenvolvimento rural, o avanço de projetos capitalistas, etc.

No próximo item apresenta-se a construção de FRS numa categoria social específica de agricultores relacionados aos assentamentos da reforma agrária.

### **5.3.2 A importância dos FRS para os assentamentos de reforma agrária**

A Reforma Agrária é uma luta dos camponeses do Brasil desde muitos anos e que, nas últimas décadas, expressa-se principalmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) entre outros. Estes Movimentos procuram forçar a realização da Reforma Agrária através de vários modos e lutas. Principal método geralmente utilizado é através da “ocupação” inesperada de uma determinada gleba, que perdeu sua “função social”<sup>126</sup>. Neste período (da ocupação), as famílias vivem em “acampamentos” que apesar das dificuldades, conflitos gerados antigos proprietários e ameaças de despejo pela Polícia, aprendem superá-las através de sua organização, primando por encontrar soluções coletivas e exercitar práticas democráticas. Depois de longos períodos de negociação entre famílias de agricultores, órgãos estatais (pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária INCRA) os assentamentos são organizados na terra ocupada ou outra área. Passam a ser identificados por “assentados” quando recebem o direito de cultivar a terra, na qual as práticas coletivas, por vezes, tendem a dissipar-se. Nesse sentido, os FRS se apresentaram em alguns destes assentamentos como uma forma de continuar o exercício de práticas democráticas, coletivas e viabilizar certas atividades econômicas básicas.

Ao todo se descobriu 13 FRS em áreas de assentamentos da Reforma Agrária, inclusive três com a participação exclusiva de mulheres (Quadro 11).

---

<sup>126</sup> Conforme a Constituição Federal de 1988 essas terras são as únicas passíveis de desapropriação. (Art. 184 a 186)

Quadro 11 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores assentados

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
AL006	Banco de Sementes da Associação...	Assoc. dos Agricultores Orgânicos do Assentamento Unidos pela Terra	Igaci/AL	2008
BA017	FRS – Assentamento Santo Agostinho	Assoc. dos pequenos produtores de Santo Agostinho	Itamaraju/BA	2009
BA026	FRS Cactus	Assoc.de Assistência Técnica e Assessoria aos trabalhadores do Movimento (CACTUS)	Senhor do Bonfim/BA	1990
MA009	FRS da Escola Família Agrícola	Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte	Capinzal Do Norte/MA	2006
MA041	Jovens Mensageiros de Cristo (JOMEC)	Assoc. dos Trabalhadores e Trabalhadores Residentes do Assentamento São Miguel	São Bernardo/MA	2010
MS012	Grupo Cumbaru Sustentável de São Manoel	Grupo Cumbaru do Assentamento São Manoel	Anastácio/MS	2007
PB033	FRS do Assentamento Junco	Movimento informal de mulheres do Assentamento Junco	Remígio/PB	2010
PB035	FRS do Assentamento Queimadas	Movimento informal de mulheres do Assentamento Queimadas	Remígio/PB	2010
PB042	FRS do Assentamento Emanuel Joaquim	FRS do Assentamento Emanuel Joaquim	Areia/PB	2006
PB037	FRS da Comunidade Genipapo	Assoc. dos Produtores Rurais do Assentamento Corredor (APRAC)	Remígio/PB	2003
PB043	FRS do Assentamento Oziel Pereira – Agrovila Cajá	Assentamento Oziel Pereira – Agrovila Cajá	Remígio/PB	2008
PB046	FRS de Cachoeirinha dos Torres e Assentamento Arcanjo.	Assoc.de Cachoeirinha dos Torres e Assentamento Arcanjo.	Soledade/PB	2009
PE008	Fundo Comunitário União de Todos	Assoc. dos Agricultores Assentados do Engenho Jussara e Adjacências	Moreno/PE	2006

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.



O FRS do Assentamento Emanuel Joaquim (Areia, PB – PB042) contou com o apoio de um conjunto de organizações sindicais denominadas Polo Sindical da Borborema. Basicamente foi “para o financiamento de telas, cursos de capacitação e as próprias famílias beneficiadas fizeram as telas.” Acrescenta-se um dos aspectos positivos que, “o FRS comunitário proporciona aproximar mais as famílias, **reforçando os laços solidários**. As famílias decidem o que fazer com os recursos muitas vezes atendendo as necessidades urgentes e não dependem de decisões externas” (PB042, grifos nossos).

Desse conjunto, Fulgêncio (2014) realizou uma análise sociológica do FRS da Agrovila Lagoa do Jogo, no Assentamento Oziel Pereira (Quadro 12, PB043), constituído por 19 famílias e localizado em Remígio (PB). A autora analisou como as relações sociais se operacionalizam entre os agricultores da agrovila tomando como referência o funcionamento do FRS e considerando também outras dinâmicas de reciprocidade, solidariedade e cooperação presentes na agrovila. Sua conclusão é que existem práticas coletivas na agrovila, mas que os laços sociais de cooperação e reciprocidade estão enfraquecidos, influenciando diretamente no funcionamento dos Fundos Rotativos: “[...] a falta de confiança entre os agricultores influencia diretamente no funcionamento do Fundo Rotativo, uma vez que o assentado não confia mais no outro em relação ao comprometimento com o arranjo social na agrovila” (FULGÊNCIO, 2014, p. 117).

Nessa perspectiva, observa-se que a dádiva, a reciprocidade ou os laços de confiança não são, por si, suficientes para explicar o funcionamento dos FRS, porém há outros aspectos que merecem ser considerados, como a gestão, o planejamento e os controles sistemáticos, que serão tratados nos próximos capítulos.

Por exemplo, na gestão do Fundo Comunitário União de Todos (Quadro 12, PE008), em Moreno (PE)<sup>127</sup>, na região metropolitana de Recife, aparecem aspectos positivos desse processo: foi realizada uma assembleia para definir os critérios de acesso ao fundo e sua manutenção. Como devolução de recursos, os juros seriam de 1,5% ao mês para

---

<sup>127</sup> “Iniciou através de capacitações sobre Economia Solidária e Gestão promovida pelo CredCidadania, em 2006, através de um financiamento do Inter American Foundation (IAF)” (Cf. Quadro 34 Apêndice). O FRS territorial é administrado pela Associação dos Agricultores Assentados do Engenho Jussara e Adjacências e conta com 45 participantes. Atualmente o Fundo Comunitário abrange três municípios: Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho (cinco comunidades).

atividades rurais e de 2% juros ao mês para atividades de comércio. Além disso, os participantes do fundo colaboram mensalmente com uma mensalidade de R\$ 5,00 (cinco reais) para custear despesas administrativas e financeiras. Também esse critério é uma estratégia para estimular a participação dos sócios nas assembleias ordinárias mensais e para poder acessar os recursos do Fundo. Quando há desistência de um sócio, ele recebe os valores que contribuiu ao Fundo sem juros nem correção monetária. O Conselho Gestor e a Diretoria do Fundo comunitário são independentes da Associação Comunitária (PE008).

Outro exemplo da articulação em redes nesse grupo social são os FRS da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), com recursos da *ActionAid*<sup>128</sup> e Loterias Britânicas, em 2006. O FRS desenvolveu o Projeto Agroecológico de Educação do Campo (Quadro 11, MA009), em Capinzal do Norte (MA), e duas Escolas Famílias Agrícolas, nos municípios de Lago do Junco e São Luís Gonzaga do Maranhão.

Resultados positivos são apontados pelas mulheres assentadas do Grupo Cumbaru Sustentável de São Manoel (Quadro 12, MS012) em Anastácio (MS): “elas ganharam independência financeira. [...] Reconhecimento do seu trabalho pelos maridos. Convívio social, retirando-as do isolamento de casa” (MS012).

Os FRS neste grupo social corroboram, como os demais, para fomentar atividades econômicas pelas quais o sistema convencional de crédito possivelmente não se interessaria, ou que as políticas agrárias ainda não contemplam. Por outro lado, os próprios assentamentos poderiam se fortalecer mais a medida que organizam seus próprios recursos de maneira autônoma dos aparatos estatais.

Enfim, esses FRS pertencem a um conjunto de organizações e movimentos camponeses que se situam na luta pela reforma agrária, onde os assentamentos são a base de sustentação. Ao longo dos anos as opções dos assentados e movimentos sociais a eles ligados foram incentivar cooperativas agrícolas, gerando a central de cooperativas CONCRAB e experiências de cooperativa de crédito, como a Crehnor<sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> Cf. Quadro 33 Apêndice

<sup>129</sup> Em 2016 passa a integrar o sistema Cresol. Experiência estudada por Búriço (2010, p. 251-260). Sobre as origens do cooperativismo da reforma agrária ver Singer (2005, p.107-117) que aborda três experiências originais no estado do Paraná.

### **5.3.3 Os FRS na perspectiva da agroecologia**

Outro conjunto de experiências de movimento social dos agricultores familiares é conhecida por Agroecologia e envolve muitos atores sociais, como as organizações de agricultores, as pesquisas universitárias e, nos últimos anos, certos programas governamentais. É um tema social e, por causa disso, adquiriu maior relevância recentemente não só pelo crescente número de agricultores que preferem essa maneira de produzir, como também pelo desejo das populações urbanas por uma alimentação saudável. Nessa categoria apareceram quatro FRS que têm esta perspectiva agroecológica colocada de maneira explícita nos seus objetivos. (Cf. Quadro 12)

Quadro 12 – Brasil: FRS e entidades gestoras de agricultores agroecológicos

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
BA011	Assoc. dos Produtores Agroecológicos. (APERJ)	Assoc. dos Produtores Agroecológicos (APERJ).	Jacobina/BA	2003
CE015	Fundo Rotativo Agroecológico e Solidário dos Territórios Vales do Curu/Aracatiaçu	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador	Itapipoca/CE	2008
CE052a	Bodega do Povo	Cooperativa dos Produtores Agroecológico e Artesãos (COOPA)	Viçosa Do Ceará/CE	2008
CE054	Bodega Nordeste Vivo e Solidário	Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Solidaria (COAPSOL)	Aracati/CE	2008

\* Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Um dos aspectos em que os FRS contribuem para o desenvolvimento da agroecologia é a necessidade de aquisição de meios de produção adequados para sair do modo convencional de produção agrícola, além de viabilizar espaços de comercialização através de organizações de feiras, pontos de vendas e certificação. Destaca-se que a realização de feiras de maneira autogestionária encontra nos FRS uma forma inicial para viabilizar recursos para sua manutenção, mesmo necessitando de poucos recursos para viabilizá-las.

O caso ilustrativo é o da Associação dos Produtores Agroecológicos (APERJ), localizada em Jacobina (BA) que começou o Fundo Solidário, com atuação em cinco comunidades. No início era um grupo com 14 famílias de agricultores. Os associados realizam reuniões mensais com prestação de contas e assembleia todo ano. O valor da contribuição ao fundo é recolhido toda quarta-feira, sendo que 5% sob o valor vendido constitui uma conta do Fundo Rotativo. Em suma, os participantes da associação mantêm o FRS, que arrecadou 18.000,00 reais em 2011 (BA011).

As principais dificuldades e avanços do tema da agroecologia reaparecem no capítulo 07, mas adianta-se aqui que uma das contribuições dos FRS é incentivar financeiramente os agricultores a efetivar as mudanças de uma agricultura convencional para a agroecológica, em que pese a resistência de muitos para tal mudança quando o retorno financeiro é mais difícil e a médio prazo. Como uma dificuldade apontada está o entendimento pelos próprios sócios sobre os princípios da agroecologia: “Os empreendimentos agrícolas apoiados são ainda muito reduzidos pelas tecnologias do agronegócio, pelo uso de inseticidas químicos, sementes híbridas, aplicação de herbicidas para economizar trabalho” (MA006).

### **5.3.4 A apicultura e os FRS**

Para análise do grupo dos apicultores, destaca-se o estudo de Silva (2015, p. 107) que demonstra os FRS como uma estratégia para o desenvolvimento da atividade apícola e alternativa de renda aos agricultores familiares. A importância maior deste trabalho está em discorrer sobre uma dupla dinâmica entre as lógicas solidárias e capitalistas: na organização interna, pratica-se a solidariedade, porém na relação “externa” aceita-se as regras do jogo capitalista para poder viabilizar a comercialização.

A Cooperativa Mista de Agricultores de Nova Vida (COOPERVIDA) conseguiu articular o

cooperativismo com o modelo atual econômico (capitalista), de forma que, aos moldes solidários/cooperativistas demonstram outra forma de economia para dentro do Assentamento Nova Vida (entre os cooperados), mas para além do Assentamento adentraram aos moldes capitalistas, num sistema de valoração dos produtos de acordo com o mercado capitalista (SILVA, 2015, p. 109)

Dessa forma, o FRS terminaria envolvido no circuito capitalista, tendo em vista a comercialização da produção e a inserção de renda para os apicultores, promovendo, dessa forma, um desenvolvimento com sustentabilidade para o local (SILVA, 2015. p.53). Assim, o autor conclui que

através da COOPERVIDA, tendo isto em vista as políticas públicas podemos afirmar que a Economia Solidária estava presente nessa cooperativa, **mesmo que trabalhando às margens do Capitalismo.** [...] No caso da COOAP, não foi verificado sucesso no decorrer dos anos. [...], pois já se verifica **um declínio no método solidário dessa cooperativa.** (grifos nossos)

Quadro 13 – Brasil: FRS e entidades gestoras de apicultores

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
BA022	Consolidação da Atividade Apícola de Ruy Barbosa	Centro de Treinamento de Líderes	Ruy Barbosa/BA	2008
CE002	Fundo Rotativo Comunitário de Bueno	Assoc. Comunitária dos Moradores e Apicultores do Sítio Bueno	Irauçuba/CE	2009
PB006	Projeto de Desenvolvimento Solidário da Apicultura na Rede Abelha do Alto Sertão (PB)	Assoc. dos Apicultores do Sertão Paraibano (ASPA)	Aparecida/PB	2009
PE037	Fundo Rotativo de Comercialização da Assoc. dos Apicultores de Afogados da Ingazeira	Assoc. dos Apicultores de Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira/PE	2000
PE039	FRS da APOMEL	Assoc. dos Apicultores e Meliponicultores Orgânicos do Alto Pajeú (APOMEL)	São Jose do Egito/PE	2007
PI012	Fundo Solidário da Associação...	Associação de Apicultores de São João da Canabrava	São João Canabrava/ PI	2004

(\*) Ano de início do Fundo Solidário

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A partir do mapeamento, aponta-se seis FRS relacionados a esse grupo (Quadro 13). Podemos mencionar, como uma breve descrição ilustrativa, que em Ingazeira (PE) foi criado um FRS entre os apicultores/as como forma de antecipar parte da renda da produção a ser comercializada.

Quanto ao funcionamento: os/as apicultores/as quando realizam a entrega do mel, recebem parte da produção (percentual 15%). Quanto à devolução voluntária para o FRS, cada apicultor/a realiza a devolução de R\$ 1,00 (um real) para cada litro de mel comercializado. Enfatiza-se que o preço médio comercializado do litro de mel na região é de R\$ 6,00 (seis reais). A produção anual de mel da associação é de 2000 litros ano. (PE037)

A organização dos apicultores demonstra que conquistaram possibilidades de montantes consideráveis de crédito através dos programas citados acima. Porém, somente a quantidade de recursos não garante, *per se*, a consolidação de relações emancipatórias, pois essas organizações vivem lógicas capitalistas e lógicas solidárias, o que implica em constante exercícios e aprendizagens coletivas.

### **5.3.4 FRS com participação dos Trabalhadores Rurais**

Nesta categoria social são três Fundos administrados por Sindicatos de Trabalhadores Rurais em Varzelândia (MG), Santa Cruz e Aparecida (ambos da PB), um por cooperativa e outro por associação (Cf. Quadro 14). Ressalta-se que esse conjunto não é composto exclusivamente assalariados rurais, pois esse termo é mais utilizado pelo movimento sindical, sob influência da legislação vigente dos governos ditatoriais.

Para exemplificar, a COCRESCER, com abrangência de 12 municípios do sertão central do Ceará, constituiu o “Fundo”, para

suprir necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em obterem recursos para desenvolver pequenos projetos como, por exemplo, fazer uma cerca, comprar um equipamento, etc. Foi quando o Projeto Dom Helder Câmara repassou o recurso para que os agricultores pudessem fazer a gestão e ter um acesso mais fácil aos recursos sem ter que passar pela burocracia exigida pelos bancos. Os agricultores elaboraram coletivamente o



estatuto, os critérios de acesso e a organização da parte técnica financeira ficou sendo realizada pela cooperativa, pois, um dos critérios é que as pessoas que acessam a linha de crédito do fundo sejam sócios da cooperativa. (CE042)

Quadro 14 – Brasil: FRS e entidades de trabalhadores Rurais como gestoras

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
CE042	Fundo Rotativo de Custeio e Investimento	Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Central do Ceará (COCRESCE)	Quixadá/CE	2008
MG004	FRS da Microrregião de Varzelândia	Sindicato dos trabalhadores Rurais de Varzelândia	Varzelândia/MG	2004
PB004	FRS Produzindo Solidariedade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Cruz	Santa Cruz/PB	2009
PB005	Projeto Produzindo Solidariedade.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aparecida	Aparecida/PB	2009
PB028	FRS da Associação Comunitária dos Moradores e Trabalhadores Rurais do Sítio Barro Vermelho	Associação Comunitária dos Moradores e Trabalhadores Rurais do Sítio Barro Vermelho	Massaranduba/PB	2008
PB063	FRS de São Tomé de Baixo	Associação das Comunidades dos Trabalhadores Rurais do Sítio São Tomé de Baixo	Alagoa Nova/PB	2009

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Apesar de poucos Sindicatos serem os gestores de FRS diretamente<sup>130</sup>, constantemente são lembrados do apoio e fomento a fundos, na grande parte dos casos referentes ao meio rural.

### 5.3.6 Com os criadores de pequenos animais

A relevância de selecionar este grupo se justifica porque, para os camponeses, a criação de animais pode viabilizar sua sustentabilidade pelos produtos derivados, como carne e leite, mas também serve como “reserva de valor” ou poupança para necessidades emergenciais ou ocasiões especiais como aniversários, casamentos (ABRAMOVAY, 2004, p.44). Prova disso é que, no mapeamento, foram encontrados 40 “Fundos Solidários” (do universo de 539) cujos “recursos” são animais, isto é, fundos que têm como a devolução as crias de caprinos, ovinos e bovinos. Destacam-se aqui os FRS que se autoidentificam como “criadores” (Cf. Quadro 15)

Quadro 15 – Brasil: FRS com pequenos criadores de animais

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
AL001	FRS para Criação de Pequenos Animais	Grupo Alternativo de Criadores de Cabras (GACC)	Igaci/AL	2008
AL010	FRS do Grupo de Criadores de Aves de Corte e Postura	Grupo Solidário de Criadores de Aves de Corte e Postura	Igaci/AL	2008

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nesse grupo, apresenta-se o FRS “do Grupo Alternativo de Criadores de Cabras (GACC) a partir do incentivo da AAGRA, constituído para criação de pequenos animais (empréstimos familiares)” (AL001). Esse Fundo conta essencialmente com a contribuição dos participantes. As regras e acompanhamento são definidos pelos sócios participantes e o grupo participa da rede ASA/AL.

Os FRS para criação de animais têm sua importância para os camponeses principalmente no Nordeste, como possibilidade de viabilizar estratégias de segurança alimentar ou evitar o êxodo rural através de técnicas simples para manter a pequena pecuária através financiamento à forragem como a Palma, a construção de cisternas e irrigações onde é

<sup>130</sup> Sobre este baixo índice de sindicatos envolvidos conferir item 5.4.4 adiante.

possível (no capítulo 7 reaparecem esses temas como resultados e dificuldades).

### 5.3.7 Os Quilombolas e a experiência tradicional

Trata-se de comunidades camponesas, remanescentes de negros, constituídas principalmente a partir da época da escravidão no Brasil e à sua resistência através de quilombos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Artigo 68º; e Decreto 4.887/2003), essas comunidades passam adquirir direitos de propriedade de seus territórios<sup>131</sup>. No mapeamento foram localizados cinco FRS ligados a essas comunidades (Quadro 16).

O mais antigo dos FRS do Mapeamento surgiu em 1924, em Iaciara (GO)

numa comunidade de remanescentes quilombolas dividida em duas localidades próximas geograficamente: Levantado (14 famílias) e Extrema, (24 famílias). O quilombo tem uma vida econômica solidária e comunitária. Em 2004 se organizaram em forma de associação com registro formal. (GO002)

Quanto ao FRS do município de Vargem Grande (MA), sua origem é atribuída à iniciativa de uma senhora conhecida por Luísa Preta Fernandes, que organizou uma novena a Santa Maria para pedir chuva. Conforme explica o entrevistado (no Mapeamento), “de todas as roças era separada uma parcela da produção para ser guardada e acumulada como uma espécie de ‘poupança de alimentação’ para os períodos de dificuldade. É a base do espírito comunitário, doar para depois dividir para todos.” Outra finalidade desse Fundo é atender necessidades de famílias que têm despesas com ritos funerários de algum membro:

---

<sup>131</sup> Essas comunidades passam por identificação, autodefinição e certificação, passos administrativos de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares para que lhes sejam atribuídas a legalidade e a posse inalienável de seus territórios. Decorrente à posse está a garantia do acesso aos direitos fundamentais previstos na Art. 68, 215-216 da Constituição Federal de 1988. Para mais informações pode-se consultar por exemplo, a Revista IHU N. 428; Ano XIII, 30/09/2013. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5192&secao=428](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5192&secao=428)> Acesso em: 14 dez. 2016.

um momento marcante é na solidariedade quando falece alguém, o fundo cobre as despesas do funeral (os gastos com caixão, transporte, e alimentação, inclusive para a visita de sétimo dia). Todas as atividades contribuem de certa forma para "alimentar" o fundo, a casa de farinha, a horta, o trator, o caminhão comunitário, etc. (MA019)

Quadro 16 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Quilombolas

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
ES002	FRS da Comunidade Quilombola da Reta São Mateus	Comunidade Quilombola da Reta São Mateus	São Mateus/ES	2012
ES003	FRS Comunidade Quilombola do Angelin 1	Comunidade Quilombola do Angelin 1	São Mateus/ES	2012
GO002	Fundo da Assoc. Pequenos Produtores Rurais de Extrema e Levantado (APEL)	Quilombo Levantado	Iaciara/ES	1924
MA019	Fundo Rotativo Comunitário Solidário de Piqui da Rampa	Associação Comunitária do Povoado Piqui	Vargem Grande/MA	1996
PB002	FRS de Serra do Abreu	FRS de Serra do Abreu – Homens e Mulheres Construindo a Igualdade.	Nova Palmeira/PB	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

O Fundo de Serra do Abreu, no município de Nova Palmeira (PB), é mais recente, criado em 2010. “Um grupo de pessoas da Comunidade discutiu a importância do FRS e formaram o grupo informal a partir das condições das famílias. Eles mesmos fazem a gestão dos recursos depositados no grupo. Cada pessoa contribui com R\$ 21,00 mensais.” A perspectiva foi transformar os espaços dos arredores de casa em **quintais produtivos** a partir da implantação de telas nos locais. Durante o processo de amadurecimento e fortalecimento da experiência, as famílias contaram com o apoio do Centro de Educação e Organização Popular (CEOP)<sup>132</sup> e do projeto Brasil Local<sup>133</sup> para formação e mobilização. (PB002)

<sup>132</sup> (Cf. Quadro 33 Apêndice)

<sup>133</sup> Projeto da SENAES-MTE com objetivo de promover o desenvolvimento local através do fomento à criação de empreendimentos de

**Quintal produtivo:** espaço produtivo em torno da casa, o quintal é espaço de atuação da mulher que consorcia cultivos de espécies vegetais (alimentos, temperos, plantas medicinais e flores) e animais. Aumenta a segurança alimentar e o acesso ao mercado e preserva a biodiversidade. O quintal produtivo proporciona o aproveitamento das águas usadas (louça, banho, limpeza da casa). (OLIVEIRA, 2011, p. 199)

Como resultado positivo na comunidade quilombola de Iaciara, foi dito que “a produção de alimentos é para o autossustento e a venda de animais é para ajudar famílias que estejam com necessidades urgentes” (GO002).

Enfim, os relatos acima demonstram que nessas comunidades havia uma espécie de Fundo Solidário para os momentos emergenciais ou necessidades coletivas, desenvolvido ao longo dos anos, embora o aspecto da devolução (como empréstimo) tenha sido inserido apenas na última década.

### 5.3.8 Os FRS adotado pelos Hortifruticultores

Esse grupo social demonstra que os Fundos são um meio mais simples e barato para viabilizar as hortas comunitárias, tanto em áreas rurais como urbanas. Destaca-se, adiante, alguns casos como os de Floriano (PI): suas origens estão relacionadas à organização de associações de moradores, promovem cursos sobre associativismo e produção de hortaliças, com assessoria técnica do EMATER em parceria com o SEBRAE. No primeiro, da Associação de Produtores de Hortaliças da Zona Urbana de Floriano, as pessoas envolvidas nas hortas “passaram a devolver um valor mensal de R\$ 2,00 por canteiro. O recurso acumulado é principalmente utilizado para custear a luz [energia elétrica]” As hortaliças são vendidas na feira de Economia Solidária promovida pela Obra Kolping<sup>134</sup>, que acontece semanalmente aos sábados, ou nas residências de Floriano (de “porta em porta”) e para o programa Compra Direta ou para a merenda escolar nas escolas municipais de Floriano (PI006) (quadro 17).

---

economia solidária e também o fortalecimento daqueles já existentes, através de agentes locais, ademais, nele foram incluídas algumas áreas quilombolas.

<sup>134</sup> Cf. Quadro 33 Apêndice.

Quadro 17 - FRS e entidades gestoras de hortifruticultores

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
PA028	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Dom Eliseu	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiro de Dom Elizeu	Dom Eliseu/PA	2009
PI006	FRS de Floriano	Associação de Produtores de Hortaliças da Zona Urbana de Floriano	Floriano/PI	2004
PI010	FRS hortaliças Taboca	Associação dos Pequenos Produtores de Hortaliças do Bairro Taboca	Floriano/PI	2004
PI020	FRS dos Produtores de Hortaliças de Morro do Tiro	Associação de Pequenos Produtores de Hortaliças da Comunidade Morro do Tiro	Floriano/PI	2002

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

No estado do Pará, o FRS da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Dom Elizeu foi criado a partir da necessidade de organização dos produtores de hortifrutigranjeiros, “para acessar as políticas públicas relativas à agricultura familiar. Criou-se o Fundo com recursos próprios previsto no estatuto através de contribuições mensais, de percentagem sobre volume de vendas decidida coletivamente e por doações” (PA028).

A seguir apontam-se experiências em vários grupos considerados da agricultura com povos tradicionais em que os FRS contribuem para recuperar determinadas práticas agrícolas tradicionais e, acima de tudo, operam como formas de resistência a determinadas trocas capitalistas ditas modernas, destrutivas da identidade e sociabilidades construídas secularmente nos grupos como indígenas, quilombolas e ribeirinhos (pescadores).

### 5.3.9 Os FRS entre os Indígenas

Os indígenas são inseridos enquanto povos tradicionais também nas políticas de agricultura familiar no Brasil mais recente. Aqui não é o caso de aprofundar tal tema, mas destacar que se encontram três FRS situados nestas comunidades (Quadro 18).

Quadro 18 – Brasil: FRS e entidades gestoras de aldeias indígenas

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
BA020	FRS Aldeia Pedro Monte	Associação Iapan e Associação Pataxó da Aldeia Pedro Monte	Itamaraju/BA	2009
MS009	Fundo do Grupo Guaté	Grupo Guaté	Dourados/MS	2005
MT013	Grupo Jakui Mulheres indígena artesã	Grupo de Mulheres Indígena Jakui	Barra do Bugres/MT	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

O primeiro entre os Índios da Associação Comunitária Pataxó da Aldeia Pedro Monte, no município de Itamaraju (sul da Bahia) afirma que

em 2009 ficaram conhecendo o trabalho com Fundo Rotativo Solidário. Houve várias reuniões e os índios que analisaram a proposta para decidir como iriam aplicar o recurso e como funcionaria esse



fundo. Como os índios acreditam que a agricultura [*enfrenta dificuldades, principalmente demudações climáticas*] decidiram que o investimento seria direcionado a atividade da pecuária com criação de gado de corte e leite. (BA020)

Em 2009, o grupo recebeu um aporte inicial das entidades Centro Terra Viva (Brasil) Heifer (Cf. Quadro 33 e Quadro 34 Apêndices), um valor de R\$ 7.200,00 que beneficiou sete famílias. Apontou-se devoluções valoradas em R\$ 3.900,00 no período de dois anos. (BA020)

O segundo FRS no município de Dourados (MS) na Reserva Indígena Jaguapiru

Iniciou em 2005 com artesãos (ãs) indígenas das etnias Guarani e Terena a incorporam novos *designs* ao artesanato com acabamento perfeito, agora também direcionado ao mercado, levando a cultura e a tradição da arte indígena a um público mais sofisticado, sem perder a identidade. Iniciaram com o pouco que tinham e na medida que foram efetuando vendas, foram criando um fundo de reserva do grupo. (MS009)

O terceiro é constituído por mulheres indígenas na Aldeia indígena "Umutina", em Barra do Bugres (MT), de abrangência municipal. "O motivo da criação do fundo solidário foi a necessidade de comprar os equipamentos para artesanato". (MT013)

Em relação aos FRS indígenas, indica-se que é uma tentativa de sobrevivência dessas comunidades, por um lado, como integração ou adaptação à "lógica mercantil" com as contradições desse processo através da produção e venda dos produtos artesanais, e, por outro, como resistência para manter as práticas coletivas ou comunitárias preservando a identidade social, étnica e cultural. Evidentemente esses aspectos mereceriam maiores aprofundamentos teóricos e outras pesquisas.

### **5.3.10 FRS com extrativistas**

Além dos grupos citados acima, destaca-se FRS com grupo de extrativistas e pescadores, devido ao fato de que

no Brasil diferentes grupos sociais portadores de identidades coletivas vinculadas a territórios e ao uso comum de recursos naturais conquistaram o

reconhecimento como sujeitos de direitos e conseguiram acessar iniciativas de políticas públicas motivados por incentivos étnicos, por problemas ambientais e pela redução da pobreza. (MOTTA; SCHMITZ, 2015, p.533)

Quadro 19 – Brasil: FRS e entidades gestoras de extrativistas

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da Associação</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>
AC008	Projeto Fundo Amazônica	Cooperativa de Produtores de polpa de frutos nativos de Mâncio Lima (COOPFRUTOS)	Mâncio Lima/AC	2013
MA002	Fundo Socioambiental	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP)	Esperantinópolis/MA	2009
MA024	Fundo de Pequenos Projetos Produtivos	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ)	Lago do Junco/MA	2002

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Segundo o relato do entrevistado “algumas famílias se juntaram para organizar o extrativismo e buscar apoio do governo. Houve capacitação para produção de sabão e sabonete”, atividade que é favorecida pela característica da região “que tem mata nativa e é excelente para o extrativismo.” Organizaram-se através de cooperativa COOPFRUTOS (AC008 e Quadro 19).

No Maranhão, a COOPAESP gerencia o Fundo Socioambiental desde 2009 e a

ideia de criar um fundo surgiu a partir do recebimento de recursos da empresa de cosméticos Natura, a mesma utilizou a massa do coco babaçu (mesocarpo) em pesquisas no ano de 2004. [...] O objetivo inicial era apoiar famílias de quebradeiras de coco, sócias da cooperativa visando melhoria na renda. (MA002)

São 20 participantes e os parceiros iniciais foram a ASSEMA e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), entidades que também receberam recursos da NATURA (MA002).

Outro exemplo a ser mencionado é o Fundo de Pequenos Projetos Produtivos da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de

Lago do Junco (COPPALJ) no Maranhão. A primeira experiência durante reuniões do conselho e assembleia geral da cooperativa em que deliberaram sobre a possibilidade de financiarem pequenos projetos produtivos aos seus cooperados com o intuito de incentivar as famílias extrativistas à diversificação da produção, a irem além do extrativismo do babaçu, para que ele ficasse como complemento da renda, e que as outras atividades integradas propiciassem maior desenvolvimento para as unidades familiares.

A diferença foi a implantação das cantinas<sup>135</sup> como espaços de organização e comercialização solidária através dos pontos de troca, eliminando a figura do atravessador, oportunizando às famílias fazer parte da cadeia produtiva, tendo como base os princípios agroecológicos. Os parceiros iniciais foram a Igreja católica, a ASSEMA, a Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) e o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) (MA024).

### 5.3.11 FRS com participação de pescadores

Os pescadores, considerados população tradicional, um grupo social que obteve conquistas nas políticas públicas a exemplo do auxílio defeso, entre outras conquistas, além de serem considerados público da Política de Agricultura Familiar. No Mapeamento encontram-se dois FRS organizados por este grupo (Quadro 20).

Quadro 20 – Brasil: FRS e entidades gestoras de pescadores

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
PA022	Fundo Rotativo Solidária Aranai	Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores Agroextrativistas do Aranai	Cachoeira do Arari/PA	2012
PI013	Desenvolvimento da Pesca	Colônia de Pescadores de Uruçuí	Uruçuí/PI	1985

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Em Cachoeira do Arari (PA), município cuja economia baseia-se principalmente na pesca artesanal e cultivo do marisco, o FRS inclui também agricultores e extrativistas: “Tendo como base anterior ação das

<sup>135</sup> São os pontos de troca da amêndoa de babaçu produzida pelos cooperados(as) por produtos comerciais colocados à disposição pela cooperativa, primando por um preço o mais justo possível. Eles dispõem de cerca de 550 produtos variados (MA028).

comunidades eclesiais de base e o debate das políticas agroextrativistas foi sendo verificada a necessidade de buscar novas formas de apoio para o trabalho” (PA022).

No município de Uruçuí (PI), às margens do Rio Parnaíba, a Colônia de Pescadores é muito antiga. E o FRS surgiu a partir da necessidade de organização da documentação dos pescadores da região de Uruçuí, localizada no Sul do estado, pois todas as questões eram resolvidas em Teresina (PI), localizada a 453 km de distância. Segundo a descrição do mapeamento, a produção é bastante variada e rica, com a presença de vários rios: Balsas, Uruçuí, Preto e Parnaíba e também de lagoas, facilitando a atividade da pesca. Porém, os pescadores enfrentam um grave problema que é o assoreamento dos rios. Atualmente, a Colônia é a segunda maior do município em termos de organização (PI013).

### 5.3.12 Para Quebradeiras de coco uma estratégia fundamental

Destacam-se duas iniciativas de FRS em relação a essa atividade, que envolve condições de vulnerabilidade e exploração do trabalho feminino, com se descreveu na entrevista (Cf. Quadro 21).

Quadro 21 – Brasil: FRS e entidades gestoras de quebradeiras de coco

Cód.	Nome do FRS	Nome da entidade Gestora	Cidade	Ano*
MA031	Fundo Solidário das Quebradeiras de Coco Babaçu	Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu de São José dos Brasília	São Jose dos Basílios/MA	2001
MA025	Fundo de Apoio ao Agroextrativismo de Comunidades tradicionais do Babaçu	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	São Luís/MA	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS de São José dos Brasília (MA) relata que a sua organização surgiu em 2001. Conforme o registro dos gestores,

as dificuldades e sofrimento enfrentados pelas quebradeiras de coco Babaçu eram visíveis como, o baixo preço da amêndoa R\$ 0,30 que na época valia menos que 01 Kg de arroz. As ameaças sofridas pelos fazendeiros, donos dos babaçuais, e

queimavam os montes de cocos que eram colhidos pelas quebradeiras e obrigavam as mesmas a vender as amêndoas para eles com preços estabelecidos pelos próprios, e se caso a produção não fosse vendida a eles, as mulheres seriam proibidas de entrar nas áreas de babaçuais para coleta do coco babaçu. (MA031)

Noutro, destaca-se a influência de uma grande empresa intermediária com reduzido protagonismo das mulheres ou das organizações sociais locais, tratadas como parceiras. O objetivo inicial do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (gestor deste FRS) era apoiar as quebradeiras de coco, visando melhoria na renda e diversificação das atividades, com 24 famílias em 2010. Os parceiros iniciais foram a ASSEMA e a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), entidades que também receberam recursos da referida empresa. Começaram a trabalhar com FRS em 2010 a partir do recebimento de recursos da empresa de cosméticos “Natura”. Depois de um processo de negociação, a empresa teve que fazer a repartição dos benefícios por ter acessado ao patrimônio cultural e genético das populações tradicionais (MA025).

Apresenta-se um caso positivo como a “conquista da Lei Municipal do Babaçu Livre foi uma grande conquista das **quebradeiras de coco** babaçu, na época elas eram proibidas de entrar e algumas áreas para fazer a coleta do coco, o prefeito era um atravessador e coronelista.” (MA031).

Também foram citadas ameaças e atos violentos direcionados ao trabalho das quebradeiras de coco “praticados pelos fazendeiros e proprietários de terras, como queima de barracas, palmeiras e os montantes coletados por elas. Ou limitando o acesso aos babaçuais, as mulheres eram proibidas de entrar em algumas áreas para coletar do coco babaçu” (MA031),

Convém ressaltar neste ponto que os FRS que envolvem a participação de mulheres se destacam em todas as regiões do Brasil, além de seu potencial emancipador, possuem uma variedade da abrangência com inserção nos espaços rurais e urbanos.

Os FRS de base ou comunitários, de maioria rural, constituem-se de agricultores familiares, destacando-se outros grupos específicos como as comunidades tradicionais (sítios) e outrou mais recentes como os agroecológicos e assentados. Como se percebeu, a partir de várias entidades gestoras e de outras ONGs fomentadoras ou de assessoria técnica (Cf. Seção 5.5) esses grupos sociais encontraram nos FRS um meio de atender demandas econômicas básicas. Além disso, implica uma

diversidade e criatividade de formas que constituem elementos importantes para desenvolver mais que atividades econômicas agrícolas, mas, sim, a sobrevivência de tais grupos e de elementos que constituem a sociabilidade no mundo rural. Por isso, nesta parte da análise, optou-se em desdobrar em doze categorias sociais, demonstrando que o mundo rural dos “pobres” não é só a “agricultura familiar”, referida de forma genérica. Essa forma de compreender pode ocultar as diferentes formas de vida social camponesa, tratando-as unicamente como “unidades produtivas”, próxima da visão economicista (“americana”) e não uma visão camponesa (chayanoviana) (Cf. GERMER, 1996, p.335 e SABOURIN, 2009, e tantos outros autores que discutem a questão do campesinato no Brasil).

Os FRS rurais aparentemente fomentaram diversas atividades agrícolas, algumas sem perspectivas de vendas para o mercado (a exemplo de criação de galinhas caipiras ou confecção de doces) contexto em que resgata práticas tradicionais da agricultura, e ecológicas, que não têm “valor” no mercado capitalista, hegemonizado pelas *commodities*, pela produção de grande escala e para exportação, mas que se situa na escala da reprodução da vida social destes camponeses e camponesas.

A participação das entidades citadas e outras tantas, com sua diversidade de formas, foi a maneira dos camponeses organizarem-se e reivindicarem políticas públicas, e tornar presente o Estado, para atender suas demandas, que perpassam a produção, o transporte e a comercialização de produtos agrícolas básicos para a alimentação<sup>136</sup> e na busca de um “mercado solidário”. Através dessas entidades, foi possível desenvolver e conquistar várias formas de crédito rural, sintetizado no PRONAF. Por um lado, se este Programa se revela insuficiente para todas as demandas de crédito no mundo rural, por outro, através dos FRS, contempla as diversas dinâmicas sociais e territoriais, encontrando-se soluções simples capazes de gerar transformações profundas nas relações de poder, como no caso da construção de cisternas. Neste caso, as comunidades participam e decidem como fazer através dos mutirões (e o Fundo usado como financiador), amenizando os impactos históricos provocados pelas constantes estiagens no Semiárido e rompendo a dependência política.

---

<sup>136</sup> Segundo o Censo Agropecuário 2016, agricultura familiar era responsável por uma média de 70% dos produtos agrícolas utilizados como alimentos básicos no Brasil: mandioca: 87%; feijão: 70%; milho:46%; arroz: 34%; leite: 58%; suínos:59%; aves:50%.

Além disso, ao examinar os relatos dos Fundos mapeados, os grupos sociais encontraram “implicitamente” nos FRS uma estratégia para poder decidir o que é melhor e quanto para a comunidade ou o seu território, como utilizar os recursos, seja os gerados por eles seja dos programas governamentais, das ONGs. A utilização de uma metodologia democrática em princípios de autogestão e relações de confiança e reciprocidade fazem dos Fundos no mundo rural o diferente de todas as outras formas e programas de crédito dos bancos e do próprio governo, como o Pronaf. Apesar das dificuldades e desafios, os FRS encontraram um cenário favorável com algumas políticas públicas na área social ou agrícola, até uma forma de acessá-los. Esses processos demonstram ser os fatores principais para o desenvolvimento dos FRS comunitários, principalmente após 2005.

#### 5.4 FRS COMUNITÁRIOS DO MEIO URBANO

Esta seção discorre sobre os FRS no meio urbano, embora se encontrem em menor quantidade, são significativos em relação aos processos sociais emancipadores enquanto alternativas econômicas e financeiras. Como na seção anterior, classificaram-se os FRS por diversos grupos sociais, como protagonistas dessas práticas, embora mais difícil de agrupá-los pois algumas associações não nominam o público representante.

##### 5.4.1 A Relevância dos Fundos para os Artesãos e Artesãs

São várias associações de artesãos que vêm buscando constituir uma identidade social e reivindicando uma política pública para o artesanato no Brasil. Muitas delas participam do movimento da Economia Solidária embora apresente características distintas dos demais, pois muitos daqueles que praticam a atividade artesanal não são grupos coletivos e nem se pautam pelos princípios cooperativos, haja vista, que o trabalho tem um viés artístico e individual próprios. Interessante observar a construção da política nacional do artesanato desenvolvida no Brasil, sintetizada recentemente na Lei 13.180, de 22 de outubro de 2015 e no Programa de Artesanato Brasileiro (PAB)<sup>137</sup>. Segundo estudo de Silva (2006, p.11) a

---

<sup>137</sup>O “PAB foi instituído com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visam valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como, desenvolver e promover o artesanato

produção artesanal não representam apenas estratégias de sobrevivência de grupos sociais, marginais ao sistema econômico. As organizações de artesanato são esquemas produtivos diferenciados que sobreviveram, paralelamente, ao processo de industrialização

A produção artesanal é anterior ao modo de produção capitalista, pois desde as origens da humanidade há vestígios de artesanato. De certa maneira, o mesmo que se disse a respeito do campesinato, os artesãos, em suas inúmeras formas organizativas, diferenciam-se e subordinam-se ao capitalismo dialeticamente, pois há um setor relativamente autônomo do sistema e outro, dirigido para uma produção industrial capitalista. Como aponta Silva (2006, p. 19, grifos nossos)

As principais dificuldades ao desenvolvimento de um sistema de produção artesanal, estão afetas a elementos (...) como por exemplo a capacidade empresarial, a modelagem da produção, a comercialização e o mercado. Estes itens são efetivamente elos frágeis de uma cadeia produtiva artesanal. Quanto à capacidade empresarial, sua fragilidade decorre do fato de que o **artesão domina uma técnica, um ofício, uma habilidade**, aprendidos em práticas cotidianas, **sem preocupação com o conhecimento** sistêmico característico do **sistema produtivo industrial**. (...) de um lado, esta lacuna impacta negativamente o artesanato como atividade econômica competitiva, de outro lado, **deixa ao artesão a liberdade de ser o dono do seu próprio tempo e de definir**, em função das suas necessidades subjetivas, **o seu modo e padrão de trabalho**.



Quadro 22 – Brasil: FRS e entidades gestoras de artesãos

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
AP002	Fundo AME	Associação de Mulheres Empreendedoras do Bairro Jardim Felicidade I	Macapá/AP	2005
AP004	Poupança da AMARTE	Associação das Mulheres Artesãs (AMARTE)	Vitória do Jari/AP	2007
CE049	GOLD: Juntos Somos Fortes	GOLD – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento: Juntos Somos Fortes	Fortaleza/CE	2011
CE060	GOLD: Progresso	GOLD – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento: Progresso	Caucaia/CE	2011
DF010	Fundo Solidário Família Hip Hop	Núcleo de Formação Popular Família Hip Hop	Santa Maria/DF	2010
ES004	Mulheres do Sol	Associação Costumes Artes	Cariacica/ES	2008
GO022	Fundo Solidário da Associação Dos Artesãos de Luziânia	Associação dos artesãos de Luziânia	Luziânia/GO	2010
MA015	Fundo Rotativo Solidário da Assari	Associação dos Artesãos de Imperatriz	Imperatriz/MA	2008
PA003	Canaã faz Arte	Associação de Artesãs e Artesões de Canaã dos Carajás	Canaã dos Carajás/PA	2005
PE004	Fundo Solidário do Grupo João de Barro	Grupo João de Barro	Recife/PE	2008
PE005	Fundo Solidário ARAFIBRARTE	Associação dos Artesãos de Araçoiaba Transformando a Fibra em Arte (ARAFIBRARTE)	Araçoiaba/PE	2009
PE030	Fundo Solidário do Projeto Jovem Artesão	Movimento Pró Criança	Recife/PE	2005
SP003	Fundo da Rede Maesol	Mulheres Ativas Empreendedoras E Solidárias (MAESOL)	Osasco/SP	2010
SP005	Fundo da Rede de Artesãos de Várzea Paulista	Casa do Artesão	Vargem Paulista/SP	2012

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esta produção artesanal não capitalista e de forma que se organiza de algum modo coletivamente por meio de associação ou cooperativa compõe o movimento de Economia Solidária<sup>138</sup>. No Mapeamento são vários exemplos em que membros ou associações desse grupo social buscam autofinanciamento por meio dos FRS. Identificou-se 14 casos, que se organizam de diversas formas: em associação comunitária (3), grupo informal (3) e um como “outra associação”, sendo quatro de abrangência municipal, dois de abrangência comunitária e um territorial. (Quadro 22)

Em Pesqueira (PE), há uma associação comunitária com atuação territorial em 13 municípios, onde “a prática de fundo solidário iniciou a partir do CEDAPP, como forma de assegurar a continuidade da produção e comercialização das rendas e bordados, na perspectiva da economia solidária (comércio justo e solidário). São 16 sócias de doze municípios do Agreste e Sertão de Pernambuco. As rendeiras participaram de diversos cursos de formações promovidos pelo CEDAPP e pelo SEBRAE como forma de assegurar uma melhor qualidade nas peças comercializadas (cursos de estilismo; aperfeiçoamento dos bordados) e na gestão financeira da associação<sup>139</sup>” (PE026).

Em Imperatriz (MA), no FRS da Associação dos Artesãos de Imperatriz (Assari) com um projeto apoiado pela *Inter American Foundation* (IAF), uma parte dos recursos desse projeto foi destinada ao fomento de fundo solidário. A metodologia inicial foi **apoiar** os artesãos e artesãs associados fazendo repasses para aquisição de materiais e equipamento, porém por instabilidades e problemas internos fizeram repasses somente no primeiro ano. Foram apoiados 28 projetos no valor de 46 mil reais em 2010 e devolvidos 3.000,00 em 2010. (MA015)

Em 2012, os técnicos da Incubadora Pública da Prefeitura de Paulista (SP) lançaram a proposta para constituir o Fundo da Rede de Artesãos de Várzea Paulista. Foi constituído com recursos dos participantes de R\$ 110,00 cada (SP005). Trata-se de um grupo ainda informal, municipal, urbano. É um dos poucos que apresenta explicitamente a ação do poder público municipal.

---

<sup>138</sup> Segundo dados do Mapeamento de Economia Solidária a produção de “artefatos artesanais” representava 17% dos Empreendimentos da Economia Solidária (BRASIL, 2009, p.41)

<sup>139</sup> Informações pesquisadas na página eletrônica. Disponível em: <[www.tudodearte.com.br](http://www.tudodearte.com.br)>. Acesso em: 11 out. 2016.

#### **5.4.2 FRS com a participação de Costureiras**

Nesse grupo social situam-se seis FRS, sendo dois de abrangência municipal e três grupos informais (Cf. Quadro 23). Através do incentivo da Cáritas Diocesana, fundou-se uma cooperativa de costureiras em Rio Branco (AC), em 2010: “Conseguiram apoio do microcrédito da Caixa Econômica Federal cedido a nove membros da cooperativa” (AC006).

Quadro 23 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Costureiras

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
AC006	Unidos em Ação	Cooperativa Unidos em Ação	Rio Branco/AC	2011
CE041	Budegama – Construídos Fundos de Apoio a Produção e Comercialização	Associação das Mulheres em Ação	Fortaleza/CE	2008
CE059	GOLD: Mulheres em Busca de Liberdade	Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (GOLD) Mulheres em Busca de Liberdade	Fortaleza/CE	2011
MA048	Fundo Rotativo do Clube de Mães Sagrada Família	Clube de Mães Sagrada Família	Alto Alegre/MA	2010
MG008	Micro Empreendimentos – Empréstimo Solidário	Instituto Acesso	Belo Horizonte/MG	2003
MT020	Fundo de Manutenção ao Grupo de Mulheres TECEVIDAS	Grupo de Mulheres TECEVIDAS	Cuiabá/MT	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em Carajás (PA), o Fundo surge “da necessidade das costureiras em adquirir máquinas de costura para a produção, e a constituição do FRS se deu a partir de recursos próprios da entidade através da coleta de porcentagem do resultado da comercialização” (PA003). Foram 17 projetos e movimentou-se recursos próprios de R\$ 20.000,00, em 2013. Outro, em Luziânia (GO), a partir de 2010, na área urbana, “teve início com o incentivo do projeto com bazares da Cáritas Arquidiocesana de Brasília” (GO022).

Em Fortaleza (CE) a “Associação das Mulheres em Ação” (1999) de atuação no meio urbano, em três bairros, conta com um “fundo constituído pela mensalidade das sócias [*que*] servia apenas para manter os impostos da associação. Os recursos conseguidos através do projeto ‘Construindo Fundos de Apoio a Produção e Comercialização’ (financiamento do PAPPS/BNB), [*assumiram*] a gestão dos recursos e aprovação dos projetos”. Esse FRS faz parte da rede Bodegas que, desde 2008 fez com que constituíssem um fundo para apoio a confecções e comercialização (CE041),

Em Belo Horizonte (MG), o FRS do

Instituto Acesso tem sua origem no processo de ocupação do bairro nos anos de 2001 e 2002 com a construção das casas e apartamentos. As pessoas vindas de vários lugares de Belo Horizonte, do entorno e do interior. As mulheres criaram uma associação, nesta elas passaram a fabricar velas que servia como terapia e geração de renda. (MG008)

Tais FRS apresentam como característica fundamental o fato de apresentarem-se como alternativa de trabalho as mulheres no meio urbano.

### **5.4.3 Moradores urbanos: luta por moradia e melhores condições de vida**

Nesta categoria procurou-se agrupar seis FRS que, diferentemente dos anteriores, não pertencem a um grupo com identidade social ou cultural específica, mas são constituídos por moradores de áreas urbanas e apoiam atividades dentro dos seus limites geográficos, a luta por melhores condições de moradia ou por casa própria.

Quadro 24 – Brasil: FRS e entidades gestoras de moradores urbanos

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
BA038a	UMOJA	Associação Comunitária Conjunto de Moradores Santa Luzia	Salvador/BA	2011
CE025	Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão (FAPAG)	Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos (CEARAH)	Fortaleza/CE	1994
MA017	Fundo do Grupo de Investimentos Comunitários do Bacuri	Grupo Informal de Investimento Comunitário do Bacuri	Imperatriz/MA	2009
PR004	Conquista da Casa Própria	Núcleo Social Papa Joao XXIII	Maringá/PR	1972
SP001	Fundo Cooperativo Habitacional Autogestionário	Cooperativa Habitacional Central do Brasil (COOHABRAS)	São Paulo/SP	2011
SP007	Fundo Elas	Grupo Elas (Estudo, Luta, Ação e Saúde)	São Paulo/SP	1998

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS urbano Umoja<sup>140</sup> atua em nível comunitário na península de Itapagipe, localizado na região Cidade Baixa, em Salvador (BA). A organização do FRS

é fruto de um processo de mudança metodológico que passou a Associação de Moradores do conjunto Santa Luzia, depois de ter implantando na comunidade uma experiência de banco comunitário, nos moldes da Visão Mundial, que em um dado momento não mais atendeu as expectativas de promoção de desenvolvimento solidário almejado pela comunidade, fazendo com que a Associação rompesse com a metodologia. (BA038a)

A partir de 2010, a Associação Comunitária Conjunto de Moradores Santa Luzia busca outras práticas de finanças solidárias com o objetivo de fomentar o crédito solidário e fortalecer a economia local e, em 2011, a associação identificou a metodologia de Fundo e implementou no bairro, descrita desse modo:

A Associação Umoja fomenta núcleos de poupanças coletivas, autofinanciados pelos seus membros, que tem por orientação as práticas de empréstimo e devolução da metodologia de fundos. Constituindo assim, pequenos fundos locais formados em média por 10 pessoas. Estes núcleos de poupanças, quando não tem recurso, contam com a possibilidade de pedir apoio a um “fundo matriz”, que executa o papel de assistir o mesmo, quando o núcleo não tiver lastro para apoiar de iniciativas de produção de seus membros. (BA038a)

Outro FRS urbano, localiza-se em Maringá (PR) e teve o incentivo inicial de lideranças católicas (irmã religiosa e bispo). Para resolverem a falta de moradias na favela construíram casa de acolhida para abrigo provisório, chamado de "núcleo social" de famílias. Para isso, utilizou-se de madeiras que sobraram da demolição da Catedral. Hoje, há uma sistemática que permite, através de contribuições mensais, que, ao término de cinco anos, a família conquiste a casa própria (PR004).

Nessa categoria pode-se destacar um terceiro FRS articulado pela entidade *Cearah Periferia*<sup>141</sup>. Os projetos de trabalhos com os fundos

---

<sup>140</sup> Termo que tem origens africanas, na língua Suaíli, falada entre os bantus, e tem significado de união, unidade (adjetivo).

<sup>141</sup> Cf. Quadro 33. Apêndice

iniciaram através de um programa de ampliação e reforma de moradias com uma parceria entre *Cearah Periferia* e a Prefeitura, e depois se transformaram em uma política pública. Após essas experiências foi feita uma parceria com o Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão (FAPAG), que era financiado pelo Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD)<sup>142</sup>. O FAPAG financiou, no período de 1996 a 2004, 26 pequenos projetos comunitários apresentados por associações comunitárias e grupos sociais dos bairros, favelas de Fortaleza e outros municípios no estado do Ceará. (CE025).

Como resultado positivo destacou-se que a contribuição foi a “consolidação de uma cultura de autofinanciamento no território e de promoção do desenvolvimento local” (BA038a) e o fortalecimento das associações locais, pois, os recursos do fundo são repassados através de parceria entre o *Cearah Periferia*<sup>143</sup> e as instituições locais (CE025)

Neste grupo inclui-se também a COAHABRAS, uma cooperativa que promove um fundo para adquirir terrenos para habitação. Com atuação em São Paulo e no Sul do Brasil, a Cooperativa Coohabras funciona como um "grande guarda-chuva" que abriga diversos grupos que são fomentados, apoiados e administrados operacionalmente pela estrutura da cooperativa. Os recursos desses diversos grupos são constituídos a partir da contribuição mensal de cada cooperado e destinam-se à compra coletiva de um terreno e de um projeto arquitetônico. em um primeiro momento os recursos são destinados à compra de um terreno e do projeto arquitetônico coletivamente. Num segundo momento, o grupo pode continuar juntando recursos para construção, ou buscar outras formas de financiamento para a construção das habitações. A proposta tem como princípio "ações coletivas", através de processo educativo constante de formação para o cooperativismo” (SP001).

#### **5.4.4 FRS com trabalhadores do meio urbano**

São poucos os Fundos com os trabalhadores urbanos e são gerenciados por sindicatos ou entidades de assessoria ou formação profissional. A seguir alguns exemplos:

---

<sup>142</sup> É uma organização vinculada a igreja católica da França (Cf. Quadro 33 Apêndice.).

<sup>143</sup> Centro de Estudos, Articulação e Referência em Assentamentos Humanos.



Quadro 25 – Brasil: Entidades de trabalhadores como gestoras de FRS

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
CE048	Fundo Regional de Apoio a Projetos Solidários	Obra Kolping do Brasil	Fortaleza/CE	1992
GO024	Fundo Rotativo Solidário Cooperveste	Cooperativa de Produção e Trabalho Novo Gama Ltda. (COOPERVESTE)	Novo Gama/DF	2011
MS004	Sintracom Solidário	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Maracaju	Maracaju/MS	2010
RS001	Fundo Solidário dos Metalúrgicos	Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre	Porto Alegre/RS	2003

(\*)Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Além dos Sindicatos e cooperativas (Quadro 25) outro fundo é articulado pelas Obras Kolping<sup>144</sup>, voltado a trabalhadores urbanos. O uso da metodologia de fundos solidários iniciou em 1992:

Incentivou a constituição de grupos de pessoas interessadas em ‘pegar’ um crédito para desenvolver diferentes atividades produtivas que recebiam o nome de Grupo de Trabalhadores Autônomos (GTA). O grupo assumia o compromisso de devolver mutuamente os recursos para o Fundo. Com o passar do tempo a entidade passou a e passou a apoiar [*financiar*] em maior número os projetos coletivos. [...] Entre as várias normas existe uma que trata justamente que os projetos devem ser coletivos, com, no mínimo, três pessoas e estar dentro dos princípios da Economia Solidária. (CE048)

O sindicalismo de trabalhadores urbanos se aproximou através da entidade ADS-CUT, que desenvolvia formação em Economia Solidária<sup>145</sup>. Corrêa (2014, p.17), em tese de doutorado, fez um importante estudo da relação do movimento sindical e a Economia Solidária, e revela que

atualmente existem três grandes entidades promotoras da Economia Solidária vinculadas à CUT: a Agência de Desenvolvimento Solidário, a central de cooperativas UNISOL/Brasil e outra central de cooperativas de crédito chamada ECOSOL<sup>146</sup>. Somente por meio da ADS, a única entidade destas entidades subordinada diretamente à direção nacional da CUT, ela envolve-se com 166 empreendimentos econômico-solidários em 15 estados do país e que são formados por cerca de dez mil trabalhadores

---

<sup>144</sup> Cf.

Quadro 33 Apêndice.

<sup>145</sup> “No que tange a prestação de serviços, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada para atuar na política de emprego, auxiliando no fomento de alternativas de trabalho e renda para trabalhadores fora do mercado formal, sob a forma predominante de cooperativas” (CORREA, 2014, p.8)

<sup>146</sup> Atualmente extinta e as suas cooperativas filiadas encontram-se incorporadas a Confederação Cresol (cf seção 3.1) Estudo e análise desta Central encontra-se também em BÚRIGO (2006, p.228-238)

Segundo Corrêa (2014, p.98) também a Força Sindical teve participação indireta nesta “seara, organizando microempreendimentos cooperativos e serviços sociais aos seus filiados, como crédito cooperativo e habitação popular”. E acrescenta que

a CUT Nacional abre mão das suas preocupações com a temática [economia solidária] – embora a tivesse elegido como matéria estratégica em 2000 (...) Com a retomada do emprego formal e o revigoramento em outros termos do papel político da CUT nos anos Lula, as inquietações com a economia solidária realizadas pela Central passaram a ser atribuições praticamente exclusivas das entidades que foram criadas para isso...

Esta é possivelmente uma das explicações mais razoáveis para entender algumas das razões em que a metodologia de FRS não encontrou respaldo no movimento sindical em ambas as centrais, possivelmente por esta explicação, além da tentativa frustrada das cooperativas de crédito sob a articulação da ECOSOL.

#### **5.4.5 Catadores de material reciclável**

O grupo de catadores adquire importância a partir de sua organização como movimento social de caráter nacional e passa a integrar-se nos programas governamentais de economia solidária. Nesse grupo social encontra-se o registro de dois FRS. (Cf. Quadro 26).

O primeiro deles encontra-se no município de Planaltina (DF). Há um trabalho anterior destacando a atuação de uma mulher que liderou a constituição deste fundo, descrito desta maneira:

O instituto nasceu com a D. Maria do Barro que fazia assistência social a um grupo de pessoas que foram retirados da área da Esplanada dos Ministérios e do centro de Brasília onde exerciam atividades de catadores de material e/ou pedintes. Começou com o trabalho em cerâmica sendo ensinado às pessoas e dando-lhes oportunidade de ter uma renda, eles foram colocados neste terreno em Planaltina onde iniciou o trabalho do instituto. Em 2010 começou o trabalho com a Cáritas de Brasília em torno dos bazares solidários e fundos rotativos. (DF007)

Quadro 26 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Catadores de material reciclável

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
DF007	Fundo Solidário do Instituto Maria do Barro	Instituto de Assistência Social Maria do Barro	Planaltina/DF	2010
MA016	Fundo Caixa da Comunidade	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz	Imperatriz/MA	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A fonte de recursos foi uma ajuda do Bazar Solidário<sup>147</sup> no valor de R\$ 5.000,00 e o que foi registrado como projetos apoiados refere-se a cursos profissionalizantes. Quem faz a definição das regras é o “conselho gestor da Universidade de Brasília (UnB)”, sem que sejam explicitados no mapeamento outros detalhes sobre a gestão.

O segundo situa-se em Imperatriz (MA), geridos pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz (ASCAMARI)

A ideia para a criação do fundo surgiu, a partir da luta dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. [*Consistiu inicialmente em*] reservar um pequeno capital para adiantamento aos catadores associados, visando suprir as necessidades mais prementes. Ao invés de venderem seus produtos individualmente aos atravessadores a um preço irrisório, eles entregam esse material à Associação, que por sua vez reúne um volume maior e consegue melhor preço na comercialização coletiva. Uma parte desse capital alimenta o que eles chamam também de Fundo do

<sup>147</sup> Bazares solidários: são em espaços de venda a preços mais baixos, de forma permanentes ou temporários em instituições e/ou eventos e tem por objetivo reverter os lucros para filantropia ou projetos sociais, ou seja, para manter a sustentabilidade das ações sociais desenvolvidas pela instituição sem fim lucrativo/filantrópica. Os produtos vendidos geralmente são adquiridos através de campanhas e doações ou mercadorias apreendidas pelos órgãos estatais como a Receita Federal. Enquanto que brechó tem a finalidade de obter lucro comercial e geralmente é feito por lojas ou pessoas físicas. (cf. “Carta de Orientações aos Bazares”, em 31 Janeiro de 2018 - Circulação Interna da Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina)

Grupo de Investimentos Coletivos (GIC) Além desse recurso, recebem apoio de “investidores comunitários” (não associados da ASCAMARI) que depositam recursos e retomam quando necessitarem, recebendo um acréscimo em juros conforme o investimento. (MA016).

Esse Fundo contou com a contribuição dos participantes no valor de R\$ 4.050,00 (em 2010) e foram quatro projetos apoiados no valor de R\$ 3.700,00. Houve 15 devoluções, totalizando R\$ 3.500,00. As devoluções são definidas em grupo ou assembleia. Também consta no Mapeamento a participação ativa no “movimento dos catadores e catadoras”.

Para os catadores de Planaltina, as dificuldades, segundo os entrevistados deste FRS dizem respeito ao “local onde está a sede [*da associação*] pois enfrenta disputa por parte de terceiros que tentam se apoderar do terreno na Justiça, o mesmo foi doado pelo governo do DF, mas nunca foi regularizado” (DF007). No Ceará, o entrevistado aponta o seguinte desafio: “o mercado capitalista é explorador, dificultando a venda dos produtos da Economia Solidária que trabalha com princípios sociais e que para alguns o desafio, é em deixar de ser empregado para ser dono do próprio negócio” (CE061).

#### **5.4.6 Os FRS e estratégia de resistência cultural dos Afrodescendentes**

O único Fundo encontrado no Mapeamento por “grupo de afrodescendentes”, apresenta como objetivo viabilizar projetos e atividades da comunidade em Fortaleza (CE).

O fundo rotativo surgiu a partir da organização do Fórum Economia do Negro, sendo esse um espaço de debate das políticas de inclusão racial que vão além das questões econômicas, porém, foi quando se iniciou com o apoio da Coordenadoria de Políticas Públicas de Inclusão Racial (COPPIR) da Prefeitura de Fortaleza e do Banco do Nordeste a pensar formas de inclusão econômica por que essa também é uma das grandes dificuldades para os negros que é ocupar o mercado de trabalho. O fundo vem financiando empreendimentos que tenham em sua proposta produtiva o recorte racial, nas áreas da cultura, beleza, alimentação e comunicação. (CE061)

Desde 2011, o Fundo Rotativo do Fórum Economia do Negro se organiza através de uma associação comunitária denominada Centro Cultural Capoeira Água de Beber. Consta que esse Fundo recebeu R\$ 100.000,00 do BNB. Há um acompanhamento dos empreendimentos através de visitas e oficinas como pela COPPIR e do Centro de Capacitação e Assessoria Técnica (CAPACIT)<sup>148</sup>. As definições das políticas de funcionamento do FRS foram estabelecidas pela diretoria da associação e o acompanhamento dos projetos também. Em relação às políticas públicas, participam do CONSEA (CE061 e Quadro 27).

Quadro 27 – Brasil: FRS e entidades gestoras de Afrodescendente

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
CE061	Fundo Rotativo do Fórum Economia do Negro	Centro Cultural Capoeira Água de Beber (CECAB)	Fortaleza/CE	2011

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

No meio urbano continua a diversidade de públicos como no meio rural, porém aponta-se que, nesse caso, há incidência em outras regiões do país, e não somente no Nordeste. Recentemente fundou-se o FRS dos povos tradicionais de matriz africana (Cf. Box 1)

### **Box 01 FRS UBUNTU (Porto Alegre RS)**

O Fundo Solidário Ubuntu, dos povos tradicionais se constitui numa poupança comunitária, gerenciado pela Cooperativa Estadual de Desenvolvimento Territorial e Trabalho dos Povos Tradicionais de matriz Africana (COOPTMA-RS) como mecanismo de crédito, utiliza a moeda social Grão digital. Visa contribuir com o desenvolvimento dos projetos de negócios produtivos através do fornecimento de créditos orientados até 15 mil reais e assistência técnica<sup>149</sup>.

Esta seção apontou uma diversidade de FRS no meio urbano, mais concentrada em movimentos que, de uma forma ou outra, são articulados com Economia Solidária – catadores, artesãos, associações de moradores. Embora sejam em menor número que o caso rural, não deixa de transparecer que a metodologia dos FRS para determinados grupos sociais

<sup>148</sup> Uma entidade de assessoria da sociedade civil que ajudou o MDA a fazer o plano territorial em Sobral (CE).

<sup>149</sup> Disponível em: < [www.fonsanpotma.org.br](http://www.fonsanpotma.org.br) >. Acesso em: 10 ago. 2017.

urbanos são uma estratégia de conquistas de direitos, de apoio a certas atividades econômicas ou para suprir necessidades básicas, como o direito à moradia.

## 5.5 FRS DE FOMENTO

Nesta seção elenca-se o segundo conjunto, os FRS de Fomento, que apresentam como característica a atuação com diversos públicos ou objetivos e, alguns casos, atuam tanto no meio rural e urbano e não estão necessariamente em um grupo social específico. Os FRS de Fomento são geridos por entidades da sociedade civil de um âmbito maior que o nível local ou comunitário (conforme descrito na Introdução). Quanto aos Fundos de Fomento apresentados nesta seção, selecionou-se um conjunto de 28 (do total de 44 Cf. Tabela 8) tendo como base o critério de serem geridos diretamente por entidades, sejam religiosas, de assessoria de técnica ou organizações de fomento à Economia Solidária. As entidades exercem um papel mobilização, articulação e formação pedagógica para a criação de FRS comunitários, inclusive.

### 5.5.1 FRS com Empreendimentos Economia Solidária

Agrupou-se nesta categoria aqueles que apresentam uma atuação ou relação com Empreendimentos (EES) (Quadro 28), ou seja, a base do movimento de Economia Solidária, embora em menor número, proporcionalmente (2,59%) (Cf. Tabela 8).

Quadro 28 - Brasil - FRS com Empreendimentos da Economia Solidária

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS de Fomento</b>	<b>Entidade Gestora ou Fórum responsável pelo FRS</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
DF003	Fundo Rotativo Solidário do DF e Entorno	Empreendimentos Solidários do DF e Entorno	Brasília/DF	2011
MA007	FUNDEFESRC	Fundo de Desenvolvimento e Fomento da ECOSOL na região de Codó (FUNDEFESRC)	Codó/MA	2008
MS007	Fundo do Fórum Estadual de Economia Solidária	Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES-MS)	Campo Grande/MS	2006
MT005	Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária	Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária	Cuiabá/MT	2010
MT007	Banco Cerrado	Associação Dando as mãos Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral	Rondonópolis/MT	2005
PE003	Fundo Solidário – BNB	CredCidadania	Recife/PE	2005
PE044	Fundo Rotativo Solidário da Cooperativa de crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú	Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária do Pajeú – ECOSOL Pajeú	Tabira/PE	2003
SP011	Fundo da Rede Andreense	Rede Andreense de Economia Solidária	Santo André/SP	2007

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.



Por exemplo, em Cuiabá (MT), o Fundo Rotativo do Centro de Comercialização de Economia Solidária foi criado “através da necessidade dos grupos de empreendimentos que queriam trabalhar, mas não tinha dinheiro para comprar a matéria-prima” (MT005) e é gerido pelo Centro e de abrangência comunitária. Sua fonte principal advém de uma porcentagem das Vendas de Produtos (R\$ 250,00) e Devoluções em R\$ 255,00 (2011).

No município de Santo André (SP) o FRS é gerenciado por um grupo informal, criado pela Rede Andreense de Economia Solidária,

no final de 2006, a partir de um encontro de formação específica sobre a constituição de redes e com o encerramento de um projeto desenvolvido pela prefeitura, constituiu-se uma rede de EES e junto com esta rede já nasceu a proposta da criação do Fundo Solidário da Rede Andreense de Economia Solidária. (SP011)

Constata-se ainda, em Brasília (DF), que os “Empreendimentos Solidários do DF e Entorno” constituíram o FRS “a partir do projeto de Bazares Solidários com mercadorias apreendidas repassados ao programa Fome Zero/MDS” (DF003). Trata-se também é grupo informal e de abrangência territorial.

De abrangência estadual, há um FRS em Campo Grande (MS,) do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), que, desde maio de 2005, passou a realizar reuniões periódicas com vários EES. Percebendo que a maior demanda levantada por todos era a comercialização, a coordenação do FEES buscou alternativas para resolver os problemas levantados pelos EES. Em 2006 surge a oportunidade de parceria com o governo do estado com a cedência de um espaço na área central da capital.

Os EES concordaram que todos os beneficiados contribuíssem com um determinado valor para que o Fórum tivesse condições de continuar fomentando a articulação e a organização dos EES. Inicialmente era um valor fixo de R\$ 10,00 por EES, posteriormente ficou acordado em Assembleia que seria 5% das vendas da Central, e que esse recurso também deveria ser utilizado para as visitas de acompanhamento dos EES, bem como a motivação da organização de novos. (MS007)

**Box 02: Fundo Solidário Integridade de Blumenau (SC)**

Constitui-se de uma iniciativa dos Empreendimentos que compõe a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e com apoio da incubadora da Universidade Regional (FURB). Adota a moeda social denominada “pila” e possui um regimento interno construído coletivamente pelos membros da RESVI.

**Abrangência:** 14 municípios do Vale do Itajaí/SC.

**Grupo que faz a gestão:** Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI).

**Modalidade:** Fundo Rotativo

**Objetivo:** Fortalecer os Empreendimentos que compõem a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí/SC (RESVI), garantir o acesso aos processos formativos; garantir o acesso aos recursos para participação dos EES em feiras, eventos e reuniões; fomentar a aquisição de equipamentos e insumos.

**Tipo de recurso mobilizado:** dinheiro

**Captação:**

- Sobras das vendas do Brechó realizado na Universidade Regional de Blumenau (FURB), sendo, 100% do valor da venda se caso a peça foi doada, ou 50% do valor das vendas de peças não doadas.

- Contribuição de 5% das vendas dos EES que realizam Feira mensal na FURB;

- Repasse de 5% do total das vendas para o Fundo Rotativo Solidário em caso de participação nos espaços de comercialização e feiras organizadas e/ou mantidas pela RESVI.

- Devoluções dos empréstimos.

**Gestão:** Através de uma Comissão Gestora com autonomia, cabendo ao Coletivo da RESVI garantir as diretrizes políticas. As reuniões mensais da RESVI são o espaço legítimo de discussão e encaminhamentos pertinentes ao Fundo Rotativo Solidário.

**Reserva fixa:** 25% do valor total que está no Fundo. Terá que ter, no mínimo R\$ 1.500,00 de reserva fixa. Nessa regra, prevalece o valor que for maior.

Obs.: Para potencializar a ação do Fundo Solidário, a RESVI construiu a moeda social Pila, que circula na Feira da FURB. Este processo foi acompanhado pelo convênio em parceria com o Banco Comunitário União Sampaio/SP. (Fonte: FUNDOS, 2017, p.51-52)

O tema da “Economia Solidária ainda é novo para muitas famílias que foram educadas a serem dependentes de alguém que defina o que deve e o que não deve ser feito”, ou seja,

esse novo modo de produção sem patrão e sem empregado em alguns momentos traz conflitos mais aos poucos vem se colhendo os frutos e outras famílias estão se interessando em participar desses espaços quando identificam uma oportunidade de geração de renda sem a exploração da Mão de obra (RN003).

Devido a muitas dificuldades enfrentadas pela sustentabilidade dos EES, uma estratégia viável pode ser a criação de Fundos para o financiamento de suas atividades econômicas (Seção 3.1), iniciativa que começa a despontar e ser divulgada a exemplo do Fundo Integridade (Box 2) além de outros.

### **5.5.2 FRS de entidades de assessoria técnica**

As entidades de assessoria exercem um papel primordial na constituição de Fundos Solidários desde a década de 1980 (cf. seção 4.2). No período do mapeamento, algumas já não operavam mais com Fundos Solidários. Em todo caso, foram mapeados sete FRS, todos com uma abrangência territorial (intermunicipal). A seguir elencamos as sete experiências

Quadro 29 – Brasil: FRS de entidades de assessoria

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS de fomento</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
BA006	Fundo Rotativo Solidário da APAEB	Assoc. de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)	Valente/BA	1993
BA025	Fundo Solidário Adapta Sertão	Adapta Sertão	Pintadas/BA	2006
BA038	FRS da Aresol	Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL)	Senhor do Bonfim/BA	2007
CE044	Projeto Mãos Recriam Territórios Produtivos e Solidários	Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social	Quixadá/CE	2008
MG007	Fundo Rotativo Solidário	Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV)	Turmalina/MG	1995
MG009	Rotativo de Crédito Solidário do Vale do Mucuri (FRCS)	Aprender Produzir Juntos (APJ)	Teófilo Otoni/MG	2008
PE033	Banco Prover de Pesqueira	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP)	Pesqueira/PE	1998

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O FRS constitui-se a partir de 1993 na Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB de Valente (BA), que é uma entidade de assessoria técnica aos agricultores. O objetivo inicial do Fundo era contribuir com recursos para que as famílias agricultoras melhorassem as condições de produção nas suas propriedades.

No início o agricultor devolvia ao Fundo com produto ou em dinheiro. Quando a devolução era feita com produtos a APAEB os comercializava pois possuía pontos de comercialização. O valor recebido com a venda do produto abatia no saldo “devedor” do agricultor. Caso a venda ultrapassasse o valor da devolução o agricultor recebia o excedente.[...] Os agricultores faziam questão de devolver o dinheiro recebido, pois tinham o sentimento de que o FRS da APAEB pertencia a eles também, consideravam um patrimônio de todos. Quem participava do FRS eram os sócios da APAEB.

Segundo os entrevistados no Mapeamento, “com o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os Fundos Rotativos enfraqueceram e diminuíram na região. Há quatro anos o FRS descapitalizou, e só está ocorrendo a devolução.” Assim, esse FRS está praticamente inviabilizado e sendo desativado (BA006).

Contata-se um Fundo em Turmalina (MG) gerenciado pelo Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV):

O Fundo tem duas fases. A primeira nasce a partir de uma parceria da paróquia de Turmalina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de apoiar projeto coletivos nas comunidades rurais e na época já tinha um caráter devolutivo. Em 1994 o CAV é fundado e passa a fazer a gestão do projeto e ampliá-lo, neste período os projetos passaram a apoiar também *[atividades econômicas dos]* indivíduos. No início o Fundo contava com poucos recursos. (MG007)

Em 2007, o FRS contava com cerca de R\$ 10.000,00. Com a criação do PRONAF, a procura pelo Fundo diminuiu muito e ele quase acabou. Em 2012, o Fundo dispunha de quase 107 mil reais em caixa. E o recurso tende a crescer por ser diferentes dos créditos oficiais,

principalmente **por ser mais flexível**. Conforme os dados, as fontes de recursos são o BNB de R\$ 61.000,00 e a contribuição dos participantes R\$ 63.987,26 (MG007)

Em Pintadas (BA), a proposta do Adapta Sertão (entidade Gestora de FRS) emerge em 2006 visando à produção com tecnologia de irrigação fomentando um FRS. Esse FRS abrange quatro municípios da região.

O financiador “Sul-Sul” possibilitou a realização da experiência nos países: Brasil, Caribe e África, com financiamento de R\$ 14.000,00 reais para a Bahia. A ideia foi oriunda no PNUD<sup>150</sup> a fim de produzir tecnologia para gerar o desenvolvimento local. O fundo rotativo do Centro Comunitário inspirou a execução da metodologia no Adapta Sertão. (BA025)

Outra entidade de importância para os FRS na região de Pesqueira (no agreste) é do CEDAPP em Pernambuco, que tem sua origem histórica com a criação do Centro de Capacitação e Acompanhamento de Projetos Alternativos da Seca (CECAPAS), com a atuação ampla no estado de Pernambuco de 1973 até 1991. “O CEDAPP apoia 31 grupos de fundos solidários comunitários, espalhados no território de abrangência” (11 municípios do agreste e semiárido) (PE033).

Na região nordeste da Bahia, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) adota o Fundo Rotativo como uma linha de sua atuação, em 1993.

O objetivo do fundo era contribuir para que as famílias agricultoras conseguissem recurso para melhorar suas propriedades. No início o agricultor levava recurso e a devolução era feita com produto ou dinheiro. Quando a devolução era feita com produtos a APAEB comercializava os produtos devolvidos, pois a entidade possui pontos de comercialização. O valor recebido com a venda do produto, a APAEB abatia no saldo “devedor” do agricultor. Caso a venda ultrapassasse o valor da devolução o agricultor recebia o excedente. (BA006)

Na época do Mapeamento (18/05/2011), o entrevistado revelou que havia dificuldades na continuidade do Fundo pois, com “o advento do

---

<sup>150</sup> Cooperação Sul-Sul é um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/ONU.

PRONAF os Fundos Rotativos enfraqueceram e diminuíram na região. Há quatro anos o FRS descapitalizou e durante esse período não há capitalização, ou seja, não há mais financiamento de atividades, só está ocorrendo.” (BA006)

As entidades de assessoria exerceram um papel importante na constituição de Fundos solidários desde a década de 1980 (cf. seção 4.2), mas o Mapeamento revelou que o destaque maior foram os FRS de caráter comunitário e as entidades “maiores” direcionam seus objetivos para outras tarefas, na linha de mobilização, formação, articulação política e não tanto em serem gerenciadoras de Fundos. Algumas apontam que assumiram o papel de controle social das políticas públicas.

### **5.5.3 FRS sob a gestão da rede Cáritas**

A Cáritas e outras entidades sociais ligadas à Igreja católica gerenciam diretamente 17 FRS e apresentam uma contribuição desde as origens dos FRS como revelado no histórico (na seção 4.2). Destaca-se em seguida alguns deles de maior relevância, principalmente pelas informações do Mapeamento.

Foram articulados pela Cáritas Brasileira sete Regionais que operaram com FRS em nível estadual ou interestadual. Geralmente são FRS de maiores volumes e contam como fontes ONGs da cooperação internacional ou de programas governamentais. A gestão dos FRS é confiada a uma equipe específica que analisa os projetos solicitantes e, além da análise, muitas vezes faz o acompanhamento dos empreendimentos apoiados. A seguir, são elencados alguns dados históricos e característicos, enfatizando a metodologia própria das entidades.

Também as Cáritas Diocesanas adotam FRS como linha de ação<sup>151</sup> e, a partir de 1999, assumem o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS) que tem sua gestão em alguns lugares atribuída à Caritas e noutros a uma equipe específica com representantes das pastorais sociais. Alguns FDS adotaram a “devolução” como um critério a empreendimentos que acessam os recursos para adquirir bens ou serviços destinados à produção e/ou comercialização.

---

<sup>151</sup> Aqui refere-se às Caritas Diocesanas que integraram o Mapeamento pois nem todas adotam o FRS como sua ação.

Quadro 30 – Brasil: FRS de entidades Cáritas e outras entidades católicas

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS de fomento</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
AC007	Fazenda da Esperança Dom Luis Herbst	Obra Social N. Sra. da Glória Fazenda da Esperança/Dom Luis Herbst	Mâncio Lima/AC	2010
BA010	Fundo Diocesano de Solidariedade (Rotativo)	Diocese de Ruy Barbosa	Ruy Barbosa/BA	1992
CE010	Fundo Rotativo da Cáritas Diocesano de Itapipoca	Cáritas Diocesana de Itapipoca.	Itapipoca/CE	1990
CE011	Fundo Rotativo Regional – Cáritas Brasileira Regional Ceará.	Cáritas Brasileira Regional Ceará	Fortaleza/CE	1992
CE037	Fundo Rotativo de Crédito Solidário	Cáritas Diocesana de Sobral	Sobral/CE	2001
DF004	Fundo da Ação Social	Ação Social da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	Taguatinga/DF	2004
MA004	Fundo Rotativo Solidário da Cáritas Diocesana de Bacabal	Cáritas Diocesana de Bacabal	Bacabal/MA	2008
MA022	Fundo Rotativo Solidário De Geração de Renda Produzir Aprendendo e Ensinando	Animação dos Cristãos no Meio Rural	Bacabal/MA	2006
MA026	Desenvolvimento Sustentável e Solidário	Cáritas Regional Maranhão	São Luís/MA	2009
MG002	Fundo Rotativo Solidário	Cáritas Diocesana de Araçuaí	Araçuaí/MG	1992
MG015	Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – Projeto Siriema	Cáritas Diocesana de Januária	Januária/MG	2004
MG030	Programa de Apoio de Fundos Rotativos Solidários na Microrregião de Montes Claros.	Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros	Montes Claros/MG	2010
MS005	Projeto de Geração de Trabalho e Renda	Caritas Diocesana de Dourados	Dourados/MS	2005
MT028	Fundo Solidário de Construção de Casas	Cáritas Diocesano de Rondonópolis	Rondonópolis/MT	1997
PI001	Fundo Produtivo Solidário	Cáritas Brasileira Regional do Piauí	Teresina/PI	1995



RS005	Fundo Rotativo Regional	Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	1986
SC007	Fundo Rotativo	Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina	Florianópolis/SC	1994

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em Itapipoca (CE), o Fundo Rotativo da Cáritas Diocesana<sup>152</sup> iniciou suas atividades em 1990, com a devolução das famílias beneficiadas por projetos para construção de casas de farinha, compras de equipamentos agrícolas etc.

As famílias devolviam os valores recebidos em produtos: farinhas, milho, feijão etc. Com os produtos recebidos a Cáritas beneficiava outras famílias depois de um tempo esses produtos passaram a ser vendidos ou mesmo as famílias devolviam parte do que recebia em dinheiro onde formou-se um pequeno fundo que servia para financiar pequenos projetos das comunidades acompanhadas pela Cáritas. (CE010)

Os relatos acima ilustram algumas experiências da metodologia da rede Cáritas no Brasil como linha de gestão e fomento de FRS. Relacionada aos PACs em que tinham financiamento internacional de ONGs, há, na última década, duas mudanças: os recursos dos FRS são buscados em programas de governo, principalmente da SENAES para trabalho com assessoria; e as atividades que fortalecem empreendimentos coletivos na linha de desenvolvimento sustentável (articulados em redes nos territórios), não apenas como projetos para geração de trabalho e renda. Adiante ver-se-á uma entidade que tem adotado como linha de sua atuação essa perspectiva.

#### **5.5.4 FRS inspirados pelo “Projeto Vencer Juntos”**

Desde 1989 a Pastoral da Criança vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida e renda das famílias pobres através do apoio a pequenos projetos solidários de geração de trabalho e renda<sup>153</sup>. A partir de 2003, a Pastoral da Criança intensificou esse trabalho com o início do “Projeto Vencer Juntos” que “funciona em cinco estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. É uma das poucas experiências que vem funcionando com recursos públicos [...] Fundo Social do BNDES e

---

<sup>152</sup> Segundo o entrevistado: “A instituição faz o fomento a vários fundos rotativos comunitários e a casas de sementes [*16 iniciativas de FRS comunitários*], além de fazer a gestão de um fundo rotativo próprio e ainda faz parte da comissão do fundo diocesano de solidariedade.”

<sup>153</sup> “Entre 1989 e 2006, a Pastoral da Criança apoiou mais de 1000 projetos produtivos solidários beneficiando mais de 13 mil famílias de baixa renda” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p. 20)

MDS/Fome Zero” (FUNDOS SOLIDARIOS 1, p. 45). Já em 2008, o “Projeto Vencer Juntos” passa ser executado pela OSCIP Fundação Grupo Esquel<sup>154</sup> Brasil. (MG010)

---

<sup>154</sup> “A Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB) integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina”. Disponível em: <<http://www.esquel.org.br/apresentacao>>. Acesso: 8 jan. 2017. (Cf. Quadro 33 Apêndice)

Quadro 31 – Brasil: FRS articulados pelo “Projeto Vencer Juntos”

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS de fomento</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
BA034	Projeto Vencer Juntos	Associação Lutar pela Vida em Abundância	Teixeira De Freitas/BA	2003
CE004	Fundo Rotativo da APROVEJ	Associação Vencer Juntos dos Projetos de Geração de Renda da Diocese Limoeiro do Norte (APROVEJ)	Aracati/CE	2003
MA003	Fundo Rotativo Solidário do Setor Bacabal	AVESOL-Associação Vencer Juntos em Economia Solidária	Bacabal/MA	2006
MA006	FRS das Famílias Vencendo Juntas na Economia Solidária	Associação das Famílias Vencendo Juntas na Economia Solidária	Codó/MA	2005
MG010	Projeto Geração de Renda Vencer Juntos – Fundo Rotativo Solidário	Associação Solidária Vencer Juntos com Cristo	Montes Claros/MG	2003
MG011	Fundo Rotativo da AUVENOR	Associação Unidos pela Vida vencendo juntos no Norte de Minas (AUVENOR)	Janaúba/MG	2008
PB007	Projeto Vencer Juntos – Setor Patos.	Projeto Vencer Juntos – Setor Patos	Patos/PB	2004
PE001	Fundo Rotativo Solidário	Projeto Vencer Juntos - Setor Pesqueira/PE	Pesqueira/PE	2007
PI003	Projeto Vencer Juntos - Setor Parnaíba	Vencer Juntos - Setor Parnaíba	Parnaíba/PI	2005

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nesse grupo foram selecionados nove FRS, todos de abrangência territorial, que se originam com a influência explícita da Pastoral da Criança desde 1989, por meio do apoio a pequenos projetos solidários de geração de trabalho e renda. Localizam-se em Patos (PB), Pesqueira (PE), Bacabal e Codó (MA), Janaúba e Montes Claros (MG), Aracati (CE) e Freitas e Senhor do Bonfim (BA).

Entre fevereiro de 2003 e abril de 2010, o Vencer Juntos apoiou mais de 500 empreendimentos coletivos envolvendo 2.600 famílias e fomentou dez fundos rotativos solidários em sete estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. Além de promover o fomento de Fundos Rotativos Solidários, o Vencer Juntos participa de uma articulação junto com outras entidades que trabalham com essa prática para mobilizar o poder público para criar um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários. Em grande medida apoiaram outros FRS no Nordeste e em Minas Gerais.

Em síntese, observa-se que o “Projeto Vencer Juntos” ajuda a fomentar fundos locais de investimento. As associações criadas nas regiões determinam as prioridades de aplicação do recurso e atraem outros investimentos públicos e privados para o Fundo, tornando-se uma forma de fomento da economia solidária.

### 5.5.5 FRS gerenciados por Diaconia, CAPA e CONIC

A influência de Igrejas cristãs no processo de constituição e incentivo dos fundos solidários não aconteceu somente na Igreja católica, mas também na Luterana. No mapeamento destacam-se os seguintes Fundos Rotativos.

Quadro 32 – Brasil: FRS de outras entidades e ecumênicas

<b>Cód.</b>	<b>Nome do FRS de fomento</b>	<b>Nome da entidade Gestora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano*</b>
RS006	Fundo de Projetos	Fundação Luterana de Diaconia	Porto Alegre/RS	2000
RS008	Fundo de Apoio a Pequenos projetos do Capa Erechim	Centro de Apoio Ao Pequeno Agricultor (CAPA) Erechim	Erechim/RS	1988
MG003	Fundo Rotativo Solidário	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)	Belo Horizonte/MG	2010

(\*) Ano de início do Fundo Solidário.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nessa perspectiva foram identificados alguns cujas entidades gestoras são vinculadas ao ecumenismo cristão, por exemplo:

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) é uma organização de seis igrejas cristãs<sup>155</sup>. Iniciou com

apoio a pequenos projetos foi uma escolha da CESE desde a sua fundação, em 1973, por entender a importância da participação direta da comunidade no desenvolvimento e gestão de iniciativas transformadoras de organizações – em sua maioria, pequenas – que vivem diariamente as consequências da extrema desigualdade social no País. (BA037)

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fundada em 1961, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro<sup>156</sup>. Atualmente desenvolve dois tipos de Fundos de apoio a projetos: o Serviço de Análise e Apoio a Projetos (SAAP) que “Aposta na auto-organização de novos sujeitos sociais coletivos, principalmente mulheres e jovens. Por meio da gestão de três fundos de investimento social, apoia pequenos projetos com diferentes enfoques e em que o protagonismo seja popular”. Outro é o Fundo DEMA, que

prima pelo respeito à sociobiodiversidade, pela Justiça Ambiental e Climática, pela garantia plena dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), pela Agroecologia e a defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre outros. E nesse sentido, apoia projetos coletivos sustentáveis

---

<sup>155</sup> Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana – CNBB e Aliança de Batistas do Brasil. (Disponível em: <<https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/historico/>>. Acesso em: 8 jan. 2017.)

<sup>156</sup>. Desde a década de 1960, a FASE realiza um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. E a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

e de fortalecimento das organizações dos Povos da Floresta no Pará – indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar- que visam a valorização socioambiental dessas populações como atores indispensáveis na preservação do bioma amazônico.<sup>157</sup>

No Mapeamento destaca-se o apoio ao FRS da Comunidade Quilombola da Reta São Mateus no valor de R\$ 20.000,00. Segundo relatado, as famílias acessaram o fundo para comprar galinhas (63 para cada família) e o grupo já tem aves para contribuir com outros fundos (ES002).

Esta seção acima elencou as principais entidades que possuem FRS de fomento e têm um papel importante na divulgação, no fomento e na formação (teórico e prática) dos FRS comunitários. No conjunto das respostas, percebeu-se que essas entidades conseguiram captar maiores volumes de recursos e os “empréstimos” se dirigem para empreendimentos que se consolidaram ao longo do tempo. Por último, essas entidades são as que apresentam melhores condições em participar dos eventos e dos encontros nacionais no sentido de uma influência política na construção da política de Finanças Solidárias.

## 5.6 FRS COM GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES

Esta seção aponta que nos FRS se destaca a presença e o protagonismo feminino, inclusive se considerarmos as experiências originárias do Microcrédito. Evidentemente, este ponto mereceria um aprofundamento maior, relacionando-o com as reflexões teóricas sobre as questões de gênero. Em todo caso, selecionou-se os FRS que são geridos por associações que citam a participação de mulheres diretamente (Cf. Tabela 10). Convém acrescentar que nesta categoria estão dez FRS na área rural, 12 na urbana e um em ambas.

---

<sup>157</sup> Cf. Página eletrônica FASE. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/fundos/dema/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

Tabela 10 - Nº de FRS com participação direta de mulheres, em diversas áreas.

Abrangência	Comunitária	Municipal	Territorial	Total
Associação Comunitária	4	1		5
Grupo Informal	7	3	2	3
Outra Associação		1	2	5
Cooperativa		1		1
Entidade Religiosa	1		1	2
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>23</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em 1999, a Casa da Mulher do Nordeste tinha uma parceria com a agência de cooperação internacional a *Oxfam Intermón*<sup>158</sup>, cujos recursos eram destinados à formação de mulheres experimentadoras no desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos. Tal parceria mantinha um projeto que possibilitava a aplicação de parte do recurso para formação em agroecologia e para criação de pequenos animais, produção de hortaliças e pomares. Com a aplicação desses recursos, tanto da SENAES como da *Oxfam Intermón*, discutiu-se com os grupos que seriam beneficiados a multiplicação dos referidos recursos como forma de beneficiar um maior número de mulheres no território, surgindo, assim, o Fundo Rotativo Solidário (FRS) da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (PE035). Em 2010, registra-se como fonte financiadora desse fundo a Contribuição das participantes (R\$ 5.000,00) e a Fundação Banco do Brasil (R\$ 10.000,00).

Uma experiência que adota uma metodologia similar são os GOLD (da Visão Mundial) como uma forma de organização das famílias acompanhadas pela instituição na periferia de Fortaleza. O financiamento das atividades é feito com recursos da “poupança” constituída pelas sócias. A cada reunião o grupo faz o depósito na poupança que, em 2012, era de R\$ 3,00 por participante (CE049; CE059; CE060).

Um FRS gerido por cooperativa localiza-se em Feira de Santana (BA), “que surgiu a partir do movimento social de mulheres e da necessidade de comercializar produtos de fabricação própria como o artesanato”. No ano de 2009, com a ajuda do Movimento de Organização Comunitária (MOC)<sup>159</sup> foi possível captar recursos junto a Petrobrás para iniciar um Fundo Rotativo. Posteriormente, conseguiram outro financiamento junto ao BNB, com o auxílio do MOC. Desse valor (R\$ 98.000,00), uma parte foi utilizada para compra de matéria-prima, iniciando, assim, um fundo só com participantes mulheres (BA003).

<sup>158</sup> Cf. Quadro 33 Apêndice.

<sup>159</sup> Cf. Quadro 33 Apêndice.



Nos “resultados” dos FRS comunitários rurais em relação à inclusão social de gênero, observa-se que cumprem um papel fundamental de emancipação das mulheres. Por exemplo: “em função do ambiente familiar da quebradeira de coco, como extrativista ser muito restrito, e dominado pelos homens. Nesse contexto ao acessar esses recursos e empreender novas atividades, melhora a autoestima e a busca novas alternativas” (MA025).

A qualidade de vida das famílias melhorou depois da implantação das cisternas de água para beber. Além disso, apontou que “as **mulheres** que entraram no grupo de beneficiamento de frutas depois de se envolver nos trabalhos gerando segurança alimentar e renda para elas. Outra coisa é que as famílias ficaram mais unidas; a comunidade que dialoga com outros órgãos e está presente em diversos espaços” (PB084, grifo nosso).

Recentemente destaca-se o FRS Unidos Vivendo em Ação (UVA) criado em 2012 no município de Tangará da Serra (MT). Esta iniciativa partiu de um processo de gestão de seis empreendimentos, em sua maioria composto por mulheres, para atender as necessidades de crédito. Esse “Fundo traz autonomia para os empreendimentos, possibilitando que participem de feiras na capital ou ainda organizem feiras no próprio município, já beneficiando mais de 80 pessoas diretamente e 580 indiretamente” (NESOL-USP, 2016b, p.23; sobre este Fundo maiores detalhes encontram-se em LEITE, 2016, pp.161-210 e Regimento Interno cf. Anexo 2)

Foi ressaltado, ainda, que as práticas de fundos solidários vivenciadas pelas mulheres, vêm possibilitando reflexões sobre outras linhas de créditos como “Pronaf-Mulher” e outras modalidades de PRONAF, ressaltando-se a visibilidade e a credibilidade das mulheres junto às entidades financeiras como o BNB.

## 5.7 FRS COM PARTICIPAÇÃO DE JOVENS

O protagonismo de jovens acontece em diversos aspectos na gestão e organização dos FRS. Em oito FRS está mais explícita a sua participação direta, sendo a maior parte de abrangência comunitária, dois FRS na área urbana e os demais localizados no ambiente rural. A seguir elencam-se alguns deles.

O grupo “João de Barro”, é “constituído por maioria com faixa etária de 17 a 21 anos, que residem em comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife (PE)” e é um grupo majoritariamente feminino. O FRS foi criado a partir de cursos profissionalizantes no artesanato. A

contribuição para sua manutenção provém das próprias jovens que, em 2010, arrecadaram R\$ 2.500,00 no total (PE004).

O chamado “FRS de viveiros de mudas nativas do cerrado para reflorestamento” está “situado no município de Planaltina (GO) numa fazenda de 4.030 hectares, totalmente desmatada, destinada à reforma agrária com mais 100 famílias assentadas (assentamento Itaúna)”. Os membros do Grupo Jovem Filhos e Filhas da Terra participaram, em 2003, de um curso técnico em agropecuária, agricultura sustentável e meio ambiente em Unai (MG) e convenceram mais jovens da necessidade de diminuir o impacto causado pelo desmatamento no assentamento. “Fizeram uma coleta de dinheiro para comprar material necessário e as sementes, de fruteiras e nativas coletadas por eles nas redondezas.” (GO021). Foram movimentados R\$ 1.350,00 para incentivo a esses projetos e a fonte principal são os recursos do grupo que, em 2010, estavam em R\$ 1.000,00.

No estado do Rio Grande do Norte há um FRS e outros dois como FRS de animais. Destaca-se o FRS de Macaíba (RN) (de abrangência Municipal) gerenciado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cidadã (CEPAC) que contempla não somente jovens, mas também mulheres e apicultores. Foi constituído a partir de um apoio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB) por meio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (FUNDECI). A entidade gestora é o CEPAC que

A partir das atividades apoiadas pelo fundosolidário e o aumento da produção os empreendimentos passaram a ter dificuldades na venda dos produtos, foi quando o comitê gestor e o CEPAC resolveram a realizar semanalmente no centro da cidade uma feira de economia solidária. Esta foi uma estratégia de comercialização da produção e divulgação do tema da Economia Solidária. (RN003)

Como se percebeu, os FRS de jovens estão interligados com as organizações e movimentos do campo e do meio urbano. Destacou-se de maneira especial esse grupo de oito FRS, pois, para eles, também há uma perspectiva de desenvolvimento de novas práticas emancipadoras e de movimentos sociais voltados à juventude.

Resultados positivos são apresentados, como a contribuição para a formação de qualidade para os jovens da região de Monte Santo (BA):

A partir do momento em que os jovens se veem envolvidos numa atividade produtiva ligados de alguma maneira a cultura local ele percebe a possibilidade de futuro no clima semiárido **resolvendo permanecer na região**. Quando os jovens desenvolvem o PPJ (Projeto Profissional do Jovem) acabam impulsionando a atividade produtiva em sua comunidade difundindo o conhecimento para os demais agricultores do local. Como exemplo, a criação de caprinos, já que antes essa atividade produtiva não era valorizada pela sua comunidade. (BA032, grifos nossos)

Embora haja uma riqueza de dados e informações no Mapeamento, nem tudo pode ser abordado nestas últimas seções, cuja pretensão é de apenas demonstrar o papel de alguns Fundos baseados no recorte de gênero e de geração, observando os FRS como uma metodologia possível de emancipação social e política desses públicos.

\*\*\*

A partir deste capítulo, conta-se que os FRS se caracterizam como “iniciativa financeira”, no sentido de suprir as necessidades de crédito para fomento de atividades econômicas de grupos sociais mais vulneráveis. Porém acrescentam um cunho fundamental que é “político”: como “organização popular” ou “movimento social” para a transformação social e emancipação política e humana dos grupos envolvidos. Os FRS contribuem mais como estratégias para atender demandas sociais básicas para a sustentabilidade e sociabilidade das comunidades. Dito de outro modo, são iniciativas financeiras, que se diferenciam de outras modalidades de finanças como o Microcrédito “liberal” pela sua “metodologia financeira”, na qual o caráter autogestionário e o envolvimento dos participantes é o mais importante: o “FRS é nosso”, sem a interferência direta de Bancos, empresários ou governantes. Em outras palavras, o crédito exercido nos FRS é um “meio” e não um fim em si mesmo. Nos próximos capítulos esta constatação torna-se mais clara em relação ao modo de gestão e ao que foi apontado como “conquistas” nas entrevistas.

Acrescenta-se que outro ponto fundamental é a grande diversidade e multiplicidade de atores sociais e que nisso se manifesta sua maior criatividade e originalidade em relação às demais iniciativas de Finanças Solidárias. Outra diferença dos FRS é o fato de atenderem demandas simples e básicas, efêmeras por vezes. Via de regra, por causa disso, estão

mais propensos às fragilidades e riscos em relação à sua continuidade, devido, em parte, pelas demandas efêmeras e pontuais às quais atendem, como a resolução de um problema da água, a compra de equipamentos e instrumentos de trabalho, ou de um animal, ou sementes, ou, ainda, pequenas infraestruturas. Mas há, também, processos gestionários que implicam participação e decisão democrática de seus membros. Assim, por outro lado, os Fundos de Fomento implicam uma complexidade maior na sua gestão e até movimentam mais recursos, o que implica um certo “distanciamento” dos participantes e seu entendimento de que os recursos não lhe pertencem e, sim, à entidade, à Igreja, ao governo etc.

Por último, a viabilidade dos FRS, como instrumento de Finanças Solidárias, depende principalmente da construção de redes sociais e políticas horizontais (redes ou fóruns) dos movimentos sociais, entidades e organizações não governamentais nesses territórios. É a “rede social que os viabiliza” (SCHERER-WARREN, 2008), isto é, importa a articulação de movimentos sociais, sindicatos e associações, com práticas anteriores, próximas e similares aos atuais FRS. Tal articulação em rede é que se mostra fundamental para sua sustentação e viabilidade.

Por fim, os Fundos se aproximam mais de uma metodologia elaborada por essas entidades e comunidades na tentativa de geração de trabalho e renda, aliada com relações de solidariedade entre os grupos sociais, entre as ONGs brasileiras e europeias. Os avanços também devem ser remetidos ao interesse e a participação do Estado brasileiro na última década. A partir da SENAES, esta metodologia passa a ser incorporada como uma das estratégias para o fomento de Finanças Solidárias respeitando, em grande parte, a sua autonomia<sup>160</sup>.

No próximo capítulo adentra-se mais detalhadamente nos aspectos organizacionais dos FRS, como: a mobilização ou captação de recursos, as formas de devolução solidária e aspectos de maior ou menor grau de autogestão (aspectos contributivos e limitadores à viabilidade dos FRS para construção de Finanças Solidárias). Aborda-se adiante como se caracterizam a captação de recursos financeiros (Fontes), elementos da metodologia de (auto)gestão e da participação dos envolvidos desde a definição dos critérios de liberação de recurso, análises dos projetos e

---

<sup>160</sup> Os FRS são uma metodologia que contribui para implantação das cisternas premiada recentemente pela ONU, que respeita a autonomia das comunidades, conforme relata Valquíria Lima em entrevista recente. (Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/571000-programa-cisternas-um-exemplo-de-politica-publica-que-teve-origem-na-sociedade-civil-entrevista-especial-com-valquiria-lima>>. Acesso em: 27 ago. 2017.)

acompanhamento de aplicação dos recursos, incluindo a devolução dos recursos. Além disso, realizamos uma breve apresentação dos tipos de atividades financiadas.



## 2. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DOS FRS

Este capítulo trata, de modo geral, de informações relacionadas à estrutura de funcionamento dos FRS, no sentido de apresentar uma espécie de morfologia deste sistema. O objetivo é apresentar traços característicos comuns de aspectos operacionais com base nos dados levantados no Mapeamento. O primeiro ponto escolhido a ser analisado refere-se às fontes de recursos e suas proporções em relação aos vários tipos de entidades gestoras e as financiadoras. O segundo refere-se às regras para a “devolução voluntária do empréstimo”, tais como: devolução integral ou parcial; a incidência de juros, correção monetária ou outras taxas. O terceiro, uma apresentação de maneira mais breve, diz respeito aos “destinatários” de tais recursos e a quais tipos de projetos são financiados. E por último, o capítulo aborda as práticas relacionadas ao modo de realizar a gestão dos FRS.

### 6.1 AS FONTES DE RECURSOS E O APORTE DAS ENTIDADES SOCIAIS

A partir do exame dos dados percebemos que, no caso dos FRS, as “fonte dos recursos” podem ser classificadas do seguinte modo: i) fontes internas ou próprias, quando são captados na própria comunidade ou dos participantes das entidades, como, por exemplo, dos contribuintes, sócios, cooperados e sindicalizados conforme o tipo de organização; ii) fontes externas, quando a comunidade busca acessar os recursos através de Organizações Não-Governamentais (ONGs), bancos, órgãos e/ou programas de governo, entidades não-governamentais de cooperação internacional etc.; e iii) mista que ocorrem quando uma parcela é captada externamente e outra internamente.

As principais fontes e valores monetários mobilizados foram sistematizados e distribuídos descrevendo o número de Fundos que escolheram cada uma das fontes, pois, na maioria dos casos optam por diversificar estes acessos (Cf. Tabela 11). Por causa disto, soma total será superior aos 270 pois representa o número de FRS que esta fonte financiou. Os valores são referentes ao ano 2010, de acordo com as informações. Assim, o Mapeamento revelou que em 180 FRS (66,67% dos 270) foram utilizadas fontes internas, ou seja, recursos de seus próprios participantes em 2010, representando 29,93% do total de recursos captados (Cf. Tabela 11).

Tabela 11 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS – 2010.

<b>Fontes de Recurso dos FRS</b>	<b>N. FRS</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>
<b>I Internas:</b>	<b>180</b>	<b>66,67</b>	<b>2.280.056,85</b>	<b>29,93</b>
<b>II Externas:</b>				
<b>2. Organizações religiosas</b>	<b>24</b>	<b>8,89</b>	<b>1.096.227,52</b>	<b>14,39</b>
2.1 Recursos Campanha da Fraternidade	14	5,19	714.707,52	9,38
2.2 Entidades Religiosas	10	3,70	381.520,00	5,01
2.2.1 Caritas	7	2,59	340.200,00	4,47
2.2.2 Entidades religiosas diversas	3	1,11	41.320,00	0,54
<b>3. ONGs/movimentos sociais</b>	<b>36</b>	<b>13,33</b>	<b>481.189,83</b>	<b>6,32</b>
<b>4. Sindicatos de Trabalhadores</b>	<b>15</b>	<b>5,56</b>	<b>28.680,00</b>	<b>0,38</b>
<b>5. Cooperativas</b>	<b>1</b>	<b>0,37</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,04</b>
<b>6. Empresas Privadas</b>	<b>6</b>	<b>2,22</b>	<b>88.250,00</b>	<b>1,16</b>
<b>7. Instituições Financeiras Públicas</b>	<b>19</b>	<b>7,04</b>	<b>1.761.542,00</b>	<b>23,12</b>
<b>8. Entidades Governamentais</b>	<b>21</b>	<b>7,78</b>	<b>1.040.935,28</b>	<b>13,66</b>
8.1 Governo Federal	10	3,70	432.634,28	5,68
8.2 Governo Estadual	3	1,11	201.500,00	2,65
8.3 Governo Municipal	2	0,74	406.801,00	5,34
<b>9 Organizações Cooperação Internac.</b>	<b>16</b>	<b>5,93</b>	<b>832.042,98</b>	<b>10,92</b>
<b>10. Outros</b>	<b>1</b>	<b>0,37</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,08</b>
<b>Subtotal Fontes Externas</b>	<b>144</b>	<b>53,33</b>	<b>5.337.867,61</b>	<b>70,07</b>
<b>TOTAL</b>	<b>--</b>	<b>**</b>	<b>7.617.924,46</b>	<b>100,00</b>

(\*) Número de FRS que buscaram esta fonte. (\*\*) Percentual sobre o conjunto de 270 FRS.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

As fontes externas foram utilizadas por 144 FRS (53,33%), em menor número, mas com volumes maiores de recursos (70,07%). Dentre tais fontes, destacam-se as instituições financeiras públicas<sup>161</sup> com 23,12% do total de Fontes de 2010. Em segundo lugar estão as organizações religiosas, com 14,39%, salientando a Coleta da Solidariedade<sup>162</sup> para o caso de 14 Fundos. As entidades governamentais situam-se em terceiro lugar no *ranking* das fontes em termos de volume (13,66%), sendo predominantes o período os órgãos federais. Também as

<sup>161</sup> Principalmente o caso do programa PAPPS do BNB, além da Fundação Banco do Brasil.

<sup>162</sup> A CÁRITAS BRASILEIRA (2009?, p. 18) elaborou um Relatório Síntese de Pesquisa de 2002-2007 sobre os Fundos Diocesanos e Nacional de Solidariedade, observando uma evolução: no primeiro ano da Coleta da Fraternidade, em 1999 arrecadou mais de 3 milhões de reais, que chegaram a 9 milhões de reais em 2007 em todo o Brasil.

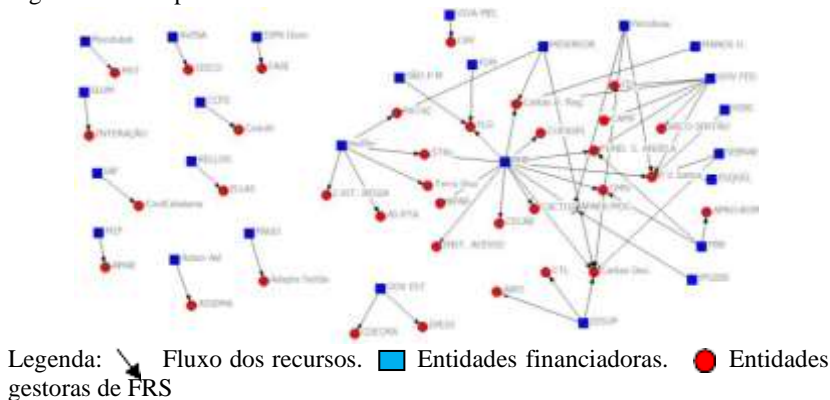


organizações internacionais figuram em quarto lugar no total de recursos (10,92%).

As ONGs e movimentos sociais aportaram recursos para 13,33% dos FRS e participam com 6,32% do volume total arrecadado. Por sua vez, os sindicatos de trabalhadores (15) e uma cooperativa apoiaram com valores mais baixos (0,008% e 0,04% do total, respectivamente).

Uma grande diversidade caracteriza as fontes estrangeiras é demonstrada na Figura 4<sup>163</sup>. A Heiffer, Misereor e Disop são as fontes que, em 2010, enviaram recursos para mais de uma entidade gestora de Fundos no Brasil, entidades que, por sua vez, são fontes de FRS. Como aponta o histórico, as ONGs internacionais, são praticamente todas europeias e criadas por Igrejas cristãs. Basicamente pode-se dizer que há se dois tipos de motivações entrelaçadas: a superação da fome ou miséria social e o desenvolvimento local ou dos povos do terceiro mundo, como solidariedade internacional. Em contrapartida, as ONGs brasileiras encontram na cooperação internacional o que não encontram no Estado brasileiro. O histórico e a soma correspondente de valores monetários enviados pelas entidades financiadoras (em azul na Figura 4) encontra-se no Apêndice deste trabalho (Cf. Quadro 33 e Quadro 34). No Brasil, destaca-se o papel do BNB, que mantinha projetos de apoio a fundos pelo PAPPS (13 Fundos).

Figura 4 - Principais fontes de entidades dos FRS Brasil – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013. Ucinet6

<sup>163</sup> Para a análise destas informações utilizou-se o software Ucinet6. Este é um programa para Windows especializado na análise de redes sociais. A relação da Análise de Redes Sociais e a Sociologia há uma ampla literatura. Ver o “estado da arte” desta discussão, principalmente em MINELLA, 2013.

Tabela 12 – Brasil: Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010

<b>I FRS de BASE</b>	<b>Fontes Internas</b>	<b>%</b>	<b>Fontes Externas</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>FRS Rural</b>						
1.1 Agricultores/as Familiares	294.742,08	3,87	1.070.691,39	4,05	1.365.433,47	17,92
1.2 Assentados/as	81.001,000	1,06	152.825,00	2,01	233.826,00	3,07
1.3 Agricultores agroecológicos	79.502,49	1,04	7.000,00	0,09	86.502,49	1,14
1.4 Apicultores	10.249,00	0,13	173.810,00	2,28	184.059,00	2,42
1.5 Trabalhadores Rurais	380,00	0,00	296.014,28	3,89	296.394,28	3,89
1.6 Criadores de pequenos animais	1.262,70	0,02	-	-	1.262,70	0,02
1.7 Quilombolas	20.520,00	0,27	40.000,00	0,53	60.520,00	0,79
1.8 Hortifruticultores	6.600,00	0,09	-	-	6.600,00	0,09
1.9 Indígenas	5.250,00	0,07	2.820,00	0,04	8.070,00	0,11
1.10 Extrativistas	1.110,00	0,01	518.000,00	6,80	519.110,00	6,81
1.11 Pescadores	-	-	63.860,00	0,84	63.860,00	0,84
1.12 Quebradeiras de coco	23.419,05	0,31	36.050,00	0,47	59.469,05	0,78
<b>SUBTOTAL</b>	<b>524.036,32</b>	<b>6,88</b>	<b>2.361.070,67</b>	<b>30,99</b>	<b>2.885.106,99</b>	<b>37,87</b>
<b>FRS Meio Urbano</b>						
2.1 Artesãos/ãs	66.319,75	0,87	44.990,00	0,59	111.309,75	1,46
2.2 Costureiras	5.861,31	0,08	48.830,48	0,64	54.691,79	0,72
2.3 Sem-Teto (moradia)	490.970,00	6,44	426.501,00	5,60	917.471,00	12,04
2.4 Trabalhadores Urbanos	383.077,88	5,03	5.200,00	0,07	388.277,88	5,10
2.5 Catadores/as material rec.	9.150,00	0,12	-	-	9.150,00	0,12
2.6 Afrodescendentes	-	-	100.000,00	1,31	100.000,00	1,31
<b>SUBTOTAL</b>	<b>955.378,94</b>	<b>12,54</b>	<b>625.521,48</b>	<b>8,21</b>	<b>1.580.900,42</b>	<b>20,75</b>
<b>SUBTOTAL FRS BASE</b>	<b>1.479.415,26</b>	<b>19,42</b>	<b>2.986.592,15</b>	<b>9,20</b>	<b>4.466.007,41</b>	<b>58,62</b>
<b>II FRS FOMENTO</b>						
3.1 Economia Solidaria	104.262,81	1,37	67.000,00	0,88	171.262,81	2,25
3.2 Entidades de Ass.Técnica	97.857,26	1,28	155.000,00	2,03	252.857,26	3,32

3.3 Cáritas/ Ação Social	342.660,27	4,50	687.092,40	9,02	1.029.752,67	13,52
3.4 Projeto Vencer Juntos	255.861,25	3,36	165.433,96	2,17	421.295,21	5,53
3.5 FRS (luteranos)	-	-	1.206.749,10	15,84	1.206.749,10	15,84
3.6 Religioso ecumênico	-	-	70.000,00	0,92	70.000,00	0,92
<b><i>SUBTOTAL FRS Fomento</i></b>	<b>800.641,59</b>	<b>10,51</b>	<b>2.351.275,46</b>	<b>30,87</b>	<b>3.151.917,05</b>	<b>41,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.280.056,85</b>	<b>29,93</b>	<b>5.337.867,61</b>	<b>70,07</b>	<b>7.617.924,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os FRS de Fomento, embora representem 16,30%, são os que conquistaram angariar maior volume de recursos (41,38%), destacando, nesse caso, que 30% são captados com outras entidades e 10,51% de recursos internos.

Tabela 13 – Brasil Média de valores das Fontes de recursos dos FRS por grupos sociais - 2010

<b>FRS de Base/ comunitários</b>	<b>N. FRS</b>	<b>%/total</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>Média/Total</b>
<b>FRS Rural</b>					
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	1.365.433,47	16,06	9.615,73
1.2 Assentados/as	13	4,81	233.826,00	2,75	17.986,62
1.3 Agricultores agroecológicos	4	1,48	86.502,49	1,02	21.625,62
1.4 Apicultores	7	2,59	184.059,00	2,16	26.294,14
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	296.394,28	3,49	49.399,05
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	1.262,70	0,01	631,35
1.7 Quilombolas	5	1,85	60.520,00	0,71	12.104,00
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	6.600,00	0,08	1.650,00
1.9 Indígenas	3	1,11	8.070,00	0,09	2.690,00
1.10 Extrativista	3	1,11	519.110,00	6,11	173.036,67
1.11 Pescadores	2	0,74	63.860,00	0,75	31.930,00
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	59.469,05	0,7	29.734,53
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>71,48</b>	<b>2.885.106,99</b>	<b>33,93</b>	<b>14.948,74</b>
<b>FRS de base no meio urbano</b>					
2.1 Artesãos	15	5,56	111.309,75	1,31	7.420,65
2.2 Costureiras	6	2,22	54.691,79	0,64	9.115,30
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	1.801.471,00	21,19	360.294,20
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	388.277,88	4,57	97.069,47
2.5 Catadores	2	0,74	9.150,00	0,11	4.575,00
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	100.000,00	1,18	100.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>12,22</b>	<b>2.464.900,42</b>	<b>28,99</b>	<b>74.693,95</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>83,7</b>	<b>5.350.007,41</b>	<b>62,93</b>	<b>23.672,60</b>
<b>FRS de Fomento</b>					
3.1 Economia Solidária	8	2,96	171.262,81	2,01	21.407,85
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	252.857,26	2,97	36.122,47
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,3	1.029.752,67	12,11	60.573,69
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33	421.295,21	4,96	46.810,58
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74	1.206.749,10	14,19	603.374,55
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37	70.000,00	0,82	70.000,00
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>16,3</b>	<b>3.151.917,05</b>	<b>37,06</b>	<b>71.634,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>100</b>	<b>8.501.924,46</b>	<b>100</b>	<b>193.225,56</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013

Os Fundos de Base, situados no campo, representam 33, 93% dos recursos captados, apresentando uma incidência maior nas fontes externas

(30,99%) em relação às internas. Já os situados no meio urbano conseguiram superar proporcionalmente as fontes internas. O que significam estes dados? Em um exame mais detalhado do Mapeamento (revelado na Tabela 12) percebeu-se que, no período, houve uma ampliação das oportunidades conquistadas em alguns programas governamentais na área do campo, como a atuação do BNB e de órgãos relacionados à Agricultura Familiar e demais grupos sociais. No meio urbano, os grupos sociais selecionados não encontraram políticas diretamente relacionadas, em alguma direção que pudesse fomentar os fundos rotativos. Em suma e de modo geral, pode-se inferir que, em 2010, os FRS dependeram mais de recursos externos que internos, embora grande parte (180) tenha buscado alguma forma de captação interna.

Além dos aspectos apontados acima, é interessante notar que o volume médio dos recursos captados variou de maneira considerável (Tabela 13). No grupo dos agricultores familiares, que concentra o maior número de FRS (142), utilizou-se uma média de R\$ 9.615,73, abaixo da média dos FRS de base rural, de R\$ 14.948,74. O FRS de Mâncio Lima (AC), gerido por uma cooperativa municipal, conseguiu 500 mil reais do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) elevando a média do grupo dos Extrativistas (AC008).

Quanto aos FRS de Base, no meio urbano a média é um pouco mais elevada que os rurais, atingindo os R\$ 23.672,60. Os Fundos relacionados a atender a demanda por moradia têm mobilizado volumes maiores ficando em segundo lugar dos grupos sociais, com uma média de mais de 360 mil reais. Destaca-se nesse último grupo o Fundo Conquista da Moradia, do Núcleo Social<sup>164</sup> Papa João XXIII, de Maringá (PR), cujos recursos são aplicados na construção de casas.

O volume médio dos recursos utilizados pelos FRS de Fomentos atingiu R\$ 71.634,48, bem superior ao valor dos de Base. O Fundo Luterano Diaconia, de abrangência Nacional, conseguiu captar maior volume de recursos. Já a Cáritas e outras instituições conseguem uma média de 60 mil reais, embora nem todas as Cáritas estabelecem, em suas linhas de ação, a metodologia de Fundos Rotativos.

De modo geral, um dos desafios das práticas financeiras alternativas ao sistema convencional concerne às fontes de recursos (*Funding*), devido aos baixos volumes de recursos movimentados. Nesse aspecto, porém, o sistema financeiro convencional, mesmo com grandes

---

<sup>164</sup> Conferir notícia divulgada sobre esse processo em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=0fc74e041c550f&id=3470>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

quantidades, também enfrenta dificuldades, principalmente nos momentos em que as chamadas crises financeiras reaparecem com mais intensidade. Em muitos casos, o Estado, através do Banco Central, é interpelado a suprir, sendo uma espécie de “fundo garantidor” de recursos para as grandes instituições financeiras capitalistas, como ocorreu após a crise financeira de 2008 que abalou o sistema financeiro em muitas nações. Outra forma do Estado ser uma fonte de recursos manifesta-se através do incentivo a crédito produtivo. Por exemplo, é o caso dos “Bancos de Desenvolvimento”, que repassam recursos a fim de desenvolverem determinadas atividades econômicas prioritárias ou de interesse da política econômica do governo<sup>165</sup>. São algumas formas de atenuar problemas relacionados ao *funding* no sistema financeiro capitalista.

Nesta discussão sobre Finanças Alternativas, questiona-se em que medida o Estado poderia ser uma fonte de recursos para os FRS? E em que espaço institucional situar essas iniciativas? Nos organismos de políticas creditícias como os Bancos de desenvolvimento ou noutros órgãos formuladores de políticas sociais, como o Ministério de Desenvolvimento Social? Não se pretende responder exaustivamente essas questões todas, mas, a partir do Mapeamento, e nos capítulos anteriores, apontar que é possível a construção de “política pública de apoio a Fundos Rotativos Solidários” ou um sistema de Finanças Solidárias (Cf. Seção 3.6). Percebeu-se nos dados anteriores, que há um ensaio nessa direção de experiência em que o Estado ou Bancos públicos aportam recursos aos FRS.

Convém salientar que os FRS não são propriamente “instituições financeiras” do modo convencional. Legalmente, não podem oferecer serviços financeiros como depósitos à vista, poupança, aplicações, venda de seguros, etc. Mas busca-se formas não convencionais de realizar a viabilidade de tais iniciativas. Tal processo exige das entidades gestoras outras tarefas, como realizar um trabalho constante de captação de recursos, através de campanhas de arrecadação, bazares solidários entre outros, ou via a “solicitação” de recursos a órgãos governamentais, instituições de fomento ou entidades de cooperação internacional.

---

<sup>165</sup> Fligstein (2001) trata a relação mercado como política e demonstra as várias formas que o Estado participa criando as condições para “criar mercado. Sobre a crise de 2008 e o papel dos Estados nacionais em relação ao sistema financeiro há uma literatura vasta e ampla. Sugere-se Minella (2007); AKB (2008; 2010); Carvalho (2008); Ipea, (2009); Mészáros (2009); Sister (2009); Tett (2009); Brunhoff (2010); Stiglitz (2010); Harvey (2011), entre outros

## 6.2 A DEVOLUÇÃO: UMA QUESTÃO DE VIABILIDADE E “RETRIBUIÇÃO”

Outro aspecto desta prática consiste na devolução dos recursos, envolvendo a adoção de critérios, regras ou normas estabelecidos pela entidade gestora ou pelos participantes. Através do Mapeamento, percebeu-se que elas ocorrem de quatro maneiras: a) em dinheiro; b) em produtos, animais ou sementes; c) em serviços; ou d) mistas: em dinheiro e produtos.

A legislação não trata diretamente dos FRS por não constituírem instituições financeiras propriamente ditas, nem organizações de microfinanças (OMFs) ou microcrédito (OMCs). São as entidades sociais, enquanto gestoras dos FRS – como ONGs, sindicatos, igrejas, associações comunitárias – que têm personalidade jurídica e, dessa maneira, são responsáveis legalmente pela gestão e regularização dos recursos que movimentam.

Nesse caso a forma jurídica adotada é preferencialmente a “Associação”, como prevê o Código Civil Brasileiro<sup>166</sup>, já as cooperativas ou sindicatos possuem legislação específica. Um limitador da prática de finanças alternativas, situa-se nessa base legal, uma vez que tais “pessoas jurídicas” não podem oferecer serviços financeiros ou creditícios. Segundo o Código Civil, elas “constituem-se associações pela união de pessoas que se organizem para fins não-econômicos.” E é justamente no conceito “não econômico” que estaria um dos entraves políticos para a viabilidade dos FRS até o momento enquanto não se tem uma política pública, como o sugerido “Sistema Nacional de Finanças Solidárias”<sup>167</sup>. Enquanto isso, é possível a utilização de instrumentos ou expedientes mais simples, como indica Barreto (2016, p.102),

no contexto dos FRS, ocorrem financiamentos para um participante que fará a devolução voluntária do valor recebido mediante assinatura de um **Termo de compromisso**. Este documento expõe que o participante compromete-se diante do grupo a devolver parte, ou o total, do valor financiado voluntariamente para que outras famílias sejam atendidas.

---

<sup>166</sup> Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Os artigos 53 a 61 tratam das Associações, cuja maioria dos FRS está subordinada.

<sup>167</sup> Cf Seção 3.1 e Quadro 4

Algumas mudanças no campo do ordenamento jurídico brasileiro contribuem para à prática de FRS, como prevê a recente “Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”<sup>168</sup>. Com essa Lei, as associações passam a ter um respaldo legal mais claro que anteriormente no sentido de prever várias formas de arrecadação de recursos, por exemplo, de empresas, bens móveis da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou “distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, e concursos” para sua manutenção e outras finalidades como a “experimentação, não lucrativa, de **novos modelos socioproductivos** e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e **crédito**” (Lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015, Artigos 84-B e 84-C, grifo nosso).

Apesar de fundamental, não é no aspecto jurídico que se encontra a “garantia” principal das devoluções, mas nas relações de reciprocidade e confiança, como demonstraram os relatos dos entrevistadores no Mapeamento (principalmente nos resultados positivos). Na “devolução” esse caráter de reciprocidade pode ser entendido a partir de Barreto (2016, p.102):

A **não devolução** do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido. Contudo, caso o **não pagamento** tenha sido fruto de situações adversas como doença, ou intempéries da ação produtiva, ocorre um processo de renegociação das devoluções que, em geral, não acarreta taxa de juros. Nesse cenário há certa autonomia dos indivíduos que historicamente possuíam dificuldades em acessar o crédito formal. (grifos nossos)

Após as considerações acima, configura-se três pontos que dizem respeito à devolução de recursos: o prazo de carência, o tempo total para devolução e as formas de devolução. O Mapeamento revelou que há uma predominância na “devolução total” sem a cobrança de juros (42,22%). Em segundo lugar está a devolução parcial (27,41%), principalmente dos FRS rurais, sendo que boa parte prevê a devolução em dinheiro e outra

---

<sup>168</sup> Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Essa lei é considerada uma conquista importante das ONGs e sua relação com o Estado, pois os contratos de serviços entre poder público e organizações sociais, não podem mais ser tratados de modo igual as empresas privadas, como estabelece a Lei das Licitações (Lei N. 8.666/1993).



parte em sementes, produtos ou animais. Apenas 10,74% dos fundos aplicam juros, correção monetária ou taxas, como demonstra a Tabela 13

Tabela 13 - Condições gerais de Devolução dos FRS

<b>Formas de Devolução</b>	<b>N.</b>	<b>%</b>	<b>Carência</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Prazo de devolução</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Parcial	74	27,41	Até 6 meses	75	27,78	Até 1ano	14	5,19
Total sem juros	114	42,22	6 a 12 meses	12	4,44	1ano a 2 anos	38	14,07
Total com CM	4	1,48	12 meses ou +	17	6,30	2 anos ou +	20	7,41
Integral: j, CM e Txs	29	10,74	Variável	82	30,37	Variável	105	38,89
Outras condições	10	3,70	Não há	15	5,56	Não há	5	1,85
Não declarado	39	14,44	Não informado	69	25,56	Não inf.	88	32,59
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>100,00</b>		<b>270</b>	<b>100,00</b>		<b>270</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Em relação a **prazos de carência**, as formas são predominantemente diversas (30,37%). Outros 27,78% iniciam a devolução já no primeiro semestre; até um ano são 4,44% e mais de um ano representa menor proporção, 6,30%, embora 14,44% não tenham informado sobre os prazos adotados. A forma variável pode se dar devido ao fato de que o FRS opera com critérios diferenciados para os diversos tipos de financiamento, conforme será pontuado em algumas descrições adiante.

Em relação ao **prazo da devolução** o critério “variável” continua predominando em 38,39% dos Fundos, seguido de “não informados” (32,59%). Salienta-se que, como a regra geral, a maioria tem até dois anos para a devolução. Os casos que a devolução é feita em até um ano são 5,19% e no intervalo entre um ano e dois anos são 14,07%. Finalmente, totalizando o máximo de dois anos para a devolução a porcentagem eleva-se ao patamar de 19,26%.

Esses dados revelam que, de maneira geral, os recursos dos FRS não ultrapassam dois anos sem retorno, tanto pelo que revela o prazo de carência, como o prazo para a devolução. Os FRS emprestam para pequenos projetos produtivos, para atender pequenas demandas ou para adquirir equipamentos mais baratos, diferentemente, por exemplo, do PRONAF Agroindústria<sup>169</sup> que financia máquinas agrícolas, com valores mais elevados, tal aspecto pode indicar uma das razões dos FRS serem mais utilizados na agricultura familiar.

A seguir, a título de ilustração, apresenta-se aspectos referentes à devolução de recursos em relação aos grupos sociais de maneira discursiva. São igualmente os três aspectos a serem considerados: prazo de carência, tempo total para devolução e formas de devolução.

Em Pernambuco, oito FRS<sup>170</sup> apontaram que os valores da devolução seguem as seguintes regras: a) para as ações de infraestrutura (Ex.: banheiros secos, cisternas de placas, etc.), cuja carência média é de três a cinco meses, com devolução voluntária parcial de 27 a 30% do valor do investimento, sendo que o valor não é acrescido de juros e correção monetária; b) para projetos de repasse de cabras/ovelhas, as famílias beneficiadas efetua a devolução de uma cria fêmea para outra família que

---

<sup>169</sup> “Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.” Fonte: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

<sup>170</sup> PE021; PE028; PE029; PE018; PE027; PE020; PE024; PE009.

não foi beneficiada na fase inicial do projeto. No segundo caso, os prazos de carência eram de sete a dez meses quando as cabras/ovelhas recebidas procriavam. A devolução ocorre três a dez meses após a família ser beneficiada, não há cobrança de juros, nem Correção Monetária.

Há ainda casos em que vigoram **outras condições**: no caso das cisternas e projetos para compra de tela, ao receber o benefício, as famílias já começam a devolver no mês seguinte. Com as sementes, as devoluções acontecem de acordo com cada safra. (PB100)

Outra possibilidade é a devolução **parcial**: “o prazo igual para todos, a carência é de seis meses. Os acordos são feitos por em assembleia. (MA010). Deixam a critério da pessoa que recebe, ela mesma faz a proposta. Algumas devolvem em alimentos (arroz) ou cuim (farelo que sobra e serve alimento para os animais)” (MA021)

Dez FRS pesquisados<sup>171</sup> adotam critérios de devolução parcial, em que: para Projetos de criação de cabras leiteiras, cada família é sensibilizada para devolução voluntária de uma cria fêmea para outra família que ainda não fora beneficiada anteriormente. Quanto ao projeto construção de cisternas de placas, a carência média é dois a seis meses, com devolução voluntária parcial de 30% do valor de cada cisterna de placas (30 parcelas de R\$ 10,00). O valor não é acrescido de juros e correção monetária.

Finalmente, há a devolução **Integral com Juros, Correção Monetária e Taxas**, cujo começo depende do que foi financiado. A maioria das atividades financiadas é de comércio, mas os valores da devolução têm a ver com a quantia solicitada: quando é emprestado R\$ 1.500,00, as devoluções começam após o terceiro mês (ou seja, a carência é de três meses) e o valor das parcelas fica por conta do acordo entre as partes. Empréstimos de R\$ 12.000,00 (normalmente para construção) implicam na carência de um ano. Quando o valor financiado é utilizado para compra de matéria-prima, as devoluções são mais rápidas. Dependendo do valor, situação e tipos de financiamentos as devoluções podem ser mensais. (BA003)

São apontadas algumas dificuldades, como a “desconfiança de algumas pessoas em participar de grupos principalmente quando envolve recursos financeiros; e o comodismo de alguns participantes que não querem participar das reuniões” (CE059). E ainda a “inadimplência que mesmo sendo baixa ainda, é um desafio a ser superado. O acesso ao crédito ainda é reduzido por causa de pouco recurso disponível em caixa.” (MG008)

---

<sup>171</sup> PE006; PE011; PE012; PE014; PE017; PE019; PE022; PE023; PE032; PE046.

Nesta seção indicou-se que, além da diversidade de formas encontradas para a devolução, cada FRS encontra a maneira mais adequada para a devolução, de acordo com os seus objetivos e com a realidade dos grupos participantes. Embora haja flexibilidade, a devolução implica em superar as dificuldades com planejamento, gestão e controles democráticos (tema da última seção). Adiante aponta-se ilustrativamente quem foram os “destinatários” ou tipos de atividades e empreendimentos que foram financiados, de maneira geral, dos 539 FRSmapeados.

### 6.3 DESTINO: PRINCIPAIS ATIVIDADES E TIPOS DE EMPREENDIMENTOS

O terceiro aspecto característico da operacionalidade dos Fundos refere-se ao destino dos recursos, isto é, enfoca em análises para os tipos de atividade econômicas e os diversos “sujeitos” (prestários) que os acessaram, e os tipos de empreendimentos “apoiados” (pelos empréstimos) de modo geral. Tal como nas seções anteriores, o recorte temporal desta seção é o ano 2010, tal como na base de dados do Mapeamento. No caso dos FRS e das Finanças Solidárias, um aspecto que o diferencia do modo convencional, é que os empreendimentos, os indivíduos ou as famílias que recebem um empréstimo não são considerados, ao menos intencionalmente, apenas destinatários, beneficiários ou “prestários” mas também “sujeitos”, sendo que o “prestário” pode participar da gestão dos recursos. O objetivo desta seção é descrever sinteticamente como foram distribuídos os recursos entre as atividades econômicas e, depois, avaliar a distribuição entre empreendimento coletivos e individuais apoiados.

O volume total de recursos emprestados no ano de 2010 foi de R\$ 5,770 milhões<sup>172</sup> para 3.267 empreendimentos, conforme as Tabela 15. Os FRS de Base apoiaram em valores proporcionais e em maior volume atividades relacionadas à “indústria e beneficiamento”<sup>173</sup> (47%); em

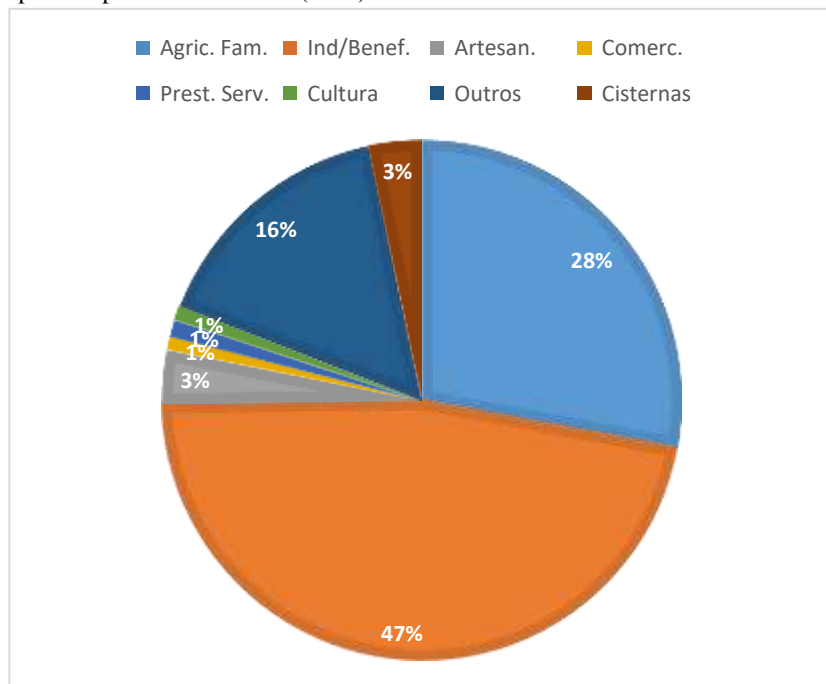
---

<sup>172</sup> Valores que, na época, equivaliam ao valor de 11.313 salários mínimos ou US\$ 3.475.927,28 (cotado à média de R\$ 1,66) ou atualizado pelo Índice De Preços Ao Consumidor (IPCA) corresponderia a R\$ 8.932.380,13 em janeiro de 2018.

<sup>173</sup> Informação de acordo com o Mapeamento, se refere inclusive a aquisição de máquinas e equipamentos ou reformas e construção, voltados para alguma transformação de produtos *in natura* processados por pequenas agroindústrias da agricultura familiar, por exemplo, produção de sucos, queijos, embutidos de carne, etc.

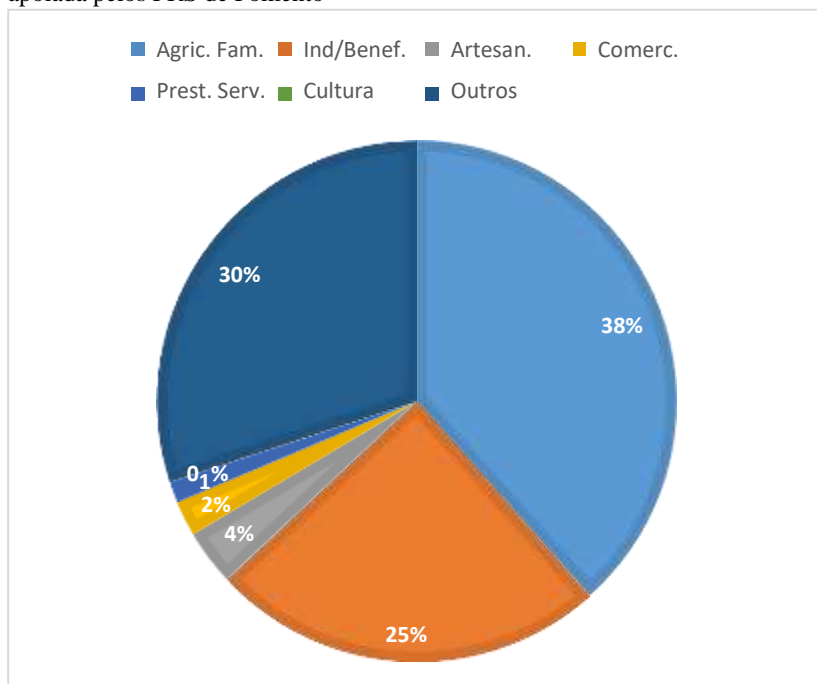
segundo lugar, as atividades da agricultura familiar (28%); e em terceiro lugar, “outros” (16%), como demonstra o Gráfico 4. Para os FRS de Fomento, foi a Agricultura Familiar a atividade à qual se destinou maior porcentagem de recursos (38%), seguida de “outros empréstimos”, e “indústria e beneficiamento”, em terceiro lugar (25%). (Cf. Gráfico 5).

Gráfico 4 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiadas pelos FRS de Base (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Gráfico 5 – Brasil: Distribuição dos recursos por tipo de atividade econômica apoiada pelos FRS de Fomento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O conjunto de empréstimos atribuído à “indústria e beneficiamento”, conforme o exame mais detalhado das respostas, foram utilizados para adquirir máquinas, realizar reformas em instalações ou iniciar pequenas indústrias ou agroindústrias. No caso da “agricultura familiar”, trata-se de empréstimos para compra de sementes, pequenos animais (caprinos, ovinos e aves), construção de casas de farinha e apicultura.

Para comercialização, chama a atenção que os recursos investidos foram baixos (01% nos Fundos de base e 02% de Fomento) correspondendo mais à realização de Feiras ou participação nelas, sendo um dos principais problemas apontados no capítulo seguinte. Uma na leitura mais apurada das várias respostas do Mapeamento aponta que há uma interligação entre os setores apoiados, por exemplo, as Casas de Farinha, abatedouros e unidades de beneficiamento do leite, de frutas, de mel, como beneficiárias dos FRS, conseguiram melhorar a comercialização e acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) e/ou no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Um dos aspectos positivos apresentados acerca de vender produtos nesses programas públicos está no fato de que estes condicionam ou implica de quem os acessa, um nível de organização coletiva dos agricultores (geralmente em cooperativas) para realizá-la. Nestes programas, uma unidade familiar, de pequeno porte, terá mais dificuldades de atender semanalmente todos os itens de um cardápio da merenda escolar, o que implica em juntar-se com outros formando uma associação ou cooperativa legalmente constituídas<sup>174</sup>. (Cf. Tabela 14).

---

<sup>174</sup> Os comentários desse parágrafo são uma síntese baseada no exame das respostas dos questionários do Mapeamento.



Tabela 14 – Brasil: Valores médios emprestados pelos FRS em 2010

FRS de Base/ comunitários	N FRS	Total	Total	media/FRS	media/ Emp.
		Emp	Valores	R\$	R\$
1.FRS Rural					
1.1 Agricultores/as Familiares	142	1.855	<b>1.817.777,25</b>	12.801,25	979,93
1.2 Assentados/as	13	116	<b>155.982,40</b>	11.998,65	1.344,68
1.3 Agricultores agroecológicos	4	74	<b>89.896,22</b>	22.474,06	1.214,81
1.4 Apicultores	7	20	<b>120.620,00</b>	17.231,43	6.031,00
1.5 Trabalhadores Rurais	6	46	<b>33.405,91</b>	5.567,65	726,22
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	4	<b>4.500,00</b>	2.250,00	1.125,00
1.7 Quilombolas	5	37	<b>52.351,32</b>	10.470,26	1.414,90
1.8 Hortifruticultores	4	61	<b>6.127,16</b>	1.531,79	100,45
1.9 Indígenas	3	16	<b>10.970,00</b>	3.656,67	685,63
1.10 Extrativista	3	24	<b>521.000,00</b>	173.666,67	21.708,33
1.11 Pescadores	2	18	<b>8.879,00</b>	4.439,50	493,28
1.12 Quebradeiras de Coco	2	38	<b>46.000,00</b>	23.000,00	1.210,53
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>2.309</b>	<b>2.867.509,26</b>	<b>14.857,56</b>	<b>1.241,88</b>
2.FRS de base no meio urbano					
2.1 Artesãos	15	72	<b>94.790,00</b>	6.319,33	1.316,53
2.2. Costureiras	6	16	<b>27.892,00</b>	4.648,67	1.743,25
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	69	<b>469.132,00</b>	93.826,40	6.799,01
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	17	<b>5.870,00</b>	1.467,50	345,29
2.5 Catadores	2	4	<b>3.700,00</b>	1.850,00	25,00
2.6 Afrodescendentes	1	12	<b>62.525,00</b>	62.525,00	5.210,42
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>190</b>	<b>663.909,00</b>	<b>20.118,45</b>	<b>3.494,26</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>2.499</b>	<b>3.531.418,26</b>	<b>15.625,74</b>	<b>1.413,13</b>
3. FRS de Fomento					
3.1 Economia Solidária	8	171	<b>117.444,85</b>	14.680,61	686,81
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	189	<b>224.203,65</b>	32.029,09	1.186,26

3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	228	<b>923.365,79</b>	<i>54.315,63</i>	<i>4.049,85</i>
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	68	<b>257.518,75</b>	<i>28.613,19</i>	<i>3.787,04</i>
3.5 FRS (Luteranos)	2	92	<b>696.088,00</b>	<i>348.044,00</i>	<i>7.566,17</i>
3.6 FRS Ecumênico	1	20	<b>20.000,00</b>	<i>20.000,00</i>	<i>1.000,00</i>
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>768</b>	<b>2.238.621,04</b>	<b><i>50.877,75</i></b>	<b><i>2.914,87</i></b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>3.267</b>	<b>5.770.039,30</b>	<b><i>21.370,52</i></b>	<b><i>1.766,16</i></b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

O artesanato recebeu um valor correspondente a 3% do total e tais investimentos estão em quase todos os grupos sociais. Obviamente os próprios artesãos receberam maiores valores, em 91,72%

No conjunto de repasses situado em “outros” aparecem a compra de remédios, os empréstimos pessoais e as reformas de residências<sup>175</sup> dentre os mais repetidos. As cisternas foram apoiadas pelos FRS de Base, dos agricultores familiares, em baixos valores proporcionais (3%), de 2010. Como não são atividades diretamente produtivas, as destacamos em coluna própria. Pelos avanços e importância que adquiriram para a convivência com o semiárido, como será destacado no próximo capítulo, percebeu-se que em 2010 os FRS de Fomento não estavam mais apoiando essa construção.

Os FRS de base são os que representam volumes maiores de empréstimos no total (49,70% dos rurais e 11,51% urbanos) totalizando 61,20%. (Cf. Tabela 14). Porém, em relação à média, percebe-se que os FRS de base rurais e urbanos são menores (R\$ 14.857,56 e 15.625,74) que os de fomento (R\$ 50.877,75). Em relação aos empreendimentos em geral, a média por empreendimento foi de R\$ 1.241,88 e 1.413,13 entre os de Base, rurais e urbano. Já os FRS de Fomento repassaram, em média, um valor maior, de R\$ 2.914,87 por empreendimento (Cf. Tabela 14). A partir desses dados, confirma-se que os FRS são uma experiência alternativa e barata para viabilizar as demandas e as atividades econômicas dos grupos sociais. Recursos que não encontra, por vezes, no sistema convencional capitalista.

Os FRS de base têm uma capacidade e volume menor de apoio quando comparados aos FRS de fomento, cuja abrangência territorial é, de modo geral, mais ampla, pois tendem à maior capacidade de mobilização de recursos, seja por causa sua abrangência geográfica maior, seja por sua capacidade organizacional, institucional e política consolidada e reconhecida historicamente, a exemplo de entidades católicas, como as Cáritas, a Pastoral da Criança ou a Fundação Luterana Diaconia (FLD), ou, ainda, de assessoria como o CEDAPP (PE), o CAMP (RS), entre outras.

A avaliação dos gestores de FRS aponta como “resultados positivos”<sup>176</sup> das **atividades econômicas financiadas**, por exemplo, o fomento a novas tecnologias de produção:

---

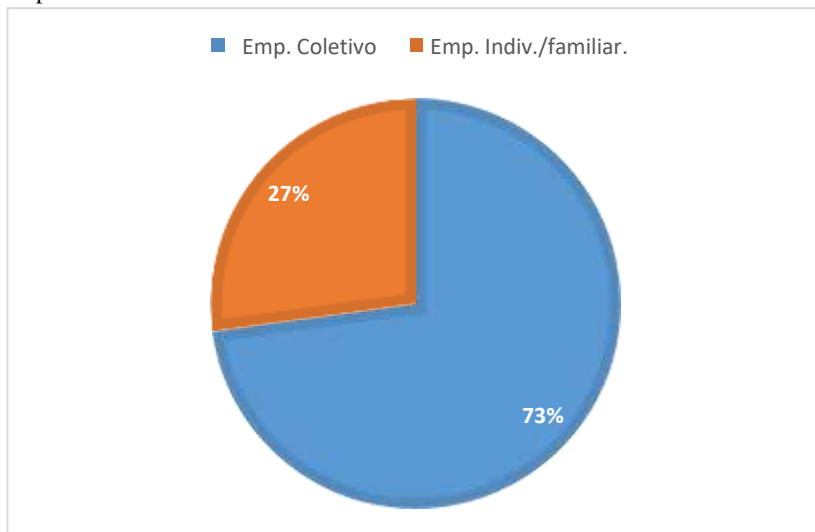
<sup>175</sup> A média foi superior devido a um único FRS do núcleo João XXIII (Maringá-PR) ter emprestado 450 mil de reais

<sup>176</sup> Temas que serão abordados no próximo capítulo.

o FRS financiou o melhoramento genético da criação de caprinos, e isso beneficiou muito a região que passou a fornecer cabras de maior qualidade. A atividade de caprinocultura era marginalizada pelos agricultores, mas com o incentivo e a melhoria do padrão genético houve valorização da atividade e, conseqüentemente, hoje foi construído um abatedouro, próprio para as cabras. (BA024)

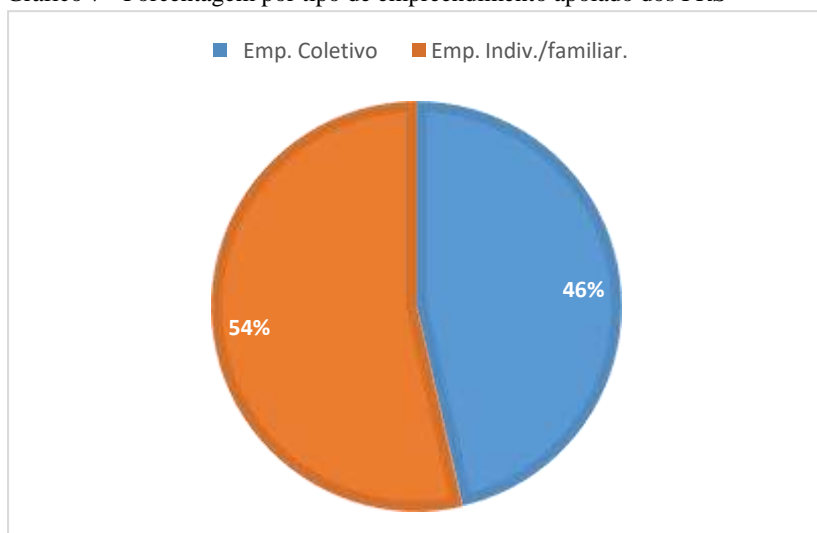
Houve incentivo ao uso de placas de energia solar, destacando-se a melhoria na qualidade de vida, pois “antes os filhos dos agricultores não podiam estudar à noite”. Desde outro ângulo de análise dos destinatários dos recursos, é possível diferenciar os tipos de empreendimentos apoiados. Há uma predominância dos valores repassados para empreendimentos coletivos, em 73% (gráfico 6), embora o número de empreendimentos individuais e familiares sejam levemente maiores, em torno de 54% (Cf. Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6 - Porcentagem dos Valores emprestados pelos FRS por tipo de empreendimento



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Gráfico 7 - Porcentagem por tipo de empreendimento apoiado dos FRS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Esmiuçando esses dados, percebe-se que nos FRS de agricultores familiares houve um aporte maior de recursos para empreendimentos coletivos, 20,39% contra 11,12% dos individuais. Porém o número de empréstimos a empreendimentos familiares e individuais (1.431) dos FRS de base no meio rural são maiores em relação aos coletivos (878) conforme a Tabela 17. Esses dados são importantes pois demonstram que os FRS são uma iniciativa financeira que mobiliza poucos recursos, mas que é capaz de fomentar empreendimentos coletivos, que direta ou indiretamente fomenta a economia ou alternativa econômica para os grupos sociais com baixa renda.

A partir desta seção pode-se concluir que, apesar de um volume pequeno de recursos, se eles forem colocados em circulação, é possível desenvolver atividades econômicas e projetos sociais com os setores excluídos, se geridos de maneira coletiva e/ou alternativa, recuperando as práticas originais do microcrédito na perspectiva solidária e emancipatória.

Tabela 15 – Brasil: Distribuição dos recursos por atividade econômica e empreendimentos apoiados pelos FRS (2010)\*

FRS de Base/ comunitários		Agric. Fam.	Ind./Benef.	Artesan.	Comerc.	Prest. Serv.	Cultura	Outros	Cisternas	Total
<b>FRS Rural</b>										
1.1 Agricultores/as Familiares	142	511.495,95	1.072.030,00	4.982,10	18.466,00	7.783,00	-	86.124,04	116.896,16	1.817.777,25
1.2 Assentados/as	13	137.602,40	15.000,00	-	2.200,00	-	-	1.180,00	-	155.982,40
1.3 Agricultores agroecológicos	4	75.519,54	9.056,68	2.000,00	3.320,00	-	-	-	-	89.896,22
1.4 Apicultores	7	120.560,00	-	-	-	-	-	60,00	-	120.620,00
1.5 Trabalhadores Rurais	6	25.513,23	943,69	4.632,66	2.316,33	-	-	-	-	33.405,91
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	4.500,00								4.500,00
1.7 Quilombolas	5	40.911,32				3.200,00		8.240,00		52.351,32
1.8 Hortifruticultores	4	6.127,16								6.127,16
1.9 Indígenas	3	6.720,00		4.250,00						10.970,00
1.10 Extrativista	3	20.100,00	500.000,00	900,00						521.000,00
1.11 Pescadores	2	8.879,00								8.879,00
1.12 Quebradeiras de Coco	2	18.000,00	28.000,00							46.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>975.928,60</b>	<b>1.625.030,37</b>	<b>16.764,76</b>	<b>26.302,33</b>	<b>10.983,00</b>	<b>-</b>	<b>95.604,04</b>	<b>116.896,16</b>	<b>2.867.509,26</b>
FRS de base no meio urbano										
2.1 Artesãos	15	4.340,00	1.200,00	86.950,00				2.300,00		94.790,00
2.2. Costureiras	6	-	17.135,00	8.446,80	2.124,20			186,00		27.892,00
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	5.360,00	3.500,00	5.500,00	160,00	2.500,00		452.112,00		469.132,00
2.4 Trabalhadores Urbanos	4		5.120,00		750,00					5.870,00
2.5 Catadores	2		3.500,00		200,00					3.700,00
2.6 Afrodescendentes	1					23.775,00	33.295,00	5.455,00		62.525,00
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>9.700,00</b>	<b>30.455,00</b>	<b>100.896,80</b>	<b>3.234,20</b>	<b>26.275,00</b>	<b>33.295,00</b>	<b>460.053,00</b>	<b>-</b>	<b>663.909,00</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>985.628,60</b>	<b>1.655.485,37</b>	<b>117.661,56</b>	<b>29.536,53</b>	<b>37.258,00</b>	<b>33.295,00</b>	<b>555.657,04</b>	<b>116.896,16</b>	<b>3.531.418,26</b>
FRS de Fomento										
3.1 Economia Solidária	8	74.850,00	22.400,00	13.100,00	6.924,85	-		170,00		117.444,85
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	148.013,65	30.290,00	23.000,00	18.400,00	4.500,00				224.203,65
3.3 Cáritas/Ação social (católica)	17	346.012,28	182.615,24	16.997,00	3.500,00	9.950,00		364.291,27		923.365,79

3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	182.354,75	20.433,00	24.269,00	18.462,00	12.000,00				257.518,75
3.5 FRS (Luteranos)	2	109.598,00	278.784,00					307.706,00		696.088,00
3.6 FRS Ecumênico	1		15.000,00		2.000,00	3.000,00				20.000,00
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>860.828,68</b>	<b>549.522,24</b>	<b>77.366,00</b>	<b>49.286,85</b>	<b>29.450,00</b>	<b>-</b>	<b>672.167,27</b>		<b>2.238.621,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>1.846.457,28</b>	<b>2.205.007,61</b>	<b>195.027,56</b>	<b>78.823,38</b>	<b>66.708,00</b>	<b>33.295,00</b>	<b>1.227.824,31</b>	<b>116.896,16</b>	<b>5.770.039,30</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 16 – Brasil: Distribuição dos valores emprestados por tipo de empreendimentos (2010)

FRS de Base/ comunitários		Emp. Col.	Valores	%	Indiv./fam.	Valores	%	Total	Total	%/
		numero	Coletivo		numero	Indiv./familiar		Emp	Valores	valor total
FRS Rural										
1.1 Agricultores/as Familiares	142	693	1.176.395,01	20,39	1.162	641.382,24	11,12	1.855	<b>1.817.777,25</b>	<b>31,50</b>
1.2 Assentados/as	13	31	72.150,00	1,25	85	83.832,40	1,45	116	<b>155.982,40</b>	<b>2,70</b>
1.3 Agricultores agroecológicos	4	9	15.659,57	0,27	65	74.236,65	1,29	74	<b>89.896,22</b>	<b>1,56</b>
1.4 Apicultores	7	10	117.960,00	2,04	10	2.660,00	0,05	20	<b>120.620,00</b>	<b>2,09</b>
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2	471,85	0,01	44	32.934,06	0,57	46	<b>33.405,91</b>	<b>0,58</b>
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	-	-	-	4	4.500,00	0,08	4	<b>4.500,00</b>	<b>0,08</b>
1.7 Quilombolas	5	24	7.000,00	0,12	13	45.351,32	0,79	37	<b>52.351,32</b>	<b>0,91</b>
1.8 Hortifruticultores	4	60	3.487,16	0,06	1	2.640,00	0,05	61	<b>6.127,16</b>	<b>0,11</b>
1.9 Indígenas	3	16	10.970,00	0,19			-	16	<b>10.970,00</b>	<b>0,19</b>
1.10 Extrativista	3	1	500.000,00	8,67	23	21.000,00	0,36	24	<b>521.000,00</b>	<b>9,03</b>
1.11 Pescadores	2	18	8.879,00	0,15			-	18	<b>8.879,00</b>	<b>0,15</b>
1.12 Quebradeiras de Coco	2	14	28.000,00	0,49	24	18.000,00	0,31	38	<b>46.000,00</b>	<b>0,80</b>
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>878</b>	<b>1.940.972,59</b>	<b>33,64</b>	<b>1.431</b>	<b>926.536,67</b>	<b>16,06</b>	<b>2.309</b>	<b>2.867.509,26</b>	<b>49,70</b>
FRS de base no meio urbano										
2.1 Artesãos	15	27	20.390,00	0,35	45	74.400,00	1,29	72	<b>94.790,00</b>	<b>1,64</b>
2.2. Costureiras	6	7	17.135,00	0,30	9	10.757,00	0,19	16	<b>27.892,00</b>	<b>0,48</b>
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	46	465.632,00	8,07	23	3.500,00	0,06	69	<b>469.132,00</b>	<b>8,13</b>
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	16	2.750,00	0,05	1	3.120,00	0,05	17	<b>5.870,00</b>	<b>0,10</b>
2.5 Catadores	2	4	3.700,00	0,06			-	4	<b>3.700,00</b>	<b>0,06</b>

2.6 Afrodescendentes	1	12	62.525,00	1,08			-	12	<b>62.525,00</b>	<b>1,08</b>
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>112</b>	<b>572.132,00</b>	<b>9,92</b>	<b>78</b>	<b>91.777,00</b>	<b>1,59</b>	<b>190</b>	<b>663.909,00</b>	<b>11,51</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>990</b>	<b>2.513.104,59</b>	43,55	<b>1.509</b>	<b>1.018.313,67</b>	<b>17,65</b>	<b>2.499</b>	<b>3.531.418,26</b>	<b>61,20</b>
FRS de Fomento										
3.1 Economia Solidária	8	113	43.074,85	0,75	58	74.370,00	1,29	171	<b>117.444,85</b>	<b>2,04</b>
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	134	201.603,65	3,49	55	22.600,00	0,39	189	<b>224.203,65</b>	<b>3,89</b>
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	105	478.057,52	8,29	123	445.308,27	7,72	228	<b>923.365,79</b>	<b>16,00</b>
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	63	252.118,75	4,37	5	5.400,00	0,09	68	<b>257.518,75</b>	<b>4,46</b>
3.5 FRS (Diaconia/CAPA)	2	91	695.588,00	12,06	1	500,00	0,01	92	<b>696.088,00</b>	<b>12,06</b>
3.6 FRS Ecumênico	1	20	20.000,00	0,35			-	20	<b>20.000,00</b>	<b>0,35</b>
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>526</b>	<b>1.690.442,77</b>	<b>29,30</b>	<b>242</b>	<b>548.178,27</b>	<b>9,50</b>	<b>768</b>	<b>2.238.621,04</b>	<b>38,80</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>1.516</b>	<b>4.203.547,36</b>	<b>72,85</b>	<b>1.751</b>	<b>1.566.491,94</b>	<b>27,15</b>	<b>3.267</b>	<b>5.770.039,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.



## 6.4 OS PROCESSOS DE GESTÃO DOS FRS

O quarto aspecto que caracteriza o funcionamento dos FRS relaciona-se a atividades como planejamento, controle, avaliação, entre outras que são abarcadas pela denominação de processo de gestão. Também foi possível identificar nos FRS algumas diferenças para com a gestão das instituições financeiras convencionais. Para uma análise teórica, consideramos duas delimitações conceituais básicas: autogestão e heterogestão, a partir de Singer (2002, p.16-20) e Castoriadis (1979, p.211-226), as quais explicita-se no Box N. 03.

### Box 03 – Formas de Gestão

a) **Heterogestão** é gestão exercida por um grupo dirigente (de uma empresa ou entidade) de maneira centralizada, baseada em estruturas “hierárquicas”. Aplicando a noção ao objeto deste trabalho, pode-se exemplificar com os casos em que as informações do funcionamento do FRS são pouco conhecidas ou somente difundidas a poucos participantes; os critérios para aprovação de projetos solicitantes são pouco divulgados; as prestação de contas são restritas, entre outros elementos. Outro ponto que caracteriza a heterogestão se dá pelo poder indireto (representativo), isto é, delega-se a “outrem” a função de gestão. No caso das Finanças Solidárias, embora não ocorra um grau de complexidade como das instituições financeiras convencionais, a democracia representativa se faz presente nas entidades gestoras, principalmente de abrangência territorial mais ampla que o “nível comunitário”.

b) **Autogestão** diz respeito à participação direta dos envolvidos nas decisões da organização. Aplicada aos FRS, acontece quando se permite aos próprios usuários a reponsabilidade igual e direta pela gestão das iniciativas. Os usuários (protagonistas) inserem-se de igual modo em todo o processo de gestão e circulação dos recursos: desde captação; elaboração dos critérios e regras; análise dos projetos; deliberação sobre a devolução etc. Enfim, nessa forma de gestão, haveria um grau elevado de participação, de exercício democrático direto e de socialização das informações. Por isso, considera-se mais adequado o termo “protagonistas” para os que emprestam os recursos destes Fundos.

Fonte: Singer (2002). Síntese elaborada pelo Autor.

Nesse sentido, é importante estabelecer indicadores para “mensurar”, quanto possível, um nível adequado de autogestão nos FRS como exercício emancipatório. A obtenção de uma análise mais

aprofundada implica um contato mais frequente e direto do pesquisador com os procedimentos de gestão, visto que cada FRS tem sua especificidade. Em um contato mais aprofundado poderiam ser descobertos elementos que não aparecem num primeiro contato (ou uma entrevista), como aquele realizado no Mapeamento. Apesar dessas questões, nossa análise se baseou em três questões relacionadas à cada fase da gestão (anterior, durante e após a aprovação dos recursos): a) quem construiu e definiu as políticas e regras de funcionamento dos FRS, ou seja, os critérios para aprovação e liberação dos recursos?; b) quem participa dos processos de análise e aprovação das solicitações de recursos aos FRS?; e c) quem faz o acompanhamento dos projetos, depois de aprovados e nas fases de aplicação? Em suma, esta seção salienta os sujeitos destes processos de gestão e sua participação (ou não) como critério básico para indicar nível de autogestão.

O sentimento de pertença, que favorece a participação, é um processo dinâmico, ou seja, depois de conquistado, pode retroceder ou avançar dependendo de vários contextos e fatores. Apontam nessa direção as considerações realizadas por Oliveira (2010, p. 143) em sua pesquisa sobre os FRS da Paraíba:

dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica.

Ademais, segundo Fulgêncio (2014, p. 48) ao relacionar o funcionamento dos FRS com o conceito de capital social, concorda que, “a autogestão torna-se imprescindível para o funcionamento pleno dos Fundos Solidários, pois as decisões a serem tomadas sobre as questões relacionadas aos fundos rotativos serão de responsabilidade de toda a comunidade”

De maneira geral de acordo com Sabaté, Muñoz, Ozomek (2005, p.19)

a gestão interna e seu nível decisório se baseiam na deliberação entre membros e/ou associados que tem

cada um voto, porém admitem a divisão do trabalho, sistemas de representação e controle das responsabilidades. [Embora] não estão isentas de desenvolver práticas longe dos valores e princípios identitários ou dos objetivos práticos declarados, porém desde o início se autodefinem como empreendimentos e atividades sem fins de lucro, o que não as torna anticapitalistas, porém não-capitalistas (a-capitalistas).

A partir das informações coletadas no Mapeamento, abordadas nesta seção, sugere-se que o diferencial dos FRS comunitários está na relação de proximidade com os participantes envolvidos na gestão e mobilização dos recursos. Essa proximidade é possibilitada através do acompanhamento, da transparência e do controle das informações, nas relações de confiança e no sentimento de pertencimento, sendo que os usuários são de igual modo “proprietários/gestores” dos FRS. Como já aponta o exemplo pesquisado por Oliveira (2011, p. 186), quando

o PATAc diminuiu de fato sua ação na Comunidade, deixando a gestão dos FRS nas mãos dos camponeses. Assim, a experiência compartilhada por todos da Comunidade facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento dos novos grupos de FRS. Se de fato as coisas irão ocorrer como o grupo espera, não dá para saber. Mas, os membros da Comunidade aprenderam, a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 20 anos, a criar e seguir suas próprias regras.

A gestão dos FRS como um processo dinâmico não está isenta de conflitos e divergências de opiniões, seja na forma auto ou heterogestionária. Por exemplo, as decisões da comissão gestora nem sempre agradam a todos, haverá um ou outro que discorde e não aceite a decisão. Seja na escolha do próximo agricultor que receberá o financiamento do Fundo Rotativo, ou na maneira como está se usando os recursos da poupança dos fundos. Em certos casos, o interesse individual pode aparecer e prevalecer nas relações sociais de um grupo, podendo colocar em risco o funcionamento do Fundo. É por isso que a noção de cooperação constitui uma peça chave na prática de um Fundo Rotativo na comunidade (Cf. FULGÊNCIO 2014, p. 42)

Esses pontos também estudados por outros pesquisadores revelam que a gestão – e, mais propriamente, a autogestão – é um exercício

constante de aprendizagem coletiva, em que a resolução de conflitos e das tensões internas faz parte do aprendizado<sup>177</sup>. Tal processo pedagógico de participação e autogestão contribui como uma das formas para conquistar a “emancipação” dos grupos sociais envolvidos.

Contudo, “todos os grupos concordam que alguns princípios são fundamentais para o bom funcionamento de um fundo rotativo: a participação ativa dos beneficiários e a transparência na gestão são regras fundamentais” (FULGÊNCIO, 2014, p. 43). Tendo esta discussão como pano de fundo, adiante aponta-se como aparecem os três aspectos da gestão escolhidos para esta análise.

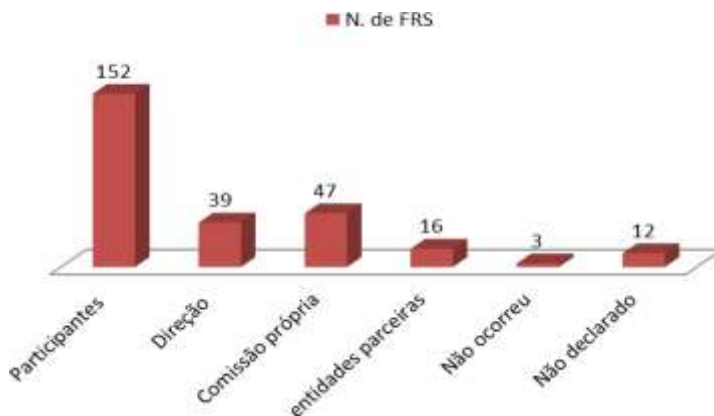
#### **6.4.1 Definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS**

Sobre este aspecto, os dados revelam que a definição de políticas e regras de financiamento dos FRS foram feitas pelos participantes em 56,30% dos casos. E, por outro lado, 14,44% são definidos pela direção da entidade e por “comissão própria”, em 17,40% dos casos (Tabela 17, Tabela 18 e Gráfico 8). A direção, via de regra, é eleita pelos participantes da entidade enquanto que a comissão é uma delegação da direção com referendo de assembleia ou não.

---

<sup>177</sup> Por exemplo “fatores humanos, como liderança centralizadora e interesses econômicos pessoais terminaram por suprimir na COOAP a ideia de cooperativismo e o que verificamos nos Assentamentos foi exatamente os interesses particulares em detrimento aos interesses solidários, isso em relação à Apicultura e o Fundo Rotativo Solidário no Litoral Sul da Paraíba” (SILVA, 2015, p.95).

Gráfico 8 – Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS (2011-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os sujeitos “definidores” das regras de acesso aos recursos dos FRS são retratados na Tabela 17. Constatou-se que os maiores protagonistas são os participantes das entidades, pela incidência maior dos Fundos de base ou comunitária e geridos por associação comunitária.

Em praticamente 70% dos FRS de abrangência comunitária foram os participantes que definiram as regras, enquanto nos demais casos a definição esteve a cargo de comissão própria (11,27%) ou da direção da entidade (10,56%). A participação direta dos membros das entidades vai diminuindo à medida que o raio de atuação geográfica dos fundos se amplia: embora em âmbito municipal a maioria mantenha o protagonismo dos participantes (52,54% dos casos), nos fundos estaduais apenas 20% mantém essa condição. Nesse caso, predomina a definição por parte da direção da entidade (50%) ou uma comissão própria (30%) (Tabela 17).

Qual o peso da participação na definição das regras das regras de funcionamento dos FRS pelos tipos de entidades gestoras? Observa-se que há um peso maior nas Associações Comunitárias, cujos participantes foram protagonistas em 60,98% do total desse tipo de entidade. Nos FRS geridos por “Grupo Informal”, os índices de “próprio participantes” na definição de regras foi alta (75,47%). Na categoria “outra associação” (geralmente são as entidades maiores, mais institucionalizadas e com atuação geográfica mais ampla), os participantes influenciaram em praticamente metade dos FRS. Nas entidades religiosas os participantes têm uma influência menor, de 19,23% (Cf. Tabela 18)

Tabela 17 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos tipos de FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			Total	%
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
<i>Participantes da entidade</i>	95	66,90	35,19	31	52,54	11,48	24	42,11	8,89	2	20,00	0,74	152	56,30
<i>Direção da entidade</i>	15	10,56	5,56	10	16,95	3,70	10	17,54	3,70	5	50,00	1,85	39	1,11
<i>Comissão própria</i>	16	11,27	5,93	12	20,34	4,44	14	24,56	5,19	3	30,00	1,11	47	17,40
<i>Ajuda de entidades parceiras</i>	7	4,93	2,59	3	5,08	1,11	6	10,53	2,22	-	-	-	16	5,92
<i>Não ocorreu</i>	2	1,41	0,74	-	-	-	1	1,75	0,37	-	-	-	3	1,11
<i>Não declarado</i>	7	4,93	2,59	3	5,08	1,11	2	3,51	0,74	-	-	-	12	4,44
<b>Subtotal</b>	<b>142</b>	<b>100</b>	<b>52,59</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>21,85</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>21,11</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>3,70</b>	<b>270</b>	<b>100</b>

OBS.: 1 FRS regional e 1 FRS nacional: comissão própria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 18 - Sujeitos atuantes na definição das políticas e regras de funcionamento dos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)

	Associação			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
<i>Participantes</i>	75	60,98	27,78	40	75,47	14,81	25	48,08	9,26	5	19,23	1,85	2	40,00	0,74	5	45,45	1,85
<i>Direção da EG</i>	16	13,01	5,93	3	5,66	1,11	9	17,31	3,33	9	34,62	3,33	1	20,00	0,37	2	18,18	0,74
<i>Comissão própria</i>	16	13,01	5,93	5	9,43	1,85	11	21,15	4,07	9	34,62	3,33	2	40,00	0,74	4	36,36	1,48
<i>Entidades parceiras</i>	6	4,88	2,22	2	3,77	0,74	7	13,46	2,59	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
<i>Não ocorreu</i>	1	0,81	0,37	1	1,89	0,37	-	-	-	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
<i>Não declarado</i>	9	7,32	3,33	2	3,77	0,74	-	-	-	1	3,85	0,37	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>100</b>	<b>45,56</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>19,63</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>19,26</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>9,63</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>1,85</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>4,07</b>

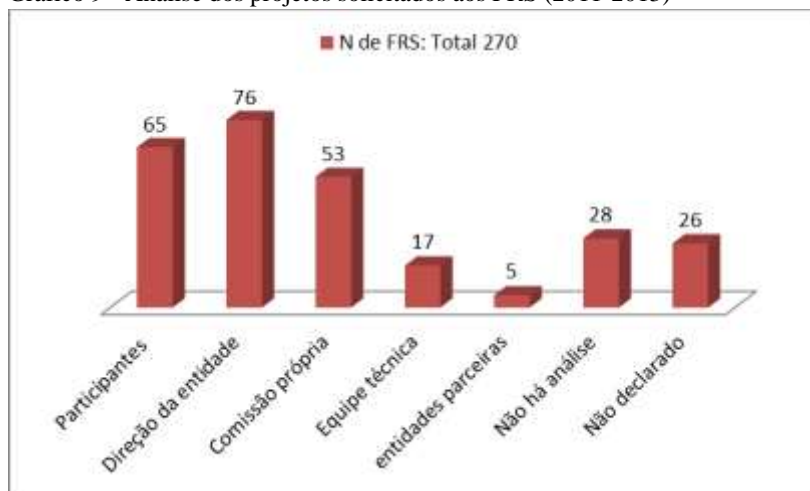
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

## 6.4.2 Sujeitos da análise das solicitações de recursos dos FRS

Outro aspecto da gestão dos FRS relaciona-se ao protagonismo dos envolvidos (participantes) nas tarefas de analisar (aprovando ou não) os projetos de solicitação de empréstimos. Essas análises implicam em reuniões mais constantes ou periódicas (*ex-ante*) e nelas os conflitos internos tendem a aflorar, discutindo por exemplo, quais projetos devem ser financiados, entre outros tópicos. Algumas das dificuldades e avanços foram apontados nas entrevistas do Mapeamento (que será tratado no próximo capítulo). Pretende-se, aqui, apresentar de forma descritiva quem faz esta análise considerando-se os vários tipos de entidade ou sua abrangência.

Em relação à dimensão a da “análise de projetos”, apresentaram-se as seguintes condições: a) os participantes das entidades diminuem sua influência nesta etapa da gestão de modo geral, caso de 24,07% dos FRS; e b) a direção da entidade assume em boa parte essa tarefa (28,14%) ou delegam-na para uma “comissão própria” (19,62%) ou uma “equipe técnica” (6,30%). Observa-se, ainda que, neste aspecto da análise dos projetos, aumenta o índice de FRS que não fazem análise (10,37%) e que não o informaram (9,63%) nas entrevistas (Tabela 19, Tabela 20, Gráfico 9).

Gráfico 9 - Análise dos projetos solicitados aos FRS (2011-2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Os participantes das entidades gestoras tiveram um papel de maior destaque, apesar haver de uma diminuição de 57,23% (em 152 para 65) em relação à sua atuação na definição das regras. Nos 142 FRS de abrangência comunitária, são eles quem realizam as análises de projetos em 29,58% do total, divididos por casos em que as análises são realizadas pela direção da entidade (31,69%) e por comissão própria (14,08%). Nos Fundos de abrangência territorial, a comissão própria foi quem mais atuou nas análises ampliando 29,82% dos casos. Na abrangência territorial, os participantes realizaram análise em sete Fundos (12,28% desse nível de atuação) (Cf. Tabela 19).

Quando se considera o tipo de entidade gestora, nas Associações Comunitárias, em primeiro lugar, são os seus participantes quem realiza a análise, caso de 25,20% dos FRS. Em segundo está a comissão própria (14,63%) mas, por outro lado, são as direções da “outra associação” quem mais exerceu esta tarefa de analisar os projetos dos FRS (37,40%) (Cf. Tabela 19).

Nos grupos informais, os participantes dos FRS participam mais das análises de projetos solicitantes, chegando a 39,62% dos casos. Em “outras associações” as análises se distribuem em comissão própria (25%), pela direção da entidade (25%), e pelos participantes (23,08%). Nas entidades religiosas/pastoral, as análises dos projetos são realizadas preponderantemente por comissão própria (42,31%) e pela direção (19,23%). Os participantes quase não fizeram análise de projetos nos FRS dos Sindicatos e nas cooperativas, nos quais a tarefa está atribuída à comissão própria ou à direção. Há registros de que alguns FRS conferem a tarefa a equipes técnicas, principalmente no caso dos FRS das entidades religiosas (23,08%). (Cf. Tabela 19). Questiona-se: por que essa condição de pouco envolvimento dos participantes nas análises? Seriam pelas dificuldades operacionais e práticas em realizar tal tarefa ou a distância geográfica ou, ainda, por que a atividade-fim da entidade não são os FRS? As respostas para esses questionamentos não estão muito evidentes nos dados da pesquisa, mas poderão ser compreendidas nas análises feitas no próximo capítulo, que aborda as dificuldades relatadas nas entrevistas no que tange ao processo de gestão.



Tabela 19 - Sujeitos atuantes nas Análises das solicitações de recursos dos FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			TOTAL	%
	Nº	%	%/Total	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
Participantes da entidade	42	29,58	15,56	16	27,12	5,93	7	12,28	2,59	-	-	-	65	24,07
Direção da entidade	45	31,69	16,67	16	27,12	5,93	10	17,54	3,70	4	40,00	1,48	76	28,14
Comissão própria	20	14,08	7,41	13	22,03	4,81	17	29,82	6,30	3	30,00	1,11	53	19,62
Equipe técnica	4	2,82	1,48	-	-	-	12	-	-	-	-	-	17	6,30
Ajuda de entidades parceiras	1	0,70	0,37	2	3,39	0,74	2	3,51	0,74	-	-	-	5	1,85
Não ocorreu	20	14,08	7,41	5	8,47	1,85	3	5,26	1,11	-	-	-	28	10,37
Não declarado	10	7,04	3,70	7	11,86	2,59	6	10,53	2,22	3	30,00	1,11	26	9,63
<b>Subtotal</b>	<b>142</b>	<b>100</b>	<b>52,59</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>21,85</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>21,11</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>3,70</b>	<b>270</b>	<b>100</b>

OBS.: comissão própria 1 FRS regional e 1 FRS estadual.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 20 - Sujeitos atuantes nas análises de solicitações de recursos por abrangência e tipo de entidade gestora dos FRS (2011-2013)

	Associação Comunitária			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/ Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
Participantes	31	25,20	11,48	21	9,62	7,78	12	23,08	4,44	-	-	-	-	-	-	1	9,09	0,37
Direção	46	37,40	17,04	7	13,21	2,59	13	25,00	4,81	5	19,23	1,85	2	40,00	0,74	1	9,09	0,37
Comissão própria	18	14,63	6,67	7	13,21	2,59	13	25,00	4,81	11	42,31	4,07	2	40,00	0,74	4	36,36	1,48
Equipe Técnica	3	2,44	1,11	1	1,89	0,37	4	7,69	1,48	6	23,08	2,22	-	-	-	1	9,09	0,37
Ajuda entidades parceiras	1	0,81	0,37	2	3,77	0,74	3	5,77	1,11	-	-	-	1	20,00	0,37	1	9,09	0,37
Não ocorreu	13	10,57	4,81	10	18,87	3,70	4	7,69	1,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	11	8,94	4,07	5	9,43	1,85	3	5,77	1,11	4	15,38	1,48	-	-	-	3	27,27	1,11
<b>Subtotal</b>	<b>123</b>	<b>100</b>	<b>45,56</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>19,63</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>19,26</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>1,85</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>4,07</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Finalmente, a partir dos dados aqui demonstrados, observa-se que há uma diminuição da participação dos usuários neste elemento da gestão e uma distribuição maior entre os “analisadores” dos projetos solicitantes de recursos enviados aos FRS. À medida que as entidades se tornam mais amplas em tamanho e/ou de abrangência geográfica, a atuação dos participantes dos Fundos nas análises reduz. Os FRS comunitários (de base) são os que demonstraram ter mais condições de proporcionar uma participação direta, podendo diminuir a distância entre usuários (beneficiários) e gestor dos FRS. Em outras palavras, os gestores e beneficiários fundem-se nos mesmos sujeitos, caracterizando a autogestão um viés para a emancipação ou “soberania financeira” (Cf. ARRUDA, 2009 e item 3.8), o que evidentemente não é algo simples, pois implica processos políticos e educativos, que apontam para algo *sui generis* nesta forma de Finanças.

#### **6.4.3 O acompanhamento dos projetos aprovados**

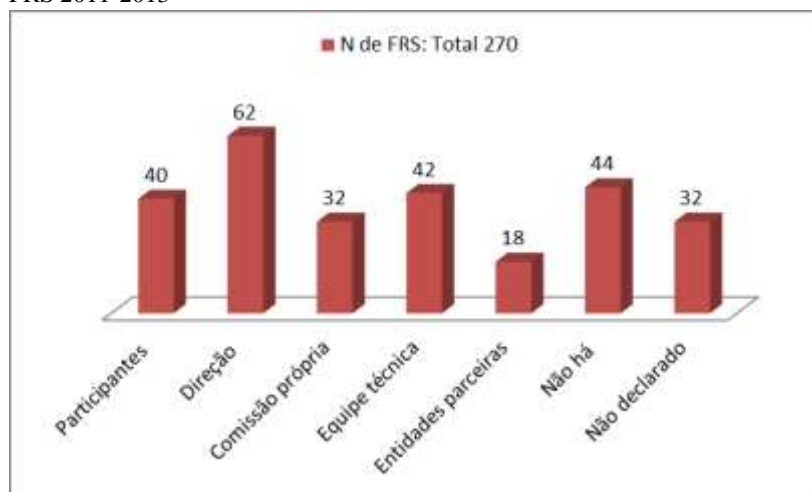
Como terceiro aspecto concernente à gestão está o “acompanhamento”, que diz respeito, por exemplo, às visitas aos projetos depois de aprovados, às cobranças de pagamentos em atraso, às renegociações e, principalmente, ao controle ou monitoramento dos recursos, observando-se a sua correta aplicação, conforme o projeto aprovado. O acompanhamento exerce um papel importante no aumento da confiança entre gestores e participantes: “em geral, são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança e com foco na valorização do ser humano” (FREIRE, 2013, p.45).

Os processos de “acompanhamento” (*Ex-post*) têm interface com a discussão sobre técnicas financeiras para reduzir risco moral e seleção adversas nos mercados financeiros (cf. item 3.5). Nos FRS, os desafios do acompanhamento não se relacionam tanto com problemas de “risco moral” ou a “seleção adversa” como o apontado pelas teorias microfinanceiras, dado que os objetivos e princípios distanciam-se da obtenção de “garantias” convencionais e tradicionais do crédito, pois baseiam-se nas relações de confiança e solidariedade. Entretanto, o que se denomina de acompanhamento não deixa de exercer esse papel, mesmo que indireto ou disfarçado, de garantir a devolução para viabilizar a autossustentação do FRS, além de incentivar o uso correto dos recursos “de todos” para viabilizar a atividade produtiva conforme aprovada.

Em relação ao acompanhamento, como etapa posterior à liberação dos recursos, observa-se que os participantes tendem diminuir a influência

para 14,81% dos FRS (Cf. Tabela 21). Em contrapartida é a própria direção da entidade que mais realiza esta tarefa (em 22,96%), a comissão técnica (em 15,55%) e comissão própria (em 11,85%). Nos Fundos de abrangência comunitária, os participantes das entidades gestoras são os que acompanham em 22,54% dos casos, porém a direção da entidade é que têm assumido a “tarefa” em 28,17% e em 17% é referido que “não há acompanhamento”. Nos Fundos de abrangência territorial, as equipes técnicas são a instância que mais realizou o trabalho de acompanhamento e os participantes o fizeram em apenas um FRS. Conforme aumenta a abrangência, parece ser necessário contar com ajuda de entidades parceiras, principalmente nos níveis territorial e municipal.

Gráfico 10 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados pelos FRS 2011-2013



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 21 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por abrangência (2011-2013)

	Comunitária			Municipal			Territorial			Estadual			Total %	
	Nº	%	%/Total	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T		
Participantes da entidade	32	22,54	11,85	7	11,86	2,59	1	1,75	0,37	-	-	-	40	14,81
Direção da entidade	40	28,17	14,81	14	23,73	5,19	6	10,53	2,22	2	20,00	0,74	62	22,96
Comissão própria	13	9,15	4,81	7	11,86	2,59	9	15,79	3,33	1	10,00	0,37	32	11,85
Equipe técnica	10	7,04	3,70	8	13,55	2,96	22	38,59	8,14	2	20,00	0,74	42	15,55
Ajuda de entidades parceiras	3	2,11	1,11	6	10,17	2,22	6	10,53	2,22	3	30,00	1,11	18	6,66
Não ocorreu	24	16,90	8,89	12	20,34	4,44	8	14,04	2,96	-	-	-	44	16,30
Não declarado	20	14,08	7,41	5	8,47	1,85	5	8,77	1,85	2	20,00	0,74	32	11,85
<b>Subtotal</b>	<b>142</b>	<b>100,00</b>	<b>52,59</b>	<b>59</b>	<b>86,44</b>	<b>21,85</b>	<b>57</b>	<b>61,40</b>	<b>21,11</b>	<b>10</b>	<b>80,00</b>	<b>3,70</b>	<b>270</b>	<b>100</b>

OBS.: 01 FRS Regional e FRS nacional: comissão própria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 22 - Sujeitos atuantes no acompanhamento dos projetos aprovados nos FRS por tipo de entidade gestora (2011-2013)

	Associação Comunit.			Grupo Informal			Outra Associação			Pastoral/ Ent. Rel.			Sindicato			Cooperativa		
	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T	Nº	%	%/T
Participantes da entidade	22	17,89	8,15	15	28,30	5,56	-	-	-	3	11,54	1,11	-	-	-	-	-	-
Comissão própria	11	8,94	4,07	8	15,09	2,96	5	9,62	1,85	6	23,08	2,22	-	-	-	2	18,18	0,74
Equipe Técnica	8	6,50	2,96	1	1,89	0,37	16	30,77	5,93	9	34,62	3,33	2	40,00	0,74	2	18,18	0,74
Entidades parceiras	4	3,25	1,48	5	9,43	1,85	6	11,54	2,22	4	15,38	1,48	2	40,00	0,74	1	9,09	0,37
Direção da entidade	39	31,71	14,44	12	22,64	4,44	10	19,23	3,70	-	-	-	1	20,00	0,37	-	-	-
Não ocorreu	25	20,33	9,26	8	15,09	2,96	6	11,54	2,22	-	-	-	-	-	-	4	36,36	1,48
Não declarado	14	11,38	5,19	4	7,55	1,48	9	17,31	3,33	4	15,38	1,48	-	-	-	2	18,18	0,74
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>100</b>	<b>45,56</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>19,63</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>19,26</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>100</b>	<b>1,85</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>4,07</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Nas Associações comunitárias, o acompanhamento é feito pelos próprios participantes em 17,89%, nos grupos informais em 28,30% e nas demais entidades é quase nulo o envolvimento dos participantes no acompanhamento dos projetos aprovados. Assim, percebe-se que a direção da entidade é a instância que mais tem realizado a tarefa de “acompanhar”: representa 31,7% nas Associações comunitárias; 22,64% nos grupos informais e pouco nos FRS de sindicatos, de entidades religiosas ou cooperativas. Atribuir o acompanhamento a entidades parceiras é mais típico nas “associações” e nas entidades religiosas com nível territorial mais abrangente. Por fim, a etapa do acompanhamento apresentou-se como um grande desafio, ainda mais se considerado que 10% dos FRS não o realizam e, em média, outros 10% nada declararam (Cf. Tabela 21 e Tabela 22).

Como síntese geral, concorda-se que a gestão dos recursos públicos pode ser parte de um processo mais amplo, pois,

as comunidades, ao gerenciarem os recursos dos fundos, adquirem consciência de sua origem governamental e, portanto, pública. Ao optarem por geri-los, elas constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação (OLIVEIRA, 2010, p.143)

Acima foram abordados e sintetizados diversos aspectos para entender o funcionamento dos FRS. Em síntese, podemos dizer que nos quatro aspectos, os grupos e gestores dos FRS enfrentam muitos desafios e dificuldades a serem superados no exercício dessa prática alternativa relacionada às finanças e a própria organização social. Para as entidades gestoras, não se torna tarefa fácil, visto que não basta apenas acessar (captar) os recursos, mas são demandados também por conhecimentos técnicos e articulações políticas de forma a garantir a devolução e a correta aplicação dos recursos. No próximo capítulo apresenta-se as principais dificuldades e as conquistas relatadas pelos gestores dos Fundos no Brasil, complementando o que foi abordado nos dois últimos capítulos.



## **7. AVANÇOS E LIMITES DOS FRS PARA O FORTALECIMENTO DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS**

Este capítulo apresenta uma sistematização das conquistas e dificuldades dos FRS, de acordo com a avaliação dos seus gestores, com o objetivo de discutir os alcances dessa iniciativa financeira para a emancipação social e política. As fontes principais deste são os dados compilados no Mapeamento, principalmente, as respostas oferecidas às seguintes questões: “quais os principais resultados do trabalho com o fundo solidário?” e “quais as principais dificuldades enfrentadas pelo FRS?”. As respostas foram sistematizadas e divididas nos quatro aspectos do funcionamento dos FRS: as fontes de recursos; o fomento de atividades econômicas; as devoluções e a gestão, complementados com outros pontos.

### **7.1 AS PRINCIPAIS CONQUISTAS PARA OS ENVOLVIDOS**

O objetivo desta seção consiste em apresentar uma breve síntese de algumas contribuições apresentadas no mapeamento. O mais importante é o que é aqui aventado está baseado nos aportes dos próprios “atores”, envolvidos tanto na gestão quanto na construção social dos FRS. Os dados foram sistematizados pelo autor partindo do critério do número de incidências ou citações nas respostas e, de maneira sintética, foram elaborados em tabelas para, na sequência, serem apresentadas algumas “falas” para ilustrar melhor o que significam os pontos destacados.

#### **7.1.1 A contribuição dos FRS para a emancipação de grupos sociais rurais**

As maiores conquistas apontadas pelos FRS rurais, de abrangência comunitária, dizem respeito à “melhoria na qualidade de vida” dos participantes, principalmente referindo-se à ampliação da segurança alimentar e nutricional (15,67% das citações), seguida do fortalecimento “do coletivo” e dos “laços do grupo ou da organização” (15,27%) e do fortalecimento do movimento social e da comunidade (11,11%). A melhoria na produção coloca-se como o maior destaque do que a comercialização (10,12% contra 1,38%). O aumento na renda e a “inclusão social ou autoestima” também são resultados relevantes (9,92% e 6,75% respectivamente). Em grau intermediário estão as contribuições para o desenvolvimento local, as ações ecológicas ou de incentivo à agroecologia, o acesso à água (6,15%) e às políticas públicas (4,36%). Em

relação às fontes de recursos e às devoluções são poucos os resultados positivos citados, apenas 0,22% e 2,18%, ao contrário das dificuldades nesses âmbitos, que foram mais relatadas (Cf. Tabela 23).





<i>Acesso a políticas públicas</i>	22	4,36	20	10,05	16	8,04	58	6,43
<b><i>Subtotal</i></b>	<b>22</b>	<b>4,36</b>	<b>20</b>	<b>10,05</b>	<b>16</b>	<b>8,04</b>	<b>58</b>	<b>6,43</b>
<b>Contexto externo</b>								
<i>Movimento social/comunidade</i>	56	11,11	19	9,55	10	5,03	85	9,42
<i>Desenvolvimento local/Ecologia</i>	32	6,35	10	5,02	20	10,05	62	6,87
<b><i>Subtotal</i></b>	<b>88</b>	<b>17,46</b>	<b>29</b>	<b>14,57</b>	<b>30</b>	<b>15,08</b>	<b>147</b>	<b>16,30</b>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b>504</b>	<b>100</b>	<b>199</b>	<b>100</b>	<b>199</b>	<b>100</b>	<b>902</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Como visto, as maiores conquistas dos FRS rurais de abrangência municipal correspondem a avanços na qualidade de vida dos participantes, principalmente em termos de condições de segurança alimentar e nutricional; e melhoria na produção (14,57% cada), seguindo a mesma tendência dos FRS comunitários. Porém, ocorrem mais menções ao fortalecimento do coletivo e dos laços do grupo ou da organização (18,09% das citações). Aparecem também referências à contribuição no acesso a políticas públicas (10,05%) e o fortalecimento do movimento social e da comunidade (9,55%). A melhoria na produção é mais destacada que a comercialização (14,57% contra 5,02%), indicando que os FRS apoiaram mais as atividades produtivas. Por outro lado, o quesito “inclusão social/autoestima” aparece muito pouco, tendo apenas uma citação. Em grau intermediário de recorrência estão as menções às contribuições para o desenvolvimento local ou ações ecológicas ou incentivo à agroecologia (10 citações ou 5,02%) (Tabela 23).

A partir das respostas, percebe-se que as maiores conquistas dos FRS rurais de abrangência Territorial apresentam-se nos avanços no fortalecimento do coletivo e na união do próprio grupo (15,08%) e nas melhorias na produção (14,57%). Em terceiro e quarto lugar foram referenciados o aumento da renda (11,56%) e a melhoria na qualidade de vida (10,55%). Poucos apontam as Finanças Solidárias ou fortalecimento da Economia Solidária, sugerindo um debate ou tema pouco conhecido ou incipiente entre os envolvidos em FRS.

A seguir são topicalizados alguns relatos diretos dos gestores de FRS que explicam melhor os significados dos avanços.

#### Em relação às atividades econômicas dos protagonistas

Destaca-se que através do Fundo foi facilitado o acesso ao crédito: “Agricultores mais esclarecidos sobre acesso a crédito” (PE008). Os FRS apresentam-se como alternativas para financiar atividades que talvez os Bancos não tenham interesse: “avanços para ajuda em emergências/contas em atraso e/ou alternativa de crédito”.

#### Ajuda para emergências ou pagamento de contas em atraso

Um resultado positivo pontuado pelos FRS comunitários é a possibilidade de “suprir as necessidades emergenciais de acesso ao crédito das famílias (remédios, exames; atividades produtivas familiares)”. Acrescenta-se que “com acesso a recursos financeiros serviu para suprir necessidades emergenciais de saúde” (AL007). “O objetivo principal dos recursos é a construção das cisternas, mas também serve para compra de

remédios, pagar um carro para levar uma pessoa doente para o hospital, etc.” (CE016).

### Qualidade de vida e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Os resultados obtidos foram concernentes à melhoria das condições de vida das famílias como está expresso em: “a estruturação da Casa de Farinha e não necessitam mais arrendar nem deslocar para sítios circunvizinhos para realizar o beneficiamento da mandioca.” (PE021). Ademais a iniciativa é relatada como destaque inclusive para a “segurança alimentar das crianças com o projeto de repasse de cabras leiteiras” (PE017). E como é explicitado por uma presidente de associação, uma das maiores conquistas refere-se à possibilidade de obter “leite de cabra para as crianças: ‘antes na comunidade não havia leite de tipo nenhum’” (PB028).

Nesse ponto reside um aspecto positivo importante na resolução de problemas específicos: “aumentou a segurança das crianças, pois a comunidade situa-se à beira da pista [*rodovia*] e as crianças não têm como sair que agora cercadas pelas telas ficam mais seguras contra acidentes de trânsito”. (PB032). Menciona-se também que os jovens começaram a participar na criação de animais e participam na comissão de jovens (da zona rural) do município. Alguns deles fazem parte do Fundo Rotativo Solidário de Jovens. (PB021)

### Acesso à água

É um dos resultados que convém destacar nesses tipos de FRS (6,15%) considerando a sua importância para o semiárido nordestino. “A organização das famílias favoreceu a conquista de eletrificação rural para comunidade que possibilitou implantação de **sistema de irrigação para produção agrícola** na entressafra.” (MA028, grifos nossos)

Cabe mencionar aqui que também houve investimentos na construção da barragem comunitária com recursos do fundo solidário. “Acesso à água potável com a construção de cisternas familiares; reduzindo incidências de doenças relacionadas ao consumo de água não potável. Melhoria da qualidade de vida das famílias com a construção dos banheiros secos”<sup>178</sup> (PE011).

---

<sup>178</sup> Uma tecnologia mais ecológica que o modo atualmente usado pois não necessita de água.

### Em relação à devolução

As condições da devolução são apresentadas como mais favoráveis ao sistema convencional “onde a família ‘paga somente o que pegou’, sem juros e sem correção.” (PB067) Também é relatada como positiva a possibilidade de “ter acesso aos recursos financeiros sem ter que passar pela burocracia do banco, não ter que pagar juros. Ter a autonomia sobre o que vai ser feito com o dinheiro” (CE016). E a “Facilidade na contribuição porque é de forma parcelada a contribuição” (PB023).

São destaques também aspectos como “autonomia e liberdade das famílias em relação aos bancos convencionais” (CE038) e “Acesso ao crédito sem burocracia com regras mais flexíveis, construídas pelo o grupo. Aumento o exercício da confiança mútua. Compromisso com a devolução para manutenção do fundo” (MG004). Importa também o salientado em: “as regras do fundo foram construídas com a participação de todos, essa sem dúvida foi a maior conquista. Facilidade no fornecimento de crédito sem burocracia (sem avalista) e sem outras garantias bancárias.” (MG018)

### Em relação ao acesso a políticas públicas

Foram apresentadas conquistas inclusive em relação ao acesso a políticas públicas ou programas de governo nas áreas de interesse dos Fundos e suas organizações, no que se refere às políticas sociais, agrícolas e rurais<sup>179</sup>. A emancipação política é uma conquista mesmo no Estado burguês e, nesse aspecto, o “pequeno crédito” dos FRS ajuda a conquistar direitos e políticas públicas. Há muitos relatos sobre tais conquistas e aqui se elenca algumas mais recorrentes e julgadas mais importantes, como maior conhecimento das famílias para reivindicar Políticas Públicas: “despertou a formação política das pessoas.” (PB012) “O acesso às políticas públicas faz com que a comunidade não dependa mais de políticos, como prefeitos e vereadores” (PB020). E “transporte escolar, eletrificação rural e recuperação de estradas de acesso à comunidade” (MA028).

E o acesso à água, já aqui mencionado, entendeu-se que deveria ser uma política pública: “as famílias não tinham acesso à água potável, e dependiam da distribuição no ‘sistema’ de carros pipas disponibilizados

---

<sup>179</sup> Há uma distinção entre Política agrícolas, que se referem mais às atividades econômicas, e políticas rurais, que abrangem aspectos mais amplos como educação, habitação, saúde etc. cf. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

pelo governo municipal e/ou utilizavam águas de barreiros e cacimbas” (PE023). Ou ainda,

como afirma a presidente da associação que o processo de formação política vivenciado pela comunidade a partir da participação de eventos de intercâmbios; formação política com ênfase em políticas públicas para mulheres contribuiu significativamente para mudança comportamental quanto a necessidade de reivindicação por acesso a políticas públicas setoriais (saúde, educação, acesso à água). (PE010)

Em relação ao acesso aos programas de compras públicas da agricultura familiar (PAA e PNAE) foi destacado que são uma forma de contribuir para a comercialização dos produtos:

Jovens inseridos/as no Fundo Solidário com renda devido à comercialização dos produtos para o PNAE. Maior interesse e motivação nos jovens em participar das reuniões comunitárias - interesse em discutir questões relativas ao desenvolvimento comunitário; motivação das famílias/ comunidades em desenvolver atividades produtivas familiares (criação de galinhas) na perspectiva de comercializar para o PNAE. (AL003)

É relatada ainda “a comercialização, num espaço onde os agricultores podem vender seus produtos, como PNAE e o PAA, alguns agricultores acessam o PAA, nesse ano de 2012. Recentemente, as famílias estão mais conscientes e usam os defensivos naturais”. (PB085)

Em um contexto geral, observa-se que um dos destaques positivos mencionados sobre a contribuição dos FRS rurais consiste na contribuição para reduzir o êxodo rural:

anteriormente as famílias se deslocavam cinco quilômetros de distância da comunidade para ter acesso a água potável. Segurança alimentar e nutricional: com repasse de cabras leiteiras as crianças ter acesso a leite, reduzindo índices de desnutrição infantil. Com a implantação do fundo solidário, constata-se melhoria de infraestrutura das famílias, geração de renda e segurança alimentar, reduzindo o êxodo rural. (PE016)

Outro ponto, de âmbito geral, é que o fundo solidário promove o **desenvolvimento territorial** a partir da comunidade<sup>180</sup>. Nesse aspecto os resultados são lembrados pelos entrevistados do Mapeamento, havendo 32 indicações, ou seja, 6,35%, explicados da seguinte maneira:

O fundo após ser descentralizado passou a ser gerido pelo próprio grupo comunitário seus recursos fazendo assim o sistema rotativo girando dentro da própria comunidade. Com os recursos girando na própria comunidade o fundo proporcionou ações a outras famílias beneficiando-as. Grande parte dos participantes do fundo solidário são pessoas com idade entre 20 e 60 anos. Com os recursos do FRS beneficiando famílias na comunidade aumenta a capacidade do município em se desenvolver (PB018).

O terceiro ponto relaciona-se ao meio ambiente ou às práticas que visam à sustentabilidade, por exemplo, para “recuperação da mata ciliar” em oito nascentes de rios. “As árvores frutíferas plantadas pelo grupo alimentam pessoas e aves locais, e [*geram*] sombreamento rente as casas, melhorando a qualidade de vida” (GO021). E a “introdução ao trabalho na linha da agroecologia, com a diversificação das culturas e o [*abandono*]do uso de agrotóxicos” (PB002).

### **7.1.2 Os FRS urbanos e sua contribuição para os grupos sociais urbanos**

As conquistas dos FRS urbanos residem na sua contribuição para práticas coletivas ou fortalecimento dos laços do grupo ou associação (13,33% das citações). A “inclusão social” e “elevação da autoestima” estão em segundo lugar (11,11%) (Cf. Tabela 24). A melhoria na comercialização e o aumento na renda também são resultados relevantes (9,44% e 8,88% respectivamente). Em menos recorrências nos relatos, podemos considerar o fortalecimento do movimento social; e da comunidade e a melhoria na atividade produtiva (7,22% cada). Seguidos do acesso às políticas públicas (6,66%); da melhoria na qualidade de vida (5,55%) e do acesso a crédito (4,44%). Em relação às devoluções e às

---

<sup>180</sup> Uma observação em relação aos FRS de abrangência territorial mais ampla é que atingem públicos diversificados, pois os proponentes acessam os recursos através de editais, sendo as conquistas são pouco avaliadas.

fontes são poucos os resultados citados, apenas 0,55% e 1,66%, aspectos que, em contrapartida, são mais citados nas dificuldades encontradas.

A concentração maior de avanços relatados relaciona-se com os destinatários dos FRS urbanos (55,55%), reforçando o papel pedagógico como iniciativas microfinanceiras para viabilizar atividades econômicas de excluídos socialmente. A importância não reside tanto no volume de recursos que circulam, mas, sim, no exercício financeiro.



Tabela 24 - Principais resultados dos FRS que atuam na área urbana (2011-2013)

	Com.	Mun.	Ter.	Urbano. Est.	Reg.	Total	%
<b>a) Fontes</b>							
<i>Ampliação dos recursos</i>	1			1		2	1,11
<i>Diversificação das fontes</i>	1					1	0,55
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>			<b>1</b>		<b>3</b>	<b>1,66</b>
<b>b) Destino/prestatários</b>							
<i>Melhoria na produção</i>	6	5	2			13	7,22
<i>Ajuda para emergências</i>	1	3				4	2,22
<i>Alternativa de crédito</i>	2	3	3			8	4,44
<i>Melhoria na comercialização</i>	7	7	2	1		17	9,44
<i>Aumento da renda</i>	6	5	3	1	1	16	8,88
<i>Qualidade de vida/SAN</i>	7	2			1	10	5,55
<i>Inclusão social/Autoestima</i>	8	6	5		1	20	11,11
<i>Fortalecimento da ES</i>	6	1	3	2		12	6,66
<b>Subtotal</b>	<b>43</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>55,55</b>
<b>c) Devolução</b>							
<i>Não tem atraso/</i>	1					1	0,55
<i>Compromisso/entendimento</i>							
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>					<b>1</b>	<b>0,55</b>
<b>d) Gestão</b>							
<i>Fortaleceu o coletivo/ a união grupal</i>	8	10	5		1	24	13,33
<i>Educação e autonomia financeira</i>	5	1	2	1		9	5,00
<i>Divulgação/visibilidade</i>	1	6				7	3,88
<b>Subtotal</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>22,22</b>
<b>e) Políticas públicas</b>							
<i>Fortalecimento das Fin. Solidarias</i>	3			1		4	2,22
<i>Acesso a políticas publicas</i>	4	3	4		1	12	6,66

<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>8,88</b>
<b>f) Contexto externo</b>							
<i>Fortalecimento social/comunidade</i>	5	5	2		1	13	7,22
<i>Desenvolvimento local/sustentáveis</i>	3	3		1		7	3,88
<b>Subtotal</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>11,11</b>
<b>TOTAL de Citações*</b>	<b>74</b>	<b>60</b>	<b>31</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>179</b>	<b>100%</b>

\* As principais conquistas dos FRS foram sistematizadas pelo autor seguindo o critério de número de incidências (citações) presentes nas tabelas seguintes, por isto, superam o número de 270.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Comparando os FRS de abrangência comunitária, urbanos e rurais, há mais resultados explicitados que concernem aos prestatários dos Fundos (52,26% dos rurais/municipais; 57,54% rurais/comunitários e 55,55% urbanos), reforçando aqui que um importante papel dos FRS consiste em viabilizar atividades econômicas dos mais excluídos em âmbito comunitário.

Em Relação às atividades econômicas e aos usuários/participantes (55,55% das citações)

Na linha da emancipação social, são apresentados aspectos positivos, como **inclusão social**, pela “conscientização sobre os **seus direitos por** que antes e depois de serem beneficiadas as pessoas passam por formações sobre os direitos sociais” (CE025, grifos nossos) e a “tomada de consciência das pessoas em relação à realidade do mundo atual. Maior inserção da mulher através de recursos e outras ações” (MG008, grifos nossos)

Também é referido o “**acesso aos direitos** como aposentadoria e atendimentos pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Envolvimento das mulheres no trabalho da horta, pois antes trabalhavam em casa de famílias” (PI010, grifos nossos).

No início deste tipo de trabalho em 2003 com pessoas de população de rua e catadores de material reciclável e a ajuda era para as necessidades básicas. Este apoio emergencial (alimentação; medicamentos; recuperação ou emissão de documentos; passagens; material escolar para as crianças) abriu caminho para a organização de uma cooperativa de catadores (DF004)

Importa destacar também a “conquista da cidadania, da casa própria; acesso às políticas públicas; encaminhamento para escola e contraturno escolar” (PR004).

Em relação à devolução

Apesar de poucas citações sobre este aspecto, questões concernentes à devolução aparecem como pontos positivos de moradores urbanos:

os membros e simpatizantes depositam não somente dinheiro, mas principalmente a confiança, não se consideram um banco, nem agiotas, os juros são retornáveis para todos. Foi com essa cooperação, essa "poupança comunitária" que

conseguiram fazer a canalização de água e pavimentar a rua do bairro, hoje se encontram ameaçados de despejo por conta das obras do PAC.<sup>181</sup>(MA017, grifo nosso)

Do ponto de vista emancipatório trata-se de uma conquista a ser destacada, vista que estão aí imbricadas, através dos FRS, as relações de confiança e a emancipação com conquista de direitos.

### Em relação à conquista de Políticas públicas

São apresentados avanços como: articulação das entidades no estado de Pernambuco para reivindicação de políticas públicas para Finanças Solidárias. Menciona-se também o resultado macro obtido quanto ao “trabalho com Fundos Solidários, pela legalização de políticas públicas de Finanças Solidárias” (PE003) e “a difusão das Finanças Solidárias como estratégia possível para o meio urbano e inclusive de educação financeira” (BA038a).

Em síntese, os avanços apontados estão situados em aspectos “externos”, ou seja, na conquistas econômicas e políticas dos envolvidos e na melhoria de qualidade de vida de modo geral. Porém pouco avanços são explícitos na construção de políticas de Finanças Solidárias, tema ainda desconhecido nesse contexto, diferentemente das políticas direcionadas a agricultura familiar.

## 7.2 DESAFIOS PARA A PRÁTICA DE FRS

O objetivo desta seção é apresentar uma breve síntese das principais dificuldades apontadas no Mapeamento pois, nem tudo são “flores” no processo social de construção dos FRS. Tal como na seção anterior, as respostas dadas no Mapeamento são sistematizadas pelo número de incidências ou citações (inseridas em Tabelas) e após, são reproduzidas algumas “falas” dos gestores no sentido de explicitar melhor as dificuldades encontradas no Mapeamento.

---

<sup>181</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciou em 2007 pelo Governo Federal e “promoveu a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” Disponível em:

<<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

### **7.2.1 Dificuldades enfrentadas pelos FRS no mundo rural**

As maiores dificuldades dos FRS rurais de abrangência comunitária dizem respeito aos “recursos insuficientes” (11,37% das citações); em segundo lugar residem em ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar a sua participação (9,65%); e a incompreensão do funcionamento dos Fundos, com 7,24% das respostas. Em menor grau de citações são apontados problemas como de transporte (5,51%) (Cf. Tabela 25).

A maior concentração de dificuldades aponta para aspectos da gestão dos FRS (31,72%) e, depois, para temas relacionados aos proponentes e usuários (22,60%). São indicadas dificuldades em relação à devolução em 14,48%. Salientou-se, inclusive, a falta de política de Finanças Solidárias (4,48%), o “apadrinhamento político” e outras influências negativas (3,10%).

Tabela 25 - Principais dificuldades apontadas pelos FRS Rural (2011-2013)

	<b>Com.</b>	<b>%</b>	<b>Mun.</b>	<b>%</b>	<b>Ter.</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Fontes</b>								
<i>Recursos insuficientes</i>	33	11,37	15	13,89	21	13,82	69	12,52
<i>Dependência de fontes externas</i>	1	0,34					1	0,18
<i>Baixa renda dos membros</i>	8	2,75					8	1,45
<b>Subtotal</b>	<b>42</b>	<b>14,48</b>	<b>15</b>	<b>13,89</b>	<b>21</b>	<b>13,82</b>	<b>78</b>	<b>14,15</b>
<b>Destino/prestatários</b>								
<i>Relativo à produção</i>	6	2,06	5	4,63	2	1,32	13	2,36
<i>Formação</i>	4	1,37					4	0,72
<i>Assistência/assessoria técnica</i>	10	3,44	4	3,70	4	2,63	18	3,26
<i>Transporte</i>	16	5,51	4	3,70	1	0,66	21	3,81
<i>Armazenamento</i>	4	1,37	3	2,78	3	1,97	10	1,81
<i>Dificuldades de comercialização</i>	6	2,06	4	3,70	9	5,92	19	3,45
<i>Falta de compreensão/compromisso</i>	18	6,20	5	4,63	11	7,24	34	6,17
<b>Subtotal</b>	<b>64</b>	<b>22,60</b>	<b>25</b>	<b>24,03</b>	<b>30</b>	<b>19,74</b>	<b>119</b>	<b>21,60</b>
<b>Devolução</b>								
<i>Inadimplência</i>	15	5,17	4	3,70	5	3,29	24	4,35
<i>Não devolução</i>	19	6,55	8	7,40	3	1,97	30	5,44
<i>Atrasos</i>	8	2,75	3	2,78	16	10,53	27	4,90
<b>Subtotal</b>	<b>42</b>	<b>14,48</b>	<b>15</b>	<b>14,42</b>	<b>24</b>	<b>15,79</b>	<b>81</b>	<b>14,69</b>
<b>Gestão</b>								
<i>Formação da diretoria/gestores</i>	5	1,72	6	5,55	2	1,32	13	2,35
<i>Ampliar os sócios/ incentivara a participação</i>	28	9,65	12	11,11	2	1,32	42	7,62
<i>Falta de agentes</i>	4	1,37	3	2,78	10	6,58	17	3,08
<i>Incompreensão do funcionamento</i>	21	7,24	15	13,88	8	5,26	44	7,98
<i>Acompanhamento/ visitas</i>	7	2,41	2	1,86	17	11,18	26	4,71
<i>Planejamento</i>	4	1,37	2	1,86	2	1,32	8	1,45

<i>Gestão</i>	11	3,79			14	9,21	25	4,53
<i>Comunicação</i>	5	1,72	1	0,92	2	1,32	8	1,45
<i>Prestação de contas</i>	7	2,41					7	1,27
<b>Subtotal</b>	<b>92</b>	<b>31,72</b>	<b>41</b>	<b>39,42</b>	<b>57</b>	<b>37,50</b>	<b>190</b>	<b>34,48</b>
<b>Políticas públicas</b>								
<i>Falta de apoio político de Finanças Solidarias/</i>	13	4,48	3	2,78	8	5,26	24	4,35
<i>Com as políticas já existentes</i>	9	3,10	1	0,92			10	1,81
<i>Apadrinhamento político/influência</i>	9	3,10	1	0,92	5	3,29	15	2,72
<b>Subtotal</b>	<b>31</b>	<b>10,68</b>	<b>5</b>	<b>4,80</b>	<b>13</b>	<b>8,55</b>	<b>49</b>	<b>8,89</b>
<b>Contexto externo</b>								
<i>Interferências climáticas</i>	6	2,06	2	1,86	6	3,95	14	2,54
<i>Individualismo</i>	12		3	2,78	2	1,32	17	3,08
<i>Pressão de fazendeiros</i>	1	0,34	2	1,86			3	0,54
<b>Subtotal</b>	<b>19</b>	<b>6,55</b>	<b>7</b>	<b>6,73</b>	<b>8</b>	<b>5,26</b>	<b>34</b>	<b>6,17</b>
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>100</b>	<b>108</b>	<b>100</b>	<b>153</b>	<b>100</b>	<b>551</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

As dificuldades mais percebidas nos FRS rurais de abrangência municipal são os recursos insuficientes (13,89%) e a incompreensão acerca do funcionamento (13,88%), seguida da capacidade de ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar sua participação (11,11%) e a não devolução (7,40%). Com menor grau de recorrência são apontadas a falta de formação da diretoria /agentes (5,51%) e na produção (4,63%) e na comercialização, assessoria técnica, transporte e inadimplência, com quatro citações cada (3,70%) (Cf. Tabela 25).

Como nos anteriores, as dificuldades situam-se no âmbito da gestão dos Fundos em 39,42% das indicações e no âmbito dos destinatários em 24,03% delas, enquanto na devolução a porcentagem é de 14,42%. Há que se considerar a menção à ausência de política pública de Finanças Solidárias (em 2,78%)

Nos FRS de abrangência geográfica municipal, as principais dificuldades situam-se em três pontos básicos: os recursos insuficientes (15); a incompreensão dos participantes quanto ao funcionamento (15); e a necessidade de ampliar os sócios/participação (12). Segue-se a ausência de formação aos gestores e as dificuldades na devolução, em menor porcentagem.

As maiores dificuldades dos Fundos rurais de abrangência territorial (vários municípios) encontram-se sintetizadas na Tabela 25, sendo que, nesse caso, diferentemente dos anteriores, aparece o problema do acompanhamento e das visitas aos empreendimentos apoiados (11,18%) e a falta de compromisso que implica em atrasos na devolução (10,53%); a gestão (7,89%) e a falta de agentes (6,58%). Também são apontadas dificuldades maiores em relação à gestão dos FRS (37,50%) e quanto aos destinatários representa 19,74%. São também apontadas dificuldades na devolução, com 15,79%.

Os FRS que atuam nessa escala apresentaram como maiores dificuldades “recursos insuficientes”. A dificuldade que não apareceu nos anteriores é o acompanhamento e/ou visitas aos empreendimentos acompanhados (em 17 citações). Há também um alto índice de citações que mencionam problemas com a gestão e inadimplência.

A seguir destaca-se alguns relatos mais significativos do que significam tais dificuldades:

#### Em relação às fontes

Uma das maiores dificuldades dos FRS comunitários rurais são os recursos insuficientes (são 33 citações, ou seja, 11,37%) e a “baixa renda dos membros”. Apenas uma resposta aponta como problema a dependência de fontes externas, diferentemente dos FRS que têm



abrangência maior. A segunda dificuldade apontada foi a incompreensão da metodologia ou da dinâmica de funcionamento dos Fundos por parte de seus usuários, que aparece em maior número nas Associações Comunitárias (14 indicações em 21, isto é, 60%) (Cf. Tabela 25). Uma grande dificuldade (13,82%) é a insuficiência dos recursos financeiros “diante das demandas apresentadas pelas famílias. Ainda são poucos recursos para atender a todas” (PB048)

#### Em relação às atividades (destino) e prestamistas

A dificuldade mais citada refere-se ao transporte dificultando o escoamento da produção rural (16 citações); depois, as de comercialização (10) e assessoria/ assistência técnica (10) (Cf. a Tabela 25)

#### Incompreensão/descompromisso

Aqui os relatos das entrevistas corroboram com o que indica a pesquisa de Oliveira (2010) sobre as dificuldades iniciais de compreensão.

O receio de não corresponderem às exigências do sistema de FRS se alastrou pela Comunidade e tomou conta dos camponeses de Mandacaru. Por um lado, eles temiam que aquelas inovações não funcionassem bem, e assim perderiam o investimento financeiro e social; por outro lado, o temor maior era o de não cumprirem com o pagamento em dinheiro das parcelas, prejudicando o funcionamento do Fundo. Portanto, eles acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS (OLIVEIRA, 2010, p.173)

#### Em relação à devolução

Salienta-se que uma das dificuldades mais relatadas é a “não devolução” (16); a inadimplência (14); e os atrasos (8) constituindo 13% do total das dificuldades. Segundo os entrevistados: “A postura de alguns sócios que apesar das reuniões sistemáticas ainda resistem para realizar a devolução voluntária, o que acarretando a desmotivação de alguns sócios em participar do fundo solidário” (PE017).

Problemas apontados como inadimplência ocupam o segundo lugar nas citações de Associações Comunitárias. Como relatado na entrevista: “alguns sócios não entendem o que um Fundo Rotativo Solidário é um

recurso da sociedade civil, não entendem que estão num processo de liberdade e acabam alienando outras pessoas que estão engajadas e entendem sobre fundos” (PB021).

A prestação de contas também foi indicada: “os associados relataram dificuldades no momento da prestação de contas, recolhimento de notas fiscais, enfim controlar administrativa e financeiramente o fundo” (BA018). Outro ponto referenciado foi: “a taxa de juros, considerada para a época muito alta (porém não puderam precisar o valor), houve também desvalorização da moeda, o que prejudicou sensivelmente os beneficiários, que não conseguiram renda para honrar as devoluções” (MA009).

### Em relação à gestão

Percebe-se a partir das respostas que o desafio maior é o de ampliar os números de sócios e incentivar a participação deles nas reuniões/assembleias (28 citações, isto é, 9,65%). Além de outras dificuldades mais citadas, estão: a incompreensão do funcionamento dos FRS (21); as dificuldades de gestão (11); e a prestação de contas (7). Aspectos da gestão dos FRS Rurais no Nordeste no exercício do poder na associação e na comunidade são melhor entendidos pela explicação de Oliveira (2010):

mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. É como se naquela Comunidade as coisas só pudessem funcionar se houvesse um indivíduo ou um grupo que exercesse o lugar de mando para que os outros possam segui-lo. O trabalho com o novo grupo de FRS tem obedecido a decisões tomadas em comum. Porém, a figura dos líderes, identificados por todos como os “sabidos” – aqueles que reúnem qualidades especiais – está sempre presente, como se a Comunidade dependesse da opinião deles para tomar as decisões comuns. (OLIVEIRA, 2010, p.186)

Outro relato apresenta problemas referente à participação nas reuniões: “As dificuldades também se referem à falta de formação quanto ao gerenciamento dos recursos por parte das diretorias (aplicabilidade dos recursos financeiros do FRS e planejamento), em seu relato ele demonstrou preocupação no equilíbrio das despesas do FRS” (PE046).

### Em relação às políticas públicas

As queixas situam-se em torno da ausência de políticas de Finanças Solidárias (13 citações) e algumas respostas indicam a falta de linhas de crédito específicas (3 citações).

As práticas antigas da ação do Estado ou de governantes, como influência negativa, são chamadas pelos entrevistados de “ações politiqueiras” e “apadrinhamento político” (9 citações). “Caso a **politicagem local** (sic) não interferisse e houvesse recursos suficientes para atendimento das demandas que vão surgindo, a experiência ganhava cada vez mais força” (PB063). São relatados também casos de **apadrinhamento e interferência política**: “as cisternas chegam as comunidades por meio de políticos que vêm desrespeitando todos os processos construídos pelas famílias” (PB100) e “a acomodação faz com que algumas pessoas vão recorrer aos políticos” (PB020). Tal sorte de práticas também é referenciada como um empecilho em: “infelizmente isto ainda tem atrapalhado, pois, não respeitam as práticas comunitárias” (PB012).

Os relatos ainda apontam dificuldades como o “individualismo” (12 citações) e as interferências climáticas imprevistas (6). “Muitas pessoas são imediatistas e procuram participar da experiência com o objetivo de obter resultados a curto prazo” (PB074).

#### **7.2.1 Os desafios enfrentados pelos FRS urbanos**

As maiores dificuldades dos Fundos urbanos relatadas reportam a falta de incentivo à comercialização dos produtos dos usuários (12,72% das citações). Em segundo lugar aponta-se “recursos insuficientes” (12,08%), seguido de dificuldades em ampliar o número de sócios/participantes ou incentivar a participação (11,41%) e a falta de apoio à política de Finanças Solidárias (7,38%). Em menor grau de citações são apontadas a falta de assistência técnica (6,04%), as dificuldades na produção e a falta de compreensão do seu funcionamento (5,37%) (Cf. Tabela 26).

Tabela 26 - Principais dificuldades apontadas na atuação Urbana (2011-2013)

	<b>Com. 18</b>	<b>Mun. 14</b>	<b>Territ. 8</b>	<b>Est. 2</b>	<b>Reg 1</b>	<b>Total (43)</b>	<b>% Total</b>
<b>Fontes</b>							
<i>Recursos insuficientes</i>	7	7	2	1	1	18	12,08
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>12,08</b>
<b>Destino/prestatários</b>							
<i>Relação à produção</i>	5	3				8	5,37
<i>Assistência/assessoria técnica</i>	2	3	2	1	1	9	6,04
<i>Transporte</i>	4	1				5	3,36
<i>Armazenamento</i>	1					1	0,67
<i>Dificuldades de comercialização</i>	13	3	2	1		19	12,75
<i>Incompreensão/descompromisso</i>	3	3	1	1		8	5,37
<i>Não aplicação no projeto</i>							
<b>Subtotal</b>	<b>28</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>33,56</b>
<b>Devolução</b>							
<i>Inadimplência</i>	3	1	1			5	3,36
<i>Não devolução</i>							
<i>Falta de compromisso (atrasos)</i>	1		4			5	3,36
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>			<b>10</b>	<b>6,71</b>
<b>Gestão</b>							
<i>Formação da diretoria/gestores</i>	2	4	1			7	4,70
<i>Ampliar os sócios/ a participação</i>	10	4	3			17	11,41
<i>Falta de agentes</i>	1	2	1			4	2,68
<i>Incompreensão do funcionamento</i>	2	8	2		1	13	8,72
<i>Acompanhamento/ visitas</i>	3		1			4	2,68
<i>Planejamento</i>	3				1	4	2,68
<i>Gestão</i>	3	1	2			6	
<i>Comunicação/divulgação</i>	2					2	1,34

<i>Prestação de contas</i>	<i>1</i>				<i>1</i>	<i>0,67</i>
<b><i>Subtotal</i></b>	<b><i>28</i></b>	<b><i>19</i></b>	<b><i>9</i></b>	<b><i>2</i></b>	<b><i>58</i></b>	<b><i>38,93</i></b>
<b>Políticas públicas</b>						
<i>Falta de apoio política de Finanças Solidárias</i>	<i>2</i>	<i>8</i>		<i>1</i>	<i>11</i>	<i>7,38</i>
<i>Com as políticas já existentes</i>						
<i>Apadrinhamento /influência/dependência</i>						
<b><i>Subtotal</i></b>	<b><i>2</i></b>	<b><i>8</i></b>		<b><i>1</i></b>	<b><i>11</i></b>	<b><i>7,38</i></b>
<b>Contexto externo</b>						
<i>Interferências climáticas</i>						
<i>Individualismo</i>		<i>1</i>		<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1,34</i>
<i>Pressão do poder econômico</i>						
<b><i>Subtotal</i></b>		<b><i>1</i></b>		<b><i>1</i></b>	<b><i>2</i></b>	<b><i>1,34</i></b>
<b><i>Total</i></b>					<b><i>149</i></b>	<b><i>100,00</i></b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

A maior recorrência de dificuldades apontadas concentra-se na gestão dos FRS, como a pouca participação, a incompreensão dos participantes ou a falta de formação de seus agentes totalizando, 42,96% das citações nos “urbanos”.

#### Em relação às fontes de recursos

Em 12,08% das indicações aponta-se que uma das dificuldades principais relaciona-se à falta de recursos. A dificuldade está na quantidade de recursos, considerados insuficientes, e não tanto na capacidade dos FRS de acessar ou dialogar com as entidades financiadoras de recursos.

#### Atividades econômicas apoiadas e aos prestamistas

As maiores dificuldades situam-se na comercialização (12,75%); na falta de assistência técnica (6,04%); em relação à produção (falta de insumos, equipamentos, capital de giro, etc.) (5,37%); e concernentes à compreensão e ao compromisso (5,37%). A seguir algumas são reproduzidas citações que melhor explicam as **dificuldades de comercialização**: “conseguiram vender uma parcela da produção para o programa Compra Direta<sup>182</sup>, mas não conseguiram renovação” (PI010). Para “ter fundos fortes precisa haver uma produção e um consumo dentro de outros princípios e escoar a produção dos empreendimentos” (BA038a).

#### Quanto às dificuldades na devolução

São dez citações (6,71%) que contemplam dificuldades relacionadas à devolução dos recursos, das quais destaca-se que “os grupos resistem a acessar recursos do Fundo, por receios em assumir empréstimo. Necessidade de formação, principalmente na área da viabilidade econômica”. (RS001)

#### Em relação à gestão dos FRS

As maiores dificuldades estão situadas em duas questões: por um lado, a falta de ampliação do quadro de sócios, incentivando sua participação (11,41% das dificuldades) e, por outro lado, “o não entendimento da metodologia de FRS” (MA015) ou do seu funcionamento (representando 8,72%).

---

<sup>182</sup> Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do governo estadual do Piauí e relacionado ao PAA/MDA do Governo Federal.

### Referente às políticas públicas e contextos externos

Nas respostas avaliadas há poucos relatos referindo-se à necessidade de políticas de apoio ao FRS e/ou de Finanças Solidárias. Alguns registros apontam para dificuldades como “conseguir ampliar o número de FRS para dar conta da demanda dos empreendimentos locais mais desenvolvidos que demandam mais recursos de Finanças Solidárias no meio urbano” (BA038a). Ou outro que diz que: “não existe uma política de apoio a empreendimentos na região, seria desejável um maior apoio por parte de entidades privadas e governo” (DF007).

Como síntese geral das dificuldades reproduzimos o seguinte excerto:

existe uma inadimplência por parte das pessoas beneficiadas, precisa avançar nas questões metodológicas e levar em conta o comportamento cultural da cidade. Culturalmente ainda existem lideranças que conheceram e vivenciaram o desenvolvimento de alguns trabalhos sociais com conotação voltadas para assistencialismo, paternalismo e o filantrópico, no qual não tinham nenhum estímulo para emancipação. Para desenvolver [...] os FRS, se faz necessário realizar um trabalho que fortaleça valores individuais e coletivos, crenças e solidariedade. (CE025)

A partir desta seção, pode-se inferir que as dificuldades apresentadas vão além de uma pura e simples “falta de recursos” ou da ampliação de *Funding*. São apontados problemas que não concernem a aspectos administrativos, mas à capacidade que os FRS apresentam de fomentar ou resolver econômica e socialmente, como, por exemplo, as questões concernentes ao transporte, à assistência técnica e à viabilização da comercialização, em que pese os desafios relacionados a seu funcionamento, como a falta de compromisso com a devolução. É importante deixar clara a ressalva de que aqui não se pretende atribuir aos FRS a única possibilidade de atender as demandas e necessidades sociais das comunidades, sobretudo em virtude de os montantes de recursos serem baixos e também porque há outros meios para isso e, principalmente, como tarefas próprias que o Estado poderia desenvolver como políticas públicas de desenvolvimento nestes locais.

Nesse sentido, parte significativa de dificuldades situa-se na categoria da “ausência de políticas públicas” nestes territórios longínquos e/ou com os excluídos socialmente. Embora, considera-se que estas

práticas financeiras alternativas não podem depender unicamente desta intervenção ou de aportes de recursos públicos, o que conduziria, aos poucos serem entendidos como “braço” do Estado, cooptado, controlado e tutelado, diminuindo a autonomia, a inovação e o protagonismo destas comunidades e estes grupos sociais.

A partir dos dados estudados sugere-se que a importância dos FRS está mais no fato de consistir em uma “metodologia financeira”, baseada em exercícios de práticas autogestionárias, como planejamento, decisão e acompanhamento (controles) democráticos. Metodologia que pode contribuir para a superação do individualismo, a construção de práticas e relações sociais emancipadoras e novas relações sociais baseadas em valores como confiança, dádiva, reciprocidade e solidariedade, tanto entre os grupos sociais e também com o meio ambiente nos seus territórios.

Embora haja inadimplência na devolução, os resultados positivos apontam que os Fundos apresentam muitos aspectos que podem serviáveis sob ponto de vista social, econômica e politicamente. Em outras palavras, sua originalidade não depende somente de boas quantidades de recursos financeiros, mas manter seus princípios o de ser uma “metodologia financeira” para a emancipação política e humana de seus protagonistas. Em outras palavras, não cabe somente aos FRS todo o papel de emancipação de uma comunidade ou grupo social, mas, sim, o de exercer esta função “pedagógica” para viabilizar ações estratégicas social, política e economicamente.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões finisdeste trabalho não pretendem ser o ponto de chegada definitivo em que se encerra o debate sobre a temática, mas, contribuir com uma reflexão no sentido de sintetizar pontos considerados importantes e efetuar algumas modestas considerações para a continuidade do estudo e do aprofundamento, visando suprir lacunas deste trabalho.

Para atender os objetivos, procurou-se respeitar a conceituação e a tipificação dos FRS construídas coletivamente pelo Mapeamento e que continuam válidas para compreender a temática, embora se tenha descoberto outras maneiras de classificar e sistematizar os dados. A importância do Mapeamento reside não apenas nos dados levantados mas no estímulo em que resultou para a realização de novos trabalhos acadêmicos em várias universidades brasileiras, os quais foram abordados ao longo dos capítulos.

Um dos pontos importantes a considerar é que os FRS estão inseridos nos movimentos sociais no Brasil que ascenderam após o fim dos governos ditatoriais. Essa consideração se torna mais clara pela descoberta ocorrida durante esta pesquisa da importância assumida pelos diversos grupos sociais que participam da construção dos Fundos. Além disso, acrescenta-se que a “solidariedade” que os permeia ou impulsiona consiste em uma racionalidade alternativa à lógica da concorrência, da dominação e da exclusão social. Em outras palavras, os Fundos são parte de organizações populares que encontram nas finanças alternativas formas de sobrevivência e resistência ao poder hegemônico, dominador e excludente das finanças capitalistas.

É necessário ressaltar também que para esses grupos sociais não são as Finanças eo Mercado o “problema” ou o “inimigo” a ser combatido, mas as suas formas capitalistas e suas organizações, que foram hegemonizando as regras de toda a economia e da sociedade. O setor financeiro influencia cada vez mais a ação do Estado através de sua interferência na elaboração das políticas macroeconômicas, como as monetárias, fiscais e cambiais. Dentre tantas maneiras, estrategicamente influenciam na escolha dos gestores das próprias instituições financeiras estatais e órgãos formuladores e reguladores de tais políticas, principalmente nas políticas monetárias<sup>183</sup>.

---

<sup>183</sup> A Exemplo da escolha de Joaquim Levi e Henrique Meireles nos governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-até o momento)

Outros aspectos importantes dizem respeito à solidariedade a partir da “teoria da Dádiva”, demonstrando que historicamente em algumas sociedades primevas se desenvolveu um tipo de sociabilidade gerada por um mercado próprio como as “trocas de presentes”. A obrigação de “dar-receber-retribuir” é uma regra subjacente a essas sociedades que garantiam sua sobrevivência material e simbólica. De certo modo, também essa lógica se encontra implícita na dinâmica dos FRS, claro que em menor intensidade, embora não seja a única lógica em que se baseiam, pois também se regem pelas regras do crédito convencional. Diferentemente das teorias da assimetria da informação que prescrevem como solução, inúmeras regras e garantias para superar as “falhas” do mercado financeiro, nos Fundos tal superação é dada pelas relações de confiança, amizade, parentesco e compromisso ético. Nesse contexto, a dádiva e a reciprocidade estão presentes mesmo nas sociedades modernas e capitalistas, na atualidade em certa medida. Um exemplo, pode ser a “obrigação de retribuir” existente no compromisso da devolução dos recursos.

Polanyi colabora nesta discussão salientando o termo Reciprocidade, desdobrando-a de Dádiva, situando-a como princípio das relações sociais econômicas e políticas das sociedades não capitalistas, nas quais havia “mercado” (princípio da troca), porém, subordinado à sociedade (regida pela reciprocidade) ou ao Estado (pelo princípio da centralidade e redistribuição/retribuição). Esse conceito contribui para aproximar a solidariedade como uma prática que sustenta as relações sociais produzindo relações simétricas. E mais, contribui para superar uma visão até convencional, presente inclusive no senso comum, que solidariedade é uma prática assistencialista, ou seja, somente “uma obrigação de dar-receber”. A “obrigação de retribuir” nesta, apresenta um sentido negativo, pois gera relações de subordinação e dependência, e não emancipatória, portanto.

A contribuição polanyiana está em desconstruir os pressupostos liberais, nos quais o ser humano é um homem racional e econômico, movido por interesses individuais. Apresenta como equívoco teórico (do liberalismo clássico) que levou a humanidade às crises econômicas e guerras mundiais. Infelizmente há teses que ganham força e são implantadas dos anos 1980 em diante em diversos países do mundo como políticas neoliberais. De certa maneira, continuam “encantando” e influenciando muitos formuladores e gestores de políticas econômicas e sociais, inclusive muitos teóricos, não só das ciências econômicas.

Retomando que o “solidário” acrescentado a Fundos Rotativos, Finanças e Economia não é um mero adjetivo, mas um substantivo, cuja

expressão efetiva se dá a partir de aspectos concretos, como o financiamento de atividades econômicas (produção, comercialização serviços etc.), de empreendimentos coletivos, de cooperativas, associações agroecológicas, todas alternativas ao capitalismo. Além disso, é possível concluir que o capitalismo (incluindo o setor financeiro) não consegue impor a “todas” as relações da sociedade as suas regras de mercado, embora exerça uma hegemonia sobre elas. A prática de FRS revelam que nos mais distintos lugares e mediante os grupos sociais mais excluídos, a sociabilidade não é regida apenas pelo simples “desejo de lucro” (o *homo economicus* de Smith e Mill) e por uma “escolha racional” em busca de otimização de riquezas nas trocas mercantis. Claro que esses lugares e esses grupos sociais não estão isolados do capitalismo, como “ilhas em estado puro”, nem se encontram em um sistema exclusivo de dádiva (tipo *Potchlat* e o *kula*), de reciprocidade ou de solidariedade “perfeitas”. Há interações com o mercado capitalista (como apontou Sabourin) principalmente de subordinação, de rendição e até de enfraquecimento das relações sociais solidárias.

Embora relevante, tal solidariedade não parece ser suficiente por si mesma se não estiver alinhada a um projeto societário emancipador de humanidade que é construído cotidianamente e concretamente em lutas e experiências históricas da classe trabalhadora. Experiências e projetos societários que se inspiram na Utopia e/ou em princípios como cooperação, dádiva, autogestão, luta pela cidadania e democracia, de autonomia social, de justiça, de solidariedade emancipadora. A emancipação política é um passo importante e necessário, e os FRS, como parte inerente dos movimentos sociais, revelam sua presença em uma luta constante para tal emancipação, embora exista um risco de gerar algum grau de dependência das políticas públicas, como visto nos casos brasileiros da segurança alimentar e nutricional, PAA e PNAE, convivência com o semiárido, para citar alguns.

Trata-se, porém, de uma emancipação ainda condicionada e limitada pelo “Estado burguês” ou a serviço do capitalismo e dos capitalistas como pontua Marx, desde o início de seus trabalhos teóricos, em que pese as políticas do “Estado do Bem Estar Social” a partir do século XX: “A emancipação dos proletários é obra dos próprios proletários”, sendo que o trabalho alienado e alienante deixaria de existir para dar espaço ao trabalho criativo e construtor do ser humano. Nesse contexto as finanças têm um papel dualista e dialético, pois contribuem para o fortalecimento do capitalismo ou podem fomentar iniciativas populares. Que melhor se foram traduzidas como “solidariedade emancipadora” e uma Utopia sempre em construção.

Os elementos teóricos das ciências sociais em que se baseou este trabalho contribuem para compreender a diferença entre Finanças Solidárias e microfinanças. As diferenças estão que os atuais programas ou linhas de microcrédito pressupõem, no fundo, o *homo economicus*, racional, empreendedor, interessado, isolado de contextos históricos sociais, culturais e econômicos, conforme crítica realizada pelos autores da nova sociologia econômica. Na prática, a possibilidade “vendida” pelas microfinanças que os “pobres podem se tornar empresários” não resolve o problema social e político da pobreza, menos ainda das desigualdades sociais.

Evidentemente, não se está menosprezando a necessidade de crédito para o setor conhecido por micro e pequena empresas, ou para quem opta por ser microempreendedor individual ou abrir uma pequena empresa, contratando novos trabalhadores assalariados. É um setor econômico que poderia ser melhor atendido pelo sistema de crédito brasileiro pois dados recentes revelam que possuem um peso majoritário pois em torno de 85% das empresas no Brasil são de pequeno porte<sup>184</sup>. Neste trabalho, contudo, a perspectiva é outra: é a ausência de programas de crédito e apoio para quem quer produzir coletivamente ou trabalhar associativa ou cooperativamente, não adotando em seu empreendimento o “trabalho assalariado”.

Os estudos desenvolvidos neste trabalho permitem refletir como os FRS são uma forma que os EES, as pequenas cooperativas, os agricultores familiares e tantos outros grupos sociais encontraram para solucionar determinados problemas decorrentes da exclusão social em que se encontram. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm um papel importante nisso, como iniciativa de desenvolvimento local, específico em um bairro ou comunidade rural. As Cooperativas de Crédito Solidário foram iniciativas de certos setores, principalmente da Agricultura Familiar, para obtenção do crédito rural ou viabilização do PRONAF, mas, atualmente, encontram-se cada vez mais subordinadas às regras e normativas do BCB, sendo, em muitos casos, proibidas de emprestar a pessoas consideradas de risco. Caso a Cooperativa realize tais

---

<sup>184</sup> “O número de micro e pequenas empresas no Brasil mais que dobrou entre 2007 e novembro de 2014, chegando a 12.470.015, o equivalente a 84,9% das 15.479.747 companhias registradas em todo o país”. (Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

empréstimos a pessoas com seus nomes inscritos no Serasa Experian<sup>185</sup> ou Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)<sup>186</sup> ou constem no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR)<sup>187</sup>, a própria direção da cooperativa será penalizada por “gestão temerária”, se mal compreendida faz que os pobres sejam considerados de maior risco<sup>188</sup>. Já os FRS têm uma autonomia de gestão de recursos adaptada às próprias regras estabelecidas por eles mesmos. Autonomia em relação ao Estado, às grandes empresas e aos grandes bancos mesmo que eventualmente recorram a eles como fontes de recursos.

Este é um dos aspectos que se pode considerar como característica original dos FRS e, dentre as iniciativas de Finanças Solidárias, os FRS são as iniciativas que apresentam maior autonomia em relação ao Estado e às instituições financeiras reguladoras – e, ainda, em relação às empresas privadas capitalistas. Por um lado, se essa autonomia pode ser considerada uma vantagem, por outro, se apresenta como desafio para a viabilidade e autossustentabilidade financeira.

Mais do que buscar financiamento, revelou-se que os Grupos Sociais envolvidos encontram nos FRS uma forma de atender

---

<sup>185</sup> A Serasa Experian é um Banco de Dados criado por bancos e instituições financeiras, com o objetivo de centralizar informações sobre todos os devedores do Brasil, fazendo assim com que bancos e lojas que vendem a crédito possam ter maiores garantias sobre a idoneidade dos clientes.

<sup>186</sup> É um banco de dados privado, com informações de crédito de caráter público, de acordo com a definição do Código de Defesa do Consumidor, gerido e alimentado por associações comerciais e câmaras de dirigentes lojistas do Brasil que são filiadas à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e que trocam entre si informações colhidas em todo o território nacional.

<sup>187</sup> O SCR é um instrumento de registro e consulta de informações sobre as operações de crédito, avais e fianças prestados e limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas no país. Foi criado pelo Conselho Monetário Nacional e é administrado pelo Banco Central do Brasil, a quem cumpre armazenar as informações encaminhadas e também disciplinar o processo de correção e atualização da base de dados pelas instituições financeiras participantes.

<sup>188</sup> Cf. Art. 1º, § único, inc. I, da Lei nº 7.492 /86. “O risco desmedido - que caracteriza a **gestão temerária** de uma instituição financeira - é aquele que refoge aos limites da razoabilidade, constituindo uma verdadeira aventura com o patrimônio de terceiros.” Tendo sido equiparada a uma **instituição financeira**, cabível a aplicação simultânea dos artigos 4º, parágrafo único, e 16 da Lei nº 7.492 /86 a uma empresa comercial. (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7492.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2017)

determinadas “demandas” como pequenos projetos, necessidades emergenciais, formação política entre outras que nos programas de microcrédito não contemplam. Porém, vão além da simples ideia de suprir à demanda de crédito, na medida em que atendem projetos educativos, culturais, baseados na metodologia de autogestão que considera os participantes como “proprietários” dos recursos. Em outras palavras, grupos sociais como artesão, jovens, mulheres e agricultores, apontados no trabalho, não se organizam em Fundos só em virtude do dinheiro ou das finanças: os recursos tornam-se um “meio” para viabilizar outras atividades mais importantes para a emancipação dos grupos e comunidades envolvidos.

Nesse sentido, a contribuição dos FRS comunitários se dá quando conseguem despertar e fortalecer o sentimento de pertença ao território, tornando seus partícipes “proprietários dos recursos” visto que são capazes de gerir finanças de maneira coletiva, democrática, autogestionária, mesmo que mobilizando pequenos valores. Já os Fundos de Fomento, geridos por entidades ou associações de atuação geográfica ampla, acabam tornando mais difícil perceber a emancipação dos envolvidos (proponentes). Essas entidades “maiores” – como a Fundação Diaconia, a Cáritas, a Fundação Esquel, o CEDAPP, a APAEB, entre outras – têm a vantagem e a força política para conseguirem maiores volumes de recursos junto a bancos, governos e/ou ONGs internacionais. Assim, uma interação entre FRS Comunitários e de Fomento pode fortalecer politicamente a ambos a partir de constituição de redes de Fundos.

Quanto ao “funcionamento” dos FRS (aspectos internos), os desafios se apresentam em grande número. As dificuldades apontadas pelas entrevistas do Mapeamento, aqui arroladas, vão além de uma pura e simples “falta de recursos”. A pesquisa revelou que se situam na disponibilidade das pessoas para a participação e gestão e no compromisso com a devolução. Em geral, quando visto de fora, o que parece prevalecer é uma concepção de que os FRS não conseguem atender todas as demandas das comunidades, devido aos poucos recursos. Uma parte significativa de dificuldades situa-se como “ausência de políticas públicas” e de ação do Estado nesses territórios longínquos ou com os socialmente excluídos. Por isso, os FRS representam mais uma metodologia não individualista, de construção de práticas e de relação sociais emancipadoras e de novas relações com o meio ambiente nos seus territórios, do que propriamente alternativa de crédito.

Como os dados e informações revelaram, os FRS são sustentáveis e viáveis social, econômica e politicamente, embora haja casos de

inadimplência na devolução. Por um lado, a “devolução voluntária” e a autogestão são os aspectos principais dos FRS que diferenciariam de outras iniciativas de finanças solidárias, mas, por outro, a devolução implica num “contrato” (formal ou tácito) de crédito, o que seria o aspecto que justificaria situar os Fundos teórica e praticamente no campo das Finanças Solidárias.

Outra contribuição situa-se nos aspectos relacionados à (auto)gestão, principalmente dos Fundos Comunitários. É nela que se centra a luta por maior participação, como revelado nos desafios e limites. Em que pese tais dificuldades, os avanços se caracterizam como um processo educativo e pedagógico na construção da cidadania (ou emancipação política). Apenas nos FRS de fomento isto se torna mais difícil, como já mencionado, haja visto que as regras, as análises dos projetos e os acompanhamentos são realizados por uma diretoria, uma comissão específica ou técnica. Como nesses Fundos há mais recursos, a gestão, é mais complexa e, com isso, produz-se uma menor intervenção social como a desejada a partir dos princípios da Economia Solidária.

Nesse ponto, uma contribuição das Cooperativas de Crédito pode vir no sentido dos FRS se aprofundarem mais nas práticas de “Governança Cooperativa”<sup>189</sup>, que consiste em um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos e dos princípios cooperativistas. A definição de boas práticas de governança cooperativa deve envolver mecanismos que venham a fortalecer suas estruturas e processos, de forma sistemicamente articulada, para ampliar as condições gerais de segurança, de eficiência e a redução de riscos.

Em outras palavras, infere-se que não bastaria apenas aumentar a quantidade de recursos financeiros em circulação para a viabilidade e expansão dos FRS. Apontam-se como fundamentais outros aspectos correlacionados: como fortalecimento e envolvimento dos Fundos nas redes de movimentos sociais; o fortalecimento de vínculos e laços de confiança e solidariedade, para “dentro” e para “fora” dos territórios, em busca de emancipação social, política e humana dos seus protagonistas.

Em síntese, os Fundos Rotativos Solidários apresentam-se como uma das práticas de Finanças que conciliam apoio financeiro direto aos empreendimentos solidários com ações conjuntas de formação e organização popular. São formas de financiamento relacionadas com a

---

<sup>189</sup> Maiores detalhes podem ser encontrados na página Portal do cooperativismo de crédito. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

economia solidária, na perspectiva de promover a cidadania daqueles que se situam fora da dinâmica convencional do mercado, mas não como uma ampliação do sistema financeiro ou “novo nicho do mercado” (no caso, os pobres, desde a perspectiva liberal) e, sim, entendendo como uma questão de “soberania financeira”.

Dito de outro modo, a razão de existir do FRS não consiste tanto no sentido de “suprir a ausência” de serviços bancários, mas em trabalhar com recursos, financeiros ou não, no sentido de atender demandas sociais e econômicas de grupos sociais. Demandas de crédito, por vezes, muito simples, baratas e de pequeno porte. Enfim, não é a quantidade e o volume de recursos monetários que circulam que é transformador, mas a forma de usá-los socialmente. Não é o “dinheiro” o elemento principal e transformador, mas os vínculos, as redes, as relações, os processos que se transformam em metodologias pedagógicas de emancipação de seu envolvidos.

Complementarmente, acrescentamos uma alteração importante em relação ao ambiente institucional da construção de políticas públicas de Finanças Solidárias. Houve uma mudança com o governo de Michel Temer, sendo que SENAES passou para o Ministério do Trabalho a partir de 26 de setembro de 2016. Mediante essa mudança, uma nova equipe de gestão assumiu a “Subsecretaria da Economia Solidária” como passa a ser denominada. Assim, em que pese alguns encontros de diálogo com setores do movimento da Economia Solidária, o momento atual é de apreensão e incertezas. As manifestações do movimento vão na direção de luta pelo “direito a crédito”, e aos recursos públicos<sup>190</sup>. Infelizmente, mesmo com passos e conquistas significativos na construção de política pública de Economia Solidária, e nela a de Finanças Solidárias, ainda tais conquistas ficam à mercê da vontade política dos governos e necessitam de constante pressão popular para resistir e garantir o já conquistado.

---

<sup>190</sup> Além de apresentar vários pontos no sentido de ampliar e defender as conquistas da Economia Solidária concluem que “em tempos de crise e de investida do neoconservadorismo é urgente e necessária a radicalização da democracia participativa. Convocamos a todos/as a globalizar a solidariedade e a resistência, contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento solidário, sustentável e a serviço de todas as pessoas, povos” Cf. Carta de Assembleia Popular da Economia Solidária de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/carta-23o-feicoop/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_cientificos.htm](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Laços Financeiros na luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.
- \_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos rurais. In: VIEIRA, Paulo et al. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Editora Secco, 2010.
- AKB. **Dossiê da Crise**. Novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>. Acesso em: Fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Dossiê da crise II**. Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>>. Acesso em: Fev. 2018.
- AKERLOF, George. A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488–500, 1970.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta E. Darimon. Bancos e Crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo. In: PAULA, João Antonio de. (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e a Crítica da Economia Política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- ALMEIDA, Clarisse; GUZMÁN, Ivonne P. R. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. **XXXVI Encontro da ANPAD**. ANAIS. Rio de Janeiro, 2012.
- ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Microfinanças, democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. 3ª ed. rev. e ampl. Brasília: BCB, 2006.
- AMARO, Rogério R. Finanças Alternativas, Moeda e Economia Solidária. **Revista Economia solidária**, p. 09–14, 2011.

ANTEAG (Org). **Atlas da Economia Solidária no Brasil: 2005-2007**. São Paulo: Todos os bichos, 2009.

ARAÚJO, Yara M. C. Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

ARCHETTI, Eduardo. Saberes, poder y desarrollo: el caso de la producción de cuyes en las tierras altas ecuatorianas. In.: ISLA, Alejandro; COLMEGNA, Paula. **Política y poder en los procesos de desarrollo**. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias; FLACSO, 2005. p. 39-61

ARRUDA, Marcos. **Indo mais fundo numa Nova Arquitetura Financeira**. 2009. Fórum Social Mundial Belém, 29 de Janeiro de 2009. Disponível em:

<[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=394&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=394&Itemid=216)>. Acesso em: 10 maio 2015.

ASSESSOAR. **As origens da Cresol**. s.d. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/64.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017

BARBOSA, Leticia C. Bizarro. **Introdução ao Cooperativismo**. Palhoça (SC): UnisulVirtual, 2012.

BARBOSA, Rosângela N. de C. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In.: VVAA. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 6, p.90-129

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, Francisco. M.; SADER, Emir Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249–1267, 2008.

BARRETO, Simaia. S. Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil: Uma perspectiva a partir do Mapeamento. **Mercado de Trabalho - IPEA**, v.

60, 2016.

\_\_\_\_\_. Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

BCB. **Relatório de inclusão financeira** - n. 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2012. p.53-106.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional para Inclusão Financeira: Relatório 2012-2014**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2014

\_\_\_\_\_. **Relatório de inclusão financeira** – n. 3. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/INCFINANC>>. Acesso em: 25 abr. 2018

BELLUZZO, Luiz G. O processo de mercantilização é antinatural. **IHU on line**, n. 147, 2005. p. 24–26.

BERGAMIN, Marta de A. **Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio**. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012.

BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidades de organização dos excluídos - Os projetos comunitários da Caritas Brasileira. IN: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

\_\_\_\_\_; SILVA, Roberto Marinho. **Vinte anos da Economia Solidaria**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BESSONE, Magali. A necessidade da participação como critério prévio à cidadania. (Entrevista a Ricardo Machado). **IHU On Line** n.499, Ano XVI, 19/dez/2016. p. 40-43. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao499.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BORRELLO, Ricardo. El debate contemporáneo sobre el origen y las funciones del dinero. In.: ORZI, Ricardo (Org). **La moneda Social como Lazo Social**. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2012.

BRASIL, Manuela Salau. A produção social das utopias: uma análise a partir da Economia Solidária. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná. 2011.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006a

\_\_\_\_\_. I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. ANAIS... Brasília: MTE, SENAES, 2006b. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf\\_anais.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B495A545B56F3/conf_anais.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. II Conferência Nacional de Economia Solidária: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Documento Final. Brasília, junho 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II\\_coanes\\_documento\\_final.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015

\_\_\_\_\_. **Avanços e Desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. 8 Anos de Economia Solidaria no governo federal. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do trabalho e Emprego, 2012.

\_\_\_\_\_. Termo de referência. Volume 4: Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário. In: BRASIL. **Política Nacional de Economia Solidaria SENAES/MTE**. Brasília, Agosto 2013.

\_\_\_\_\_. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**. Conselho Nacional de Economia Solidária SENAES: Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1947&Itemid=18](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1947&Itemid=18)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BRAZ, Juliana de O.B.; FAZIO, Denizart B. Prefácio. In: LEITE, Ana C.G. et al (Org.). **Experiências de Finanças Solidarias no Brasil**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

BRUNHOFF, Suzane de. **A Moeda em Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

BRUNHOFF, Suzane de et al.(Org) **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alamêda, 2010.

BÚRIGO, Fábio L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó (SC): Argos, 2010.

CAILLÉ, Alain. Dádiva. In: CATTANI, Antonio David. HESPANHA, P.; GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. (Eds.) **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo; Coimbra (PT): Almedina, 2009. p. 103–108.

CAMP. **Cartilha dos Fundos Solidários da Região Sul**: Histórico, organização e Gestão. Porto Alegre (RS): CAMP, 2015a, 48p

\_\_\_\_\_. **Fundos Solidários na Região Sul**: Fortalecendo a Organização Popular. DVD, 2015b (20 min.).

\_\_\_\_\_. **Mapeamento dos fundos solidários da região sul**: Relatório Final Convênio 749630-2010. Porto Alegre: CAMP, 2015c.

CANGIANI, Michele. et al. A obra de Polanyi para Compreender o Presente. **IHU On Line**, n. 147, p. 1–59, 2005.

CARBONETTI, Clara Inés. Financiamiento de empresas de la economía social em Argentina. El caso de las empresas recuperadas y las cooperativas de trabajo. In: MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social**: Experiencias Argentinas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

CARDOSO, Ruth. Abertura. In: BNDES. **Seminário BNDES Microfinança**. Ensaios e Experiências. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em

<<http://www.abscm.com.br/docs/publicacoes/Seminario%20BNDES%20Microfinancas.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2018

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e Cidadania**: Avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Caritas Brasileira. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. **25 Anos de Economia Popular e Solidaria**. Série Cartilhas 2. Brasília: Cáritas Brasileira, 2006

\_\_\_\_\_. **Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade: Conquistas e Desafios**. Relatório Síntese de Pesquisa -2002-2007. Brasília: Caritas Brasileira, 2009?

\_\_\_\_\_. **Fundos Solidários: Contribuição sobre histórico, constituição e gestão**. Finanças Solidárias. Elaboração Projeto Fundos Solidários/Região Sul. CAMP e SENAES. Agosto de 2012. 50p.

CARVALHO, Fernando Cardim de et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Entendendo a Recente Crise Financeira Global**. Artigo escrito para o IBASE (www.ibase.br), outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CARVALHO, Wolnei Roberto. Uma Crítica as teorias do capital financeiro: capital produtor de juros. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie: o Conteúdo do Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANI, Antônio David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

CATTANI, Antônio David, et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

CAZELLA Ademir. A.; BÚRIGO, Fábio. L. Sistemas territoriais de financiamento: concepção de projetos inclusivos. In: LEITE, S.; DELGADO, N. (Coord). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p.131-168, Série desenvolvimento sustentável, v.14. Disponível em: <<http://www.iicaforumdrs.org.br/IICA2010/adm/adm/imagens/arquivos/Volume%2014%20S%C3%A9rie%20DRS.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CAZELLA, Ademir. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política e Sociedade**. v. 15ª .Ed. Especial. UFSC, 2016, p.49-79.

CHABAL, Mireille. **Les Struture Elementaires de la Reciprocité.**

Conferencia de Debate - Cairis, 27 maio de 2005.

CHESNAIS, François. (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

CNBB. **Cáritas Brasileira: 50 Anos promovendo solidariedade.**

Estudos da CNBB, n. 92. São Paulo: Paulus, 2006.

COELHO, Franklin Dias. **Finanças Solidárias.** In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p 153-163.

COLISTETE, Renato P. O Desenvolvimento Cepalino: Problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v.15, n.41, p. 21-34, 2001.

CONSTRUINDO Fundos Rotativos Solidários na Região Sudeste.

Projeto Nacional de Fundos Solidários. Cáritas Brasileira; Comitê Nacional de Fundos Solidários, SENAES.MTE: Brasília, 2013?

CORAGGIO, José Luis. **La Gente o el capital: desarrollo local y economia de trabajo.** Buenos Aires: Espacio Editorial. 2004 p. 77-106.

\_\_\_\_\_. América Latina: necesidad y posibilidad de otra economía.

**Otra economía.** v. II; n.2; 1º Sem. 2008. p. 08-11 Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1076>>.

Acesso em: 22 ago. 2017.

CORDEL do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes. Polo Sindical da Borborema Coletivo Regional Cariri; AS-PTA; PATAC, Paraíba, 2011

CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Sindicalismo Cidadão e Economia Solidária: Uma análise da experiência política da Central Única Dos Trabalhadores (CUT).** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília. 2014.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 4ª Ed.

Série Princípios; São Paulo: Ed. Ática, 1991.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 2, p. 35-98.

DACOREGIO, Elisete G. D. G. Um Novo Modo de Ser e de Viver: as relações materiais e simbólicas da Igreja Católica com os Mini-Projetos Alternativos e a economia solidária, em Chapecó/SC. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Sociologia Política. UFSC, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In.: JACCOUD, Luciana (Org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. (Cap. 02). Brasília: IPEA, 2005. p.51-90.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001

DOCUMENTO FINAL. **Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária**. Brasília, Abril de 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=FF80808145B269620145E2BD6DCD4731>>. Acesso em: 15 maio 2015.

DODD, Nigel. **A sociologia do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DOSSE, François. **O Império do Sentido**: a humanização das ciências humanas. Bauru (SP): EDUSC, 2003.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Marx e a Miséria: Considerações Psicografadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. p. 237-262, jul./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%207/REC\\_7.2\\_03\\_Miseria\\_brasileira\\_e\\_macrofilantropia\\_psicografando\\_marx.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%207/REC_7.2_03_Miseria_brasileira_e_macrofilantropia_psicografando_marx.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2014.

DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF et al.(Org.). **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

DUQUE, Ghislaine; COSTA, José Waldir de Sousa; ROCHA, José Camelo. Fundos Rotativos Solidários: instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba. **Agriculturas**, v. 7, n. 2, Julho de 2010. Disponível em:



<[http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/financiamento-da-transicao-agroecologica/fundos-rotativos-solidarios-instrumento-de-suporte-a/at\\_download/article\\_pdf](http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/financiamento-da-transicao-agroecologica/fundos-rotativos-solidarios-instrumento-de-suporte-a/at_download/article_pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2012.

DUQUE, Ghislaine; SANTOS FILHO, Clarício. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os fundos rotativos solidários na Paraíba. **V Congresso Europeu Ceisal de Latinoamericanistas**, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14 abr. 2007. 10 p.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Reconstituição da Realidade**: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. Col. Ensaios, n 54; São Paulo: Ática, 1978.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 4 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARHI, Maryse; CINTRA, Marcos A. M. A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 3 (115), pp. 274-294, julho-setembro/2009.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária**: Avatares do Trabalho e do Capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

FAVARIN, Roque A. Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Regional de Blumenau - FURB, 2009

FELTRIM, Luiz.; VENTURA, Elvira. C. F. e DODL, Alessandra V. B. (Orgs.) **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil**: visão dos diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. Disponível em:

<[http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro\\_inclusao\\_financeira\\_internet.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2012. 254p

FERREIRA, Nilce C. Fundos Rotativos Solidários para Trabalho Associado no Contexto da Reestruturação Produtiva da Década de 1990: a experiência de Codó (MA). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, São Luis (MA), 2013.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, ano 6, n. 9, 2000, p. 26 -55.

FONTES, Ângela Mesquita. **A Expansão das microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003

FONTES, Breno; PORTUGAL, Sílvia. Redes Sociais. In.: CATTANI, Antônio David, et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto de C; SILVA JÚNIOR, J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: FRANÇA FILHO, G.C. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.

\_\_\_\_\_. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: Nesol-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JÚNIOR, Jeová. Bancos comunitários de Desenvolvimento. In.: Antônio David et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p.31-36

\_\_\_\_\_; DZIMIRA, Sylvain. Economia Solidaria e Dádiva. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141–183, 1999.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. “A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira”. In: Nesol-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

FULGÊNCIO, F. M. G. DE A. Os Laços Sociais, reciprocidade e solidariedade na agrovila lagoa do jogo Remigio. PB: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande (PB), 2014.

FUNDOS SOLIDÁRIOS 1: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos Sociais. Caderno 1. Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil. 2006?. 96p.

FUNDOS SOLIDÁRIOS 2: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos Sociais. Caderno 2. Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil. 2006?. 96p

FUNDOS Solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização. Caritas Brasileira. Disponível em: <[http://caritas.org.br/wp-content/files\\_mf/1383061597Cartilhawebfundos\\_solidarios.pdf](http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solidarios.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FUNDOS Solidários: passo a passo para a constituição de Fundos Comunitários. CAMP/SENAES. Disponível em: <<http://camp.org.br/files/2017/02/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-FINAL-WEB.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de Combate e Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GARCIA-PARPET, Marie France. A Construção Social de um Mercado Perfeito: O Caso de Fontaines-en-Sologne. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 20, 2003, pp. 5-44.

GERMER, Claus M. A “Economia Solidária”: Uma crítica marxista. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**. Curitiba: UFPR, n.1, 2007. Disponível em: <[http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista\\_Direito\\_Cooperativo\\_2.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/hotsite/Revista_Direito_Cooperativo_2.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.1, 1994, p. 179-201

\_\_\_\_\_. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: **Anais do Workshop Teórico da Economia Política da Agricultura**. Campinas. UNICAMP, Instituto de Economia, 09 e 10 de dezembro de 1996, p. 331-366

\_\_\_\_\_. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia**. Política, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 106-133, 1997.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. A História dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba: A Construção Político-Institucional de uma Política Pública. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. 1, n. 1, fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, mercado e políticas sociais em comunidades camponesas no Estado da Paraíba. **Revista IDEAS**, v. 5, n. 1. 2011. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/86>>. Acesso: 19 maio 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.45, n.4, out/dez. 1991, p. 491-518.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social. O problema da incrustação [1985]. In: MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta. 2003.

GUSSI, Alcides et al. 2012, A Experiência de Fomento Público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: O Caso da Rede Bodega. **Mercado de Trabalho**, n. 50 IPEA. Fev. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3907/1/bmt50\\_econ03\\_a\\_experiencia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3907/1/bmt50_econ03_a_experiencia.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEERDT, Mauri Luiz. **A subjetividade na teoria e gestão organizacionais no contexto da contemporaneidade**: Estudo de caso sobre os Mini-Projetos Alternativos-SC. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANONNI, Marcus. Ciência Política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal, Política & Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. v.9, n. 17, outubro de 2010, p.173 – 204. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15677>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

IPEA. Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise. IPEA, **Comunicado da Presidência**, Número 20, 7 de abril de 2009, 28 p. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1732:comunicado-do-ipea-no-20-abril-de-2009&catid=161:presi](http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1732:comunicado-do-ipea-no-20-abril-de-2009&catid=161:presi)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, 1994. pp. 51-75.

JOHNSON, Harry M. **Introdução Sistemática ao Estudo da Sociologia**. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de**

**Administração da USP**, São Paulo, v. 40, n. 1, p.19-33, jan/fev/mar/2005.

KAUTSKY, Karl **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

KUMAR, Anjali (Org.). **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA; Washington, DC: Banco Mundial, 2004. 648 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1979.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LARMINAT, Pierre de. Avant de Lire La Bourse. In: WEBER. Max. **La Bourse**. Paris: Edition Allia, 2010.

LAVILLE, Jean. Solidariedade. In: VVAA. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 310–314.

LECHAT. Nöelle M. P.; SCHIOCHET, V. Economia da Dádiva. In: CATTANI, A. (Org). **A Outra Economia**. Porto Alegre (RS): Veraz Ed, 2003. p. 84–87.

\_\_\_\_\_. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no dia 20 mar. 2002. Disponível em: <[http://www.ecolanet.com.br/teeduc/arquivos/6/apoio/15/raizes\\_histor.doc](http://www.ecolanet.com.br/teeduc/arquivos/6/apoio/15/raizes_histor.doc)>. Acesso em: 26 jul. 2015.

LEITE, Ana C. Gonçalves. et al. (Orgs). **Experiências de Finanças Solidárias no Brasil**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 4.Ed.Col. Bases n. 23. São Paulo: Global, 1987, 127p.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K. & MIRANDA, M. (Org). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 251-271.

LESSA, Sergio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, v.28, n.90, p.35-57, jun. 2007

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo. Trabalho, Solidariedade Social e Economia Solidária. **Lua Nova**, n. 93, São Paulo. 2014, p. 139-168.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. **Ensaios FEE**, v. 10, n,2 , p. 303-335, 1989.

LISBOA, Armando de Melo. Una Reflexión a la luz de ática Cristina. In: CORAGGIO, José Luis. **La Economía Social desde la periferia: Contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007, p.373-396.

LOPES João do C.; ROSSETTI, José P. **Economia Monetária**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOPES, Júlio. A.V. **Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade**. Brasília: Editora Confabras, 2012. p.61-143.

LÖWI, Michel. **Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

MAFRA, Luciana D. Ação Social da Rede Caritas em Empreendimentos de Economia Solidária – EES: Um estudo sobre valores e dinheiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2013.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MAPEAMENTO dos Fundos Solidários. Disponível em : <http://www.fundossolidarios.org.br/>. Acesso em : 20 jun. 2015.

MARTINS, Paulo. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45–66, 2005.

\_\_\_\_\_. Redes Sociais: Entre o simplismo da ideologia utilitarista e a complexidade das mudanças sócio-históricas contemporâneas. In: MARTINS, P. H.; MEDEIROS, R. (Eds.) **América Latina e o Brasil em perspectiva**. Recife (PE): Ed Universitária da UFPE, 2009. p. 21–56.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. A Guerra Civil na França. In : MARX, Karl **A revolução antes da revolução.**, São Paulo : Expressão Popular, 2008

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol I, Livro I, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol II, Livro I, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol IV, Livro III, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, 2. Ed. Vol V, Livro III, Col. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985c.

\_\_\_\_\_. **Contribuição a Crítica da economia política**: 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política**. (Trad.: Leonardo de Deus) Col. Economia Política e sociedade vol. 1; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: Manuscritos Econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MATTOS, Alice. H. G. Mulheres nos bancos comunitários de desenvolvimento da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. Dissertação (Mestrado). Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. (Org.). **Bairros pobres** – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Banco comunitário de desenvolvimento:** Uma rede sob comando da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Bancos comunitários de desenvolvimento:** uma rede sob o controle da comunidade. Fortaleza: Arte Visual, 2007.

\_\_\_\_\_. Bancos comunitários. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise, v. 14, n. 41, nov. 2009

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MICK, Jacques. O caráter social do crédito. Microcrédito, globalização e combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da PortoSol (1996-2002). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC, Florianópolis. 2004. 255f.

MIGUEL, Antônia Celene. Microcrédito no Brasil: Uma Agenda de Política Pública para o Mercado de Microfinanças. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012. Disponível em:  
<<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5182/4247>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MILL, John Stuart. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela.** Coleção os pensadores, São Paulo: 2013, pp.295-319.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros:** Organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos teóricos e metodológicos para análise do empresariado financeiro no atual contexto de globalização financeira.** Versão preliminar, novembro de 1999, mimeo. p. 22-42.

\_\_\_\_\_. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. **Revista de Sociologia e Política**, jun. 2007a, n.28, p.31-56.

\_\_\_\_\_. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. **Sociologias**, jul./dez. 2007b, n.18, p.100-125. Disponível



em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a06.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Análise de Redes sociais, classes sociais e marxismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Out. 2013. Vol 28. Nº.83. p.185-242

MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael. **The Power Structure of American Business**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

MIZRUCHI, Mark S.; STEARNS, Linda Brewster. Money, banking, and financial Markets. In: SMELSER, Neil J. e SWEDBERG, Richard (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, N.J., Princeton University Press. 1994, pp. 313-341.

MOTA, Dalva M.; SCHMITZ, Heribert. Políticas Públicas e comunidade tradicional: reconhecimento e conquista de direitos? In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Eds.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2015. p. 533–548.

MULLER. Alberto Garcia. Aspectos negativos de la Ley de Cajas de Ahorro de Venezuela. **Revista Otra Economía**. v. 2, n. 2, 1º semestre/ 2008, p. 37-51.

MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social**: Experiencias Argentinas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

\_\_\_\_\_. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antônio David et al. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 208-212.

NANTES, José. F. D.; SCARPELLI, Moacir. Elementos de gestão na produção Rural. In: **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: EdUFSCar, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Centro de Ação comunitária – CEDAC, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”**. 2004. Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95E F1C50/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95E F1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 27–40, 2008.

NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.** São Paulo: A9, 2013.

\_\_\_\_\_. **Finanças Solidárias** Cadernos de Finanças Solidárias. São Paulo: NESOL-USP, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ação Nacional das Finanças Solidárias: O programa da Senaes entre 2003 e 2016.** Cadernos de Finanças Solidárias. São Paulo: NESOL-USP, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Intercâmbio Técnico de Finanças Solidárias: Partilhar, reconhecer, sistematizar.** São Paulo: NESOL/USP, 2016b.

NOVAES, Henrique T. Lições do debate entre os defensores da estatização sob controle operário e da autogestão. **Otra economía.** v. 2; n.2; 1º sem 2008. p.68-85. Disponível em: <www.riless.org>. Acesso em: Fev. 2018.

OLIVEIRA, Maria. do S. de L.; DUQUE, Gislaine. A importância dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano. **VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação –** Universidade do Vale do Paraíba, p. 1689–1699, 2004.

\_\_\_\_\_. Os Espinhos, as Flores e os Frutos do Mandacaru: As Transformações na Configuração Social de uma Comunidade Rural Camponesa a Partir da Intervenção de Atores Externos. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Introdução a uma Leitura de Mauss. In: **Marcel Mauss.** Antropologia, Col. Grandes Cientistas Sociais. n.11 São Paulo: Ática, 1979.

ORZI, Ricardo. (Org). **La moneda Social como Lazo Social.** Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2012.

OZOMEK, Sabina. Intervenciones del Estado en el campo de las Microfinanzas. Los casos de FOMICRO y REDES. In: MUNOZ, Ruth. **Las finanzas y la Economía social.** Buenos Aires: Altamira, 2007.

PAIVA, Victória R. P. A Experiência dos Bancos Comunitários no Ceará: Perspectivas de Institucionalização das Finanças Solidárias. **I Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária**. GT 5: Sociedade Civil e Políticas Públicas. Universidade Federal São Carlos Ufscar. São Carlos (SP). 17 a 19 de junho de 2015. Disponível em: <[http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-4/paiva\\_victoria.pdf](http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-4/paiva_victoria.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Coleção Prazer em Conhecer, v.1. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p.

PASSOS, Ósia A. V. Duran. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade da Bahia, 2007.

PAULINO, Antônio. G. L. Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza (CE), 2008.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004

PLASENCIA, Adela. ¿Es posible una moneda no capitalista? Cuestiones teóricas y análisis de experiencias con monedas “oxidables”. **I Jornadas de Economía Política**. Instituto de Industria, Universidad Nacional de General Sarmiento, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.ungs.edu.ar/cm/uploaded\\_files/file/ecopol/Plasencia\\_Adela.pdf](http://www.ungs.edu.ar/cm/uploaded_files/file/ecopol/Plasencia_Adela.pdf)>. Acesso: 19 ago. 2012.

\_\_\_\_\_; ORZI, Ricardo. (Org.). **Moneda Social y mercados solidários: potencial emancipador y pedagógicos de los sistemas monetários alternativos**. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2007.

PLEIN, Clério. As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_; FILIPPI Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98-121, set-dez 2011

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As Origens da nossa época. (Trad. Fanny Wrobel). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTUGAL JR. José G.(Org.) **Grupos econômicos**: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. São Paulo: FUNDAP/IESP; 1994, p.05-26; 52-58.

PRANDINI, Edimar. **Finanças Solidárias**. [s.d.]. Disponível em: <<https://cirandas.net/nesol-usp/biblioteca/financas-solidarias>>. Acesso em: 15 maio 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno. **Otra economía**. v. 2, n. 2; 1º Sem 2008. p. 12-16. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1077>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

QUISPE, Julio A. La economía comunitaria de reciprocidad en el nuevo contexto de la Economía Social y Solidaria: Una mirada desde Bolivia. **Otra Economía**, v. 6, n. 11, p. 159–170, 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 6ª ed. Gradiva: Lisboa, 2013.

RAHMER, Bárbara Schmidt. **Vencer Juntos**. Disponível em: <[http://vencerjuntos.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82&Itemid=9](http://vencerjuntos.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=9)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, 2005, p. 127-142.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013

REYMÃO, Ana E. N.; CORRÊA, Helena. A. B. Assimetrias de informação e Microcrédito: Reflexões sobre o uso do capital social para a redução da pobreza. In: MATOS, F. de; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Orgs.). **A atividade e a Política de Microcrédito no Brasil**: Visão sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, 2014.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODOLSKI, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital**. Trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 2001.

ROTA, Tomas Nielsen. Dinheiro inconversível, derivativos e capital fictício. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia. Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), 2008.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises**: Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

RUTHERFORD, Stuart. **Los pobres y su dinero**. Tequisquiapan, México: La Colmena Milenaria; México, DF: Universidad Iberoamericana, 2002.

SABATÉ, Alberto F.; MUÑOZ, Ruth; OZOMEK, Sabrina. Introdução. In: **Finanzas y Economía Social**. Modalidades en el manejo de los recursos solidarios. Buenos Aires: Altamira, 2005. p. 15–56.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Finanzas y Economía Social**. Modalidades en el manejo de los recursos solidarios. Buenos Aires: Altamira, 2005

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131–138, 2008.

\_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil**: Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

\_\_\_\_\_. Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24–51, 2011.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14ª Ed. São Paulo: Best Seller, 2004

SANTANA, Clarissa Almeida de; GUZMÁN, Ivonne Paola Requena. Uma Leitura das Finanças Solidárias como Alternativa de Acesso ao Crédito para a População de Baixa Renda. XXXVI Encontro da ANPAD. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2012.

SANTIAGO, Eduardo Girão. **Os Fundos Rotativos Solidários**: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação? [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Fundos Solidários.** Instrumentos para o desenvolvimento territorial solidário. Disponível em: <[http://cirandas.net/articles/0010/1605/fundos\\_cartilha.pdf](http://cirandas.net/articles/0010/1605/fundos_cartilha.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2015.

SANTOS FILHO, Clarício. Fundos rotativos solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: IV Encontro Nacional De Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). **Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SANTOS, Iliane. **Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – Badesc:** sua Transformação em Agência de Fomento e o Microcrédito. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis (SC). 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** Ensaios. Petrópolis: Ed Vozes, 1979.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 505–517, 2008.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América latina. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. ANAIS...Rio de Janeiro: 2009

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Tese (mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre Porto, 1999.

SCOTT, John. Social network analysis and intercorporate relations. **Hitotsubashi Journal of Commerce and Management.** n. 23, 1988, p. 53-68.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica:** Marx, Durkheim e Weber. Col. Sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Max Weber e a racionalização da vida.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. **Fundos Rotativos Solidários**. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_fomento\\_financas\\_rotativos.asp](http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp)>. Acesso em: 15 jun. 2015

SERPA, Luiz C. M. da R. Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do Banco Palmas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza(CE), 2008

SERVET, Jean-Michel; VALLAT, David (Orgs.) Introduction Générale. In: **Exclusion et liens financiers Rapport du Centre Walras – 2001 –**. Paris: Economica, 2001.

SILVA, Aluísio G. Bancos Comunitários: Impactos do Microcrédito e sua Influência nas famílias da região metropolitana de Pernambuco. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

SILVA, Heliana Marinho da. **Por uma teorização das organizações de produção artesanal**: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006

SILVA Jr, Jeová T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**. v.1, p. 1-18, 2007.

\_\_\_\_\_. **Avaliação de impacto e de imagem: Banco Palmas – 10 anos**. Juazeiro do Norte: LIEGS, 2008. Disponível em: <[http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/avaliacao\\_de\\_impactos\\_e\\_imagem.pdf](http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/avaliacao_de_impactos_e_imagem.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, M. C. M. da. Economia Solidária e o Microcrédito no Brasil: Avanços ou Insuficiências? **Revista de Administração de Roraima**, v. 4, n. 1, p. 1689–1699, 2014.

\_\_\_\_\_. **Apicultura e Fundos Rotativos Solidários**: Possibilidades em Direção ao Desenvolvimento Territorial Sustentável? Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.116-125.

\_\_\_\_\_. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Texto para discussão. Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Brasília, maio 2004. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_desenvolvimentocomunidade\\_esobre.pdf](http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidade_esobre.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Finanças Solidárias e Moeda Social. In: FELTRIM, Luiz. Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para Viver: Os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

\_\_\_\_\_. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

SISTER, Sérgio (Org.) **O ABC da crise**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 1

SMITH, Adam **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

SOARES, Claudia L. B. **Moeda Social: Uma abordagem interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas., UFSC, Florianópolis, 2006.

SOARES, Marden M.; MELO SOBRINHO, Abelardo. D. de. **Microfinanças o Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2ª ed rev. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, André Ricardo. **Os Laços da Igreja, Governo e Economia Solidária**. São Carlos: Edufscar, 2013.

SPRANDEL, Marcia Anita. **A Pobreza no paraíso tropical**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit Rationing in Market



with Imperfect Information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393–410, 1981.

STIGLITZ, Joseph E. A formação da crise. In: **O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 35-68.

SWEDBERG, Richard. "Banks from a sociological perspective". In: AHRNE, Góran et al. (Eds.) **Sociology in the World: essays in honor of Ulf Himmelstrand on his 65th birthday**. Uppsala; Uppsala Universitet, 1989, pp. 157-188.

\_\_\_\_\_. Sociologia econômica hoje e amanhã. **Tempo Social**. v. 16, n. 2, 2004, pp. 7-34

\_\_\_\_\_. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

TAFURI, Diogo M. A Experiência Educativa da Gestão de um Banco Comunitário na Periferia de São Carlos/SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (SP), 2014.

TEIXEIRA, Nuno Miguel; RODRIGUES, Elves. Microfinanças - Sustentabilidade Financeira versus Alcance Social na África Subsariana **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. v. 3, n. 3, 2013, p. 30-56.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La réciprocité et la naissance des valeurs humaines**. Paris, L'Harmattan. 1995.

\_\_\_\_\_. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, v. 2, n. 12, p.234-242, 1998.

TETT, Gillian. **O ouro dos tolos: como a ganância desenfreada corrompeu um sonho, despedaçou os mercados globais e desencadeou uma catástrofe global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

THERET, Bruno. As instituições: entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, 2003, p.225-255.

VALENTIN, Fernando Farias; SERRA, Valentin. O Acesso ao Crédito pela Economia Solidária: Cenário de Restrição num Universo em Expansão. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro 2012.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERBEK, Griselda. Las transformaciones de la estructura del sector cooperativo de ahorro y crédito en la Argentina: el caso de las cajas de crédito, 1996-2005. In: MUÑOZ, Ruth et al. **Las Finanzas y la Economía Social**: Experiencias Argentinas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

VVAA. Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 161–181, 2014.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**. v. 17, n. 1, 2002, p. 15-62.

WANDERLEY, Maria. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009

WEBER, Max. **A Bolsa**. (Orig. 1894, Trad. Rafael Gomes Filipe), Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Ed.; v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2012.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 110. abr-jun 2012, pp.288-322.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo, Ática, 2000.

ZELIZER, Viviana A. **El Significado Social del Dinero**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011

## APÉNDICE

## APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS OBTIDOS PELO MAPEAMENTO 2013-2014

Tabela 27 – Brasil: FRS por tipos e por abrangência (2011-2013)

FRS de Base	N. FRS %/total		Abrangência					
			Com.	Mun.	Ter.	Est.	Nac.	
<b>FRS rural (Agricultura Familiar)</b>								
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	102	28	12			
1.2 Assentados/as	13	4,81	8	2	3			
1.3Agricultores agroecológicos	4	1,48	1	-	3			
1.4 Apicultores	7	2,59	2	3	2			
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	2	3	1			
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	1	-	1			
1.7 Quilombolas	5	1,85	5	-	-			
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	1	3	-			
1.9 Indígenas	3	1,11	2	1	-			
1.10 Extrativista	3	1,11	-	2	1			
1.11 Pescadores	2	0,74	-	1	1			
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	-	1	1			
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>71,48</b>	<b>124</b>	<b>44</b>	<b>25</b>			
<b>FRS meio urbano</b>								
2.1 Artesãos	15	5,56	7	6	2			
2.2. Costureiras	6	2,22	4	2	1			
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	3	1	-			
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	-	2	2			
2.5 Catadores	2	0,74	-	1	1			
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	-	1	-			
<b>SubTotal</b>	<b>33</b>	<b>12,22</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>6</b>			
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>83,70</b>	<b>138</b>	<b>57</b>	<b>31</b>			
<b>FRS de Fomento</b>								
3.1 Economia Solidária	8	2,96	1	2	3	2	-	
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	-	1	6	-	-	
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,30	1		9	7		
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33	-		9	-	-	
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74			1		1	
3.6 FRS Ecumênico	1	0,37			1			
<b>Total FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>16,30</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>29</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>		<b>140</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	
<b>%/Total</b>		<b>100,00</b>	<b>51,85</b>	<b>22,22</b>	<b>22,22</b>	<b>3,33</b>	<b>0,37</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Tabela 28 – Brasil: FRS por tipos e por natureza da entidade gestora (2011-2013)

FRS de Base	N. FRS	%/ <i>tot</i> <i>al</i>	Natureza da entidade gestora					
			Ass. Com	Gr. Inf.	Outra Ass.	Ent. Relig.	Coo p	Sin d.
<b>FRS Rural (agricultura familiar)</b>								
1.1 Agricultores/as Familiares	142	52,59	92	26	22		2	-
1.2 Assentados/as	13	4,81	3	7	3		-	-
1.3Agricultores agroecológicos	4	1,48	-	-	2		2	-
1.4 Apicultores	7	2,59	2	-	5		-	-
1.5 Trabalhadores Rurais	6	2,22	2	-	-		1	3
1.6 Criadores Pequenos Animais	2	0,74	-	2	-		-	-
1.7 Quilombolas	5	1,85	3	2	-		-	-
1.8 Hortifruticultores	4	1,48	3	-	1		-	-
1.9 Indígenas	3	1,11	1	2	-		-	-
1.10 Extrativista	3	1,11	-	-	-		3	-
1.11 Pescadores	2	0,74	1	-	1		-	-
1.12 Quebradeiras de Coco	2	0,74	1	-	1		-	-
<b>Subtotal</b>	<b>193</b>	<b>71,48</b>	<b>108</b>	<b>39</b>	<b>35</b>		<b>8</b>	<b>3</b>
<b>FRS meio urbano</b>								
2.1 Artesãos	15	5,56	6	3	6			-
2.2. Costureiras	6	2,22		4	1		1	
2.3 Sem-Teto (moradia)	5	1,85	2	2	1		-	-
2.4 Trabalhadores Urbanos	4	1,48	-	-	1		1	2
2.5 Catadores	2	0,74	1	-	1		-	-
2.6 Afrodescendentes	1	0,37	1	-	-		-	-
<b>SubTotal</b>	<b>33</b>	<b>12,22</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>10</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL FRS Base</b>	<b>226</b>	<b>83,70</b>						
<b>FRS de Fomento</b>								
3.1 Economia Solidária	8	2,96	1	3	3		-	1
3.2 Entidades Assessoria Técnica	7	2,59	-	-	6		1	-
3.3 Cáritas ou ação social (católica)	17	6,30	-	-	-		17	-
3.4 Projeto “Vencer Juntos”	9	3,33		-	5		4	-
3.5 FRS (Luteranos)	2	0,74		-	-		2	
3.6 FRS Ecmênico	1	0,37		-	-		1	
<b>TOTAL FRS Fomento</b>	<b>44</b>	<b>16,30</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>14</b>		<b>25</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>100</b>	<b>119</b>	<b>51</b>	<b>59</b>		<b>25</b>	<b>11</b>
<b>%/Total</b>	<b>100</b>		<b>44,07</b>	<b>18,89</b>	<b>21,85</b>		<b>9,26</b>	<b>4,07</b>
							<b>1,85</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Quadro 33 – Brasil: Entidades sociais financiadoras dos FRS

Entidades	Data Fund.	Sede	Histórico	Estados de atuação	N. FRS	Valor total das Fontes R\$
AAGRA	1989	Igaci (AL)	A Associação de Agricultores Alternativos é uma ONG que atua em projetos de desenvolvimento rural sustentável, produção e comercialização solidária, educação do campo e agroecologia, além da implantação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. Uma organização de agricultores familiares residentes em comunidades rurais do território do agreste alagoano. (Fonte: < <a href="https://www.facebook.com/pg/aagra.al">https://www.facebook.com/pg/aagra.al</a> >. Acesso em: 28 abr. 2017)	AL	08	30.000,00
Adapta Sertão	2006	Pintadas (BA)	A proposta do Adapta Sertão emerge em 2006 visando à produção com tecnologia de irrigação replicável, ou seja, financiar tecnologias de irrigação fomentando um FRS. O financiador sul-sul-norte (ONG americana) possibilitou a realização da experiência nos países: Brasil, Caribe e África, com financiamento de R\$ 14.000,00 reais para a Bahia. A ideia foi oriunda no PNUD a fim de produzir tecnologia para gerar o desenvolvimento local. (BA025)	BA	01	14.000,00
APAEB e MOC	1967	Valente (BA)	O Movimento de Organização Comunitária (MOC) começou a trabalhar com Fundos Rotativos em 1981 com projetos de agricultura familiar. No início o MOC emprestava dinheiro para os agricultores realizarem melhorias no seu processo produtivo e projetos de tração animal. A partir da gestão de um FRS, ocorreu o surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB's) de modo que estas entidades passassem a fazer a cogestão dos Fundos Rotativos. (Fonte BA006; BA001)	BA	02	158.000,00

APRO-BOM	2001	Nazário (GO)	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Bom Sucesso (APRO-BOM), é constituída principalmente por mulheres. A associação tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico das famílias dos agricultores familiares. A principal fonte de renda dos associados é a produção de leite. Outra atividade que gera renda é o beneficiamento de frutas e hortaliças na agroindústria da associação para produção de polpas de frutas e temperos. Adicionalmente os agricultores trabalham com a venda de hortaliças in natura para mercados institucionais e Centrais de Abastecimento de Goiás. (Fonte GO015 e página eletrônica: Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/aprobom/">https://www.facebook.com/aprobom/</a> >. Acesso em: 30 ago. 2017.)	GO	01	45.092,90
ARCO SERTÃO	2002	Valente (BA)	A Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia é uma associação formada por 30 empreendimentos econômicos solidários dos Territórios Bacia do Jacuípe, Sisal e Portal do Sertão. A organização promove a intercooperação dos empreendimentos filiados. Dessa forma, ela busca a inclusão social e econômica dos empreendimentos através da formação política dos trabalhadores rurais, visando comercializar os produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Os empreendimentos filiados à ARCO Sertão estão distribuídos por 13 municípios localizados no semiárido baiano. No total são beneficiados mais de 2.500 agricultores familiares que, através da ARCO, têm acesso ampliado ao mercado, gerando renda e cidadania na região. (Fonte BA002 e página eletrônica. Disponível em: < <a href="https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000ghopjshn02wx5ok05vadr1jnwv0ca.html">https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000ghopjshn02wx5ok05vadr1jnwv0ca.html</a> >. Acesso em: 30 ago. 2017.	BA	01	8.000,00

ASA Brasil	1999	Recife (PE)	“A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mais de mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro.” (Fonte: < <a href="http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_ME NU=97">http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_ME NU=97</a> >. Acesso em: 23 jun. 2015.)	AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG	16	10.680,00
AS-PTA	1983	Esperança (PB)	“Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) é uma associação que desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, com enfoque agroecológico [...] A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.” (Fonte: < <a href="http://aspta.org.br/quem-somos/">http://aspta.org.br/quem-somos/</a> >. Acesso em: 11 dez. 2016.)	PB, PE, PR, SP RJ	02	4.940,00
ASSEMA	1989	Pedreiras (MA)	A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) criada e liderada por agricultores(as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. Tem por missão desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, através da luta pela ampliação do acesso ao direito à Alimentação, à Educação e ao exercício amplo e democrático da Cidadania. ASSEMA é formada por 76 sócios (coletivos e individuais) que trabalham em rede, em 18 municípios da região do Médio Mearim. (Fonte: < <a href="http://www.assema.org.br/">http://www.assema.org.br/</a> >. Acesso em: 27 jun. 2017)	MA	03	67.500,00
CACTUS	1952	Senhor do Bom fim	Na região havia uma atuação muito forte dos movimentos sociais populares que ao longo dos anos foi percebendo a necessidade de pessoas técnicas para dar suporte aos movimentos. Logo, emergiram técnicos que detinha relações	BA	01	110.000,00



			com pessoas de movimentos sociais até mesmo do próprio movimento e decidiam se unir enquanto Associação em 1952. Essa associação desde sua fundação atua com grupos e movimentos sociais organizados, embora a formalização tenha ocorrido em 1998 como Associação de Assistência Técnica E Assessoria Aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares (CACTUS) com a missão de servir aos movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados/as, tendo inicialmente em seu quadro engenheiros/as, agrônomos/as, técnicos agrícolas, advogada e educadores populares. (BA026)			
CAMP	1983	Porto Alegre (RS)	O Centro de Apoio Multiprofissional foi “fundada por jovens estudantes, religiosos ligados à teologia da libertação e sindicalistas urbanos e rurais. Atua na mobilização, organização social, educação, capacitação, formação de lideranças, pesquisa e sistematização de conhecimento. Entidade que coordenou o mapeamento no Sul do Brasil e continua como fomentadora e assessora para criação de FRS”. (Fonte: < <a href="http://camp.org.br">http://camp.org.br</a> >. Acesso em: 27 jun. 2017)	RS, PR, SC	14	1.533.000,00*
Cáritas Brasileira	1956	Brasília (DF)	A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte da Cáritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. É um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atualmente a Cáritas Brasileira conta com 176 entidades-membro e atua em 12 regionais. (Fonte: < <a href="http://www.caritas.org.br">www.caritas.org.br</a> >. Acesso em: 27 jun. 2017)	Nac.	37	18.097.715,00*
Casa da Mulher Nordeste	1980	Recife (PE)	A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista, seu objetivo é contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres com base no	PE	01	15.000,00

			feminismo. A CMN pode ser considerada a primeira organização brasileira voltada para a transformação da condição feminina incorporando, à sua missão, questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção.” (Fonte: < <a href="http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php">http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php</a> >. Acesso: 16 dez. 2016; PE035)			
CAV	1994	Turmalina (MG)	Centro de Agricultura Vicente Nica que , gerencia um FRS: “O Fundo tem duas fases. A primeira nasce a partir de uma parceria da paróquia de Turmalina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de apoiar projeto coletivos nas comunidades rurais e na época já tinha um caráter devolutivo. Em 1994 o CAV é fundado e passa a fazer a gestão do projeto e ampliá-lo, neste período os projetos passaram a apoiar também [ <i>atividades econômicas dos</i> ] indivíduos. No início o Fundo contava com poucos recursos.” (MG007)	MG	01	124.987,26
CDECMA	1987	Maravilha (AL)	O Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha, é criado pelo incentivo da Visão Mundial Brasil, a atuação da entidade era assistencial, abrangia 40 famílias residentes na zona urbana do município. No ano de 1997, a entidade foi reestruturada e muda o foco de atuação para desenvolvimento comunitário; apoio a atividades agrícolas familiares; resgate de práticas de preservação das sementes crioulas. (AL014)	AL	01	1.000,00
Cearah Periferia		Fortaleza (CE)	Em 1995, O Cearah Periferia já atuava nos mutirões de autoconstrução de casas populares em Fortaleza. Em um destes mutirões foi construído um galpão de pré-moldado de material de construção. A ideia era que após a conclusão das obras, as pessoas deste assentamento urbano montassem uma cooperativa. No trabalho com os conjuntos habitacionais identificaram que existiam muitas atividades de pequena produção exercidas pelas	CE	03	27.000,00

			peças nestas áreas.( CE025) Disponível em: <a href="http://www.cearah.org.br">www.cearah.org.br</a> . Acesso em: 30 ago. 2017.			
CEA	1997	Brasília	Centro de Estudos e Assessoria tem por objetivo contribuir com a melhoria das condições de vida de segmentos mais vulneráveis da população. Atua na execução, na assessoria, na pesquisa e formação, favorecendo a construção da cidadania participativa e inclusiva e dos direitos sociais. Tem participado ativamente da organização do movimento da Economia Solidária no Brasil e no DF tendo participado da organização do I Encontro de Economia Solidária que deu origem ao Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno; fez parte da coordenação da III Plenária Nacional de Economia Solidária que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (Disponível em: <a href="http://centrodeestudoseassessoria.org.br">http://centrodeestudoseassessoria.org.br</a> ). Acesso em: 30 ago. 2017)	Centro-Oeste	30	1.533.000,00*
CEDAPP	1991	Pesqueira (PE)	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor-Pesqueira abrange 13 municípios na região do Agreste. Como linhas de ação tem o fortalecimento associativo, geração de renda, gerenciamento de recursos hídricos e preservação do meio ambiente. O CEDAPP acompanha 35 comunidades, distribuídas nos 13 municípios, e busca continuamente apoios para as ações sociais através da implantação de Projetos que possam reduzir a pobreza e o sofrimento das pessoas. Os comunitários participam da construção dos Projetos, execução e avaliação, como também de capacitações específicas com análise das demandas, vocação e potencialidades locais numa ação de protagonismo pessoal e comunitário. (Fonte: <a href="http://www.cedapp.org">www.cedapp.org</a> ). Acesso em: Fev.2018.)	PE	25	131.893,00
CEPFS	1989	Teixeira (PB)	O Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) - Transformando o Sertão é uma organização não governamental	PB	03	11.400,00

			e sem fins lucrativos que, desde 1985, trabalha na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no semiárido paraibano brasileiro. Visa melhorar a qualidade de vida de comunidades e famílias da região, com foco o manejo de água de chuva para o consumo humano quanto para a produção de alimentos saudáveis. (Fonte: < <a href="http://cepfs.org/novo/sobre-o-cepfs/">http://cepfs.org/novo/sobre-o-cepfs/</a> >. Acesso em: Fev. 2018; e PB018)			
CEOP	1992	Picuí (PB)	O Centro de Educação e Organização Popular foi criado por lideranças religiosas, preocupadas com os problemas sociais. Seu objetivo é “contribuir no processo de formação dos grupos de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e agricultores familiares na construção coletiva do saber, tendo como enfoque os direitos humanos e a ética, resgatando a dignidade e os valores sociais para vivência em sociedade” (Fonte: < <a href="https://ceoppicui.wordpress.com/about/">https://ceoppicui.wordpress.com/about/</a> >. Acesso em: 15 dez. 2016.)	PI	08	33.500,00
CESE	1973	Salvador (BA)	A Coordenadoria Ecumênica de Serviço é uma organização de seis igrejas cristãs. Iniciou com apoio a pequenos projetos foi uma escolha da CESE desde a sua fundação, por entender a importância da participação direta da comunidade no desenvolvimento e gestão de iniciativas transformadoras de organizações – em sua maioria, pequenas – que vivem diariamente as consequências da extrema desigualdade social no País. (BA037)	Nac.	02	2.692.754,00
CNBB	1999	Brasília (DF)	O Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) são formados com os recursos da Coleta Nacional da Solidariedade. Os fundos são compostos da seguinte maneira: 60% do total da coleta permanecem na diocese de origem e compõem o FDS. Os	Nac.	44	35 milhões

			recursos são destinados ao apoio de projetos sociais da própria comunidade diocesana. (Disponível em: < <a href="http://www.caritas.org.br">www.caritas.org.br</a> >. Acesso em: 12 dez. 2016)			
COFASPI	2003	Jacobina (BA)	A história da Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte se iniciou com a criação da Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte (Ascoob Credimonte) que foi fundada no ano de 2003, com a proposta de ser um dos atores para promover o fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir de propostas que permitam o desenvolvimento local sustentável baseado nos princípios da Agroecologia e da Economia Solidária, estimulando assim a cidadania plena dos agricultores e agricultoras. (Fonte: < <a href="http://cofaspi.blogspot.com.br/p/quem-somos.html">http://cofaspi.blogspot.com.br/p/quem-somos.html</a> >. Acesso em: 21 abr.2017.)	BA	04	80.000,00
COLETIVO	1980	Campina Grande (PB)	Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano é uma entidade que articula várias organizações do campo, a partir do trabalho das comunidades eclesiais de base, desde a década de 1980 e, que ao longo do tempo, sobretudo de 2005 em diante vem se constituindo como uma rede social que articula famílias agricultoras, associações rurais movimentos populares; sindicatos de trabalhadores rurais e pastorais. Com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. Atendendo diretamente a aproximadamente 600 famílias e indiretamente cerca de 4 mil famílias. (PB099)	PB		7.930,00
CredCidadania	2001	Recife (PE)	É o nome do projeto Fundo Rotativo da Ação da Cidadania (CredCidadania) no valor de US \$ 315.000 ao longo de 2005-2007. “O CredCidadania visava oferecer treinamento a 400 famílias de baixa renda em duas comunidades rurais de Pernambuco, bem como acesso ao capital de arranque e de	Nord.	03	600.000,00

			trabalho através de um fundo de empréstimo que cada comunidade irá estabelecer e gerir.” (Fonte: < <a href="http://www.iaf.gov/resources/publications/annual-reports/2005/brazil">http://www.iaf.gov/resources/publications/annual-reports/2005/brazil</a> >. Acesso em: 13 dez. 2016.			
CTA	1987	Divino (MG)	O Centro de Tecnologias Alternativas foi fundado por lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias. Os objetivos eram ampliar a capacitação social e desenvolver sistemas de produção adequados à realidade da Zona da Mata de Minas Gerais para fortalecer econômica e politicamente a agricultura familiar. (Fonte: < <a href="http://ctazm.org.br">http://ctazm.org.br</a> >. Acesso em: 15 jun. 2017; MG013)	MG	01	63.000,00
Diaconia FLD	1967	Afogados da Ingazeira. (PE)	A Diaconia é uma entidade é fruto de uma convocação da Confederação Evangélica do Brasil às Igrejas Evangélicas. O foco inicial do seu trabalho foi o combate à pobreza em um formato assistencialista, com abrangência em 17 estados brasileiros. A entidade foi reestruturada no ano de 1997, e o enfoque passou a ser o fortalecimento da cidadania com ênfase no desenvolvimento humano e social no nordeste brasileiro. Atualmente, a Diaconia tem seu compromisso na defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de populações empobrecidas e injustiçadas; ampliando e aprimorando suas estratégias pela efetivação de políticas públicas para a transformação da sociedade.	Nord.	05	813.000,00
ELLAS	2001	Rio de Janeiro (RJ)	O “Fundo Brasileiro de Investimento Social Ellas” é voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. Com quase dez anos de experiência no investimento social em mulheres, o ELLAS (que antes se chamava Fundo Angela Borba) cresceu, evoluiu e ampliou seus programas e suas áreas de atuação. Por isso, o Fundo expandiu a homenagem, antes restrita a uma só pessoa, para todas as mulheres brasileiras.	Nac.	01	522.000,00

			(Fonte RJ001 e página. Disponível em: < <a href="http://www.fundosocialelas.org">http://www.fundosocialelas.org</a> >. Acesso em: 30 ago. 2017.)			
FASE	1961	Rio de Janeiro (RJ)	A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional atua em seis estados brasileiros. A ONG desenvolve, acompanha e apoia projetos de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Constitui e fortalece grupos sociais e populações como sujeitos políticos: jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares. A FASE atua em políticas públicas, por meio de conselhos. (ES002)	Nac.	06	5.000,00
Fundação Esquel	1989	Brasília (DF)	“A Fundação Grupo Esquel Brasil integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina” (Fonte: < <a href="http://www.esquel.org.br/apresentacao">http://www.esquel.org.br/apresentacao</a> >. Acesso: 8 jan. 2017).	Nord. e MG	14	2.600.000,00*
Fundação Santa Ângela	1981	Pedro II (PI)	A Fundação surgiu com a vinda de uma religiosa alemã da Congregação Ursulina (Fundada por Santa Ângela, por isso o nome da entidade) que chegou a Pedro II em 1982 e iniciou a construção da sede (com recurso alemão). Foram construídas creche, escola de ensino fundamental e empreendimentos produtivos de caprinocultura, mercearia, mecânica de automóvel e padaria para que os pobres do bairro na qual a sede está localizada pudessem ter trabalho. Com cuidados na questão da educação que se transformou na Escola família Agrícola Santa Ângela.	PI	01	194.602,00
Gol.D	s.d.	Recife (PE)	Grupos Oportunidades Locais de Desenvolvimento é uma metodologia de finanças populares desenvolvida pela ONG Visão Mundial. A metodologia Gol.D é baseada no modelo do <i>Self-Help Group</i> (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia pela <i>Hand in Hand</i> (HiH), organização não-governamental de	Nord.	05	45.941,75

			microfinanças. Com o Gol.d, os empreendedores se fortalecem e percebem que, juntos, podem realizar melhor as mudanças necessárias para o desenvolvimento. O acesso ao crédito é coletivo, assim como o aval. Se um integrante do grupo não paga, todos discutem como ajudá-lo a honrar o pagamento, incluindo opções alternativas, como rifas, bingos e demais			
IMS	1995	Brasília (DF)	O Instituto Marista de Solidariedade é uma entidade de Assistência Social, que desenvolve projetos nas áreas de assessoramento, promoção, defesa e garantia de direitos. Atua nas 16 unidades da Federação por meio de parcerias, tem atuação em todo território nacional e iniciativas no âmbito internacional, com ênfase na América Latina, articuladas com redes diversas e outras organizações. Incentiva a Economia solidária e articulação do movimento social. (Fonte: < <a href="http://marista.edu.br/ims">http://marista.edu.br/ims</a> >. Acesso em: 15 jun. 2017.)	Nac.	05	1.500.000,00
Instituto Acesso	2003	Belo Horizonte (MG)	Instituto Acesso tem sua origem no processo de ocupação do bairro nos anos de 2001 e 2002 com a construção das casas e apartamentos. As pessoas vindas de vários lugares de Belo Horizonte, do entorno e do interior. As mulheres criaram uma associação, nesta elas passaram a fabricar velas, o que servia como terapia e geração de renda. (MG008)	MG		4.242,00
Instituto Vitória Régia	2002	Belém (PA)	Instituto Vitória Régia foi criado com finalidades Científicas, Tecnológicas e Culturais e atuando nas questões ambientais, produtivas, educacionais e sociais, e visa estabelecer, medidas estratégicas que viabilizem eventos e ações eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida. A entidade capta recursos junto a instituições privadas e públicas assistidas. (Fonte: < <a href="http://www.institutovitoriaregia.org.br/site/quemsomos.php">http://www.institutovitoriaregia.org.br/site/quemsomos.php</a> >. Acesso em: 30 ago. 2017.)	PA	13	1.533.000,00*



MTC	2011	Cacimbinhas (AL)	O Movimento dos Trabalhadores do Campo surgiu a partir da necessidade de avançar na luta permanente de enfrentamento ao projeto capitalista no campo, chamado de agronegócio, que exclui os camponeses e que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores. Surge como objetivo de construção de um projeto popular de agricultura capaz de garantir a vida digna no campo. (AL011)	AL	16	9.920,00
Obra Kolping	1849/ 1923	Osasco (SP)	A Obra Kolping foi fundada pelo Padre Adolfo Kolping em Colônia, na Alemanha, no dia 6 de maio de 1849. Está presente há 160 anos em mais de 60 países. Com o ideal e a missão de promover a vida do trabalhador e de sua família. Em São Paulo, no dia 22 de junho de 1923 formou-se a primeira Comunidade Kolping do Brasil. A sustentabilidade financeira da Obra Kolping é possível através do projeto iniciado há mais de 30 anos, tendo em vista sua automanutenção: através das atividades desenvolvidas pela obra e dos cursos profissionalizante. (Fonte: < <a href="http://obrakolping-sc.org.br/sobre/">http://obrakolping-sc.org.br/sobre/</a> >. Acesso em: 15 ago. 2016; CE048)	Nac.	02	59.007,88
PATAC	1970	Campina Grande (PB)	O Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) surgiu, como serviço da Congregação Redentorista Nordestina. Atuou na área de habitação popular desenvolvendo pesquisas e contribuindo para a adaptação e difusão de tecnologias simples voltadas para a construção de moradias, sobretudo na periferia de Campina Grande (PB). A partir dos anos 1980 redefiniu sua ação e área de atuação. Passou a desenvolver ações junto às famílias agricultoras e suas organizações na região do semiárido paraibano. Em 1992 desligou-se da Congregação Redentorista e constituiu-se legalmente como Associação autônoma sem fins lucrativos. Tem como missão trabalhar pela viabilidade da agricultura familiar,	Nord.	03	8.688,00

			especialmente no semiárido paraibanotendo a agroecologia com base técnica-metodológica e científica da construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável. (Fonte: < <a href="http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html">http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html</a> >. Acesso em: 6 dez. 2016.)			
Projeto Dom Helder	2001	Recife (PE)	Projeto Dom Helder Câmara “é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Na sua essência, o Projeto Dom Helder Câmara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste.” (Fonte: < <a href="http://www.projetodomhelder.gov.br/site/o-projeto-dom-helder.html">http://www.projetodomhelder.gov.br/site/o-projeto-dom-helder.html</a> >. Acesso em: 29 dez. 2016.)	Nord.	03	52.000,00
Rede Bodegas		Fortaleza (CE)	A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda. (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada. (GUSSI et al., 2012, p. 80)	CE	03	61.536,88
Rede Interação	2004	São Paulo (SP)	A rede interação fomenta grupos de poupança comunitária com o objetivo de fortalecimento das comunidades, que lutam por	SP e PE	18	214.000,00

			moradia e infraestrutura da comunidade. Não está diretamente ligada à Empreendimentos de geração de trabalho e renda. (SP006) (Disponível em: < <a href="http://www.redeinteracao.org.br/">http://www.redeinteracao.org.br/</a> >. Acesso em: 30 ago. 2017)			
Terra Viva	1998	Itamaraju (BA)	É uma ONG que presta Assessoria Técnica agroecológica em comunidades de agricultora familiar no Extremo Sul da Bahia. O Terra Viva teve apoio da “Agência de Cooperação Heifer, dos Estados Unidos, e deu prosseguimento com a Ater contratada pelo MDA e pelo Governo da Bahia”. (Fonte: < <a href="http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf">http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf</a> >. Acesso em: 11 dez. 2016. E: < <a href="https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114">https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114</a> >. Acesso em: 18 jun. 2017; BA017)	BA	04	814.461,39

\*Recursos da SENAES para 2011-2017 Fase II do Projeto de apoio a finanças Solidárias (Cf. seção 3.1).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

Quadro 34 - Entidades da cooperação internacional financiadoras e apoiadoras de FRS

Entidades/ Número de FRS	Data de fundação	Sede	Histórico	Atuação em	N. FRS	R\$
ActionAid	1972	Joannesburg (África do Sul)	A ActionAid é uma organização cujo trabalho atinge cerca de 15 milhões de pessoas em 45 países. Inicialmente apoiou o continente africano, sua base é na África do Sul, porém a partir de 2003 expandiu seus trabalhos de cooperação internacional fundando escritórios no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Grécia e Irlanda A ActionAid está no Brasil desde 1999. A atuação envolve 26 organizações parceiras em 13 estados, em diversas áreas como direito das mulheres, segurança alimentar, Educação e juventude. (Fonte: < <a href="http://www.actionaid.org.br">http://www.actionaid.org.br</a> >. Acesso em: 18 jun. 2017; MA009)	Norte Centro Oeste e Nordeste	03	18.000

CCFD	1984	Paris (França)	O Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento é uma organização ligada à Igreja Católica da França que apoia organizações que trabalham com o desenvolvimento da sociedade. (Disponível em: < <a href="http://ccfd-terresolidaire.org/qui-sommest-nous/">http://ccfd-terresolidaire.org/qui-sommest-nous/</a> >. Acesso em: 22 ago. 2017)	Nordeste e Norte	01	18.000,00
DISOP Brasil	1961	Bruxelas (Belgica)	DISOP é uma Associação reconhecida pelo Estado belga como uma ONG de Cooperação para o Desenvolvimento. É um verdadeiro instrumento de solidariedade internacional duradoura entre os povos. DISOP é uma ONG experiente dedicada ao desenvolvimento genuíno e real dos povos desfavorecidos do mundo. Sua equipe inclui uma dúzia de pessoas, especialistas em gerenciamento de projetos de desenvolvimento e alguns perfis multidisciplinares. Parte da equipe é voluntária. A DISOP tem escritórios regionais no Brasil, Guatemala, Filipinas, Moçambique e Camarões. (Disponível em: < <a href="https://www.disop.be/fr">https://www.disop.be/fr</a> >. Acesso em: 28 ago. 2017).	Norte e Nordeste	02	163.000,00
Federação Luterana Mundial	1947	Genebra (Suíça)	“A FLM foi criada em 1947 como uma Federação de igrejas luteranas. Os luteranos de todo o mundo queriam confessar, refletir, reconciliar e responder juntos ao sofrimento humano no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. A FLM é uma comunhão global de 145 igrejas na tradição luterana, representando mais de 74 milhões de cristãos em 98 países.” (Disponível em: < <a href="https://www.lutheranworld.org/">https://www.lutheranworld.org/</a> >. Acesso em: 24 ago.2017).	Nacional	03	342480,00
Fundação Doen	1991	Amsterdan (Holanda)	“A Fundação DOEN ajuda os precursores que querem criar uma sociedade mais ecológica, mais sociável e mais criativa, na qual: a capacidade do planeta é o ponto de partida (“verde”); todos podem participar, onde as pessoas trabalham juntas e se ajudam mutuamente no respeito das necessidades e oportunidades individuais (“sociais”); pegue a arte e a cultura no centro da crença	MT	01	5.000,00

			de que uma sociedade não pode ser "criativa". (Fonte: < <a href="https://www.doen.nl/">https://www.doen.nl/</a> >. Acesso em: 30 ago.2017)			
Fundação Esquel	1989	Brasília (Brasil)	“A Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB – integra o GROUP ESQUEL, uma rede de organizações não-governamentais dedicadas ao fortalecimento da cidadania, no sentido da construção de novas formações econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável na América Latina” (Fonte: < <a href="http://www.esquel.org.br/apresentacao">http://www.esquel.org.br/apresentacao</a> >. Acesso: 08 jan. 2017).	Nordeste e MG	14	1.969.467,21
Fundação Kellogg	1930	Estado Unidos América	A Fundação W.K. Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg, pioneiro na fabricação de cereais matinais. Durante toda sua vida, W.K. Kellogg doou \$66 milhões em ações da Companhia Kellogg e outros investimentos para “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”. A Fundação obtém sua renda principalmente do Fundo sob Curatela da Fundação W.K. Kellogg (Trust), criado pelo Sr. Kellogg. Além da sua carteira diversificada, o Fundo sob Curatela continua sendo dono de substancial parcela do patrimônio da Companhia Kellogg. A Fundação obtém recursos principalmente dos investimentos do Fundo sob Curatela. (Disponível em: < <a href="https://www.geledes.org.br/a-fundacao-kellogg-no-brasil/">https://www.geledes.org.br/a-fundacao-kellogg-no-brasil/</a> >. Acesso em: 11 ago. 2017)	Nordeste e Sudeste	01	424.000,00
Fundação Mundubat	1988	Governo Basco Espanha	Uma ONG do País Basco que colabora com mulheres e homens, em parcerias com as comunidades do Sul em seus desafios de desenvolvimento e transformação social. A solidariedade e compromisso ético também no Norte-quer contribuir para a defesa dos direitos humanos e desenvolvimento humano sustentável em ambos os hemisférios (Fonte: < <a href="http://www.mundubat.org">http://www.mundubat.org</a> >. Acesso em: 22 jul. 2017)	Sul	01	250.000,00

Heiffer	1998	Estado Unidos América	É uma ONG que presta Assessoria Técnica agroecológica em comunidades de agricultora familiar no Extremo Sul da Bahia. O Terra Viva teve apoio da “Agência de Cooperação Heiffer, dos Estados Unidos, e deu prosseguimento com a Ater contratada pelo MDA e pelo Governo da Bahia” (Fonte: < <a href="http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf">http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf</a> >. Acesso em: 11 dez. 2016. E: < <a href="https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114">https://www.youtube.com/watch?v=eKA2s0F_114</a> >. Acesso em: 20 jun. 2017; e BA017)	BA	05	380.400,00
Inter American Foundation (IAF)	1969	Washington EUA	Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer as práticas democráticas. (Fonte: < <a href="http://www.iaf.gov/home">http://www.iaf.gov/home</a> >. Acesso em: 19 jun. 2017)	Nordeste	03	47.580,00
Manos Unidas		Espanha	ONG da Igreja Católica e de voluntários que trabalham para apoiar os povos do Sul no seu desenvolvimento e na sensibilização da população espanhola. Os recursos provêm 87,1%, de fontes privadas e 12,9% no setor público. Manos Unidas financia projetos destinados à saúde, educação, desenvolvimento social da agricultura e o progresso das mulheres, com o objetivo de ajudar o desenvolvimento integral das pessoas em países do Terceiro Mundo. Também serve populações em situações de emergência e ajuda humanitária em desastres e outras circunstâncias que assim	Nacional	03	214.662,31

			o exigirem. (Disponível em: < <a href="http://www.manosunidas.org">http://www.manosunidas.org</a> >. Acesso em: 21 jul. 2017)			
Missão Central Franciscanos (MZF)	1967	Bonn (Alemanha)	Uma ONG que trabalha com os Franciscanos para apoiar projetos humanitários.	Nacional	06	76.000,00
MISEREOR	1958	Essen Alemanha	MISEREOR é a entidade da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde 1958, MISEREOR está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. (Disponível em: < <a href="https://www.misereor.org/pt/">https://www.misereor.org/pt/</a> >. Acesso em: 20 jun. 2017)	Nacional	06	1.330.073,90
Oxfam Intermón	1956	Espanha	“Entidade da Espanha que centra suas atividades em oferecer uma resposta integral ao combate à pobreza e injustiças para que todos os seres humanos possam exercer plenamente seus direitos [...] Fundada em 1956 como <i>Secretariado de Misiones y Desarrollo de la Compañía de Jesús</i> , desde 1997. É parte da confederação internacional Oxfam, com 18 membros e atua em mais de 90 países.” Apóia projetos de desenvolvimento e de incidência política, executados junto a organizações locais. Esforço concentrado no Nordeste, facilitando o acesso à terra, à água e aos meios de produção.” (Fonte: < <a href="http://www.oxfamintermon.org/es">http://www.oxfamintermon.org/es</a> >. Acesso: 15 dez. 2016; PE035)	Nordeste	01	15.000,00
Pão para o Mundo	1959	Berlin (Alemanha)	Pão para o Mundo é uma ação das comunidades das Igrejas evangélicas provinciais e autônomas. PPM apoia mais de 1.200 projetos e programas por ano, junto aos seus parceiros na maioria dos países da África, Ásia e América Latina. O princípio básico é apoiar os pobres a organizar a sua vida com dignidade. Os projetos e programas são abrangentes e por regra geral integram várias	Nacional	05	283.638,00

			<p>áreas de atuação, com uma certa concentração em agricultura sustentável/segurança alimentar e resolução de conflitos/construção da paz. Outras áreas importantes são redes sociais, educação popular, formação profissional, saúde, comercialização e geração de renda, meio-ambiente, cultura.</p> <p>(Fonte: &lt;<a href="http://www.pad.org.br/contato/ppm">http://www.pad.org.br/contato/ppm</a>&gt;. Acesso em: 30 ago. 2017)</p>			
PFIZER	1952	Nova Iorque (EUA)	<p>É uma empresa farmacêutica multinacional com sede em Nova Iorque, Estados Unidos. Sua sede de pesquisa e desenvolvimento encontra-se em Groton, Connecticut. É uma das maiores empresas farmacêuticas do mundo (Disponível em: &lt;<a href="http://www.pfizer.com.br/">http://www.pfizer.com.br/</a>&gt;. Acesso em: 30 ago. 2017)</p>	BA	01	62.000,00
SDI	1996	Índia.	<p>A Slum/ShackDwellersInternational (SDI), uma organização presente em 32 países na Ásia, África e América Latina. A metodologia do SDI, implementada no Brasil pela Rede Interação, surgiu na Índia, em 1980, quando um grupo de mulheres foi despejado de suas moradias e decidiu unir-se para transformar suas realidades e lutar pelo direito à cidadania, à moradia digna e à cidade. A estruturação de pensamentos e experiências deste grupo de mulheres originou a metodologia do SDI constituída pelo tripé: poupança comunitária, autorrecenseamento e intercâmbio de experiências (SP006)</p>	SP e PE	20	148.000,00
Visão Mundial	1950	Midlesex Reino Unido	<p>Fundada pelo norte-americano Robert Pierce, pastor e correspondente de guerra, ao visitar um orfanato na ilha de Xiamen (Estreito de Formosa - Taiwan), teve a ideia de ajudar os milhares de órfãos através de doações mensais. Nas décadas seguintes, a Visão Mundial expandiu seu trabalho pela Ásia, América Latina, África e Leste Europeu. Nos anos 1970, ao perceber que o apadrinhamento tradicional não atacava as causas da pobreza, a Visão Mundial implantou o modelo de</p>	Nacional	08	Não enviou recursos.



		desenvolvimento comunitário e de assistência humanitária em situações de emergência, que vem sendo constantemente aprimorado até hoje. No Brasil, A Visão Mundial também atua com projetos especiais, como o Projeto Esportes para a Vida, em Mogi das Cruzes, São Paulo (SP). Atualmente, há 15 programas em andamento no Brasil apoiados exclusivamente por brasileiros - nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. No Brasil, a Visão Mundial também trabalha em diversas situações de emergência, como a seca no Nordeste e as enchentes ocorridas em Santa Catarina e, também, na região serrana do Rio de Janeiro. (Disponível em: < <a href="http://www.visaomundial.org.br">http://www.visaomundial.org.br</a> >. Acesso em: 20 jul. 2017; AL005)			
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013 e das páginas eletrônicas das respectivas entidades ou de seus programas.

Tabela 29 - Amostra de FRS comunitários de agricultores familiares

	Total de FRS	Amostra
<b>1. Estados</b>		
Alagoas	10	02
Bahia	09	01
Ceará	07	01
Goiás	03	01
Maranhão	15	01
Mato Grosso	01	-
Minas Gerais	03	01
Paraíba	55	05
Pernambuco	29	02
Piauí	08	01
Rio Grande do Norte	01	-
Rondônia	01	-
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>15</b>
<b>2. Ano de criação do FRS</b>		
1990-1995	09	02
1996-2000	14	02
2001-2005	51	05
2006-2010	56	05
2010-2015	12	01
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>15</b>
<b>3. Por tipo de entidade gestora</b>		
Associação comunitária	91	08
Grupo Informal	26	04
Outra Associação	21	03
Cooperativa	02	-
Entidade Religiosa	02	-
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>15</b>
<b>4. Por abrangência geográfica</b>		
Comunitária	101	12
Municipal	28	2
Territorial	12	1
Estadual	01	-
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>15</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mapeamento 2011-2013.

**ANEXO**

## ANEXO 1 - CARTAZ DO 3º SEMINÁRIO NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS

**3º SEMINÁRIO NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS**

26 a 28 de setembro de 2016 | Brasília-DF

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL FORTALECIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIREITOS**

REALIZAÇÃO

Logotipos de parceiros e instituições organizadoras:

- Centro de Estudos e Assessoria
- BRIGADEIRO
- VitorA
- CAMP
- FLD actalança
- Foro Brasileiro de Economia Solidária
- CESE
- ASA
- SECRETARIA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
- MINISTÉRIO DO TRABALHO

ANEXO 2 - TRECHO DO REGIMENTO INTERNO DO FRS CAJA -  
TANGARÁ SERRA MT

SEÇÃO II  
DO FUNCIONAMENTO

**Art. 7º** - O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA é constituído por recursos financeiros captados junto aos associados e de outras fontes ou origens.

**Art. 8º** – A gestão dos recursos financeiros e não-financeiros que entram no FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA será realizada pela coordenação do Fundo.

**Art. 9º** - Para o bom andamento do processo de gestão/administração do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA serão realizadas reuniões ordinárias mensais com os seguintes objetivos:

I - prestar contas dos recursos, financeiros e não-financeiros;

II - definir as prioridades dos associados e dos recursos, a partir das demandas apresentadas seguindo as orientações aprovadas em assembléia geral.

Parágrafo único – Havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos de extrema urgência.

**Art. 10** - Os associados aprovarão em assembleia geral, as regras que estabelecem as condições de apoio do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA aos (as) sócios(as) assim como as condições de devoluções.

**Art. 11** – O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA terá seus recursos financeiros depositados em conta bancária de titularidade da COOPERTAN reservada para gestão por este fundo.

**Art. 12** - O valor mínimo por empréstimo individual será de R\$100,00 (cem reais) e o máximo será até 70% do valor do caixa ou da demanda.

§ 1º - O valor máximo poderá ser aumentado de acordo com a disponibilidade do fundo rotativo podendo atingir até 70% do saldo para rodizio.

§ 2º - Os empréstimos serão concedidos mediante assinatura de uma Nota Promissória por parte do tomador.

**Art. 13** - Fica destinado 20% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros para atender pedidos emergenciais, sendo que o atendimento às emergências será no máximo de R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º - Os pedidos de emergência serão deliberados pelo(a) presidente e tesoureiro(a), que informarão à Coordenação para os devidos registros, em reunião subsequente.

§ 2º - Os atendimentos a emergências deverão ser devolvidos em apenas uma parcela.

**Art. 14** - Fica criado uma reserva de contingência no montante de 10% (dez por cento) do capital do Fundo como segurança.

**Art. 15** – Para obter empréstimo o associado deverá apresentar pedido com justificativa do material, produto ou equipamento a ser adquirido e sua finalidade.

§ 1º – Os empréstimos serão concedidos ao associado, ficando o tesoureiro responsável pela transação e repassando o valor ao associado de seu empreendimento.

§ 2º - Os empréstimos serão concedidos mediante análise criteriosa pela Coordenação do Fundo Rotativo, devendo esta fazer todos os registros e controles necessários à segurança, lisura e transparência do processo.

**Art. 16** – A devolução dos empréstimos poderá ser feita em quantidade de parcelas, conforme tabela vigente, definida em assembleia, sendo o vencimento da primeira parcela, 30 (trinta) dias após a tomada do valor.

**Art. 17** – O associado interessado terá direito a um segundo empréstimo, após ter havido um rodízio de todos os sócios interessados ou declaração expressa destes em não tomar crédito, lavrada em ata.

**Art. 18** - O associado que faltar em duas reuniões seguidas sem justificativa plausível ficará até 3 meses sem financiamento, tendo que retornar duas reuniões seguidas para readquirir a carência para um novo financiamento. E se ficar 6 (seis) reuniões sem comparecer estará automaticamente excluído do fundo.

§ único – exceção decidida em assembleia.

**Art. 19** – Os atrasos nos pagamentos das parcelas, implica na notificação por escrito ao associado para que sejam regularizadas as pendências junto do Fundo no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ único - A não liquidação dos compromissos com o Fundo no prazo de 6 (seis) meses implica na suspensão dos direitos do associado e desconto do valor na distribuição de sobras.

**Art. 20** - As reuniões do FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO CAJA serão realizadas todo terceiros sábados de cada mês às 08:00 hs.

[...]

**ANEXO 3 - INSTRUMENTAL UTILIZADO NO MAPEAMENTO**



## Realização



## Apoio



## Patrocínio

Secretaria Nacional de  
**Economia Solidária**

Ministério do  
**Trabalho e Emprego**





MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS  
 PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO:

2.1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ORGANIZAÇÃO OU GRUPO															
ENDEREÇO															
MUNICÍPIO														UF	
CEP (9999-999)	-			TELEFONE (00-9999-9999)			-								
E-MAIL:															
WEB SITE:															
CNPJ (SE TIVER) (00.000.000-0000000)															
ANO QUE COMEÇOU				ANO QUE PAROU SEU TRABALHO COM F.S.											
NOME DO RESP. PELO(S) F.S.															
TÍTULO / FUNÇÃO														MESMO ENDEREÇO DA ENTIDADE	
ENDEREÇO															
MUNICÍPIO														UF	
CEP (9999-999)	-			TELEFONE (00-9999-9999)			-								
E-MAIL:															

2.2 - TIPO DE ORGANIZAÇÃO

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA | <input type="checkbox"/> BANCO                        |
| <input type="checkbox"/> OUTRA ASSOCIAÇÃO       | <input type="checkbox"/> INSTITUTO                    |
| <input type="checkbox"/> SINDICATO              | <input type="checkbox"/> GRUPO INFORMAL               |
| <input type="checkbox"/> FUNDAÇÃO               | <input type="checkbox"/> PASTORAL, ENTIDADE RELIGIOSA |
| <input type="checkbox"/> COOPERATIVA            | <input type="checkbox"/> ENTIDADE DO PODER PÚBLICO    |
|   | <input type="checkbox"/> OUTRA (EXPLIQUE)             |

2.3 - CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA

- OSCIP       FILANTROPIA

OBSERVAÇÕES:

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS  
PARTE II: IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.4 - TIPO DE RELAÇÃO COM FUNDOS SOLIDÁRIOS

ENTIDADE FOMENTADORA, DE APOIO A FUNDOS SOLIDÁRIOS      NÚMERO DE FS APOIADOS     

ENTIDADE GESTORA (OU GRUPO GESTOR) DE FUNDOS SOLIDÁRIOS      NÚMERO DE FS GERENCIADOS     

OBSERVAÇÕES:

2.5 - ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DO(S) FS

NACIONAL (MAIS DE DUAS REGIÕES)      LISTAR ESTADOS:

REGIONAL (MAIS DE UM ESTADO NUMA REGIÃO)      LISTAR ESTADOS:

ESTADUAL (NOME DO ESTADO)      LISTAR MUNICÍPIOS:   
NOME: \_\_\_\_\_

TERRITORIAL (NOME DO TERRITÓRIO)      LISTAR MUNICÍPIOS:   
NOME: \_\_\_\_\_

MUNICIPAL (NOME DO MUNICÍPIO)      LISTAR COMUNIDADES:   
NOME: \_\_\_\_\_

COMUNITÁRIO/BARRIO      NOME DA COMUNIDADE DO BARRIO:

OBSERVAÇÕES



## MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

**PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO**

4.4 - QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO FS? ENUMERAR AS CINCO PRINCIPAIS DIFICULDADES EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, (1) SENDO MAIS GRAVE.

- (1)
- (2)
- (3)
- (4)
- (5)

DESCREVER AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS

4.5 - N.º DE ENTIDADES DE APOIO / FOMENTO COM AS QUAIS MANTÉM PARCERIA

LISTAR ENTIDADES DE APOIO

## MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

**PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO****4.6 - FONTES DE RECURSOS DO FUNDO SOLIDÁRIO**

QUAIS AS FONTES DE RECURSOS DO FUNDO SOLIDÁRIO EM 2010?

FAVOR COLOCAR O VALOR RECEBIDO DE CADA FONTE

VALOR (R\$)

NOME DA FONTE	VALOR (R\$)

4.7 - SALDO FUNDO SOLIDÁRIO: QUAL O SALDO QUE O FS TINHA EM CAIXA NO FINAL DE 2010?

VALOR (R\$)

**4.8 - VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS PARA OS PARTICIPANTES**

QUAL O TOTAL DE RECURSOS QUE O FUNDO SOLIDÁRIO PASSOU PARA OS PARTICIPANTES?

N.º de Repasses

VALOR (R\$)

NO ANO DE 2010	N.º de Repasses	VALOR (R\$)
DESDE O INÍCIO DO FUNDO SOLIDÁRIO		

OBSERVAÇÕES DOS ITENS DE 4.7 a 4.8:

--

**4.9 - QUAIS ATIVIDADES OU BENS O FUNDO SOLIDÁRIO FINANCIOU DURANTE O ANO 2010?**

COLOCAR Nº DE REPASSES E VALOR PARA CADA ATIVIDADE, SE TIVER. (QUEREMOS SABER CATEGORIAS DE ATIVIDADES, COMO POR EXEMPLO: ATIVIDADE PRODUTIVA, CONSUMO, INFRA-ESTRUTURA)

ATIVIDADE OU BENS	COLETIVO		FAMILIAR / INDIVIDUAL		DESTINO DO RECURSO (INÍCIO, FIM, AMPLIAÇÃO, etc.)
	Nº REPASSES	VALOR (R\$)	Nº REPASSES	VALOR (R\$)	

## MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

**PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO**

OBSERVAÇÕES (DETALHAR MAIS AS ATIVIDADES E BENS FINANCIADAS, EX. CISTERNAS DE PLAÇA, ETC.)

<p style="text-align: center;">OBS</p>
--

**4.10 - VOLUME DE RECURSOS DEVOLVIDOS N.º DE DEVOLUÇÃO VALOR (R\$)**

NO ANO DE 2010		
DESDE O INÍCIO DO FUNDO SOLIDÁRIO		

**4.11 - COMO FUNCIONA A DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O FUNDO SOLIDÁRIO?****4.11.1 - FORMAS DE DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA: A DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA PARA O FUNDO SOLIDÁRIO É FEITA (COLOCAR VALOR OU QUANTIDADE CONTRIBUÍDOS EM 2010.**

	N.º DE DEVOLUÇÕES EM 2010	QUANTIDADE OU VALOR (R\$)
Em dinheiro		
Em serviço (dias de trabalho)		
<b>Em produto</b>		
- Banco de Sementes		
- Repasse de Animais		
- Outros produtos (exemplifique)		
Outras formas		
Não há devolução voluntária		

**4.11.2 - CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA**

	Parcela	Total sem juros e CM	Total com CM	Total com Juros, CM, Seguro	Outras Condições
Em dinheiro					
Em serviço (dias de trabalho)					
<b>Em produto</b>					
- Banco de Sementes					
- Repasse de Animais					
- Outros produtos (exemplifique)					
Outras formas					

MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

PARTE IV: ENTREVISTA PARA GRUPOS OU ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO

Pág. 14

4.12 - COMO É FEITA A GESTÃO DO FUNDO SOLIDÁRIO?	QUAL O PAPEL	CÓDIGO E RENDIZADO
Captação de novos recursos para o FS		
Definição das políticas e regras de funcionamento do FS		
Definição dos critérios de acesso ao FS		
Mobilização de novos participantes a serem beneficiados		
Seleção de novos participantes		
Planejamento e elaboração dos projetos a serem financiados		
Análise das solicitações de financiamento		
Liberação de recursos do FS		
Acompanhamento dos empreendimentos e projetos apoiados		
Monitoramento e Avaliação dos resultados do FS		
Monitoramento do FS		
Tratamento de casos de:		
- Atrasos nas contribuições		
- Renegociação de prazos e parcelas das contribuições		
- Anistia eventual		
- Desvio de recursos		
Prestação de contas:		
- aos participantes / associados		
- à comunidade em geral		
- à entidade de apoio / fomento		
- aos financiadores		